



# **ECOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL PROFUNDO**

ORGANIZAÇÃO:  
JOSÉ ADILSON FILHO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
REITORA: TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS  
VICE-REITORA: MÔNICA NÓBREGA



CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES  
DIRETOR: ULISSES CARVALHO SILVA  
VICE-DIRETORA: FABIANA CARDOSO SIQUEIRA



EDITOR  
Dr Ulisses Carvalho Silva  
CONSELHO EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO  
Dr Ulisses Carvalho Silva  
Carlos José Cartaxo  
Magno Alexon Bezerra Seabra  
José Francisco de Melo Neto  
José David Campos Fernandes  
Marcílio Fagner Onofre  
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL  
Paulo Vieira  
LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO  
COORDENADOR  
Pedro Nunes Filho

Projeto Gráfico: José Luiz da Silva

Capa: Adauto Guedes Neto, finalização Rudah Silva

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E19    Ecos da ditadura militar no Brasil profundo / Organizador: José Adilson Filho. – João Pessoa : Editora do CCTA, 2025.  
357 p. : il.  
DOI 10.5281/zenodo.15418824  
ISBN 978-65-5621-534-1  
Vários autores.  
Inclui referências.  
1. Ditadura militar. 2. Golpe de 1964. 3. Política e autoritarismo no Brasil. 4. 3. História brasileira. I. Adilson Filho, José.

CDU 94(81)

Bibliotecária Josélia Maria Oliveira da Silva – CRB15/113

Disponível: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15418824>

José Adilson Filho  
Organizador

# ECOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL PROFUNDO

EDITORA DO CCTA/UFPB  
JOÃO PESSOA  
2025



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (UNICAP)	
PREFÁCIO .....	13
Hernán Ramírez	
UM OLHAR SOBRE O BRASIL PROFUNDO: QUE HISTÓRIA SE CONTA DA DITADURA MILITAR NAS PEQUENAS CIDADES BRASILEIRAS? .....	17
José Adilson Filho	
O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A IMPLEMENTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO EM SOUSA-PB.....	43
Dmitri da Silva Bichara Sobreira	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM ALEGRETE - RS (1964-1974) .....	63
Diego Garcia Braga	
IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR: UM ESTUDO A PARTIR DA TEOLOGIA DA ENXADA NA CIDADE DE TACAIMBÓ-PE (1969-1971) .....	87
Adauto Guedes Neto	
VEREDAS SERTANEJAS NO “MILAGRE” AUTORITÁRIO: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS (SENADOR POMPEU, 1969-1973).....	109
Antônio Wesley do Nascimento Martins	
Edmilson Alves Maia Júnior	
ENTRE CASSAÇÃO E CELEBRAÇÃO: A DITADURA MILITAR NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB.....	135
Josenildo Marques da Silva	
QUANDO A ORDEM ERA CALAR, VOZES QUE ECOAM: A LUTA DE ALAGAMAR E RESISTÊNCIAS NO CAMPO NA DITADURA MILITAR.....	155
Gildivan Francisco das Neves	
Severino Bezerra da Silva	
AS ARMAS DA MEMÓRIA: MILITARES E CULTURA HISTÓRICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA (1970-1980).....	179
Iordan Queiroz Gomes	
Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes	
DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 1964 NO NORTE DO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº349.....	205
Francisco José Leandro Araújo de Castro	
A DIOCESE DE PROPRIÁ (SE): ENTRE A ADESÃO E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR.....	223
Osnar Gomes dos Santos	

TRABALHADORES RURAIS SOB CERCO: JUSTIÇA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS NA TRAJETÓRIA DO SINDICALISTA NEGRO FRANCISCO ALVES CABRAL (1960-1969).....	247
Juliana Carolina da Silva	
SAPÉ-PB: ENTRE A EMERGÊNCIA DAS PRIMEIRAS LIGAS CAMPONESAS DO CAMPO E A IMPOSSIBILIDADE DO ENCONTRO COM JOÃO PEDRO TEIXEIRA COMO O HERÓI CAMPONÊS.....	271
Roberto Silva Muniz	
O PADRE IBIAPINA E A EMERGÊNCIA DA OPÇÃO PELOS POBRES NA IGREJA CATÓLICA ANTES DA DITADURA CIVIL-MILITAR – NOTAS DE PESQUISA.....	291
Noemia Dayana de Oliveira	
SENTIDOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE: DISCURSOS, DENÚNCIAS E DISPUTAS POLÍTICAS ENTRE 1968-1978.....	309
Mário Francisco de Melo Júnior	
ALÉM DAS MURALHAS DA PERCEPÇÃO: NOVA JERUSALÉM PINTADA COM AS CORES DA PSICODELIA.....	327
Alan Marcionilo do Nascimento	
POSFÁCIO.....	347
Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes	
SOBRE OS AUTORES.....	351

## APRESENTAÇÃO

Tornou-se um imperativo cívico no Brasil dos últimos anos fortalecer as mobilizações contra as ameaças autoritárias. O papel dos historiadores é imprescindível no combate às *fake news*, ao negacionismo, e na tarefa incansável de narrar e explicar. O livro *Ecos do Golpe da Ditadura Militar no Brasil profundo* organizado pelo historiador José Adilson Filho surge em um momento tênue da democracia brasileira em que o debate público sobre a ditadura está na ordem do dia. Em uma sociedade profundamente marcada por uma cultura política autoritária, onde os ataques à Constituição e ao Estado Democrático de Direito, se apresentam como um passado que não passa. As diversas estratégias (econômica, política, militar e psicossocial) da ditadura militar revelam o quanto ditatorial foi o seu projeto de sociedade. Em outras palavras, os capítulos desta obra trazem questões do passado que tocam o presente.

Os autores possuem titulação e produção destacada, ao longo dos quinze capítulos, utilizam estratégias narrativas descontínuas, fluídas, produtoras de imagens, reúnem estilhaços para contar histórias que trazem à tona um Brasil profundo, privilegiando o que se passa entre os acontecimentos, apresentam o lugar da ditadura militar nas pequenas, médias cidades e o entrelaçamento com as questões do campo. A vasta historiografia sobre este período esteve voltada predominantemente para os grandes centros urbanos, deixando à mercê as especificidades que as articulações de um regime autoritário com as elites locais produziram. Portanto, é incontornável a contribuição inovadora deste livro para os estudos que se dedicam às relações entre história política, ditadura, cidade e movimentos sociais.

O leitor irá se deparar com diversas configurações históricas que constroem narrativas, mobilizam e atualizam as temáticas discutidas. Os capítulos se relacionam com problemáticas sociais, políticas e culturais que se desenrolam historicamente na grande moradia dos homens, a cidade, mas também se articulam com temas relacionados com o campo, onde as atrocidades da ditadura foram em grande medida invisibilizadas até as revelações da Comissão Camponesa da Verdade. Os capítulos trazem denúncias, disputas, resistências, mas principalmente a violência como motor da ditadura.

Vale ressaltar que esta obra se distancia das narrativas factuais e de uma literatura memorialística que exalta mitos e personagens com a intenção de produzir um mito fundador sobre os municípios do interior do Brasil. As “histórias das cidades”, muitas delas feitas por encomenda, revelam uma escrita evolutiva e quantitativa repleta de modelos identitários amparados nas lendas ou nas famílias tradicionais. Este livro reconstrói a história de luta dos trabalhadores rurais, de setores da igreja católica, mas contribui fundamentalmente para desnaturalizar os mitos fundadores a partir de uma crítica profunda ao enraizamento das elites locais no processo de construção da pretensão de legitimidade da ditadura. Desse modo, nas próximas páginas não há espaço para a “memória histórica”, mas sim para uma História propriamente dita, cuja escritura é o ofício principal do historiador. Desse modo, os gestos de construir, reconstruir e desconstruir são caros ao historiador.

Nesse momento, se faz necessário destacar a relevância deste projeto editorial, não apenas por promover um deslocamento de escala e dar ênfase às análises focadas nos municípios. Mas por romper com uma tradição historiográfica que centrou os estudos sobre ditadura militar nos grandes centros urbanos, em especial, no eixo Rio-São Paulo. Os textos que se seguem trazem histórias de violação dos direitos humanos e civis que se passaram em cidades do interior da região Nordeste e Norte, e no estado do Rio Grande do Sul e Paraná. Consideramos esse deslocamento espacial fundamental, pois como afirmou Michel de Certeau, a escrita da história faz parte de uma prática social que está relacionada com diversos interesses do lugar social. A partir deste momento, seguiremos para a apresentação dos capítulos.

O capítulo intitulado “Um olhar sobre o Brasil Profundo: Que história se conta da Ditadura Militar nas pequenas cidades brasileiras?” de autoria do historiador José Adilson Filho, e organizador desta obra aponta caminhos para pensar teoricamente e metodologicamente a temática da ditadura nas pequenas cidades da Paraíba. A partir dos seus relatos de experiência como orientador e membro do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC) destaca como é possível romper com uma história local das elites e promover novos percursos de pesquisa.

O capítulo intitulado “O Golpe Civil-Militar de 1964 e a implementação do bipartidarismo em Sousa-PB” de autoria do historiador Dmitri da Silva Bichara Sobreira analisa o impacto do golpe civil-militar de 1964 e a implementação do bipartidarismo na cidade de Sousa, no Sertão da Paraíba. O estudo destaca a atuação



das elites políticas locais durante o golpe e na consolidação da ditadura, destacando como o processo político do município de Sousa-PB difere de padrões observados em análises macroestruturais.

Já o capítulo “Considerações sobre a ditadura civil-militar em Alegrete-RS (1964-1974)” de autoria do historiador Diego Garcia Braga analisa a ditadura civil-militar (1964-1974) em Alegrete, município do sudoeste do Rio Grande do Sul, destacando aspectos político-partidários e a repressão a indivíduos e grupos organizados. O foco nos primeiros dez anos do regime se justifica pelo maior autoritarismo desse período, marcado por prisões, torturas, desaparecimentos e censura, conforme reconhecido pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Em Alegrete, as elites aproveitaram o regime para consolidar seu poder político e econômico, enquanto os militares combatiam a “subversão” e o comunismo.

Em “Igreja católica e ditadura militar: um estudo a partir da teologia da enxada na cidade de Tacaimbó-PE (1969-1971)”, o historiador Adauto Guedes Neto problematiza a relação entre a ditadura militar e a Igreja Católica, a partir da Teologia da Enxada, e oferece uma nova perspectiva historiográfica, permitindo compreender as reverberações dessa dinâmica política além dos grandes centros urbanos. O capítulo busca destacar as especificidades e nuances dos conflitos ou aproximações entre o clero católico, os militares e seus representantes políticos em cidades do interior do Brasil. No caso em questão, Tacaimbó, cidade do agreste pernambucano, localizada a cerca de 170 km da capital Recife.

O capítulo “Veredas sertanejas no “milagre” autoritário: negociações e resistências de trabalhadores rurais (Senador Pompeu, 1969-1973)” de autoria de Antônio Wesley do Nascimento Martins e Edmilson Alves Maia Júnior analisa como os camponeses de Senador Pompeu (CE), associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) local, observaram e negociaram, de forma assimétrica, a produção de benefícios sociais durante a ditadura militar, como a aposentadoria rural. O estudo interpreta as resistências singulares desses trabalhadores ao autoritarismo do período, destacando suas estratégias de luta e sobrevivência em um contexto repressivo. O trabalho problematiza fontes como as atas do STR (ASTR-SP), referentes aos anos de 1969 a 1973, e documentos da repressão disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

O capítulo seguinte intitulado “As armas da memória: Militares e cultura histórica na constituição do estado de Rondônia (1970-1980)” de autoria de Iordan Queiroz Gomes Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes mapeia o agenciamento da cultura histórica construída pelos militares, especialmente durante a transição do Território Federal para o Estado na Amazônia. A pesquisa destaca como feitos de figuras militares foram utilizados para consolidar narrativas que legitimavam a presença do Exército na região e o projeto de modernização do Estado brasileiro. Por meio da análise de decretos-lei, artigos de jornais locais (como o Alto Madeira) e nacionais (como A Defesa Nacional), além de publicações acadêmicas, o capítulo revela que os militares desempenharam um papel central na criação de uma identidade regional amparada em valores de bravura e colonização.

No texto “Entre cassação e celebração: A ditadura militar no município de Juazeirinho-PB”, o historiador Josenildo Marques da Silva analisa dois episódios: o primeiro, ocorrido em 9 de maio de 1964, e o segundo, em 31 de março de 1976, refletindo sobre os impactos do regime autoritário. O capítulo desloca o olhar para as pequenas localidades, destacando formas de resistência, acomodação e adesão da sociedade civil ao regime militar. Os autores Gildivan Francisco das Neves e Severino Bezerra da Silva assinam o capítulo intitulado “Quando a ordem era calar, vozes que ecoam: a luta de alagar e resistências no campo na ditadura militar” que versa sobre movimento social ocorrido entre os anos 1975 e 1980, protagonizado por trabalhadores rurais em Alagamar, território situado entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana - PB.

No capítulo intitulado “Desdobramentos do golpe de 1964 no norte do Piauí: Uma análise do inquérito policial militar nº349”, o historiador Francisco José Leandro Araújo de Castro analisa um Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em 1964 indiciou políticos e lideranças sindicais, na cidade de Parnaíba, principal centro econômico do estado do Piauí. O autor ainda destaca que o inquérito policial apresenta uma forte tentativa de descredibilizar e criminalizar as formas de atuação dos trabalhadores sindicalizados e lideranças políticas. O capítulo “A diocese de Propriá (SE): Entre a adesão e a resistência à ditadura militar” de autoria do historiador Osmar Gomes dos Santos, problematiza os conflitos entre a adesão ao golpe de 1964 e a resistência à ditadura da diocese de Propriá. O capítulo é

amplamente documentado com periódicos e fotografias do período, mas sobretudo constrói uma importante articulação com a historiografia.

O texto “Trabalhadores rurais sob cerco: justiça, repressão e resistências na trajetória do sindicalista negro Francisco Alves Cabral (1960-1969)”, a historiadora Juliana Carolina da Silva, apresenta a trajetória de Francisco Alves Cabral, uma liderança sindical de Andará na década de 1960, destacando sua militância e as violências sofridas no contexto do anticomunismo e da repressão política durante a ditadura militar brasileira. A análise de sua trajetória é fundamental para compreender as manifestações de violência estrutural e sistêmica, bem como as consequências do anticomunismo na vida de militantes políticos. Ao explorar as diferentes formas de opressão e coerção, e suas inflexões nos sistemas cultural, político e econômico que reproduzem desigualdades, o estudo oferece ferramentas para entender as complexidades das resistências ao regime autoritário.

No capítulo “Sapé-PB: entre a emergência das primeiras ligas camponesas do campo e a impossibilidade do encontro com João Pedro Teixeira como o herói camponês” do historiador Roberto Silva Muniz será possível compreender os processos de apropriação em torno das narrativas e do corpo líder camponês, João Pedro Teixeira com a finalidade de transformá-lo em herói. O capítulo ainda problematiza o tema dos documentos e arquivos em torno das camadas populares. Ao longo do texto, a história da heroização de Teixeira se entrelaça com as Ligas Camponesas.

“O padre Ibiapina e a emergência da opção pelos pobres na igreja católica antes da ditadura civil-militar – notas de pesquisa” produzido pela historiadora busca evidenciar a participação do padre Ibiapina no desenvolvimento do cristianismo da libertação no Brasil e na América Latina, destacando o seu papel como precursor da opção pelos pobres no Nordeste brasileiro. Essa região, marcada por profundas desigualdades sociais e políticas, serviu como cenário inspirador para o que posteriormente se convencionou chamar de Teologia da Libertação. A atuação do padre Ibiapina e dos seus seguidores, ainda no século XIX, antecipou práticas e valores que ganharam força nas décadas de 1960 e 1970, em meio aos regimes autoritários latino-americanos.

O capítulo intitulado “Sentidos da ditadura civil-militar em Santa Cruz do Capibaribe-PE: Discursos, denúncias e disputas políticas entre 1968-1978” do professor e historiador Mário Francisco de Melo Júnior problematiza a partir de sua

experiência docente e de diálogos intelectuais os silêncios em torno da Ditadura Civil-Militar no município de Santa Cruz do Capibaribe, dando destaque ao caso do Padre Zuzinha.

Por fim, o capítulo “Além das muralhas da percepção: Nova Jerusalém pintada com as cores da psicodelia” de autoria do professor e historiador Alan Marcionilo do Nascimento analisando as tramas entre os conservadorismos da política local e a I feira experimental de música, inspirada em Woodstock, realizada em 11 de novembro 1972 no município que se tornou nacionalmente conhecido pelo espetáculo da paixão de Cristo. O texto relaciona contracultura, censura e música ao realizar importantes conexões sobre as pautas da juventude dos anos 1970.

Esta obra não terá lugar apenas nas universidades, mas circulará nas escolas públicas, dialogando com o leitor interessado na história, na memória, nas narrativas sobre um passado-presente da ditadura civil-militar. É um livro sobre cidadania e política, mas sobretudo de um local que se comunica com o mundo. Através das palavras os autores proclamaram a importante mensagem de Clio: “Ainda estou aqui”!

Boa leitura!

Cidade dos Arrecifes, idos de fevereiro de 2025  
Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (UNICAP)

## PREFÁCIO

Hernán Ramírez  
(Unisinos / CNPq / Conicet)

As ditaduras do Cone Sul da América Latina devem ser os eventos mais debatidos da nossa história. Ainda assim, muitos elementos restam por conhecer, em parte pela própria forma das abordagens que temos feito, algumas vezes, com vieses muito característicos que solaparam ou deformaram algumas das suas arestas menos visíveis ou controversas.

Em tal sentido, demoramos em conhecer que eram diferentes a outros fenômenos autoritários, razão pela qual tivemos que urdir uma trama conceitual própria. E, dentro desse universo, Brasil desponta como a mais diferente de todas, pois aqui ela vestiu uma roupagem com diversos traços democráticos, que estiveram praticamente ausentes nas outras ditaduras.

Longe dos autoritarismos clássicos, não se pretendiam totalitárias, embora tivesse grupos que assim o desejassem, perdendo quase sempre nas lutas internas dentro desses regimes. `Por isso, a repressão não era um fim em si mesmo, tinha o propósito de sanear o tecido político e abrir espaço, após um longo período, a uma democracia na qual o status quo não ficasse comprometido.

No longo prazo, suas intenções eram refundacionais, no sentido de refazer as estruturas de modo amplo, para surtar a conjuntura de radicalização que tinha se aberto na América Latina durante o período. Eram tempos da Revolução Cubana e, também, da chegada do socialismo ao poder no Chile pela via do voto. Só com eles, se poderiam assentar as bases de um regime com maior estabilidade, para o que se precisavam de amplas reformas.

Praticamente tudo tinha que ser reestruturado, desde o econômico ao ideológico, para o qual se empreenderam diversas políticas que pretendiam dar conta desse objetivo, algumas delas pensadas de longa data, mas que nesse momento tomavam forma. As que tiveram no político um aspecto chave, pois é nessa esfera que se dirime a luta entre os diversos grupos.

Assim, podendo parecer um paradoxo, diversas ações pelo voto tinham lugar, até para a eleição de presidente, da qual não apenas os partidários do regime participavam. Desta forma, tais mecanismos distavam longe de ser apenas um mero verniz democrático, mas uma forma de jogo que permitia à ditadura obter consentimento e preparar o terreno para o que estava por vir.

Por sua vez, a oposição não ficava afastada totalmente do poder e podia se preparar para um dia participar de eleições verdadeiramente democráticas, pois diversos mecanismos de controle ainda vigoravam, não apenas em ordem federal, mas também em diversas instâncias estaduais e municipais.

Desta forma, a administração ditatorial irá adotar uma série de medidas de controle parcial e o tecido social vai se amoldar a elas, não de maneira passiva nem uniforme, mas com nuances que foram muito variadas e nem sempre se ajustaram aos objetivos previstos, marcando assim mais uma vez a complexidade que caracteriza o Brasil, um “gigante pela sua própria natureza” .

Longe de certas leituras, em particular as que projetam o que acontece no eixo Rio-São Paulo como métrica geral, a política brasileira possui contornos mais sinuosos, assim como um substrato estrutural difícil de reformar, que tem perpassado diferentes formações históricas, que lhe acrescenta camadas que encobrem muitas vezes essa natureza que de tantos em tantos aflora.

De fato, as forças golpistas não operavam no vácuo, tinham elaborado um diagnóstico bastante preciso do fenômeno. Vladimir Reisky de Dubnic, um agente americano com origens na antiga Checoslováquia e devotado à luta anticomunista, produziu o primeiro estudo sobre as características do voto brasileiro, a partir do qual o célebre Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPÊS) e a Ditadura, após o golpe de 1964, se basearam para entender a lógica política e pensar nas reformas que podiam torcer essa realidade.

Partiam do diagnóstico de acreditar que o modelo de substituição de importações produzia a deterioração econômica e levava à radicalização política, motivo pelo qual tinha que ser desarticulado, assim como os grupos que pregavam a revolução e neutralizados aqueles setores que se lhe uniam nessa conjuntura particular, especialmente a burguesia industrial, vista como ineficiente, os sindicatos e os tecnocratas que lhe davam sustento ideológico.

Desta forma, seria eliminada a base e a estrutura que lhe dava assento, tendo alguns casos preocupantes em alguns pontos nevrálgicos no interior do país e sobre os quais se debruçaram com maior afinco, como foram os casos de Pernambuco e Rio Grande do Sul, sobre os que recaíram as atenções maiores, por sediar os governos que mais incentivaram as mudanças no governo Jango.

Romper essa espinha lhes seria vital, para o que receberam prestimosa ajuda externa e não apenas dos Estados Unidos, pois incluiu outros países europeus, hoje vistos como democracias exemplares. Eram tempos de Guerra Fria e para eles a luta contra o comunismo também era um tema nodal, presenças que muitas esquecemos, pois a História é um processo retrospectivo no qual o presente visa moldar o passado de acordo com seus interesses, que nos leva a esquecer a intensa repressão que cimentou a construção da democracia ocidental.

Outro elemento que turba essas análises é a negativa de entender que as ditaduras tiveram aspectos positivos, que não apagam nenhuma das suas mazelas, mas que são parte da complexidade de tais processos. Geralmente escritas por aqueles que as combateram ou seus herdeiros diretos, demoramos em ver que gestaram fenômenos duradouros, não sempre negativos. Se as ditaduras ainda continuam populares em países como Brasil e Chile não foi apenas pela sua ação propagandista de conjuntura, mas porque, gostemos ou não, vastos setores assim o percebem.

De todo modo, resulta igualmente inquestionável que foram os nossos eventos mais traumáticos, que deixaram pesadas heranças que ainda custam saldar. Chile por mais que tenta não consegue se desvencilhar da Constituição imposta por Pinochet e aqui os militares ainda se arvoram como poder moderador, talvez porque a anistia esteja fresca na sua memória, dando-lhe a sensação de impunidade. Negociação entre passado e presente da qual nem mesmo o Uruguai conseguiu escapar.

Assim, um livro como este cobra especial relevância, pois nos ajuda a entender esse intrincado panorama, no qual existe uma evidente transformação, mas também permanências que relutam em findar. Compasso que será decisivo para modelar essa nova realidade, na qual elementos novos aparecem, mas com acomodações e resistências que nem mesmo a ditadura conseguiu quebrar.

O bojo de tal processo foi o de afunilar o sistema político, levando para um modelo bipartidário. Diferente de outros espaços, talvez o Brasil tenha sido a

experiência ditatorial na qual se teve maiores conquistas, pois a própria oposição se engajou ao seu modo, tendo participado desse experimento, que teria de conformar uma nova estrutura que adentrará o período da democratização.

Se fizermos um balanço, veremos que foi aqui onde novas forças políticas surgiram, renovando o espectro partidário, fato verdadeiramente único na região. E serão esses novos agrupamentos que dominarão a cena por décadas. Atrás ficaram os velhos agrupamentos que se reservaram papéis de menor visibilidade, ainda que não por isso menos poderosos.

Bem-sucedido inicialmente em termos gerais, a realidade foi se impondo aos poucos, demonstrando muito mais resiliência do que o esperado. Tais grupos operaram por dentro do sistema para reverter o quadro, impondo seu peso específico de modo sutil, porém muito eficaz. As velhas oligarquias regionais subsistiram nas entranhas do poder e nelas se reconverteram, conformando esse sistema partidário bifronte que hoje temos.

Ele foi o legado da ação ditatorial, mas também fruto das forças estruturais que sempre operam, geralmente nas sombras. O que devemos conhecer melhor, propósito desta obra, para assim entender mais o que aconteceu e ainda acontece, pois no passado estão as raízes do presente, que nem a ditadura conseguiu remover totalmente, pois sabemos que em roupas novas podem se esconder atores muito mais velhos. Numa metamorfose que a vertigem da política brasileira torna difícil acompanhar.



# UM OLHAR SOBRE O BRASIL PROFUNDO: QUE HISTÓRIA SE CONTA DA DITADURA MILITAR NAS PEQUENAS CIDADES BRASILEIRAS?

José Adilson Filho<sup>1</sup>

*“Fale de sua aldeia e estará falando do mundo inteiro”.*

Leon Tolstói

O historiador que se aventura a mergulhar nos meandros do passado das pequenas cidades interioranas, além da compreensão dos problemas relacionados à rarefação de trabalhos historiográficos e às precariedades das fontes, precisa refletir acerca de certas vicissitudes e estereótipos que, inconscientemente, atravessam-lhe e, não obstante, influenciam a sua análise e interpretação dos fatos e processos históricos. Isso lhe traz significativas implicações no que concerne às suas relações com o tema, pois uma vez visto e classificado pelo viés da estereotipia, o sujeito do passado torna-se mais previsível, deixando assim de causar-nos inquietações e surpresas.

Em certa medida as relações entre o historiador e os sujeitos do passado, constituída nos arquivos e nos seus trabalhos com a memória individual e social, assemelham-se um pouco com as que se desenvolvem entre o analista e o analisando na clínica, uma vez que envolvem observação, pergunta, empatia, suspeita, confiança, dúvida, inibição, silêncios, aberturas e, claro, interpretação. Para ambas, o dito e o não-dito, a lembrança e o esquecimento, o excesso e a escassez de palavras, os aspectos molares e moleculares da vida são pares fundamentais para os desvelamentos das camadas do passado do sujeito do inconsciente e da história.

A transferência e a empatia podem proporcionar uma relação mais efetiva e ética do historiador para com seu objeto de estudo (Lacapa, 2023), pois este, de certa maneira, interpela-o a se colocar no seu lugar, a fim de compreender as razões

---

<sup>1</sup> Mestre em História (UFPE) e doutor em Sociologia (UEPB), e também tem formação em Psicanálise. Atualmente é professor associado do departamento de História da UEPB – Campus 1.

e os sentidos por trás das suas ideias, sentimentos e ações, independentemente de elas serem vistas pelos nossos olhos como abjetas ou sublimes. Tal atitude, em termos transferenciais, facilita o acesso às vozes esquecidas e silenciadas, sobretudo, daqueles sujeitos que ficam nas margens do rio da história, uma vez que estes são mais difíceis de serem acessados devido ao fato de conhecermos ainda muito pouco sobre suas dores, desejos e sonhos. O que sabemos principalmente dos escravos, dos marginalizados, das mulheres e homens livres pobres, (e por que não dizer também dos moradores dos ditos grotões!) advém raramente de suas próprias bocas e sentimentos. O nosso encontro e diálogo com eles dá-se de maneira paradoxal, pois as palavras e imagens que sabemos a seu respeito comumente chegam aos nossos sentidos pelo filtro dos seus algozes e detratores.

O terceiro excluído é aquele que está, ao mesmo tempo, na margem e no âmago, perto e longe, fora e dentro de cada um de nós, como também se torna foracluído das identidades, memórias e glórias do passado. (vide Freud, 2018, De Certeau, 2002, Haddad, 2022). O *modus operandi* dos profissionais que se autorizam a escutar as sonoridades espaciotemporais das pequenas e microcidades – ou mesmo das periferias, enclaves e baixadas dos grandes centros urbanos – não pode prescindir da compreensão dessa triangulação que existe na feitura da narrativa histórica que se desenvolve entre o eu e o outro de dois. Nessas paisagens pintadas com as cores da sonolência e da pasmaceira, o terceiro excluído tende a ficar ofuscado pelas visões cristalizadas. Se faz necessário, pois, remover a couraça que endurece a sua sensibilidade e expertise para ver algo a mais do que o limitado pelas fronteiras da *doxa* e de uma certa episteme de lugar (vide Albuquerque Jr, 2012). A cidade pequena é um espaço onde também habita o diverso, o descontínuo e o inesperado.

Portanto, a despeito da densidade demográfica, do seu tamanho geográfico e da dinâmica das suas atividades econômicas, sociais e culturais, toda sociedade é indubitavelmente complexa. E parte essencial dessa complexidade resulta das trocas, das misturas e das condensações das suas tradições e valores com outras culturas, sejam elas mais próximas ou distantes. Essa dobra marca os ritmos, as durações, as subjetividades e comportamentos individuais e coletivos de cada sociedade. Igualmente, às sociedades interioranas impõe-se a necessidade de uma leitura menos linear e essencialista dos seus enredos e experiências. Como sabemos,

ainda persiste uma imagem naturalizada e exótica das pequenas cidades do norte e do nordeste, como produto de um discurso antimoderno. (Albuquerque Jr, 1999)

Tanto o sujeito como a consciência histórica são derivados da intersecção de múltiplas camadas geográficas e temporais. (Arendt, 2013, Koselleck, 2006), o que consequentemente produz uma situação ambivalente, isto é, uma sensação simultânea de estranheza e de familiaridade no diálogo do historiador (homem do presente) com a sua alteridade ou outridade (humanos do passado). Isto exige uma autorreflexão a respeito do que denominarei aqui de narcisismo temporal. Entendo isso como algo que se faz inconscientemente na práxis historiadora, a qual se torna responsável pela crença ou pela ilusão de que o nosso tempo e o nosso lugar são não apenas diferentes, mas superiores ou melhores aos dos nossos objetos; levando-nos, com efeito, a agir de maneira contratransferencial perante a dimensão da alteridade. Nesse sentido, a depender do tipo de problemas e questões formuladas, bem como dos conceitos e metodologias aplicadas, o acesso ao mundo do nosso grande outro pode encontrar mais dificuldades e resistências.

O novelista L. P. Hartley (citado por John Tosh, 2011, p.24)) é um dos primeiros a defender que devemos ver o passado como um país estrangeiro, ou seja, como algo desconhecido, mas que tem alguma coisa que nos é bastante familiar. A relação ativa presente-passado nos lança numa experiência dialética e ambivalente com os sujeitos das outras épocas. Entretanto, estes, ao contrário de nós, na maioria das vezes não podem estranhar os seus intérpretes senão através dos seus silêncios, lacunas e linguagens codificadas. Talvez por isso Leopoldo Von Ranke e seus discípulos tenham chamado tanta a atenção para os riscos dos julgamentos na prática historiadora. Sem deixar de lado as demandas do presente e o caráter regressivo da história, como assinalaram Marc Bloch (2001) e Hobsbawn, 1998), temos que saber distinguir e respeitar os tempos e singularidades do sujeito do passado, sua lógica idiossincrática, e o tempo do historiador, da própria narrativa, e dos seus futuros leitores. (Ricouer, 2011, De Certeau, 2002). A compreensão desta hermenêutica entre alteridades presentes, passadas e futuras torna-se imprescindível para a qualidade e legitimidade da pesquisa histórica. Porém, mesmo com toda essa bagagem de conhecimentos das regras do ofício, os historiadores não cessam de cometer pecados, tal quais certas mistificações e essencializações. Um pouco disso deve-se à pressa e à avidez na busca pela descoberta dos tesouros do passado. Tal

frenesi é cada vez mais estimulado pelo produtivismo acadêmico e desejo por prestígio no referido campo de saber, além das próprias disputas e competitividade entre grupos e tendências internas, e, mais recentemente, pelos embates políticos e ideológicos fomentados pela polarização entre as esquerdas e direitas do país.

No entanto, o historiador não pode agir como se fosse um turista que visita um país durante apenas alguns dias, mas ainda assim se arvora no direito de se achar um profundo conhecedor de uma realidade contactada através da captura avexada de imagens emblemáticas e extasiantes, para depois serem postadas, como verdades, nas redes sociais. A apreensão do tempo histórico depende da qualidade e quantidade do tempo investido na observação e na análise. Este diálogo paciente e indiciário entre temporalidades distintas é profundamente *sui generis*, na medida em que difere da relação “fria” das chamadas ciências exatas, que defendem a separação entre sujeito e objeto do conhecimento; nas ciências humanas, a exemplo da História, o conhecimento nasce de uma relação intersubjetiva, porque tecida entre sujeitos singulares e plurais. Mas com a diferença de conectar sujeitos que na maioria absoluta das vezes jamais se conheceram ou sequer tiveram algum contato. Eis aí a questão que torna o saber histórico tão próximo da arte. Nós, os historiadores, não temos a licença poética de um escritor como Jorge Luís Borges (2012), que consegue colocar dois outros Borges (um jovem de 20 anos e um velho de 70) para conversarem num banco da praça, estando eles, no mesmo instante, em tempos e lugares diferentes. Nossas regras não nos permitem tal liberdade, mas ensinam-nos a aprender com ela a ampliar a nossa imaginação e criatividade. Ferreira Gullar – um poeta maranhense – foi para mim quem melhor apreendeu essa relação, na qual a soma do eu com o mesmo e com o outro é mais um. No seu poema *Traduzir-se* vemos a beleza da ambivalência existencial e da multiplicidade temporal do ser humano.

<p>“Uma parte de mim é todo mundo: outra parte é ninguém: fundo sem fundo. Uma parte de mim pesa, pondera: outra parte delira. Uma parte de mim é permanente: outra parte se sabe de repente.</p>	<p>Uma parte de mim é multidão: outra parte estranheza e solidão. Uma parte de mim almoça e janta: outra parte se espanta. Uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem. Traduzir uma parte na outra parte – que é uma questão de vida ou morte – será arte?”</p>
---	---

“Traduzir uma parte na outra parte” é também o grande desafio do historiador. Um desafio plasmado entre a ficção e a ciência, (De Certeau, 2011), a ética e a estética (Albuquerque Jr, 2007) com a finalidade de religar os vivos aos mortos por meio dos fios multicoloridos das fontes, da reflexão, da imaginação e da palavra escrita. Palavra essa que tem o poder de dar vida aos mortos. Mas ela não protege somente os mortos das sombras de Lethe, uma vez que também protege os vivos da sua desconexão com seus antepassados; ao lastrear suas existências com relações, saberes e imagens pretéritas que passam a dotá-las de sentido e beleza. Conforme Hayden White (2001), a escrita da história opera com o que ele chamou de uma “tática fabiana”, devido a sua posição oscilar pragmaticamente entre a *arte* e a *ciência*. Tais ambiguidades são implicadas também pelas dimensões ético-políticas subjacentes às identificações e práticas sociais dos historiadores e de suas redes de poderes e de saberes.

Essa tarefa torna-se mais intrigante e fundamental em sociedades cujo regime de historicidade está centrado no presenteísmo (Hartog, 2015), ou como diria Benjamin (1996) na primazia de “um tempo saturado de *agoras*”. Essa separação do presente com as outras temporalidades – principalmente com o passado – impulsiona significativamente as clivagens e distanciamentos entre os vivos e os mortos, entre a memória e a história, mas também entre o real, o imaginário e o simbólico, para usarmos os termos de Lacan. E é em tempos sombrios – como os que estamos vivendo atualmente – que recrudescem ainda mais os perigos sobre os vencidos, despossuídos e estigmatizados.

### *A história local, essa nossa estranha familiar*

A história local padece de um grande desprestígio em relação às outras escalas e dimensões da historiografia praticada pelos historiadores profissionais e acadêmicos brasileiros. Paradoxalmente, sabemos muito mais sobre a história nacional, regional e, até mesmo a chamada história geral, do que sobre o passado das cidades e dos municípios onde nascemos, moramos ou trabalhamos. Ou seja, são precisamente os lugares nos quais foram gestadas a maior parte das coisas mais significativas das nossas vidas que ignoramos e desconhecemos (Adilson filho, 2019). São raros os estudantes universitários da área de história – quiçá das outras áreas, incluindo, professores e historiadores que conheçam razoavelmente a formação histórica dos seus municípios. Tal déficit de conhecimento histórico é um pouco menor quando se refere às cidades antigas, capitais e centros urbanos e turísticos. Mas passa a ser completamente diferente em relação a milhares de pequenos municípios onde se observa um desconhecimento quase total dos seus cidadãos no que concerne à história local.

É como se esses lugares não tivessem passado e nem memória coletiva. O pouco que se tem e se sabe provém dos nomes de ruas, de escassas fotografias, de alguns recortes de jornais, e daquilo que ficou guardado nas lembranças dos idosos que emergem das conversas nas praças, nos bares, nos encontros familiares, momentos festivos ou de tristezas. Entretanto, a sensação para quem vê as coisas como um historiador é a de que essas sociedades têm um enorme déficit de conhecimento da história e, conseqüentemente, de si mesmas, uma vez que o seu passado lhe é sistematicamente recalçado, silenciado ou mutilado.

Já em alguns municípios de médio porte, as condições para a pesquisa histórica tornam-se mais factíveis em função da disponibilidade de alguns acervos documentais razoavelmente preservados e da existência de alguma produção bibliográfica. Tais documentos ainda podem ser encontrados em arquivos públicos municipais e estaduais, em pequenos museus, anais de câmaras de vereadores, jornais e panfletos, fotografias de colecionadores, arquivos escolares, documentos das igrejas, atas de partidos, sindicatos rurais e urbanos, associações de moradores, processos-crimes em fóruns da justiça, em clubes sociais para a elite local como Rotary e Lions clube, etc. No tocante aos trabalhos escritos, podemos encontrar alguns livros genealógicos, biografias, monografias, artigos e pouquíssimas dissertações e teses. Contudo, vale salientar que nem todas as cidades médias, sobretudo do norte/nordeste, contemplam a maior parte desse elenco de fontes.

É importante também destacar que as raras produções escritas acerca da memória coletiva e da história trazem a rubrica de pessoas que, em geral, não pertencem a comunidade dos historiadores profissionais. Trata-se de diletantes e apaixonados por certos aspectos da vida de figuras das camadas dominantes, como famílias políticas, empresários, coronéis, juízes, promotores, quando não de alguns artistas, desportistas, professores e escritores. Ou sobre eventos políticos, festas, empresas, entidades. E de maneira um tanto quanto burlesca, salpicam, aqui e ali, algumas crônicas sobre loucos, bêbados, prostitutas, malfeitores e trabalhadores (Adilson Filho, 2019).

Um naco destes trabalhos deriva de institutos históricos e geográficos municipais, os quais tentam reproduzir uma abordagem tradicional e conservadora dos seus pares estaduais. O que implica na construção de uma visão histórica destituída do imperativo das contradições e dos conflitos, das lutas de classes, das dissonâncias e descontinuidades. Na ausência dos filhos acadêmicos de Clio, coube a estes outros apologistas da história, aparentemente menos equipados e ciosos das regras do ofício – a tarefa de construir e tornar visíveis algumas dimensões e tramas da história local. Esse desprestígio da história municipal sempre me incomodou, e creio que tal situação possivelmente seja derivada da minha condição de sujeito suposto saber na área e de cidadão do município onde nasci, morei, trabalhei e militei politicamente durante boa parte do tempo da minha vida. Certa vez vi no *facebook* uma postagem de um historiador “diletante” e conterrâneo que fazia a seguinte

indagação: Por que os historiadores acadêmicos não gostam de escrever sobre as histórias dos pequenos municípios? Ele sabia o motivo desta provocação, pois o mesmo é o autor de algumas das raras obras sobre uma cidade localizada no agreste setentrional pernambucano, a qual atualmente tem quase 80 mil habitantes, com indústrias de grande e médio porte, comércio diversificado, rede escolar, clínicas, hospitais, incluindo faculdades e curso de formação de licenciatura em História.

Somente nos últimos 10 ou 15 anos, muito em função da expansão do ensino superior e da exigência de trabalhos monográficos para a conclusão de curso e das especializações *latu sensu*, é que vem se desenvolvendo uma produção mais variada em torno das histórias de tais municípios. Precisamos questionar os silêncios e assimetrias que existem dentro do próprio campo historiográfico, buscando adentrar no âmago deste Brasil profundo que ressoa nas representações e imaginários como realidade exótica e quase sempre imóvel. O primeiro movimento fundamental é compreender esse estranhamento que se traduz numa denegação pelos historiadores e lugares de produção do saber histórico no que tange ao valor da sua historicidade e singularidade; para em seguida demarcar e problematizar seus aspectos universais e de continuidade/descontinuidade com os temas nacionais e globais.

Em alemão há uma palavra que se chama *unheimliche*, e ela define essa situação ambígua a qual tenho insistido em chamar a atenção. O prefixo *un* traz o sentido de negação. Este termo, extraído da língua de Goethe, pode significar muitas coisas, dentre elas: estranho, estrangeiro, longínquo, sinistro, lúgubre, ou que produz uma inquietante estranheza, e conseqüentemente, uma experiência desconcertante e disruptiva em alguns seres humanos. Ela se opõe ao *heimliche*, isto é, ao que é familiar e conhecido. Ambos os termos derivam de *heim* que significa casa. Porém, o *unheimliche* não expressa uma coisa totalmente dissociada e desconhecida do universo familiar. Na interpretação freudiana (2019) trata-se de um termo ambivalente, uma vez que articula os opostos numa mesma ideia. Daí que em alguns países, a exemplo do Brasil, o *das unheimliche* aparece traduzido como “o estranho familiar” ou “uma inquietante estranheza. E, recentemente, alguns psicanalistas e tradutores da língua alemã, a convite da editora Autêntica para publicação de uma edição comemorativa aos 100 anos da obra homônima de Freud, preferiram traduzi-la para o neologismo infamiliar, que conforme os



mesmos, expressa da melhor maneira as ambiguidades e indeterminações daquela palavra-conceito aparentemente intraduzível para a língua portuguesa.

Para Freud, o prefixo *un* traz também embutido a noção de recalque. Neste caso trata-se de algum afeto, ideia, costume outrora familiar, que veio a se tornar reprimido e esquecido socialmente. No entanto, o caráter ambivalente do infamiliar reside exatamente no fato dele, ao mesmo instante, conter os dois lados da oposição, o negativo e o positivo, sendo que um desses deles torna-se recalcado e esquecido na cena. É contra essa sua face de Janus que se produz o estranhamento e o recalque. Quando nos deparamos com uma situação considerada destoante do nosso *ethos* sentimos uma sensação de mal-estar, de desassossego, de inquietude e de insegurança. Daí buscamos transferir para o outro, próximo ou longínquo geograficamente, a condição de objeto causa do nosso estranhamento. Na história recente do Brasil, assistimos a emergência do autoritarismo de extrema-direita acompanhado da ojeriza à ciência, à democracia e às minorias. Para muitos cidadãos brasileiros, inclusive estudiosos e políticos liberais e de esquerda, tais aspectos seriam destoantes de uma pretensa civilidade, tolerância e cordialidade do povo brasileiro para com as diferenças e oposições. Figuras como Jair Bolsonaro, Pablo Marçal e seus discípulos são vistos como um ponto fora da curva da nossa civilidade. Ou não seria justamente o autoritarismo, o reacionarismo e o golpismo mais familiares à nossa experiência histórica do que a democracia representativa, criada com o fim da Ditadura e a constituição de 1988? Na verdade, uma parte da sociedade – encapsulada pelos ares da redemocratização e de algumas conquistas sociais, políticas e econômicas – recalcou ou negligenciou a forte presença física e fantasmagórica de seus velhos demônios, enquanto a outra parte nunca deixou de se retroalimentar deles em suas práticas, afetos e representações.

Levanto essa reflexão com a finalidade de pensarmos como questões consideradas abjetas, vez por outra, emergem das sombras do passado para justificar conspirações, golpes e prisões contra líderes democráticos e progressistas, a exemplo do que ocorreu intensamente entre os anos de 2016 e 2022 no Brasil? Por que o golpe de 1964 teve tanto apoio no país, e, principalmente, na maioria das pequenas cidades interioranas? Será que a imensa maioria dos habitantes dos agrestes, sertões, cerrados, pampas e matas compreenderam a mudança de regime político com os mesmos sentidos que uma parte da classe média, do operariado organizado e segmentos intelectuais, estudantis e artísticos das cidades médias e grandes? Como

a ditadura militar, ainda hoje, ecoa nas memórias e no imaginário das populações interioranas das pequenas cidades brasileiras? Em que medida o autoritarismo, à época, se constituiu como uma experiência psíquica e socialmente familiar à maioria dos cidadãos interioranos, e como isto ajudou a legitimar politicamente o golpe de 1964 e a ditadura, além da continuidade de velhos personagens políticos que atualmente não apenas dominam a esfera pública municipal como também exercem um poder extremamente forte no Congresso Nacional através de um bloco heterogêneo de partidos conservadores e reacionários apelidado de *centrão*<sup>2</sup>?

### *As mudanças no campo da história e alguns impactos na historiografia da ditadura*

Os estudos e pesquisas sobre o golpe de 1964 e a ditadura contaram, inicialmente, com a significativa contribuição de cientistas políticos, jornalistas, escritores, brasilianistas, e pelas produções advindas das memórias de personagens que direta e indiretamente foram atravessados por aquela quadra histórica (Rollemberg, 2010). Já a pesquisa desenvolvida a partir do campo historiográfico, assistirá, entre as décadas de 1990 e as de 2000 um aumento expressivo e diversificado de pesquisas para além das regiões sul e sudeste. Parte disso deveu-se, sobretudo, à expansão da universidade pública e dos programas de pós-graduação em diversas regiões do Brasil.

Logicamente esse *boom* da pesquisa histórica fora também impulsionado pela redemocratização, já que permitiu mais liberdade e melhores condições de acesso a documentos antes inacessíveis e desconhecidos. Além disso, a chamada História do Tempo Presente ajudou muitos historiadores a se libertar do medo das críticas relativas aos problemas da proximidade com o objeto, ou seja, da *doxa* de que somente podemos realmente analisar e interpretar historicamente aquilo que já teve seu desfecho final, ou que se encontra temporalmente distante da nossa existência. Influenciados pelo exemplo e arcabouço teórico e metodológico de seus colegas franceses do Instituto Histórico do Tempo Presente (IHTP), e cada vez mais autoconscientes do seu lugar social e do peso da subjetividade na pesquisa, tais historiadores souberam distinguir e controlar mais eficazmente as tensões entre

---

2 Políticos poderosos como Artur Lira-PP/AL, atual presidente da câmara dos deputados, e Hugo Mota – Republicanos/PB, são exemplos de parlamentares conservadores que construíram sua trajetória a partir de pequenas e médias cidades interioranas, nas quais seus familiares mantêm uma hegemonia de muitos anos.

o vivido e o conhecido, a narrativa e os delírios políticos e ideológicos (Tértar e Chaveau, 2000, Rouso, 2015, Ferreira e Amado, 1998). A principal tarefa deste intérprete do Tempo Próximo ou Imediato, consiste em inserir o lastro do passado no interior daquilo que se caracteriza pelo ritmo do efêmero e do acontecimental.

Entre o final da década de 1980 e começos dos anos 2000, o campo historiográfico brasileiro, e, especificamente, os estudos e pesquisas sobre os períodos do regime ditatorial (1964-1985) e da Nova República foram significativamente influenciados pelas contribuições teóricas de autores estrangeiros tais como Edward Thompson, Eric Hobsbawn, Armand René Dreifuss, Pierre Nora, René Remond, Michael Pollack, Antonio Gramsci, Roger Chartier, Carlo Ginsburg, Giovanni Levi, Dominick Lacapra, Michel Lowi, Michel Foucault, Delleuze, Michel de Certeau, Walter Benjamin, Pierre Bourdieu, Freud, Adorno, Habermas, entre outros. Como se observa, o campo historiográfico seria retroalimentado por uma pluralidade de paradigmas, os quais ampliariam e diversificariam os modos de percepção e problematização das suas abordagens, sujeitos, fontes e temas.

O debate em torno deste longo período autocrático trouxe importantes questionamentos acerca de algumas das suas zonas mais cinzentas e mais sensíveis. Refiro-me à presença direta e indireta da chamada sociedade civil no que tange ao apoio e à legitimação do golpe e da ditadura militar, bem como as polêmicas suscitadas sobre a luta armada, suas desventuras, seus limites revolucionários e populares, e possíveis contribuições dela ao recrudescimento do autoritarismo e da brutal violência (Villa, 2014, Reis Filho, 1990)<sup>3</sup>, sobretudo após a decretação do AI-5, em 1968. Ou, ainda, aquelas instigantes e necessárias polêmicas acerca do tipo de ditadura e de sua duração no Brasil levantadas por Daniel Aarão Reis e outros historiadores.

A questão, a saber, se o golpe e a ditadura foram essencialmente de natureza militar, civil-militar ou apenas empresarial-militar, colocou alguns historiadores em posições mais antagônicas – casos, por exemplo, de Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (2014) versus Marcelo Badaró e Demian Melo, 2014 – e outros com posturas mais intermediárias, como Carlos Fico (2014) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021). Estes

---

3 O historiador Marco Antônio Villa com seu livro **Ditadura à brasileira** (2014), de certo modo, ajuda a fortalecer a tese de que a luta armada das esquerdas no início dos anos 1960 contribuiu para o desfecho do golpe. Ou seja, os golpistas defendem que tal ato foi uma ação preventiva contra a instauração de uma ditadura comunista. Já Daniel Aarão Reis mostra a falta de respaldo popular da luta armada no Brasil.

temas, porém, não se restringiram apenas à revisão historiográfica e às relações de poder e de saber na oficina de Clio, já que foram também apropriados ideológica e politicamente por militares, jornalistas e intelectuais orgânicos da extrema-direita<sup>4</sup>. Neste caso não se trata de uma releitura crítica, honesta e fundamentada na literatura e nas evidências das fontes, mas num negacionismo que arditamente se mascara de revisionista.

As mudanças e tensões políticas e sociais, as transformações nas subjetividades e identidades dos indivíduos. vivenciadas no calor da contemporaneidade brasileira, interpelou diversos historiadores/as desta área de estudos a incrementar inovações e visadas mais ousadas. Algumas das inovações dizem respeito à introdução de variáveis e marcadores de classe, gênero, raça, geração, sexo, discurso, memória, disciplina, representação, poder, resistência, etc. Daí, derivam grupos de estudos e de pesquisas preocupados em apreender os processos e práticas de dominação, controle, disciplinamento e exclusão, seguidas das múltiplas formas de sofrimento, luta e resistência vividas e protagonizadas por mulheres, negros, indígenas, gays, lésbicas, trans, velhos, crianças, jovens, operários, loucos, camponeses, estrangeiros, estudantes, policiais, militares, artistas, desportistas, intelectuais, religiosos, militantes, empresários, políticos, médicos, advogados, juízes, delegados, jornalistas ... Essa plêiade de sujeitos, grupos e classes, além de instituições, empresas, entidades e movimentos tornaria tal campo muito mais rico, complexo e desafiador às inquietações e investidas do historiador dessa temática do que durante os primeiros momentos dos estudos e das pesquisas.

Creio, todavia, que o desafio agora seja o de transpor de maneira mais criativa e sistemática tais problemas e dimensões para a realidade histórico-espacial dos pequenos e médios municípios brasileiros. Várias dessas questões, certamente, se adensaram nas práticas e representações das coletividades locais interioranas. A dimensão geográfica num país tão complexo e multifacetado como o Brasil ganha significativa importância para as pesquisas históricas. Em certas condições geográficas, alguns temas podem ser sentidos e percebidos com maior ou menor assimilação, atração ou repulsa. Em função justamente da sua dimensão geográfica.

---

4 Exemplos disso são as falas do ideólogo Olavo de Carvalho, o documentário Entre livros e armas, produzidos pelo Brasil Paralelo, e diversos sites e influenciadores digitais de extrema-direita.

Seguindo a trilha do historiador Rodrigo Pato Sá Motta<sup>5</sup> (2021), somos convidados a analisar com interesse as formas de adesão, acomodação e de resistência elaboradas por parte dos segmentos civis destas localidades à ruptura democrática de 1964. Objetivamente torna-se instigante pesquisar como se deu o apoio e a resistência ao golpe e a ditadura nestas paisagens interioranas pelas famílias mais ricas, grupos políticos, classes médias, camponeses, trabalhadores urbanos, funcionários públicos, estudantes, professores, religiosos. Ou, indo mais a fundo, poderemos perscrutar a presença de novos personagens, temas, ideias e lutas considerados novidades ou tidas como infamiliars, a exemplo do comunismo e anticomunismo, da homossexualidade, do feminismo, dos usuários de drogas, dos festivais de música e cinema, da luta armada, do militarismo, da questão indígena, do civismo, etc.

### *Ressonâncias da Ditadura Militar na vida de municípios paraibanos*

Há uns dez anos atrás me deparei com um filme que havia assistido em 1990, quando ainda era aluno do curso de História na Faculdade de Formação de Professores da cidade de Belo Jardim-PE. O filme se chamava *Uma cidade sem passado* (1990), do cineasta Michael Verhoeven, e tinha como enredo a pesquisa de uma jovem estudante alemã e judia interessada em compreender o comportamento da população da sua cidade, à época do Terceiro Reich. A medida em que ela avançou na sua pesquisa os estranhamentos, as surpresas e as resistências foram aparecendo e, por conseguinte, abrindo feridas não cicatrizadas e reacendendo ódios, segredos e violências até então contidas. Apesar de ser uma ficção, muitas coisas nele instigam-nos a refletir sobre as dificuldades de se pesquisar temas sensíveis – como o nazismo, golpes, ditaduras, pandemias, guerras – em lugares cujas narrativas e representações são usadas muitas vezes para encobrir ou mutilar a consciência histórica. Algo parecido com este cenário de memórias e narrativas dissonantes, história e a visão do senso comum em torno de temas extremamente delicados - opuseram, como nos revelou o trabalho de Alessandro Portelli (1998) sobre o massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, Itália, em 1940) - a visão de homens e mulheres, vítimas do nazismo, e a dos membros da resistência, os quais eram celebrados pela historiografia

---

5 O historiador Rodrigo Pato Sá Motta, estudioso do anticomunismo, a partir de uma perspectiva informada pela Nova História Política e pela antropologia cultural, tem buscado analisar as formas de adesão, acomodação e de resistência ao regime militar pelos segmentos da sociedade civil.

e pelas esquerdas como heróis da resistência ao nazismo. Porém, não era desse jeito que os moradores daquela comunidade os viam e os classificavam.

O filme e a leitura do texto de Portelli me instigaram a endereçar uma pergunta parecida aos pequenos e médios municípios paraibanos, logo que deixei de trabalhar numa faculdade particular, e me tornar professor com dedicação exclusiva à UEPB. A partir daí, elaborei um projeto de pesquisa para alunos de Pibic e TCC intitulado “Como era a minha cidade no tempo da Ditadura?” Trata-se de um tema tabu, muito sensível, já que marcado por tensões, ódios recíprocos, ressentimentos e disputas narrativas. Falar deste tema é sempre mexer com afetos negativos e lembranças recalcadas. Para alguns, rememorar significa um jeito de continuar supliciando suas vidas. Para outros, pode implicar num processo de descobertas e de reelaborações das memórias; porém, como já foi dito, quando acessamos tal tema nossos olhos se projetam para os grandes e médios centros urbanos, ou para algumas áreas de conflitos rurais mais conhecidas, como o Araguaia (PA), o sindicalismo rural de Palmares, as ligas camponesas de Vitória de Santo Antão (PE), geralmente pelo fato de que, em tais localidades as tensões e conflitos entre os representantes da Ditadura Militar e seus opositores tornaram-se mais agudos e constantes.

Tentando responder a certas perguntas através da escolha de dados sujeitos e dadas instituições, entidades e movimentos sociais – a igreja, as famílias políticas, os professores e estudantes, os sindicatos, os partidos, os trabalhadores, entre outros – em consonância ou não com os dispositivos do regime autoritário, passamos a desenvolver breves pesquisas em torno de pequenos municípios do interior paraibano.

Tal projeto, vale destacar, inscreve-se nas reflexões e pesquisas desenvolvidas no Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), o qual ajudei a criar e me tornei coordenador. Sob o prisma daquela pergunta matricial direcionei alguns projetos de Pibic a fim de compreender o protagonismo político de algumas mulheres pertencentes às elites locais – na condição de prefeitas – e suas relações com o conservadorismo local e com aspectos da ditadura militar; a perseguição e a prisão de mulheres consideradas comunistas ou subversivas; a cassação de políticos conservadores e magistrados; os impactos do golpe e da ditadura na educação e no movimento estudantil; as adesões e resistências de padres católicos progressistas e conservadores; o papel das famílias políticas na adesão e legitimação da ditadura,

como também na resistência e na luta pela redemocratização do país; as memórias, os silêncios e representações de chefes políticos sobre o golpe e a instauração da ditadura. E numa perspectiva mais atual, temos incentivado nossos orientandos a se debruçar sobre os ecos de 1964 na ressurgência de forças golpistas e neofascistas e de velhos traumas sociais no Brasil.

Nestes trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso – alguns deles mais tarde evoluíram para dissertações e teses – pudemos perceber o quão profícuo e instigante é esse recorte, a despeito da escassez de fontes e de pesquisas. Por meio deles, colocamos nossos alunos em contato com uma parte importante da história da sua cidade, mas pouquíssimo conhecida. O objetivo inicial é levar este jovem estudante e aprendiz de historiador a estranhar e a se espantar com o passado, com as memórias e histórias do lugar onde ele e demais sujeitos tecem suas existências cotidianamente.

Alguns desses trabalhos revelaram algo comum a boa parte da sociedade brasileira, mas que reverbera com mais força e intensidade sobre as pequenas cidades, qual seja: uma espécie de amnésia no tocante ao período da ditadura militar. Infelizmente ela também afeta os estudantes e professores destas paisagens. Tal amnésia, às vezes, é construída voluntária e deliberadamente a fim de evitar revelações bombásticas, sofrimentos e mal-estares com amigos, vizinhos, familiares, autoridades locais, etc. As relações entre a vida e a memória gestadas nas cidadezinhas são empiricamente mais recíprocas e sensíveis do que nas médias e grandes cidades (Adilson Filho, 2009, 2019). O seu tamanho e a pouca densidade demográfica intensificam e fortalecem as relações do tipo face a face, tais como: amizades, dependências, compadrios e vínculos políticos. Nelas, as fronteiras entre o formal e o informal, o público e o privado apresentam-se bem menos nítidas e rígidas do que as produzidas em ambientes de alta complexidade. Ou seja, as relações, os conflitos, assim como as memórias, dão-se em nível molecular e de maneira muito intrincada e visceral. Talvez, por essa razão, seja mais complicado para um historiador local analisar um passado cujo solo é constituído por areia movediça. As revelações destas pesquisas podem incidir diretamente sobre famílias políticas tradicionais, empresários, funcionários públicos aposentados, profissionais liberais, militares, clérigos e professores, entre outras, que na esfera local gozam de boa reputação, prestígio e de poder econômico e político. E isto, em certa medida, atravessa e limita a autonomia do historiador, pois ele próprio



está imerso nas águas turvas da ambivalência. Tal consideração não pode ser tomada como exagerada, visto corresponder a uma trama dominada pela proximidade e visceralidade, diversamente de uma geografia cujos personagens parecem estar completamente distantes e desvinculados de suas vidas materiais e simbólicas, Aqui as memórias e seus destinos impõem certas astúcias e cautelas.

Afora os silêncios e esquecimentos voluntários e involuntários, há uma forma de rememorar a ditadura na qual prevalece uma visão romântica, expressa na apologia à ordem, à disciplina, às tradições, às famílias e aos valores morais e cristãos. Essa forma de representação elaborada por diversos cidadãos fortalece um certo regime discursivo que visa associar os longos 21 anos de autoritarismo a uma-época de ouro.

Tal representação, porém, se alimenta de um cotidiano que se manteve praticamente inalterado às grandes rupturas institucionais, políticas e sociais vivenciadas noutras partes do país. Para muitos cidadãos – inclusive os mais saudosistas – o golpe e a ditadura reforçaram e ampliaram positivamente aspectos que já preexistiam nessas sociedades.

Teórica e empiricamente os comunistas ou subversivos de esquerda – fossem eles políticos, militantes, artistas, intelectuais, operários – constituíam-se como uma realidade fora do lugar. Pois o que vicejava era justamente a força e a reação de formas de vida profundamente conservadoras e reacionárias, a despeito de alguma dissonância estética, cognitiva e social. Neste ambiente, o comunista, concretamente falando, era uma *avis rara*, o que existia como destoante da média das representações coletivas (para pensar com Durkheim), advinha geralmente do fato de alguém nutrir simpatia e admiração por personagens como João Goulart, Miguel Arraes e Brizola, ou por alguma identificação mais forte com candidatos do chamado MDB autêntico, tais como Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Ronaldo Cunha Lima, Fernando Lyra. Ulisses Guimarães, etc. Dificilmente veremos identificações mais explícitas com comunistas como Gregório Bezerra, Carlos Marighela ou Luís Carlos Prestes.

Para o conservadorismo dos habitantes destas cidades pequenas e médias, muito mais do que os comunistas, eram os cabeludos, os gays, as lésbicas, os ateus, os maconheiros, as putas, os ladrões e os chamados “catimbozeiros” os alvos principais dos seus medos, iras e preconceitos. Os valores morais, os costumes e a religiosidade cristã superavam, em grau de interesse e preocupação, os dualismos ideológicos



entre a esquerda e a direita. Em parte, isso se relacionava aos seus imaginários e sensibilidades, que eram sabidamente manejados pelas famílias tradicionais e chefes políticos locais, que embora rivais, conservavam as mesmas características ideológicas e até partidárias.

Lembremos que, nesta época, prevaleceu em centenas de municípios a hegemonia política de famílias com este perfil, simultaneamente ocupando os lugares de poder da situação e da oposição. Ambas as forças primeiramente estiveram filiadas à ARENA e depois ao PDS, mediante a divisão em sublegendas. Ou seja, as duas forças locais rivais pertenciam aos partidos que davam sustentação ao regime ditatorial. Raríssimos eram os municípios que tinham o MDB como uma alternativa política e ideológica viável. Essa situação era mais facilmente verificável nos municípios acima de 50 mil habitantes. É precisamente nestes lugares onde as forças comandadas pela oposição terão mais força política.

### *As famílias tradicionais como semióforos da ditadura militar*

As famílias tradicionais e os chefes políticos locais assumiram um papel fundamental para a legitimação e consagração da ditadura nas pequenas e médias cidades, uma vez que desde os primórdios da história do Brasil até os dias atuais, tais sujeitos continuam exercendo enorme influência sobre aspectos vitais das populações urbanas e rurais (Oliveira 2019). Como podemos imaginar as condições de vida e trabalho, lazer e educação dessas cidades, nesta época, eram profundamente limitadas e precárias, o que aumentava a força do conservadorismo. Pois o que existia de mais valorizado e desejado concentrava-se exclusivamente nas mãos de poucas famílias, algumas das quais foram diretamente responsáveis pela criação dos primeiros núcleos urbanos (vilas e distritos) que mais tarde evoluíram para cidades. Tais origens e transformações trazem comumente a proeminência de fazendeiros, coronéis, militares, padres, juizes, deputados, vereadores e prefeitos. E quase todos eles são membros e aliados destas famílias e oligarquias.

Elementos tão importantes para a vida individual e coletiva, como um contrato na prefeitura, a construção de uma moradia, a segurança alimentar, o transporte rural, a escola no sítio ou no distrito, o calçamento, o postinho de saúde no bairro, as barragens, os açudes, as arações de terra, a distribuição de sementes, o campo de futebol, o assistencialismo, o clientelismo, passam diretamente pela

mediação de famílias tradicionais e de seus rebentos e aliados. Elas voejam sobre a massa da sociedade e dos segmentos médios (Mills, 1981), já que possuem ou tem acesso privilegiado àquilo que é mais valorizado socialmente. Neste sentido, podemos dizer que a própria noção de ideologia política e de exercício da cidadania das camadas populares e de alguns setores médios mantêm profundas relações de interdependência e de reciprocidade com a força do poder conservador ou reacionário das famílias tradicionais.

Sua força e legitimidade popular transcendem as barreiras do tempo, mediante a superação e a adaptação aos eventos e processos disruptivos da história. Daí continuarem moldando as subjetividades e os horizontes de expectativas dos habitantes das pequenas cidades. Este “poder da quase ubiquidade”, como diria Pierre Bourdieu (1997), advém da força dos capitais econômicos, políticos, sociais, simbólicos, adquiridos e manejados estrategicamente a favor de uma certa visão e divisão social das tramas locais.

As famílias e chefes políticos projetam-se e são introjetadas por seus aliados e eleitores como seres imanentes e transcendentais ao conjunto da sociedade (Chauí, 2007), uma vez que pretensiosamente não precisariam das mediações partidárias para conhecer e solucionar os problemas das populações locais. O espectro destas famílias políticas é reforçado pela cultura do mandonismo e do personalismo. Esse tipo de poder e de prestígio social transformaram tais sujeitos em semióforos para a sociedade local, e, também, para a cristalização e longevidade da ditadura militar.

Como verificamos em diferentes dossiês e processos elaborados pelo SNI, dentre outros órgãos de informação e repressão, algumas famílias e seus aliados contribuíram significativamente para produção de relatórios e denúncias contra adversários, os quais geralmente eram membros proeminentes de clãs e grupos rivais. A maioria dessas denúncias atribuíam aos seus opositores mais convencionais à prática da corrupção e da traição política, e – somente em raros casos - também os estigmas de subversivo e comunista. Isto porque era mais complicado associar a personagens conservadores e católicos, que haviam entusiasticamente apoiado o golpe, a pecha de comunistas. Para efeito da cultura política local, os rótulos de corruptos e traidores eram mais eficazes para a produção de arbitrariedades pelos agentes do sistema. As acusações produzidas por essas sentinelas da ditadura no Brasil profundo, levaram muitos prefeitos, ex-prefeitos, deputados, juizes, promotores, vereadores e suplentes, assim

como funcionários públicos e familiares de chefes políticos, a sofreram processos que resultaram em demissões, aposentadorias compulsórias e cassações de mandatos<sup>6</sup>.

É possível defender a tese de que parte expressiva das vítimas das perseguições e violências praticadas pela ditadura nas pequenas cidades e em várias de porte médio não advenham do grupo dos indivíduos estigmatizados como comunistas, subversivos ou terroristas, mas de homens e mulheres de origem e situação social e político-ideológica similar aos seus detratores e adversários internos. O fato do outrora aliado ter assumido uma postura recalcitrante com relação às comemorações da festa da “revolução redentora de 31 de março de 64”, de adesão a candidatos do MDB, em qualquer uma das esferas, constituía um grave problema de suspeição e razoável motivo para futuros enquadramentos e perseguições<sup>7</sup>. Os agentes da ditadura ao mesmo tempo que buscavam tirar proveito da unidade do apoio das famílias mais poderosas e mais conservadores, incentiva as divisões internas e admoestações dos personagens considerados mais liberais e dissonantes dos seus interesses ditatoriais<sup>8</sup>.

A Ditadura – cuja essência se define pela violência e supressão das liberdades – foi estrategicamente apresentada aos habitantes locais como sinônimo de patriotismo, modernização, progresso e de respeito às normas e valores sociais e morais. Para além das imagens reais de truculência e autoritarismo – algo já conhecido e vivido cotidianamente nas relações interpessoais<sup>9</sup> e entre as classes dessas paisagens– a ditadura adentra-se nos corpos e mentes de diversos cidadãos pela via da sacralização e do espetáculo de uma nova era na política e na história.

---

6 Na Paraíba 11 juízes do tribunal regional eleitoral foram perseguidos com a perda dos mandatos ou aposentadoria compulsória, mediante denúncia de favorecimento de adversários nas eleições municipais. Noutros casos, veremos deputados estaduais ou federais, aliados ao governo nacional, perdendo seus mandatos sobre a acusação de subversivos por serem simpáticos à reforma agrária. Padres e políticos tradicionais e conservadores acusados e denunciados como corruptos, traidores e comunistas quando não tinham nenhuma afinidade com tal espectro ideológico.

7 Este é, por exemplo, o caso de Júlio Alves de Lira, ex-prefeito de Belo Jardim-PE.

8 Diversos políticos ligados à Arena e ao PDS, incluindo juízes conservadores de tribunais regionais eleitorais – perderam seus mandatos e funções na burocracia estatal devido às denúncias das elites e dos grupos rivais atuantes nas esferas locais.

9 A historiadora Maria Sylvia C. Franco no seu **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1992, mostra como a violência e os crimes eram parte essencial do cotidiano dos homens livres e pobres das regiões do vale do Paraíba e do oeste paulista no século 19. Essa mesma realidade atravessou toda a história da república brasileira, constituindo uma prática comum nas zonas rurais entre vizinhos e parentes. Este tipo de violência atingiu também a minha própria família, já que no ano de 1974, meu avô materno, fora assassinado por um primo com o qual nutria enorme amizade e convivência no sítio Campo Novo, município de Belo Jardim -PE.

O abre alas à ditadura foi feito através de comemorações festivas aos aniversários do 31 de março, assim como através de desfiles cívicos que celebravam o Dia da Independência do Brasil e a emancipação política dos municípios. Ou ainda nas inaugurações de obras públicas como a construção de barragens, agências bancárias, postos de saúde, escolas técnicas, faculdades, fábricas<sup>10</sup>, saneamento básico, etc. Nestes eventos cívicos, fossem nas ruas e áreas rurais, ou em ambientes como a câmara municipal, era comum a presença de um capitão, tenente, major ou coronel cercado por representantes das famílias política. padres ou bispos da região (Adilson Filho, 2009, Guedes Neto, 2014). A presença de autoridades eclesiásticas mais conservadoras em tais eventos, simbolicamente, contribuiu para sacralização dos militares e de suas ações naquelas localidades.

Nas cidades em que as duas forças rivais estavam alinhadas partidariamente ao regime, os comícios cumpriam esse papel de semeadura dos benefícios da ditadura e de combate às “forças do mal”. Pois em cada recanto da cidade ou do campo, extraídas as falas contrastantes, os grupos competiam entre si para demonstrar suas lealdades aos comandantes das forças armadas, ministros, governadores e secretários estaduais. A linha mais ideológica ficava à cargo de professores de colégios católicos e de escolas estaduais e municipais, de radialistas e clérigos.

Em determinadas escolas alguns alunos eram convidados por professores a fazerem o papel de “alunos colaboradores”<sup>11</sup>, o qual consistia em dedurar aqueles que ficassem fora do comportamento desejado pela ordem escolar. A outra prática comum nestes ambientes era a de incentivar os alunos a tirarem fotografias ao lado da bandeira nacional, sem esquecermos da obrigatoriedade de cantar os hinos cívicos nas aulas de moral e cívica. Por meio destas e outras práticas, iam sendo internalizadas certas ideias e afetos que fortaleciam uma cultura de legitimação de um estado e uma sociedade autoritários.

Mas é preciso também assinalar que tais localidades foram palco de múltiplas formas de resistências, principalmente aquelas que tiveram como protagonistas

---

10 Em Belo Jardim, cidade onde nasci, em 1970 foi inaugurado a Escola Agrotécnica Federal, o Matadouro Industrial Mafisa (cujo gestor fora um major do exército); em 1976, a fábrica de doces Palmeiron e a Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim (FABEJA), entre outras coisas de valor econômico e simbólico. Em 1973, aconteceu um congresso nacional de cinema Super-8. Essas transformações ocorreram quando a cidade tinha pouco mais de 30 mil habitantes. E, claro, no contexto de modernização conservadora e autocrática.

11 Na escola estadual Bento Âmerico, na qual estudei, na quarta série do antigo ensino primário, o aluno colaborador usava uma camisa branca com a letra a cursiva na cor verde.

bispos, padres, fiéis, sindicalistas e homens e mulheres trabalhadores do campo. A mística da luta popular pela reforma agrária e contra a violência de fazendeiros, latifundiários e coronéis produziu algumas das mais belas e trágicas histórias do povo brasileiro durante este período de fechamento da experiência democrática.

## Considerações finais

A Ditadura Militar (1964-1985) é um tema central para se compreender os limites e as possibilidades da nossa jovem democracia. Suas mazelas e imagens ainda ressoam sobre as cabeças e sentimentos das pessoas, sejam essas velhas ou jovens, justamente pelo fato de que ela não paira de nos provocar desejos sombrios, medos e angústias.

Nos últimos anos os países ocidentais vêm sendo surpreendidos com a escalada de fenômenos políticos neofascistas e autoritários. O Brasil não é uma exceção. A chegada do PT ao governo federal acendeu o alerta vermelho para os fascistas e defensores da ditadura. O que até bem pouco tempo era motivo de silêncio ou de vergonha, passa a ser abertamente reivindicado por jovens, adultos e velhos através das ruas e das redes sociais. E assim vemos o aparecimento de antigos fantasmas do passado traduzidos em discursos saudosistas e manifestações de rua pela volta de uma ditadura no país.

Tais imagens e discursos saudosistas são reverberados por jovens que se nutrem das falas de seus pais e avós, para os quais a ditadura implantou no Brasil coisas essenciais como ordem social, ética, respeito a família, a preservação da fé e dos bons costumes. Além disso, temos que conviver com a força corrosiva dos “engenheiros do caos” (Empoli, 2021)<sup>12</sup>, que reforçam tais discursos em meio às crises políticas e econômicas vividas pelo país, algumas delas fabricadas e impulsionadas intensamente a partir de 2013.

Algumas dessas falas são rememoradas por velhos e adultos que viviam em pequenas cidades, cujo perfil se caracteriza como conservador. Para estes, o regime não se apresenta caracterizado pela imagem da violência, da tortura, do extermínio aos opositores, do fechamento das liberdades, mas por uma vida ordeira, tranquila

---

<sup>12</sup> Expressão usada por Giulliano Da Empoli, no livro **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2022, para definir um conjunto de líderes políticos, empresários, blogueiros, influenciadores digitais de extrema-direita que operam, simultaneamente, em escala global e local, para destruir o estado democrático por meio de fake news, violências e disseminação de ódio aos adversários e às chamadas minorias.

e de respeito mútuo. Eis o porquê da importância de se compreender as formas de recepção da ditadura nestas paisagens. Pois como não se veem ou se sentem as formas mais opressoras e perversas produzidas pelo estado vigente, tendem a naturalizá-lo sob a forma de paisagem, isto é, de uma vida cotidiana que se repete sem sofrer nenhum grande sobressalto.

A historiografia sobre a ditadura militar ainda não produziu uma reflexão mais densa e sistemática especificamente sobre sua presença nas pequenas cidades do Brasil. Tais trabalhos abordam variadas temáticas a exemplo da resistência cultural e artística nas grandes e médias cidades, das lutas pela redemocratização e pela anistia, da resistência armada nas cidades e em algumas comunidades interioranas, do papel do MDB e da luta democrática, do anticomunismo, da relação igreja e estado, entre outros temas, mas quase sempre presos a espaços cristalizados. Há, sim, trabalhos isolados sobre a presença do regime em várias dessas cidades, mas nada parecido com diversas coletâneas e dossiês sobre o assunto, ou mesmo com linhas de pesquisa em programas de mestrado e doutorado direcionados exclusivamente a apreender essa singularidade histórica.

Mas esse problema não é uma exclusividade das pequenas e médias cidades interioranas brasileiras, e, sim, de todo país nas mais variadas latitudes e longitudes. Essa falta de uma memória coletiva e de conhecimento histórico sólidos sobre este momento cinzento e obscuro é um problema nacional, e afeta tanto o passado como o presente e o futuro da nossa nação. Todavia esses esquecimentos e silenciamentos são mais latentes e manifestos nas pequenas e médias cidades interioranas onde quase não há acervos, arquivos preservados bem como centros de pesquisa ou institutos históricos, ou mesmo universidades próximas que estimulem tais pesquisas.

Neste sentido, torna-se, a meu ver, urgente a necessidade de pesquisarmos as relações e os atravessamentos e impactos do golpe e da ditadura sobre o cotidiano, as práticas e imaginários das sociedades interioranas, já que elas, ao contrário do que parece, tiveram papel crucial para a permanência de um regime político que, mesmo nos seus piores momentos, gozava de apoio e legitimidade popular.

## Referências

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada**. Velhos e novos cenários na política belo Jardimense (1966-2000). Recife: Comunigraf, 2009.

ADILSON FILHO, José. A História Local em Tempos de Globalização. (Orgs). Flávio Carneiro e Luíra Freire Aguiar. In. **Limites no Horizonte do Tempo**. Textos em História Local. João Pessoa: Idéia, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana/Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_ **Preconceito contra as origens geográficas e de Lugar**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_ **História: A arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_ **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BORGES, Jorge Luís. O Outro. In. **Livro de Areia**. São Paulo: MEDIAL fashion, 2012 (Coleção Folha íbero-americana, vol.1)

CHAVEAU, A, TÉTARD, P. **Questões para história do presente**. Bauru: Edusc, 2000.

CARVALHO, Maria Sylvia Franco de. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1992.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2022.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2002.

\_\_\_\_\_ **História e psicanálise: Entre ciência e ficção**. Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006

FERREIRA, Jorge, GOMES, Ângela de Castro. **1964**. O ano que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu uma ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FREUD, Sigmund. **O eu e o id, “autobiografia” e outros estudos (1923-1925)**. Obras Completas. Volume 15. São Paulo:2021.

\_\_\_\_\_. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

\_\_\_\_\_. **O homem Moisés e a religião monoteísta**. Porto Alegre: LPM, 2018.

GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura militar**: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc Rio, 2006.

Lacapra, Dominick. **Compreender outros**. Povos, animais e passados. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

HADDAD, Fernando. **O Terceiro Excluído**. Contribuição para uma antropologia dialética. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiência do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia**. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.



MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes**. O golpe de 64 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família Importa e Explica**. Instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: Editora LiberArs, 2018.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiano( Toscana): 29 de junho de 1944), mito, política, luto e senso comum. (Orgs) Maria de Moraes Ferreira e Janaína Amado. In. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e anarrativa histórica. São Paulo: Martins fontes, 202.a

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. (Orgs,): DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. In. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4.

ROUSSO, Henry, . **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**, Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo> LeYa, 2014



# O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

## E A IMPLEMENTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO EM SOUSA-PB

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

### Introdução

O presente texto traz alguns breves apontamentos sobre a atuação das elites políticas no golpe de 1964 e a formação do bipartidarismo na cidade de Sousa, localizada no Sertão paraibano<sup>1</sup>. O bipartidarismo foi uma das diversas intervenções promovidas pela ditadura militar no sistema político brasileiro<sup>2</sup>. Através do Ato Institucional nº 2, o regime extinguiu os partidos existentes no país desde 1945 e instituiu um sistema com apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), encarregada de dar apoio e sustentação política ao autoritarismo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que desempenharia a função de oposição consentida pelos militares<sup>3</sup>.

Nosso objetivo principal... é compreender a dinâmica das elites políticas sousenses no golpe e na implementação da ditadura militar. Nesse sentido, é importante frisar que lançar luz sobre um recorte espacial tão específico guarda sua importância. Uma série de elementos tornaram o processo político em Sousa, à época do golpe de 1964 e na implementação do bipartidarismo, destoantes de alguns padrões de comportamento estabelecidos em pesquisas que observam esse processo por meio de uma lente macroestrutural.

---

1 Localizado na região do sertão paraibano, Sousa é o sétimo maior município paraibano em território. Tem um dos principais colégios eleitorais do estado, sendo também um importante polo econômico da região e da Paraíba.

2 Entre as principais estão: cassação arbitrária de mandatos de opositores políticos, decretação de eleições indiretas para os principais cargos políticos (presidente, governador, prefeitos das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional, bem como para parte dos membros do senado em 1978), e o fechamento de casas legislativas como o Congresso Nacional.

3 Sobre a Arena, destaque para o trabalho de Lúcia Grinberg (2009), o qual será abordado mais adiante. Acerca do MDB, destaque para Maria D'Alva Gil Kinzo (1988).

As ideias aqui expostas têm como referências principais dissertação de mestrado e tese de doutorado que analisaram a Arena na Paraíba<sup>4</sup>. Nestas pesquisas, buscou-se compreender a relação entre o poder local e o regime autoritário, as políticas intervencionistas, como a supressão de espaços de atuação política, bem como as possibilidades de negociação entre as elites estaduais e o poder central. Uma pesquisa que vem junto com uma leva de outros estudos que abordam o partido e o sistema político da ditadura através de recortes espaciais específicos<sup>5</sup>.

A maioria dessas pesquisas sobre a Arena no plano regional tem como principal referência o trabalho de Lúcia Grinberg (2009). Em sua pesquisa, a autora buscou romper com diversos estigmas que permeiam objetos como os partidos políticos, e a Arena em específico. Segundo Grinberg (2009, p. 20), na cultura política brasileira há uma desvalorização dos mecanismos representativos da política, como os partidos, considerados como formalismos pouco eficientes. Essa lógica é acentuada durante a ditadura: Arena e MDB criados de cima para baixo, dando uma impressão de artificialidade para a representação política – governismo submisso e oposição controlada. Fortalecia-se, assim, a ideia de partidos pouco efetivos na dinâmica política brasileira. Ao buscar compreender o papel da legenda como representante político legítima no período ditatorial a autora aponta que:

A história de um partido é, grosso modo, a história da disputa pela definição do que o partido deve representar. Nas diferentes conjunturas, os mais variados atores políticos atribuem determinados significados à Arena, que pode ser conhecida a partir de diversas frações: memória social constituída nos anos 1980-1990 sobre o partido, a literatura acadêmica produzida sobre o assunto, o projeto do Executivo na ocasião de sua fundação, os projetos defendidos por parlamentares e simpatizantes durante a sua existência, assim como a sua caracterização pela imprensa da época, seja em artigos ou em imagens. A partir desses ângulos variados, a Arena pode ser um índice para perceber a complexidade da sociedade brasileira e sua relação com o regime autoritário. (Grinberg, 2009, p. 21)

Ao refazer a trajetória da memória social e de uma historiografia da Arena e do bipartidarismo brasileiro até então, Grinberg (2009, p. 24) aponta um processo de

---

4 Os trabalhos referenciados são “Para além do “sim, senhor”: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969)”, de 2016; e “Poder local, partido político e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)”, de 2021.

5 Cabe destacar aqui os trabalhos de Ueber Oliveira (2018) e Alessandro Batistela (2019) sobre o bipartidarismo no Espírito Santo e no Paraná, respectivamente; os trabalhos de Monique Cittadino (2006), Ricardo Duwe (2016), Claudia Fontinelles (2009) e José Alves Dias (2016) sobre governos e políticos da Arena na Paraíba, Santa Catarina, Piauí e Bahia, respectivamente.

“coisificação” da organização<sup>6</sup>, a partir de análises que classificam a Arena como um “pseudo-partido”, ressaltando a artificialidade da agremiação imposta pela ditadura. Uma literatura que costumava abordar os partidos pós-1965 através de uma visão macroscópica ou nominal, a qual a autora se contrapõe lançando uma análise que compreenda os partidos, em especial a Arena como: “[...] grupos construídos por indivíduos socializados em organizações políticas anteriores” (Grinberg, 2009, p. 31-32). Ou seja, se a sigla era recente e não havia uma identidade profunda da sociedade com ela, seus membros não passavam por esse problema.

[...] se a Arena foi inventada pela ditadura, seus membros não o foram, tendo, em sua maioria, longa prática política partidária, tanto antes, quanto durante os anos de 1945 a 1964. Muitos deles exerceram mandatos sucessivos para diversos cargos eletivos, razão pela qual não se pode deixar de reconhecer sua visibilidade e representatividade junto à população. (Grinberg, 2009, p. 32)

Assim, não é possível compreender o partido senão da perspectiva de preservação de um sistema representativo, ou pelos menos, parte dele, sobretudo como forma de legitimar o regime autoritário. Pensar a Arena a partir dessa lógica não significa justificar os mecanismos de controle político da ditadura brasileira, tampouco o autoritarismo do período como um todo. Mas compreender as formas como a classe política, dentro de uma estrutura antidemocrática de representação atuou durante a ditadura. Classe política esta que foi parte fundamental nas articulações do golpe e na legitimação do regime ditatorial perante a opinião pública<sup>7</sup>.

E esse apoio e legitimação não se restringiu apenas a espaços como o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Executivos estaduais. Nas médias e pequenas cidades, o apoio de suas lideranças políticas pode ter resultado numa melhor aceitação e compreensão, por parte de seus habitantes, do movimento golpista que depôs o presidente João Goulart. É importante portanto, que os pesquisadores transitem entre as diferentes escalas de análises, pois, como aponta

---

6 Falando especificamente sobre as pesquisas acadêmicas, essas estenotipavam a Arena e os votos que eram dados ao partido, para as quais os votos dados ao MDB teriam uma legítima função contestatória da ditadura, enquanto os votos dados na Arena não representariam um apoio social ao regime, mas seriam representantes de uma relação estabelecida particularmente entre o eleitor e o político e não com o partido (Grinberg, 2009, p. 30).

7 Para legitimar-se no poder, a ditadura contou com o suporte de diversas instituições políticas, as quais agiram em defesa do golpe e do regime autoritário. Segundo Claudio Bezerra de Vasconcelos (2013), em face dessa opção dos militares, estabeleceu-se um regime político híbrido, em que instituições liberais coexistiam junto a um autoritarismo progressivamente implementado no país.

Jacques Revel (1998, p. 32), os recortes espaciais mais específicos constituem importante fragmento para a compreensão de um contexto mais amplo, pois muitos desses pequenos recortes mostram novos elementos despercebidos ou ignorados pelas análises mais amplas.

Alguns desses elementos que se apresentam quando analisamos nossos objetos são parte de uma cultura política brasileira. A cultura política é um conceito que há anos vem sendo abordado pela historiografia<sup>8</sup> e permeando diversos estudos de história regional. Especificamente sobre a cultura política brasileira, trago aqui a definição de Rodrigo Patto Sá Motta (2013), para o qual existem comportamentos, tradições, valores e representações políticas que, juntos, identificam uma cultura política específica do Brasil, desenvolvida desde antes da existência do Estado Nacional brasileiro.

Entre os elementos importantes que caracterizam essa cultura política brasileira descrita por Motta, destacamos aqui para este texto práticas como o mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo, práticas que privilegiam os interesses privados sobre os comunitários. A pouca identificação da população mais ampla com os partidos, e sua baixa participação nos espaços públicos de poder, incorporam essa descrição da cultura política nacional, assim como uma tendência conciliadora daqueles que ocupam cargos e posições de prestígio junto ao Estado (Motta, 2013, p. 18-19).

A cultura política brasileira, portanto, torna-se elemento norteador desta análise sobre o golpe e a implementação do bipartidarismo em Sousa, pois ela nos fornece uma chave para compreender a atuação dos políticos em seus partidos no período em questão. Identificaremos tais características em registros historiográficos como os jornais que circulavam na época<sup>9</sup>, bem como os relatos memorialistas sobre o período, com os quais o historiador deve ter o mesmo crivo da análise que qualquer outra fonte histórica.

Assim, esse texto se dividirá em duas partes: uma primeira na qual será abordada a política partidária paraibana e sousense no período de 1945 a 1964,

---

8 A ideia de cultura política tem sido devidamente descrita por autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2009), Ângela de Castro Gomes (2005), Eliane Dutra (2002) e Serge Bernstein (1998), os quais buscam compreender a trajetória e os elementos que fundamentam o conceito.

9 Para abarcar o período de 1964 a 1966 foram utilizados nas pesquisas os jornais *A União*, periódico oficial do Estado da Paraíba, o *Correio da Paraíba*, pertencente ao deputado federal Teotônio Neto, e *O Norte*, integrante da rede de comunicação *Diários Associados*.

bem como os elementos que influenciam na dinâmica das forças políticas daquele município na ocasião do golpe civil-militar; e uma segunda parte na qual analisaremos como as “[...] como as intervenções promovidas pela ditadura no sistema partidário tiveram ressonância na política de Sousa.

### *A política partidária pós 1945- e o golpe de 1964 em Sousa*

O novo regime político iniciado após o fim do Estado Novo, em 1945, representou um momento democrático nunca antes vivenciado na república brasileira. No que diz respeito aos partidos, foi a primeira vez que se instaurou um sistema composto por mais de dez agremiações com organização nacional<sup>10</sup>. Na Paraíba, entre os partidos fundados em 1945, destacavam-se dois, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Esses, juntos com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formavam a trinca de legendas que consolidaram o sistema político no período.

Apesar de haverem diferenças ideológicas entre UDN e PSD – o primeiro aglutinador das oposições ao Estado Novo, enquanto o segundo agregou os apoiadores daquela ditadura em seus quadros –, seus membros guardavam semelhanças em seu perfil sociológico: comumente conservadores, ligados às elites econômicas e às tradicionais oligarquias políticas<sup>11</sup>.

Em relação às escalas menores de análise, apesar de terem organização nacional, a dinâmica do federalismo brasileiro fazia com que os partidos guardassem características próprias dos estados. Na Paraíba, UDN e o PSD dominavam o cenário político, enquanto as demais eram consideradas agremiações menores, que

---

10 Autores como Maria do Carmo Campelo de Souza (1983) e Rodrigo Patto Sá Motta (2008) apontam a importância da Lei Agamenon - decreto nº 7586 de 1945, elaborado pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães – na qual foram traçadas as diretrizes para o retorno dos partidos políticos no Brasil. Além das diretrizes para o funcionamento das agremiações partidárias, o decreto abordava, entre outros pontos, o voto universal para adultos alfabetizados e a criação de uma Justiça Eleitoral.

11 Motta (2008, p. 77) descreve a UDN com um perfil mais doutrinário, sobretudo uma doutrina liberal, enquanto o PSD guardava uma postura mais pragmática, com doutrinas políticas menos rígidas. Contudo, é difícil traçar perfis absolutos dentro de organizações políticas tão numerosas. Para compreender melhor o perfil dessas agremiações, ver Maria Victória de Mesquita Benevides (1981) sobre a UDN, e Lúcia Hippólito (2012), sobre o PSD.

orbitavam esses dois grandes partidos por meio de coligações e alianças, geralmente formados a partir de dissidências internas<sup>12</sup>.

Na Paraíba, a UDN se manteve dividida entre duas lideranças políticas locais – em um primeiro momento, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo; posteriormente, Argemiro e João Agripino; e, por fim, entre Agripino e Ernani Sátiro. Essa constante dualidade de lideranças resultava em conflitos internos e na divisão do partido em alas ou mesmo em cisões partidárias, como as saídas de Zé Américo, em 1949, para o Partido Liberal (PL), e de Argemiro, em 1958, para o PTB. Esse fracionamento levou o partido a depender constantemente de coligações eleitorais, ou a abrir mão de lançar um candidato próprio em pleitos majoritários.

Por sua vez, o PSD paraibano era um partido de uma única liderança, Ruy Carneiro, ex-interventor federal do Estado Novo. Ao longo de toda a existência do PSD, Carneiro permaneceu na chefia da legenda, vetando qualquer possibilidade de ascensão política de seus correligionários. Um caso emblemático foi a dissidência de Pedro Gondim em 1960, que migrou para o Partido Democrata Cristão (PDC), quando vetada sua candidatura ao governo da Paraíba por Carneiro, em privilégio do nome de Janduhy Carneiro, irmão de Ruy<sup>13</sup>.

Como aponta Giovani Sartori (1992, p. 98), podemos categorizar a organização da vida partidária orientadas pela busca de poder e influência dentro do partido, seja através de vantagens políticas ou associada a princípios ideológicos e projetos políticos formulados. Diante das evidências levantadas pela historiografia<sup>14</sup>, é possível apontar que o sistema partidário brasileiro é, em sua maioria, personalizado, vinculado a um chefe político estadual, figura de notória trajetória pública, que exerce influência sobre chefias menores, limitadas a municípios. Ao mesmo tempo, podem ser grupos orientados por programas, que buscam governar e impor programas e projetos políticos<sup>15</sup>.

---

12 Entre as interpretações sobre o perfil dos partidos no estado, Jean Blondel (1995) define a UDN pelo seu perfil rural, enquanto o PSD compartilhava um perfil urbano. Todavia, Monique Cittadino (1998) indica um perfil idêntico entre os membros dos dois partidos, semelhante ao apresentado pelo PTB; afora áreas pontuais em que o trabalhismo predominava, seus quadros compartilhavam um perfil semelhante aos dos *udenistas* e *pessedistas* (Cittadino, 1998, p. 31-37).

13 Sobre a dissidência de Gondim do PSD, ver Cittadino (1998).

14 Ver Cittadino (1998) e Sobreira (2016 e 2021).

15 Dentro da UDN, por exemplo, a disputa entre Agripino e Sátiro tinha um viés de controle oligárquico, mas se configurava em termos de programas e projetos políticos. Enquanto Agripino alinhava-se ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro, próximo à ala denominada “bossa nova”, Sátiro adotava um perfil liberal-moralista, ou conservador, adepto da “banda de música” e *lacerdismo*. Mesmo diante de projetos políticos distintos, havia entre eles uma confluência no que diz respeito ao controle político de seus pares nas instituições públicas, aspecto de uma cultura política que se sobressaía sobre as perspectivas ideológicas (Sobreira, 2016, p. 71).



Em Sousa, a organização do sistema partidário tinha reflexos daquilo que era posto em nível estadual e federal. Após o fim do Estado Novo, as principais famílias políticas do município se dividiram da seguinte maneira: a UDN foi formada pelos Gadelha, Mariz, Pinto de Oliveira e Abrantes, as duas primeiras herdeiras de tradicionais oligarquias da Primeira República; e o PSD foi formado pelos Pires de Sá. Entre 1945 e 1964, devido a algumas cisões, novas legendas foram fundadas na cidade e a divisão entre as famílias e os partidos ficou da seguinte forma: a UDN passou a ser liderado pela família Gadelha, assim como PSD, comandado pelos Pires de Sá, e o PTB foi formado pelos Gonçalves Abrantes, dissidentes da UDN (Sobreira, 2016, p. 104).

A política sousense viveu um ponto de inflexão quando da entrada na vida política local de Antônio Mariz, personagem bastante abordada por memorialistas e historiadores que formularam uma memória sobre sua atuação política<sup>16</sup>. Mariz, apesar de sua identificação com um perfil sociológico das elites políticas paraibanas, guarda algumas características ideológicas que o distinguem dos demais membros dessa elite.

Nascido em João Pessoa, Mariz era filho do ex-deputado federal José Marques da Silva Mariz (com mandato entre 1928 e 1932), e primo de primeiro grau de João Agripino, liderança *udenista*. Apesar de fortes vínculos com a política local, Mariz inicia sua trajetória política no Rio de Janeiro na década de 1950, através do movimento estudantil, no Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO), militando pelas causas nacional-desenvolvimentista, como a campanha nacional da criação da Petrobrás, em 1953. Já bacharel em Direito, Mariz volta à Paraíba como promotor público no sertão do estado, acumulando o cargo com a função diretor na Anderson Cleyton S/A, empresa multinacional que atuava na extração de algodão, uma das principais culturas da região (Sobreira, 2016, p. 104).

Sua atuação política junto aos trabalhadores impulsionou seu nome como um dos principais candidatos ao pleito municipal em 1962, quando disputou a prefeitura de Sousa contra o *udenista* Toninho Gadelha. Filiado ao PTB, com fortes vínculos com a classe trabalhadora, Mariz representava em Sousa os ideais do

---

16 Mariz ficou marcado na memória social na Paraíba como uma figura “rebelde”, contrária ao regime militar. Em seu obituário, Jório Machado o classificou como “Um rebelde por natureza” (Machado, A União, 16 set de 2009, p. 7), e seus biógrafos comumente se referem a Mariz como um “democrata”, um “idealista”, como relatado no livro de Fátima Araújo (1996).

trabalhismo governo do presidente João Goulart naquela cidade. Ao mesmo tempo, Mariz tinha como seu principal cabo eleitoral João Agripino, o qual ignorou suas relações partidárias com a família Gadelha e apoiou abertamente seu primo naquele pleito. Esse movimento criou uma rusga dentro da UDN, envolvendo àquele tradicional clã familiar e o líder *udenista* (Sobreira, 2016, p. 106)

Na Prefeitura, o trabalhismo deu o tom à administração *marizista*, como é destacado por Eilzo Matos (Matos, 2014, p. 66), um de seus principais aliados políticos: “Em Sousa, vigorava a atividade de proselitismo, promovia a divulgação de princípios de uma política de cunho social, trabalhista, nacionalista”. A administração de Mariz representava em âmbito municipal uma onda progressista, cujos ideais foram os mesmos atacados pelos opositores de João Goulart, que com projetos como o das reformas de base e diálogo com a classe trabalhadora ameaçavam uma estrutura histórica de privilégios de uma elite econômica e política brasileira.

Autores como Maria Helena Moreira Alves (2005), Marcos Napolitano (2014) e Daniel Aarão Reis Filho (2014) apontam que contra Goulart, se articularam setores das elites militares e civis, como a Igreja Católica, as classes médias, políticos, empresários e grandes latifundiários. Os últimos, relata Paulo Giovani Antonino Nunes (2014, p. 88), foram os principais articuladores da deposição de Goulart na Paraíba, os quais tinham forte vinculação com a classe política local, sobretudo na UDN.

Diante da afinidade ideológica e da conjuntura no país entre 1963 e 1964, Mariz foi um dos principais defensores do governo Goulart na Paraíba, o que ficou evidente quando desencadeado o golpe que derrubou o presidente. Matos (2014, p. 68) narra a movimentação de Mariz, que em resistência ao golpe convocou a população sousense para um comício na praça principal da cidade, de onde proferiu inflamado discurso contra o golpe que se promovia no país. Aos gritos de “Viva a democracia! Viva o Brasil! Posse ao presidente João Goulart! Abaixo os gorilas golpistas!”.

A manifestação de Mariz resultou na sua prisão pelo Exército ainda em abril, ficando detido para o I Grupamento de Engenharia de João Pessoa. Concomitantemente, seus adversários em Sousa aprovaram na Câmara Municipal o afastamento do prefeito do cargo devido denúncias de irregularidades administrativas. Em seu lugar assumiu interinamente o vice-prefeito, que fora eleito pela chapa adversária. De acordo com o

que é narrado por Fátima Araújo (1996, p. 24), o afastamento de Mariz e a posse de seu vice foi comemorado em Sousa por seus adversários políticos com grande festa, com passeatas promovida pelos *udenistas* da família Gadelha e seus correligionários.

Contra Mariz foi promovido um Inquérito Policial Militar (IPM), o qual averiguou toda sua administração em Sousa. As investigações promovidas por esse mecanismo ditatorial não encontraram qualquer tipo de procedência nas acusações de irregularidades proferidas contra Mariz, que retornou ao cargo, terminando seu mandato em 1967. É interessante pontuar que, segundo Alves (2005, p. 69), os IPM, enquanto mecanismos de investigação, foram um dos principais instrumentos para eliminação daqueles considerados “subversivos” pelo novo regime que se instaurava, num primeiro momento repressivo da ditadura denominado “operação limpeza”. Através dele se interveio em sindicatos, entidades estudantis, órgãos públicos, entre outros. Tampouco a classe política foi poupada, citando o caso de Goiás, Alves afirma que esse mecanismo foi bastante utilizado por políticos da UDN contra seus adversários.

O objetivo era “varrer todos os que estiveram ligados ao governo anterior, partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrado por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram os líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (Alves, 2005, p. 72).

Nesse sentido, o principal inimigo dos golpistas em Sousa foi Mariz, suas ideias e modelo de administração pública. Nesse município, o golpe de 1964 foi marcado pela resistência política de Mariz, figura que, a despeito de suas vinculações familiares, compartilhava de ideais do trabalhismo que o motivaram a promover uma defesa em praça pública do mandato do presidente deposto. Ao mesmo tempo que a família Gadelha, da UDN, uma das principais oligarquias da região, buscou se vincular ao movimento golpista, movimentando-se alinhada ao partido no plano nacional. Porém, as tramas de uma rede política complexa vão fazer com que os caminhos não sejam tão lineares para esses indivíduos.

## O bipartidarismo e a reorganização da classe política Sousem

Nos meses que se seguiram ao golpe de 1964, o novo regime promoveu uma série de medidas para consolidar seu poder autoritário, ao mesmo tempo que buscava passar um verniz de democracia para a ditadura em vigor. Nessa tentativa de diálogo entre autoritarismo e prerrogativas democráticas, o regime manteve como direta as eleições para governador em 1965, a qual ocorreria em parte dos estados da federação. A derrota de candidatos não alinhados à ditadura em estados chave para a manutenção do poder, como Minas Gerais e Guanabara, ligou um sinal de alerta nos militares<sup>17</sup>.

Na Paraíba, sagrou-se vitorioso João Agripino, candidato da UDN, eleito em coligação com o PDC e o PL; seu adversário foi o *pessedista* Ruy Carneiro, coligado ao PTB e o Partido Republicano (PR). Ambos os candidatos mantinham estreitas ligações com o novo governo militar, não havendo perspectiva de um cenário no qual o governador eleito não estivesse alinhado com os interesses autoritários (Sobreira, 2016, p. 80).

Um mês após a derrota do regime nas eleições estaduais, em outubro de 1965, o governo baixou AI-2, o qual, entre outras medidas, extinguiu as antigas legendas partidárias. Esse documento era complementado pelo Ato Complementar nº 4 (AC-4), que estabelecia as diretrizes para a formulação de novas legendas partidárias. O regime visava uma forma de intervir em instituições representativas como os partidos políticos, sem decretar sua extinção por completo. Um sistema com apenas dois partidos fazia com que essas instituições continuassem a existir, mas em um sistema passível de controle, sem que o governo precisasse promover maiores negociações com a classe política.

Na Arena reuniram-se os apoiadores do golpe de 1964, majoritariamente membros da UDN, mas também das demais legendas partidárias. No MDB, por sua vez, reuniram-se setores da oposição ao regime, sobreviventes da primeira onda de cassações de mandatos ocorrida em 1964, em geral membros do PTB. Esses foram partidos implementados arbitrariamente de cima para baixo pelo regime, forçando os quadros políticos a se reorganizarem em duas instituições.

---

17 Naquele ano ocorreram pleitos eleitorais nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Em Alagoas nenhum candidato conseguiu maioria absoluta e o presidente acabou indicando um interventor.

Nos estados, os principais responsáveis por organizarem a Arena foram os governadores. Sua designação pelo regime era uma forma dos militares manterem o controle sobre a agremiação governista no plano estadual. Na Paraíba, João Agripino buscou formar um partido que agregasse o maior número de grupos políticos, construindo um partido robusto tal qual idealizado pela ditadura.

Em tese, “Juntar grupos políticos com origens diversas e, por vezes rivais eleitorais locais, poderia causar problemas internos para o partido.” Nesse sentido, o regime inventou a solução das sublegendas, um mecanismo que previa a subdivisão interna dos partidos, viabilizando a filiação de grupos políticos historicamente rivais. Sua funcionalidade era direcionada à realização de eleições majoritárias nos municípios com eleições diretas, quando cada partido poderia constituir até três chapas, mantendo as disputas existentes no sistema extinto entre os grupos políticos locais<sup>18</sup>.

Quando olhamos para os dados selecionados sobre a formação da Arena na Paraíba, as orientações que vinham de cima eram assumidas pelo governador eleito. Agripino, no início de 1966, iniciou tratativas para acolher as mais variadas correntes político-partidárias para a legenda governista, inclusive Ruy Carneiro, seu adversário político. Apesar de as tratativas com o ex-líder *pessedista* não ter dado certo<sup>19</sup>, parte significativa das hostes do PSD migrou para a Arena, orientadas pelo deputado federal Teotônio Neto, que em entrevista à imprensa destacou: “[...] nenhum ex-pessedista, ex-trabalhista, ex-udenista etc. deve ter constrangimento de ingressar na ARENA. Poderá ele continuar sob liderança do senador Ruy, do governador Agripino, do Sr. Pedro Gondim, ou de outros” (Teotônio Neto *apud* Sobreira, 2016, p. 92-93).

Em análises focadas na representatividade dos novos partidos no Congresso Nacional e Assembleia Legislativa (ver tabelas 1 e 2), bem como o destino político de lideranças como João Agripino e Ruy Carneiro, aparenta-se uma impressão de divisão UDN-Arena e PSD-MDB.

---

18 De acordo com Nicolau (2012, p. 108), exemplifica-se o funcionamento das sublegendas no âmbito eleitoral da seguinte maneira: em uma eleição concorrem três candidatos da Arena (A, B e C) divididos em sublegendas, contra um único candidato do MDB (D). Os três candidatos da Arena obtêm a seguinte votação: A – quinhentos votos, B – trezentos, C – duzentos, e o candidato do MDB, D – novecentos votos. O somatório dos votos da Arena é de mil votos, superando a votação do *emedebista*. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela Arena, seria eleito.

19 Segundo relatos, a não ida de Ruy Carneiro para a Arena estava ligada ao fato de no novo partido governista estar presente seu antigo desafeto, Pedro Gondim, o que tornaria impossível a presença do ex-líder *pessedista* entre os *arenistas* (Sobreira, 2016, p. 87-88).

**Tabela 1** - Divisão dos parlamentares paraibanos entre os partidos na Câmara Federal – 1966

	PSD	UDN	PTB	Total
Total	5	6	2	13
Arena	1	6	1	8
MDB	4	0	1	5

Fonte: Sobreira (2021) baseado em Mello (2010)

**Tabela 2** - Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa – 1966

	PSD	UDN	PDC	PTB	PL	PSB	PR	Total
Total	10	6	8	6	2	4	1	37
Arena	1	5	8	3	2	3	1	24
MDB	9	1	0	3	0	1	0	13

Fonte: Sobreira (2021), baseado em Mello (2010) e Mariz e Leitão (1987)

Contudo, é possível indicar que no governismo houve uma entrada massiva de grupos políticos municipais advindos de outras legendas que não a UDN. Essa alta adesão reverbera em problemas de organização interna já no primeiro ano de existência do partido. Um exemplo foi quando o prefeito da cidade de Patos, o ex-*udenista* José Cavalcanti, telegrafou ao presidente da Arena, deputado Clóvis Bezerra, protestando contra o tratamento dado aos correligionários de João Agripino na Arena, ao aceitar grupos políticos opositores no partido<sup>20</sup>. A revolta de aliados como Cavalcanti foi contornada pelo governador em reunião com seus correligionários mais próximos, na qual indicou que aceitar figuras de origens partidárias distintas era uma orientação do regime (Sobreira, 2016, p. 95).

Na formação da Arena paraibana, ficam evidentes em um primeiro olhar algumas características do sistema político forjado pela ditadura e de nossa cultura política nacional. A imposição de organizar uma agremiação partidária de cima para baixo demonstra a intervenção autoritária do regime; a designação dos governadores para o comando dos partidos indica o perfil oligarquizado e hierarquizado da Arena, sobretudo pela forma como ela se dividirá nos municípios – por meio das sublegendas. Ao mesmo tempo, percebesse um jogo de acomodação e conciliação

<sup>20</sup> De acordo Cittadino (2006), correligionários do governador João Agripino também manifestaram descontentamento com o tratamento recebido pelo partido do governo, a exemplo dos grupos políticos das cidades de: Água Branca, Condado, Malta, Paulista, Juru, Caiana, Ibiara, Santana dos Garrotes, Pirpirituba, Guarabira, Sumé, Curral Velho, Nova Olinda, Olho d'Água, Aguiar, Boqueirão dos Cochos, Carrapateira, Catingueiras, Emas, Coremas, Santa Helena, Triunfo, Uiraúna, Santa Cruz, Pedra Lavrada, Cubati, Lagoa Seca, Cabaceiras, São Sebastião do Umbuzeiro, Imaculada, Quixaba, Boa Ventura e Bonito de Santa Fé (Cittadino, 2006, p. 308).

de oligarquias rivais em um mesmo partido que macularia a imagem da Arena, como um grande partido de apoio à ditadura.

No plano municipal o que se percebe é uma reunião de oligarquias dentro da Arena. Essa percepção tem como bom exemplo o caso de Serra Branca, no qual as famílias Brito (PSD) e Gaudêncio (UDN), aderiram ao governismo na ditadura<sup>21</sup>, ou como *pessedistas* migrando para o MDB e *udenistas* para a Arena. Contudo, outros elementos da cultura política brasileira perpassam casos municipais, fazendo com que houvesse uma distribuição diferente, aí que entra o caso de Sousa.

Ao ser decretado o bipartidarismo, a família Gadelha da UDN de Sousa, por mais entusiasta do golpe de 1964 que houvesse sido, não tinha maiores razões para aderir à Arena. Vendo o partido governista na Paraíba sob a tutela de João Agripino, antigas rusgas interferiram no caminho tido como natural por aquele clã da época da última eleição municipal. O fato de o então *udenista* João Agripino ignorar seus correligionários de partido para apoiar seu familiar naquela eleição criou um ressentimento político que perdurou anos entre as partes.

De acordo com as memórias de Paulo Gadelha (2007), a família Gadelha se orgulhava de que sempre se mantiveram fiéis à legenda ao longo de toda sua existência, mesmo em momentos de dissidência. Em 1947, na dissidência de José Américo e na eleição para o governo do Estado em 1950, outras oligarquias *udenistas* declararam apoio ao PL de José Américo, enquanto os Gadelha continuaram apoiaram Argemiro de Figueiredo da UDN. Posteriormente, na disputa interna entre João Agripino e Argemiro de Figueiredo, que resultou na dissidência do último, apesar de historicamente enquadrada no esquema *argemirista*, os Gadelha se mantiveram fiéis ao partido, apoiando Agripino.

Nas eleições legislativas estadual e federal, apesar de os Gadelha lançarem candidato próprio para Assembleia e Congresso Nacional longo de todo período de 1945 a 1964, eles nunca negaram apoio às empreitadas eleitorais de Agripino em Sousa. Nesse sentido, o comportamento do então senador nas eleições municipais em 1963, apoiando um candidato de outro partido, privilegiando relações de parentesco em contraposição aos compromissos partidários, criou um ressentimento daquela família com Agripino.

---

21 O principal trabalho sobre as oligarquias de Serra Branca é a dissertação de mestrado de Márcio Macêdo Moreira (2012), que aborda a trajetória de Britos e Gaudêncios até a República de 1945. Sobre a divisão desses grupos políticos no pós-ditadura, ver Sobreira (2016).



Esse ressentimento foi manifestado em diversas oportunidades. De acordo com Paulo Gadelha (2007, p. 98), a ida de José Gadelha à Brasília em 1965 para conversar com o senador e candidato ao governo do Estado, expondo suas insatisfações com a postura do líder *udenista*. Na conversa, relata Gadelha, o representante da família afirmou a Agripino que esse não havia honrado seus compromissos, e listou uma série de amigos seus que mudaram o voto por influência do chefe estadual da UDN. Magoado, o *udenista* de Sousa rompe com Agripino e declara apoio à Ruy Carneiro no pleito de 1965.

Outras fontes comprovam a animosidade dos Gadelha com João Agripino. Segundo coluna do jornal *Correio da Paraíba*, na reunião entre principais membros do partido na casa do deputado Luiz Ribeiro Coutinho para discutir as eleições de 1965, o representante dos Gadelha afirmou que não iriam trabalhar na campanha de Agripino. De acordo com o colunista:

A família Gadelha não vai trabalhar para o senador, assumindo a mesma posição que ele, quando no pleito municipal de Sousa. Agripino ficou indiferente, segundo afirmam os gadelhas, a candidatura *udenista*, porque seu parente, Antônio Mariz era concorrente também. Agora está recebendo na mesma moeda. (Madruge. *Correio da Paraíba*, 2 de fev. de 1965, p. 3)

O rompimento com a chapa de Agripino, levou a família Gadelha a apoiar a chapa de Ruy Carneiro pelo PSD (*Correio da Paraíba*, 6 de julho de 1965, p. 8). No sentido contrário, o PTB sousense assinou manifesto em favor da candidatura de João Agripino (Madruge. *Correio da Paraíba*, 30 de mar. de 1965, p. 3).

A vitória de Agripino mexeu com as possibilidades da família Gadelha seguir na UDN, porém, antes deles tomarem qualquer decisão de deixarem o partido, houve a extinção das legendas através do AI-2. A formação do sistema bipartidário e a liderança que Agripino desempenhou na formação da Arena mudou a configuração política em Sousa (Sobreira, 2016, p. 108).

O governador trouxe para o partido da situação o grupo político que compunha o “[...] o PTB sousense, liderado por Mariz, assinou manifesto em favor da candidatura de João Agripino...”. Junto veio seu primo Antônio Mariz, que na ocasião do golpe civil-militar, manifestou-se veementemente contra a deposição de Goulart. Assim, os Gadelha não tiveram outra opção a não ser integrar o MDB. Nesse sentido, a família Gadelha não se integrou com o bloco da situação em virtude



de divergências políticas pessoais, e se olharmos a configuração da Assembleia Legislativa estadual – Tabela 1 –, Antônio de Paiva Gadelha foi o único parlamentar *udenista* a figurar nos quadros da oposição.

No plano municipal de análise, alguns elementos da cultura política brasileira interferiram diretamente na lógica da formação do bipartidarismo. Práticas como familismo, que privilegiam relações familiares em contrapartida ao bem comum ou de organizações formais, orientaram a condução da organização partidária. Além disso, os partidos formados mantiveram velhas estruturas de poder baseado em lideranças oligárquicas locais, haja vista que não mexeu nessas longevas formas de organização política. O personalismo manteve-se presente e os rearranjos políticos obedeciam a esses caciques políticos.

## Considerações finais

Aqui estão breves apontamentos, resultados de pesquisa de mestrado e doutorado. O foco da pesquisa em questão era a Arena como um todo, ficando a cidade de Sousa restrita a um momento específico dos trabalhos citados. Contudo, é preciso pontuar que a política sousense entre a democracia e a ditadura de 1964 merece mais atenção dos pesquisadores. Em destaque, aponto as trajetórias políticas de notórias figuras da política local, como Marcondes Gadelha e Antônio Mariz.

Como apontado no texto, tais personagens tiveram trajetórias diferentes do perfil geral, o primeiro um *ex-udenista* que encontrou na oposição um espaço de atuação contra a ditadura, tornando-se um “autêntico do MDB”, como aponta Ana Beatriz Nader (1998), em trabalho sobre essa corrente partidária. E o segundo, uma figura notória do trabalhismo na Paraíba, resistente ao golpe de 1964 e preso pela ditadura, mas que migrou para a Arena em função, sobretudo de suas relações familiares.

Por mais que o fator principal dessas movimentações políticas tenham sido motivadas por elementos de uma cultura política brasileira, sobretudo as relações e acordos políticos firmado entre os indivíduos, é preciso entender como os aspectos ideológicos interferiram nesses novos posicionamentos. Como Marcondes Gadelha e seu clã político se relacionou com os temas que motivavam a oposição à ditadura, e como Mariz dialogou com o regime que ele se colocava contrário no momento do golpe.

A história vista pela ótica dos municípios pequenos e médios deve ter um espaço reservado dentro da academia, seja em pesquisas monográficas ou em teses e dissertações. Os quais devem lançar holofotes e olhares críticos sobre a atuação de indivíduos por vezes vistos de maneira superficial e generalizante, por memorialistas que buscam apenas chamar atenção para um único lado de figuras tão complexas. É preciso trabalhar essa narrativa de memorialistas, cruzando-as com outras fontes históricas para produzir um conhecimento histórico que ajude a compreender a política de cada localidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Fátima. **Antônio Mariz: A trajetória de um idealista**. João Pessoa: A União, 1996.

BATISTELA, Alessandro. **A ditadura militar e o bipartidarismo: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979)**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

\_\_\_\_\_. **Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DUTRA, Eliane. História e culturas políticas: Definições, usos e genealogias. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, nº 28, 2002, p. 13-28.

DUWE, Ricardo. **Entre técnica e tradição**: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975). Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.

GADELHA, Paulo. **História política de Sousa** (1945-2004). Recife: Ed. do autor, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rache; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **Culturas políticas**: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GRIMBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: Gênese e trajetória do MDB (1966/1979). São Paulo: Vértice, 1988.

MARIZ, Celso, LEITÃO, Deusdedit. **Memória da Assembleia Legislativa**. João Pessoa: Assembleia Legislativa, 1987.

MATOS, Eilzo. Sousa, nos estertores da ordem constituída. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Org). **No cinquentenário de 1964**: origens, assalto ao poder e repressão. Campina Grande: mimeog., 2014, p. 63-68.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1965-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MOREIRA, Márcio Macêdo. Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). João Pessoa: **Dissertação** (mestrado) - UFPB, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013, p. 9-33.

NADER, Ana Beatriz. **Os autênticos do MDB: História oral e vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-miliar: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: UFPB, 2014a, p. 78-118.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução: Waltensin Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2016.

\_\_\_\_\_. **Poder local, partido político e ditadura militar**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba. Belo Horizonte: Tese de Doutorado – UFMG, 2021.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (1930-1964). São Paulo: Ed. Alfa-Ômega. 1983.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): A preservação do Legislativo. **Revista Varia História**. Belo Horizonte: vol. 9, nº 49, 2013, p. 333-358.



# CONSIDERAÇÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM ALEGRETE - RS (1964-1974)

Diego Garcia Braga<sup>1</sup>

## Introdução

O objetivo deste capítulo é realizar um apanhado sobre a ditadura civil-militar em Alegrete (RS), entre 1964 e 1974, destacando aspectos político-partidários e a repressão sobre indivíduos e grupos organizados no município. Nesse ínterim, verifica-se como a ditadura se deu em um lugar localizado na região sudoeste do Rio Grande do Sul, estando a cerca de 500 km de Porto Alegre, capital do estado, e equidistante das fronteiras do Brasil com Argentina e Uruguai. Ademais, o enfoque nos dez primeiros anos decorre do maior autoritarismo deste período, pois, de modo geral, foram marcantes os casos de prisões, torturas, desaparecimento forçado de pessoas e censura. Inclusive, o Estado brasileiro reconheceu as graves violações aos Direitos Humanos cometidos pela ditadura mediante o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014).

A bibliografia sobre a ditadura, por si só, é extensa e rica. Das inúmeras abordagens, destacam-se as questões dos grandes centros urbanos e da política nacional, planos econômicos dos governos presidenciais, movimentos no interior das Forças Armadas, casos de memória etc. Além disso, geralmente o interior é mostrado como espaço onde grupos de esquerda estabeleceram-se para organizar a luta armada, reuniram-se clandestinamente ou movimentaram-se fugindo da repressão, ou de esta ter agido em busca de atividades subversivas em regiões distantes. Assim, por um lado, é apenas o cenário atingido por ações que partem do grande centro; por outro, longe de propor uma oposição entre interior e metrópole, de atentar ao cuidado no qual “as grandes capitais nacionais são estendidas sem problematização para descrever toda a dinâmica nacional”, como destaca a historiadora argentina Marina Franco (2021, p.643).

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor nas redes públicas municipal (Alegrete) e estadual (RS). E-mail: diego-gbraga@educar.rs.gov.br.

Outro ponto decorre da indagação feita por Daniel Aarão Reis acerca da “história vigiada” (2014, p. 13); sendo o mesmo que não cair na visão simplista de que a ditadura civil-militar fora uma estrutura homogênea e rigidamente hierarquizada, como se vigiasse a todos, a todo instante. Se quer dizer que a análise homogênea pode dar pouca importância ou não considerar a busca por legitimidade e consenso, por parte da ditadura, além da existência dos apoiadores, dos neutros (que preferiam não se manifestar por proteção própria e/ou de familiares e amigos, por alienação ou outro motivo) e, sobretudo, da dinâmica social do interior ser diferente (menos efervescente) a do grande centro. Diante das explicações historiográficas sobre o golpe de 1964 e o regime em si, tem-se aqui um enquadramento com as ideias de René Armand Dreifuss, considerando a ditadura como civil-militar, no qual também se evidencia o papel dos civis em articulações em comum acordo com as Forças Armadas. No caso alegretense, interesses comuns e particulares resultaram nas alianças entre as elites militar, econômica e política. Às elites civis, era vital valer-se do período histórico para ter o domínio sobre os poderes formais no município (Executivo e Legislativo), enfraquecer significativamente o grupo político opositor e, ao mesmo tempo, ampliar os mecanismos de dominação social e econômica. Aos militares, era necessário manter o ordenamento social previsto pelo próprio regime, contra a “subversão” e o comunismo, estabelecendo estratégias para ter legitimidade.

Assim sendo, o trabalho está fundamentado por variado corpo documental: atas da Câmara de Vereadores de Alegrete, resultados eleitorais dos pleitos municipais de 1968, 1972 e 1976, extraídos do site do Tribunal Regional Eleitoral/RS, dossiês e relatórios sobre indivíduos, grupos e ações consideradas subversivas, extraídos respectivamente dos sites do Arquivo Nacional e do projeto “Brasil: Nunca Mais” e algumas entrevistas, compreendendo casos em Alegrete.<sup>2</sup> Além disso, são utilizadas fontes oficiais, como Atos Institucionais e Complementares, e a imprensa, especialmente a local, por meio do jornal *Gazeta de Alegrete*. O desafio é refletir sobre como as características da sociedade alegretense interagiram com a ditadura e vice-versa.

---

<sup>2</sup> Entrevistas realizadas para os trabalhos de graduação (2010), especialização (2012) e mestrado (2016).



## *Aspectos sobre Alegrete durante a ditadura*

O município de Alegrete está inserido ao bioma pampa e tem uma base econômica hegemônica voltada na agropecuária e no latifúndio: desde sua fundação (1857), na pecuária, com ingresso do cultivo do arroz entre as décadas de 1940 e 1950, a partir de imigrantes italianos.

Nesse sentido, durante o período em estudo, as elites provenientes desse setor da economia estiveram vinculadas politicamente na Frente Democrática (FD) e União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA), entre 1951 e 1965, e na Aliança Renovadora Nacional (Arena), durante o bipartidarismo (1966-1979).<sup>3</sup> Além disso, o cenário partidário alegretense foi peculiar. Foi o único entre os municípios da fronteira sudoeste do RS com população superior a 50 mil habitantes que manteve suas eleições diretas. Quaraí, Uruguaiana, Santana do Livramento e Itaqui, todos limítrofes à Argentina e Uruguai, foram considerados Área de Segurança Nacional, com eleições somente para a Câmara, sendo o prefeito escolhido pelo regime. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição formal à ditadura, venceu em Alegrete nos anos de 1968 e 1972, época mais repressiva e de maior força do regime e de seu partido apoiador. A Arena, por sua vez, venceu em 1976, quando enfrentava desgaste frente ao eleitorado, enquanto o MDB crescia. Isso contrariou a tendência nacional.

As vitórias do MDB podem ser vistas como uma “resistência pelo voto”; porém, o entendimento sobre a distribuição partidária e eleitoral anterior a 1964 é vital para se verificar que o MDB alegretense herdou uma estrutura praticamente montada do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e abrigou suas principais lideranças. Pode-se dizer que o trabalhismo era bastante forte em Alegrete, desde Ruy Ramos, deputado federal e um dos principais representantes do PTB gaúcho, morto em acidente aéreo em 1962; foi ele quem organizou o diretório local do partido. O mesmo vale para a fundação da Arena, no que se refere às heranças da estrutura política de direita anterior à 1964 e das bases eleitorais assimiladas. Por fim, os resultados dos pleitos foram acirrados e com leve vantagem para o PTB/MDB por um período de aproximadamente 25 anos.

---

<sup>3</sup> FD e UPPA eram formadas pelos seguintes partidos políticos: Partido Libertador (PL, hegemônico na aliança), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD).

Os dados permitem uma reflexão sobre a artificialidade do bipartidarismo, imposto de cima para baixo por meio do AI-2 e do AC-4, com hegemonia arenista nas esferas estaduais, nacionais e grandes centros, apesar do protagonismo do Exército. Muitos dos políticos que poderiam contribuir com uma oposição organizada foram cassados e perderam direitos ainda durante os primeiros dias da ditadura. No entanto, não vendo o caso de Alegrete apenas como um exemplo de especificidade, que “fugiria à regra” em um sistema partidário “artificial”, sugere-se a hipótese de que o grau de institucionalização de diretórios locais do PSD e/ou PTB, sobretudo o segundo, possa ter contribuído para uma equiparação do MDB frente a Arena em contextos interioranos. Esse argumento pode ser contraposto pelo fato de o regime ter controlado rigorosamente pontos-chave da política nacional, permitindo a competição e o funcionamento “normal” dos partidos e das eleições municipais em lugares “não estratégicos” para a ditadura. Evidentemente, essa concepção é de notável risco, pois abre brecha à ideia de lugares “mais” e “menos” importantes. Possivelmente, muitos municípios interioranos tiveram disputas a partir de grupos da própria Arena. No entanto, é no mínimo interessante verificar em outros contextos onde o MDB obteve boa envergadura eleitoral, se o grau de institucionalização herdado pelo partido foi importante ou, até mesmo, fundamental, como em Alegrete.

Independente se o pressuposto sustenta-se ou não, acreditamos que o termo melhor aplicável ao bipartidarismo brasileiro é o “frágil”, pois não se desconsidera cenários como os do município em estudo, tampouco os modos pelos quais o bipartidarismo fora criado e em sua práxis, por exemplo, no Congresso Nacional ou em lugares de hegemonia arenista, além das alterações casuísticas promovidas autoritariamente.

Assim sendo, em Alegrete, convergiram interesses do regime (ter controle social) e da elite econômica local, vinculada à agropecuária e à Arena (ter poder político e controle sobre as esferas executiva e legislativa). Várias ações em comum acordo corroboram com isso. Uma delas foi a sugestão, por parte da ditadura, de se cassar os mandatos do prefeito Adão Ortiz Houayek e do vice-prefeito Arnaldo Paz em 1964 (administração 1964-68), não se levando adiante.<sup>4</sup> Contudo, a primeira

---

4 Os nomes do prefeito e do vice-prefeito de Alegrete estão presentes em uma extensa lista de políticos gaúchos, no qual se recomendam cassações de mandato. O documento compõe o acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e está disponível em: [br\\_dfanbsb\\_aaj\\_0\\_ipm\\_0125\\_d0001de0001](#).

ação propriamente dita foi a interferência na Câmara, em 31 de dezembro de 1965, para que o presidente da Casa fosse apoiador do regime.<sup>5</sup> No episódio, a Mesa tinha predominância petebista e se desenhava nova vitória; porém, dois militares invadiram a sessão, que ocorria de manhã. Na sequência, os vereadores da oposição foram detidos no 6º Regimento de Cavalaria; à tarde, um integrante petebista deu número legal, contra cinco do grupo oposto,” sagrando vencedor um vereador da UPPA/Arena). O MDB recuperou a presidência legislativa somente em 1974.

No segundo caso, concentrou-se esforços nas cassações de emedebistas, obtendo êxito em 1969 com dois vereadores (Honório Paines e Eleú Menezes) e o vice-prefeito (Adão Faraco), mediante o AI-5.<sup>6</sup> Todos eles foram considerados comunistas e perderam os direitos políticos por dez anos. A estratégia da Arena era, num primeiro momento, obter poder político a partir das cassações, de modo a reverter a desvantagem mínima herdada da UPPA e mantida em 1968 (6 do MDB contra 5 da Arena), o que se repetiria em 1972 (9 do MDB, 8 da Arena). Com o ocorrido, a bancada emedebista passou a ter 4 vereadores, pois os suplentes não assumiram (Braga, 2016).

O terceiro caso complementou o anterior. No episódio, houve uma tentativa de impeachment do prefeito Arnaldo Paz (MDB), em 1970. Ele fora acusado de improbidade administrativa, devido ao suposto pagamento a mais a um funcionário municipal, estendendo-se a denúncia à situação de outro funcionário, este vereador do MDB, Julio Cesar Fagundes, pois entendia-se que ele não poderia receber remuneração enquanto exercia o mandato eletivo (na época, os mandatos eram voluntários).<sup>7</sup> Foi, então, instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sob presidência do arenista Ary Faria Marimon. Não ocorrendo votos suficientes para a cassação do prefeito, o processo foi levado à Justiça Civil. Um ano e meio

---

5 O caso da sessão legislativa de 31 de dezembro de 1965 pode ser conferido em documento do acervo do SIAN, disponível em: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_85012268\\_d0001de0001](#).

6 É possível conferir os dossiês dos dois vereadores cassados no acervo do SIAN. No entanto, não há registro sobre o vice-prefeito. Dossiê de Eleú Menezes: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_84009960\\_d0001de0001](#). Dossiê de Honório Paines: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_84009960\\_d0001de0001](#).

7 O processo enfrentado por Arnaldo Paz é detalhado nas atas das sessões da Câmara e na imprensa local. Ademais, há um dossiê sobre ele no acervo do SIAN, no qual se descreve a acusação de improbidade administrativa. Isso pode ser observado em: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_84009707\\_d0001de0001](#).<sup>9</sup> Em 1982, o candidato do PMDB 1, com votação individual bem à frente do segundo colocado, só obteve êxito pelo acréscimo dos votos do PMDB 2. Nesse sentido, as sublegendas servem como ponto de reflexão sobre os pleitos locais durante a ditadura, pois o recurso eleitoral permitia aos dois partidos certa autonomia para traçar estratégias, fazendo inclusive o MDB aproveitar-se de um mecanismo autoritariamente criado para beneficiar a Arena.

depois, em 1971, Arnaldo Paz foi julgado e absolvido. Ele, uma das lideranças do MDB local, não se candidatou mais a cargos eletivos. Ainda em 1970, em meio à forte oposição arenista, o vereador Fagundes renunciou ao cargo, levando em conta a possibilidade de recair-lhe uma pressão visando o encolhimento da bancada para apenas três parlamentares. Se assim o fosse, o caminho para nova tentativa de impeachment ficaria facilitado. Lembremos que, nesse momento, a prefeitura estava sem vice-prefeito, sendo que, fosse obtido êxito, o arenista Brasilêncio Lopes Machado, presidente da Câmara, assumiria a prefeitura. Fagundes, Menezes e Paines haviam sido respectivamente os três nomes mais votados na eleição de 1968. Faraco, junto com Paz, era uma das principais lideranças do MDB (Braga, 2016).

A Arena só obteve sucesso na eleição de 1976, sob auxílio das sublegendas. Metodologicamente falando, surge aqui um novo ponto de análise: Arena e MDB podiam indicar até três candidaturas, no qual a soma dos votos das sublegendas garantiram a vitória do partido e não a do mais votado. O recurso foi criado para que as frações arenistas, formadas por membros dos antigos partidos, em especial da UDN e do PSD, não brigassem internamente para indicar o candidato arenista à prefeitura e pudessem desse modo lançar “chapas” próprias, permitindo-se a competição entre elas. Essa foi a forma encontrada para que o partido não ruísse de dentro pra fora. Em Alegrete, além da Arena em 1976, o MDB também venceu em 1968 devido ao mesmo recurso: ou seja, o candidato mais votado fora da Arena em 1968 e do MDB em 1976.<sup>8</sup>

Em segundo lugar, outro fato a ser destacado em Alegrete é a presença massiva do Exército. No passado, as guarnições eram estratégicas devido às tensões políticas na região platina, quando o estabelecimento das fronteiras entre Argentina, Brasil e Uruguai ainda era recente e as disputas internas entre as oligarquias eram recorrentes. No período em estudo, a forte presença é significativa, ainda que resultado dos processos do século XIX. Durante a ditadura, quatro quartéis (hoje são cinco) e um hospital militar estavam instalados na zona urbana de Alegrete, para uma população de aproximadamente 60 mil habitantes.<sup>9</sup> Se considerarmos que essa

---

8 O recurso das sublegendas foi criado pelo Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966 e regulamentado pela lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968. O AC-26 pode ser conferido em ACP-26-66 (planalto.gov.br). A lei de 1968 pode ser vista em: L5453 (planalto.gov.br).

9 Em 1960, Alegrete possuía 54.627 habitantes, sendo 34.571 urbanos e 20.056 rurais; em 1970, possuía 65.030 habitantes, 46.077 urbanos e 18.953 rurais; e em 1980, tinha 69.472 no total, 55.598 urbanas e 13.874 rurais. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados fornecidos pela sede local do IBGE.

população tenha traços da vida interiorana, pacata e, de certo modo, conservadora, o impacto da sensação de onipresença militar na sociedade é alto.

Também durante a ditadura, algumas mudanças significativas ocorreram em Alegrete, em virtude de macroquestões, impactando social, política e economicamente o município. Durante as décadas de 1950 e 1960, houve um processo de melhoramento tecnológico no setor rural, ocorrido em todo o Brasil, culminando na substituição de parte da força de trabalho humano pelas novas técnicas e maquinários implantados. Com o potencial desemprego, somado à forte concentração de terras nas mãos de elites regionais, muitas famílias migraram para a cidade, cuja população urbana ultrapassou em definitivo a rural. O resultado foi o “inchaço” das cidades, isto é, o crescimento desordenado, pois a falta de infraestrutura adequada para receber tanta gente em um curto espaço de tempo ascendeu o número de periferias e desempregados. O texto publicado pela comissão destinada a construir o Plano Diretor alegretense, por exemplo, mostra que “na zona periférica da cidade”, existiam “ranchos e casebres que, pela falta de recursos de seus moradores, constituem grave problema de saúde pública e socioeconômico do município”.<sup>10</sup>

Portanto, durante a ditadura civil-militar, temos um município com êxodo rural, pouca estrutura urbana para receber a população migrante, status quo econômico, disputas eleitorais e partidárias acirradas, presença massiva de guarnições do Exército e o cotidiano típico de um lugar distante cerca de 500 quilômetros da capital do estado (foram nesses anos que se construiu a BR 290, ligando Porto Alegre a Uruguaiana). Desse modo, avançamos ao próximo tema, a repressão, um dos principais elementos da ditadura.

### *Aspectos da repressão em Alegrete*

A complexidade da ditadura brasileira é percebida em momentos pelos quais as fontes indicam que esse regime “bateu”, no que diz respeito aos aparatos repressivos, mas a todo instante almejou legitimidade e consenso. Em Alegrete, não

---

10 O documento elaborado pela Comissão destinada a escrever o Plano Diretor de Alegrete (1971, p.12) pertence ao acervo do Centro de Pesquisa de Alegrete (Cepal), disponível em uma caixa-arquivo correspondente aos anos de 1970 e 71. Sobre o aumento da população urbana, em Alegrete, entre 1964 e 68, surgiram várias vilas em áreas invadidas e alguns loteamentos sob o financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), como os bairros Vera Cruz, Kennedy, Novo Lar, Prado e Piola, este último em alusão ao apelido do prefeito Adão Ortiz Houayek. O mesmo ocorreu durante a década de 1970, especialmente na zona leste, com o surgimento dos bairros Capão do Angico e do programa de construção de casas populares resultante na Promorar.

era necessário aplicar a repressão a todos, de modo escancarado, pois possivelmente seria malvista socialmente. No dossiê sobre a sessão legislativa de 31 de dezembro de 1965, anteriormente referenciado, por exemplo, lamenta-se o fato de os vereadores da UPPA/Arena, bem como os militares presentes, não terem tido habilidade para resolver a questão sem o alvoroço proporcionado. A preocupação foi com a imagem do regime na sociedade local. Sem embargo, a presença de vários quartéis certamente causava impacto entre os alegretenses; no entanto, isso era contrabalanceado pelo fato de existir uma espécie de “lista oficial”, contendo os nomes daqueles sabidamente comunistas ou que tinham vínculos com as esquerdas, trabalhistas, lideranças estudantis e sindicais etc., ainda que não fosse difícil ultrapassar aquilo que era permitido pela ditadura.

Evidentemente, muitas questões ocorridas no grande centro atingiam o interior. De modo abrangente, congressos, reuniões ou eventos estudantis e sindicais ou de os grupos de esquerda que optaram pela resistência à ditadura via luta armada buscarem locais mais afastados para tomarem forma. Em situações específicas, muitos tiveram que montar planos de fuga do país, como foi o caso do conhecido cantor Geraldo Vandré, que, conforme matéria da revista “Caros Amigos” (2007), saiu do Rio de Janeiro no início de 1969, deslocou-se de automóvel até o Rio Grande do Sul e ficou em Alegrete “na casa de uma família amiga” por dois ou três dias, até dirigir-se à fronteira e fugir do Brasil. Infere-se a partir disso sobre quantas rotas de fuga tenham se formado na região e em Alegrete, devido ao vasto território pampiano, tanto na saída de brasileiros quanto na entrada daqueles fugidos das ditaduras argentina e uruguaia e terem obviamente cruzado ou ficado mais tempo por aqui.<sup>11</sup>

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o coronel Paulo Malhões indicou ter sido designado para organizar cárceres clandestinos no sul do Brasil. O caso motivou uma série de reportagens do Portal UOL, buscando justamente os passos do militar no estado. Conforme o relato, Malhões diz que esteve em Porto Alegre, Três Passos, São Borja, Uruguai e Alegrete, destacando a presença do regimento de cavalaria (6ºRC, hoje RCB). Segundo palavras do militar: “O Rio Grande do Sul foi meu grande maná. Eu derrubei tudo quanto é organização.

---

11 Vale relembrar: ditaduras na Argentina: 1967-73, 1976-82; no Chile: 1973-90; no Uruguai: 1973-85; no Paraguai: 1954-89.

Acabei com as organizações do Rio Grande do Sul, acabou”. Conforme o historiador Fábio Chagas, buscado pela matéria, a repressão estruturada do Dops e depois DOI-CODI “veio quase um ano depois das operações de assalto a bancos que se multiplicaram na capital e região metropolitana de Porto Alegre no final de 1969 até 1971”; “Aí sim os agentes descem de São Paulo e Rio de Janeiro, e o Malhães é o pivô da história, o cara que faz a virada na repressão”. Das cidades gaúchas mencionadas pelo coronel Paulo Malhães, “Alegrete é uma das que têm o maior número de registros no acervo da ditadura no Arquivo Nacional. Havia dezenas de pessoas sendo monitoradas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) na cidade”, a maioria “considerada comunista pelo regime”. Os cárceres clandestinos eram, conforme Malhães, “aparelhos de temporada”, isto é, “Eram casas de campo, sítios alugados por temporada. ‘Não era nada fixo’ [...] Mas também não eram locais da estrutura oficial de Estado”. De acordo com a historiadora Rosa Cardoso, ouvida pela reportagem, essas missões eram sigilosas. “Então não havia por que registrar que Paulo Malhães estava envolvido para não colocar em risco o desenvolvimento dessas operações.”<sup>12</sup>

A ditadura em Alegrete buscou dismantlar grupos organizados e pessoas específicas. Isso é elucidado mediante três depoimentos, dos senhores Carlos Lopes e Rui Neves, antigos militantes do PCB e do PC do B, respectivamente, e Paulo Lopes, irmão do primeiro. Em suas falas, enumeram indivíduos que foram presos durante os primeiros dias de abril de 1964, logo após o golpe (embora não lembrassem o sobrenome de todos): Amadeu Pereira, Cassiano Pahim da Motta (político do PTB), Eroní Carús (político do PTB), Gregoriano, João Antunes, José Ângeli Sobrinho, Luís Afonso Almeida, Pedro Siqueira, Policarpo Pereira da Costa, Sandoval, Timóteo Bombach e Valentin Trindade; bem como Emílio e Paulo Lopes, pai e irmão de Carlos Lopes.

Essas pessoas foram presas durante os primeiros dias da ditadura, uns sete dias depois do golpe de 1964, de acordo com Paulo Lopes (2024). Ele prossegue:

“[fui preso] em casa, os militares armados, me puseram num jipe e me levaram para o 6º. [Fizeram] Triagem para ser torturado. [Ficamos} Presos na

---

12 LAGO, Andréia; IAQUINTO, Kalinka. No rastro de um torturador: série busca pistas de ‘casas da morte’ usadas por Paulo Malhães, homem-chave da tortura durante a ditadura. Portal UOL. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/tortura---no-rastro-de-um-torturador.htm#no-rastro-de-um-torturador>. Acesso em: 9/7/2022.



enfermaria. Estava meu pai. Os soldados furaram as portas para espiar. Nos puseram para desfilar pelo quartel. Era ridículo!” (Lopes, 2024).

Paulo Lopes diz que os presos estavam vestidos aos trapos e que o desfile era para humilhá-los, já que todos os militares daquele local podiam vê-los, inclusive, saber quem eram os comunistas da cidade. Paulo Lopes também indica que os presos, mencionados acima, permaneceram aproximadamente 15 dias no 6º RC, soltando-se alguns, que representavam mais ou menos a metade do grupo, e enviando os demais, incluindo ele, até Porto Alegre. Foram de ônibus, junto com presos de Uruguiana. Na capital, permaneceram mais algumas semanas, totalizando uns 60 dias entre Alegrete e Porto Alegre.

Conforme depoimento de seu irmão, Carlos Lopes (2010), o grupo retornou à Alegrete semanas depois, após interrogatórios, pois não se constatou “a alta periculosidade prevista nos relatórios” do regime. Todavia, Paulo Lopes (2024) esclarece que o grupo em Porto Alegre foi conduzido ao 8º Regimento de Cavalaria e depois ao instituto para menores infratores, que fora transformado em prisão. (SESME; local que recebeu presos políticos do interior do estado, especialmente, durante os primeiros anos da ditadura.). Os presos foram sendo soltos gradativamente:

[Em Porto Alegre, não ocorreu] nenhum tratamento físico bárbaro. [Era] prisioneiro comum [...] Havia muita incerteza de tudo. A ditadura não estava consolidada. O que fazer com essa gente? Passo de espera. Viram que era ridículo ficar com aquelas pessoas. Hoje penso que era tudo improvisado. “[após o retorno à Alegrete, as autoridades fizeram] Se apresentar todos os dias na delegacia” (Lopes, 2024).

Paulo Lopes possui uma interessante biografia: foi para Porto Alegre, ingressou no Partido Operário Comunista (POC) e na clandestinidade; porém, exilou-se no Chile e Argentina no início dos anos de 1970, quando obteve asilo político na Dinamarca, embarcando para lá em 1974, onde vive até hoje. Ademais, é possível acompanhar outros casos. Algumas pessoas possuem dossiês elaborados pela ditadura, sendo menos complexo examinar suas experiências. Outras, somente via História Oral. Carlos Eroní Carús e Cassiano Pahim da Motta, citados acima, eram políticos do PTB e foram presos por manterem discursos fortes contra a ditadura. Carús era vereador, eleito em 1963; renunciou ao mandato em 1965, após



a segunda detenção, devido a uma oportunidade de emprego em Porto Alegre. Nos dossiês da ditadura, atribui-se a ele o apelido de “Brizolinha”. Cassiano Motta era o presidente do diretório do PTB, sendo uma das principais lideranças do partido: havia sido vereador e vice-prefeito antes de 1964. Foi candidato a deputado estadual pelo MDB em 1966 e 1970 e a prefeito pela Sublegenda 1 do partido em 1968.

Outro petebista, João Antunes, foi candidato à vereança em 1963 (não se elegeu) e, durante a campanha, sofreu ataques pessoais, como o de ser comunista, o mesmo ocorrendo com Eroní Carús (eleito). Nessa situação, o estereótipo dado ao comunismo pelo senso comum poderia resultar problemas ou perseguições ao “comunista”, ainda mais por se tratar de uma cidade interiorana, onde a palavra gerava verdadeiro pânico. O Sr. João Antunes ajudou na formação do Sindicato dos Bancários local e foi preso pelo Exército justamente por atuar nessa associação.<sup>13</sup> Conforme relato de sua irmã, Maria Ignácia Antunes (2010), ele havia obtido destacada elevação profissional após conquistar o primeiro lugar num concurso público para o Banco do Brasil. Mas, tempo depois, foi elaborada uma carta de demissão entregue intencionalmente no dia de seu aniversário, em junho de 1964, como “presente pela data”.

Maria Ignácia Antunes também sofreu problemas nas atividades profissionais. À época, era professora de História no Instituto de Educação Oswaldo Aranha, a maior escola pública de Alegrete. De acordo com o seu depoimento (2010), o diretor-interventor Carlos Grande tentou barrá-la da docência por ser “irmã de comunista”, sendo, portanto, também comunista.<sup>14</sup> Em outra oportunidade, o diretor teria elaborado à professora uma extensa carga horária: “durante o período da manhã, eu lecionava no [Colégio] Marquês de Alegrete e no restante do dia, no

---

13 Sindicato dos Bancários de Alegrete, fundado em 18 de março de 1963. Em 2013, em comemoração dos 50 anos da entidade, publicou-se um texto, no qual segue pequeno trecho: “Foi nesse cenário que um grupo de abnegados e combativos companheiros decidiram transformar a Associação dos Bancários de Alegrete em Sindicato, para melhor organizar a luta dos trabalhadores bancários de nossa cidade. De lá para cá muita coisa aconteceu. Nosso Sindicato já nasceu com o espírito de luta. Tanto que ao completar um ano de existência já sofria perseguições, culminando logo no fechamento da entidade pelo governo ditatorial que se instalara naquele março de 64. Nosso presidente era João de Souza Antunes, funcionário do BB que teve seus direitos políticos cassados e foi demitido. Assim, ficou sofrendo as agruras da ditadura, até a abertura política, sendo reintegrado mais tarde.” <https://contrafcut.com.br/noticias/sindicato-de-alegrete-comemora-50-anos-de-lutas-e-conquistas-0038/>.

14 Segundo a Sr.<sup>a</sup> Maria Ignácia, durante sua docência no Oswaldo Aranha, presenciou uma conversa entre os professores Geraldo Miguel Costa e Estér Vaucher Rodriguez, no qual o primeiro, intencionalmente para que ela ouvisse, fez o seguinte comentário: “[sic] A ‘gente’ faz a revolução contra os comunistas em 64 e agora eles estão aqui trabalhando com a ‘gente’...”, sendo respondido pela professora em tons afirmativos: “Aqui está cheio de comunistas!”.

Oswaldo Aranha. Pela tarde, atendia turmas do ginásio e, à noite, na científica e na clássica”. Nas aulas referentes ao turno da tarde, teria sido posta na disciplina de Língua Portuguesa, para substituir outra professora. Entretanto, os vencimentos dessas aulas foram repassados à docente substituída, pois Maria Ignácia não poderia receber três vencimentos, embora a pessoa gratificada em seu lugar não lecionasse durante o período em questão.

Maria Ignácia recorda que as aulas eram vigiadas, sob a justificativa de o professor doutrinar os jovens à subversão. Essas posturas, consideradas “inadmissíveis” por docentes conservadores, culminavam em reclamações/acusações dos pais dos alunos. Segundo ela, “muitos professores foram prejudicados”, mas alguns colegas, bem como integrantes de direções de escolas, orientavam determinados discentes a serem indisciplinados propositalmente nas aulas ministradas por aqueles considerados subversivos e/ou comunistas. Em uma das formas de pressão direcionadas à Maria Ignácia, conforme o seu depoimento, a diretora Cecília Leal utilizava-se de um gravador para registrar as aulas do lado de fora da sala e era identificada pelo barulho feito pelos sapatos salto-alto que usava (Antunes, 2010).

Outra professora perseguida pelo regime foi a Sra. Wanda Trindade, comunista e esposa do também comunista Valentin Trindade. Valentin, ao lado de Policarpo Pereira, era um dos principais líderes do PCB alegretense. Ambos eram intelectuais e possuem seus nomes citados em dossiês do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional (SIAN). As menções eram sobre ações antirrevolucionárias, pregações sobre o comunismo e contra a Segurança Nacional. Os dois compuseram o grupo de presos durante os primeiros dias da ditadura, anteriormente mencionado. Sobre Wanda Trindade, Carlos Lopes (2010) indica que ela teria sido comunicada por Carlos Grande durante o primeiro dia letivo após o golpe de 1964 a não comparecer à escola, pois seria detida pelo Exército. Na visão do entrevistado, a postura de Grande fora elogiosa, apesar de interventor e apoiador do regime. Todavia, podemos inferir sobre como ele sabia disso previamente; ou de o aviso ser uma intuição acerca do contexto vivido. Em uma data não especificada por Lopes (2010), Wanda Trindade teria sido interrogada no 6º RC pelo capitão Assis Brasil, que fora anos antes seu aluno; na ocasião, teria ironizado o militar dizendo que anteriormente era ela quem fazia as perguntas e, naquele momento, era ele quem as fazia.

De acordo com Carlos Lopes (2010), os interrogatórios objetivavam a contradição nas respostas do acusado, mas não tinham critérios adequados nas perguntas, pelo menos os ocorridos em Alegrete e presenciados por ele. Para o entrevistado, as indagações apenas seguiam ordens centrais, que determinavam o combate aos comunistas, e não possuíam técnica ou metodologia. Assim, os interrogadores disputavam entre si qual extrairia o maior número de “informações contundentes dos presos”, buscando “mostrar serviço ao alto-escalão do Exército”, para facilitar as promoções.

A repressão não poupou nem mesmo o pai de Carlos e Paulo Lopes, o Sr. Emílio Lopes, preso junto ao grupo detido durante os primeiros dias após o golpe, pois possuía idade bastante avançada. Ele era proprietário da Tipografia Tupi e tinha ligações com o PCB local, sendo um dos mais antigos comunistas de Alegrete. Na ocasião, uma viatura do Exército com quatro militares armados com mosquetões estacionou em frente à oficina, retirando-o do local e levando-o ao 6º RC. Apesar de ter tuberculose, contraída pelo contato com chumbo e antimônio ao longo dos anos em seu trabalho, permaneceu preso por trinta dias (Lopes, 2010). Infere-se acerca do impacto da ditadura sobre esta família e, sobretudo, às questões subjetivas acerca da Sr.<sup>a</sup> esposa de Emílio e mãe de Pedro e Paulo Lopes.

Carlos Lopes (2010), por seu turno, foi preso após um mandado movido fora de Alegrete, o qual teve a presença, segundo ele, “de um comerciante e de um fazendeiro, vereador arenista na época, em território uruguaio”, na cidade de Artigas.<sup>15</sup> Em uma de suas várias detenções, relata que seguidamente era acordado durante a madrugada para prestar esclarecimentos a algum oficial. Apesar de ter um problema na perna, culminando dificuldades de locomoção, era posto em pé, no corredor próximo à sala do interrogador, e nessa posição permanecia por horas. Devido às fortes dores, Carlos Lopes diz-nos que se jogava ao chão, fazendo o guarda que o vigiava pôr-lhe novamente em pé mediante chutes e empurrões. De acordo com o depoimento, outros desafios eram o frio e a sensação subjetiva de que as sessões de perguntas eram movidas apenas para torturá-lo psicologicamente, devido à expectativa e ansiedade geradas pela espera e pelo fato de que muitos interrogatórios simplesmente não ocorriam.

---

15 O entrevistado preferiu não mencionar os nomes dos envolvidos, pelo fato de a entrevista estar sendo gravada, embora com autorização do mesmo.

Conforme o depoimento de Rui Neves (2010), José Mário de Souza Lagranha, conhecido como “Pereca”, esteve preso por volta de 1969 no 10º B Log., antigo 3º GCan, e foi torturado com afogamento num tonel de óleo cheio d’água, o que lhe causou um problema de surdez. Pereca, Timóteo Bombach e Teobaldo (Neves não recordou o sobrenome, mas trata-se de Teobaldo Ferreira Magalhães) teriam sofrido outras agressões físicas, com os dois primeiros sendo transferidos à Bagé. Acerca de Pereca e Teobaldo, juntamente com José Carlos Duarte Boabaid e Jairo Tasso da Costa, há dois arquivos no acervo digital do Arquivo Nacional (SIAN). O primeiro, indica a prisão de Costa, Lagranha e Magalhães. O segundo, trata do desfecho do caso, com a perda dos direitos políticos por dez anos, conforme o AI-5.<sup>16</sup>

Já sobre Timóteo Bombach não foram encontrados registros oficiais. O que se sabe dele parte unicamente de fontes orais. Contudo, quando se pergunta algo a respeito da ditadura em Alegrete a alguém que tenha vivido a época, seu nome é sempre o primeiro lembrado. Segundo depoimento de Carlos Lopes (2010), ele fora antigo peão de estância, sendo alfabetizado pelo filho do patrão, Telmo Marengo; por influência deste, teve contato com o comunismo. Posteriormente, no início dos anos de 1960, foi um dos líderes locais do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), participando de um grupo formado por camponeses que visou à desapropriação de uma área rural denominada Barragem, o que desagradou os grandes proprietários de terras locais. Também colaborou na formação de inúmeros sindicatos trabalhistas, dentre os quais, o dos Bancários e o da Construção Civil. Por ter ligações com o PCB e reunir jovens para a orientação política, Bombach foi seguramente aquele que mais vezes esteve encarcerado durante o regime civil-militar em Alegrete. Candidatou-se a vereador em 1982 pelo PMDB, em uma fração do PCB que compunha o partido, obtendo 81 votos.

Ademais, além das ações individuais, a repressão visou grupos locais organizados. Um deles, o movimento estudantil, tinha considerável força militante no município. Consta-se que, em 1970, havia sete grêmios estudantis de nível médio e dois de ensino superior em Alegrete.<sup>17</sup> De acordo com o depoimento de Eleú Menezes, vereador do MDB cassado em 1969, o movimento estudantil alegretense

---

16 O primeiro arquivo está disponível em: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_83006839\\_d0001de0001](#). O segundo pode ser visto em: [br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_85011987\\_d0001de0001](#).

17 ALEGRETE, Comissão destinada a construir o Plano Diretor, 1971, p. 11.

[...] refletia o movimento estudantil do estado. Os grêmios não tinham uma visão somente de recreação. Tinha a mesma finalidade [do movimento em nível estadual]... Era uma finalidade política de unificação, de apoio aos movimentos sociais, aos movimentos populares, no caso da reforma agrária. Tudo aquilo que se postulava a nível nacional e estadual. De apoio ao Brizola... Todo esse movimento que o Brizola patrocinou... O movimento de reforma agrária, as desapropriações, a criação da CRT. E também era contra os americanos, porque eles apoiavam a ditadura (Menezes, 2014).

Os líderes dos grêmios tinham certa projeção por intermédio dos congressos estudantis, torneios desportivos e, principalmente, na organização da União dos Estudantes Secundaristas de Alegrete (UESA) (Gubert; Adams, 2004, p. 65). A UESA mantinha um forte prestígio na cidade, desde antes do regime. Possuía sede própria, um organizado regimento interno<sup>18</sup> – sendo dotada de um presidente, dois vices e quatro secretários – e, em 24 de março de 1969, foi considerada entidade de utilidade pública de Alegrete, mediante a Lei Nº 889/69. Por meio da centralidade da UESA, os grupos estudantis inseriram-se a uma rede de relações, no qual também se destacaram o Grêmio da Escola Técnica em Contabilidade Emílio Zuñeda e o Centro dos Estudantes do Curso Agrotécnico de Alegrete (CECATA), da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA). Conforme relatam Maquiné Gubert e Hilmar Adams (2004), que estudaram na escola de Passo Novo (EAFA) e publicaram um livro com memórias da época de estudantes, o CECATA protagonizou uma das ações de maior envergadura do movimento estudantil, em nível local, durante a ditadura.

No entanto, não foi um movimento com objetivo político contra a ditadura. De acordo com os autores, os discentes questionaram as condições estruturais da escola, as “dependências inacabadas” e as “péssimas condições das salas de aula”, além de cobranças por melhores condições para as refeições. Todos esses problemas haviam se intensificado após o governo do estado assumir a administração da mesma. Enquanto o corpo docente e a direção consideravam-nos baderneiros, os estudantes, por sua vez, diziam que a direção era relapsa na tentativa de solução dos problemas. Essas questões, somadas à oposição ao diretor recém empossado Benvindo Getúlio Mourinhos, culminaram na greve de maio de 1965. Para Gubert e

---

18 O regimento da UESA pode ser conferido em: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Caixa-arquivo. SOPS / A – 1.-1.1.1.1 a SOPS / A.-18.4.1.

Adams, a intenção era montar um acampamento na Praça Getúlio Vargas para que a população tomasse conhecimento dos problemas enfrentados na escola. Entretanto, os estudantes foram surpreendidos com a decisão da direção em expulsar alguns alunos – Adão Rosa Soares, Leonero Alcides Barbosa, Luis Carlos Bittencourt Fossari e Paulo Guedes – e de contatar órgãos militares para resolver a questão da greve. Conforme Gubert e Adams (2004, p. 77-97), evitando se expor diretamente no caso, o Exército solicitou auxílio da Brigada Militar, que se instalou nas dependências da escola.

[Os estudantes] Estavam cercados por todos os lados pela brigada militar. Havia soldados fardados por todos os cantos e a cada ponto estratégico, metralhadoras ponto trinta (Gubert; Adams, 2004, p. 77).

Subsidiados pelo prefeito Adão Ortiz Houayek, que cedeu caminhões da prefeitura para o transporte dos estudantes até a zona urbana (a escola localiza-se aproximadamente a 30 km da cidade), a intenção de levantar acampamento na Praça Getúlio Vargas estava ganhando forma. Na chegada à cidade, viaturas militares esperaram o quinto caminhão (que veio separado dos outros) na ponte Borges de Medeiros, guiando-o até o 6º RC. Paralelamente, na praça, uma multidão se formou em torno dos estudantes agrícolas, pois, o fato da greve em Passo Novo já era de conhecimento geral. De acordo com o relato de Gubert e Adams, os militares se dirigiram à praça para buscar os demais estudantes, realizando uma abordagem violenta (ou, possivelmente, desproporcional), com a população, perplexa, testemunhando tudo. Uma vez detidos, os alunos teriam sido interrogados sobre as acusações feitas pelos professores, de que mantinham atividades subversivas, eram instruídos por Leonel Brizola e treinavam guerrilha nas áreas ao redor da escola. Sobre isso, dá-se a entender inicialmente, a partir do livro de memórias, de que todos os professores acusavam os alunos, o que, inferindo à questão, pode ser um exagero. Ana Paula da Silveira Ribeiro (2015, p. 99-101), em estudo sobre a história da EAFA, descreve esses fatos, embora não explique o fato trazido por Gubert e Adams sobre a presença da Brigada na escola.

Desse modo, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), os alunos voltaram às aulas e o professor tenente do Exército Ismael Barreto Passos

foi nomeado diretor-interventor, em 28 de maio de 1965 (Ribeiro, 2015, p. 101).<sup>19</sup> Passos permaneceu por um mês; depois dele, assumiu o Major Jim Meirelles, que foi diretor durante todo o período de intervenção, que durou quatro anos. Ademais, conforme as informações levantadas por Ribeiro acerca da estrutura da instituição (2015, p. 101), “a intervenção não foi algo negativo, pois o motivo da deflagração do movimento grevista eram as condições em que se encontrava a escola”.

Sobre a UESA, “os militares golpistas ainda não davam muita importância aos Congressos e Seminários de estudantes secundaristas do interior, embora os vigiassem”, logo de início (Gubert; Adams, 2004, p. 67). Ainda assim,

Depois do golpe de 1964, houve uma intervenção branca na entidade (UESA), quando a maioria dos estudantes, representantes dos diversos cursos, foi convencida e no final, obrigada a se afastar da entidade. No lugar dos afastados foram indicados novos delegados, sensíveis à nova ordem militar, na maioria filhos de militares. Este episódio ocorreu nas férias [...]. Os novos dirigentes da UESA não eram maus, mas eram jovens absolutamente despreparados para o exercício de qualquer função de liderança. Sem nenhuma base no movimento estudantil. Mas, ali estavam como joguetes nas mãos da ditadura, sempre acompanhados de um assessor especial, que os orientava a cada momento, possivelmente um militar. Nunca saberíamos ao certo (Gubert; Adams, 2004, p. 68).

Com o tempo, à medida que o regime autoritário avançava, as atividades estudantis foram aos poucos perdendo força, pois “a UESA, sempre caracterizada como uma entidade combativa na defesa dos estudantes se transformara numa entidade pífia, sem propostas, sem projetos e sem objetivos, calada e bem comportada”, sendo que os “Congressos e Seminários Estudantis que debatiam grandes teses, nos quais se realizavam grandes debates dos problemas sociais e educacionais foram excluídos de pauta e deixaram de existir” (Gubert; Adams, 2004, p. 74).

Por sua vez, a *Gazeta de Alegrete* esteve diretamente envolvida com o contexto pelo qual tratamos. O jornal foi fundado em 1º de outubro de 1882 e é o mais antigo em circulação no Rio Grande do Sul. Entre 1945 e 1970, pertenceu ao sr. Heitor Galant, que foi deputado estadual pelo Partido Libertador (PL) entre

---

<sup>19</sup> De acordo com os dados da ditadura disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional (SIAN), nos dossiês de Carlos Eroni Carús e Honório Paines, vereadores do PTB e MDB, respectivamente, fala-se de um “IPM dos estudantes” em 1965. Tudo indica tratar-se do mesmo IPM da escola de Passo Novo. Ademais, os dois políticos são colocados como participantes e influenciadores do movimento que resultou na greve.



1951 e 1963. Em 18 de novembro de 1970, a *Gazeta de Alegrete* foi considerada “imprensa oficial” do município. Antes de 1964, o jornal garantia farto espaço aos ideais libertadores e textos de Raul Pilla, um de seus principais líderes, inserindo-se às críticas às Reformas de Base, ao governo Goulart e ao trabalhismo, e enaltecendo o regime após 1964.

[...] aconselhado pelo cunhado, Sr. Leonel Brizola, o homem das revoluções pelo microfone e com tendências esquerdistas, o Sr. João Goulart, dentro em breve estaria convertendo o Brasil em uma segunda Cuba. Aliás, o golpe estava marcado para 1º de maio. Mas os democratas, os verdadeiros brasileiros, os patriotas autênticos e principalmente as gloriosas Forças Armadas, ganharam-lhe o tirão (GAZETA DE ALEGRETE, 6/6/1964, p. 3).

Os vínculos partidários com o PL foram mantidos com a Arena, uma vez que os libertadores compunham a principal ala arenista. Para ilustrar a questão, uma publicação sobre a eleição de 1966 para o Congresso Nacional serve como bom exemplo. O editorial demonstrou contrariedade com os resultados nas urnas municipais, considerando o eleitor alegretense como “inconsciente”, pois estava dando a vitória aos “anti-revolucionários” do MDB. No entanto, é destacado que a Arena se sagrava a grande vencedora, pois mantinha hegemonia política e continuaria a sua marcha de saneamento e moralização.

O número de inconformados com o movimento de 31 de março de 1964, explorando o alto custo de vida e invocando a memória de seus antigos líderes, de cujos cadáveres fizeram bandeira, conseguiu levar as urnas um número considerável de eleitores que inconscientemente lhes garantiu uma vitória fictícia, esquecendo que a situação de dificuldade das classes trabalhadoras, nada mais é do que o efeito dos desmandos dos governos de João Goulart e Leonel Brizola (GAZETA DE ALEGRETE, 17/11/1966, p.1).

O periódico participou do processo de deslegitimação do governo Goulart, estabelecendo comparativos segundo os quais a “revolução saneadora de 1964” teria livrado o país do comunismo e da insegurança.

Durante o malfadado governo Jango – o mais calamitoso de toda a República [...] - as greves eram quase diárias. [...] A qualquer pretexto, sem mais nem menos, toda uma classe se declarava em greve e impunha o que lhe bem lhe parecesse. Ao final, suas reivindicações eram atendidas [...] como prêmio de sua impatriótica atitude, eram recebidos pelo Sr. Presidente da República. O Brasil se tornava o paraíso dos grevistas. [...] O governo trabalhista do Sr. João



Goulart, que nos ia arrastando para o comunismo, dava-lhe tudo: mais direitos, mais regalias, mais ordenados, mais salários e menos horas de trabalho! [...] Agora, caro leitor amigo, as greves cessaram como por encanto. Nem em greve se fala. [...] Onde estão os líderes das greves que não se manifestam? Porque não agitam, não gritam? (GAZETA DE ALEGRETE, 6/6/1964, p. 3).

O movimento de 31 de março não foi um golpe militar, à velha maneira caudilhesca do continente: foi resultante da reação das forças vivas da Nação, manifestada no Congresso Nacional, na imprensa, nas marchas da família – que desfechou na ação militar (GAZETA DE ALEGRETE, 9/7/1965, p. 2).

Uma questão não explorada aqui, mas que não pode ser desconsiderada, é o papel da imprensa tradicional no apoio ao golpe, das ideias acerca do entendimento de que o poder seria devolvido após a eleição de 1965 (algo que contribuiu para o fim dos partidos políticos) e do avanço da repressão e da censura, forçando-a ao silenciamento, mesmo que constrangida. Além disso, de ela se portar moderadamente para manter-se funcionando. Em meio a essas questões, a *Gazeta de Alegrete* passou a explorar os resultados estatísticos promovidos pelo “milagre econômico” (1969-1973). Isso pode ser visto em frases como “O Brasil cresceu, progrediu, assumiu as rédeas de seu próprio destino e ocupou o lugar de vanguarda que lhe cabe no mapa do mundo”, de 1º de janeiro de 1972, ou da citação a seguir:

Para vencer as barreiras erguidas pelo reconhecimento, o Brasil intensificou agora uma política de maior aproximação com os países vizinhos, pela abertura de novas estradas, construção de pontes, concessão de portos livres, vivificação das regiões fronteiriças, concessão de bolsas de estudo para universitários, intercâmbio técnico, científico e comercial e empreendimentos de interesses bi-nacionais (GAZETA DE ALEGRETE, 14/8/1971, p. 2).

Apesar das dificuldades encontradas por veículos de imprensa interioranos, a *Gazeta* tinha influência e penetrava na opinião pública de Alegrete. Em 1970, o jornal passou a ter como diretores os senhores Samuel Marques e Hélio Ricciardi, resultando novamente em gradativa mudança editorial (não tão explícita de apoio à Arena), ainda que, em 1978, tenha obtido concessão de radiodifusão, criando-se a Rádio Gazeta. A cerimônia de inauguração, em 26 de abril do ano seguinte, marcou a presença do presidente militar João Baptista Figueiredo.

## Considerações finais

Com este breve texto procuramos discutir a ditadura em Alegrete e é claro, sabendo dos desafios e dos limites, elencar eventos locais que possibilitassem reflexões sobre o período histórico. Apresentamos, portanto, algumas questões político-partidárias e as movimentações das elites em torno dos partidos de “situação” e “oposição”, em meio a um bipartidarismo frágil. Destacamos, também, casos de pessoas e grupos que foram vítimas dos aparatos repressivos da ditadura. Todas essas questões, por razões óbvias, não foram aprofundadas; porém, permitiram elaborar uma breve síntese sobre a ditadura no citado município e problematizar o período histórico a partir de sua dinâmica e características em locais afastados geograficamente dos grandes centros urbanos. Nesse caso, vimos que vários dos eventos listados confirmam conhecimentos consagrados pela historiografia, como a repressão, a pressão ao MDB e aos considerados subversivos, especialmente comunistas. No entanto, com base nas características locais, destacamos a importância do olhar metodológico sobre a busca por consenso e legitimidade social, mediante alianças com elites locais. Vários documentos extraídos do site do Arquivo Nacional, por exemplo, indicam a preocupação do regime com a repercussão e a imagem de si para a sociedade local, quando feito uso da força para se resolver determinados ocorridos.

Ademais, este é um tema que exige reflexões, inclusive sobre as disputas de memória e os seus legados. Para se ter uma ideia, em Alegrete, em 31 de março de 2019, foi posto numa praça da zona leste da cidade um blindado modelo M41, em homenagem ao Exército, tendo sido inaugurado tempo depois. Também em 2019, um homem, de joelhos e cartaz nas mãos, foi pedir intervenção militar em frente ao 12º Batalhão de Engenharia. Além disso, em frente ao mesmo quartel, formou-se um acampamento financiado por alguns latifundiários e empresários locais (com uso de guindaste e uma enorme bandeira nacional, ambos de propriedade do Exército), que questionou o resultado da eleição presidencial de 2022, precedendo tudo o que se viu nacionalmente na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Assim sendo, o tema em estudo também exige reflexão sobre o papel dos historiadores contra o negacionismo e a desinformação, de modo a serem pensados, discutidos e debatidos, tendo em vista a democracia, os direitos humanos e, sobretudo, a ética.

## Referências

BRAGA, Diego Garcia. **Nas “quebradas do Ynhanduí”, gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro**: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (1966 – 1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5400>. Acesso em: 24/07/2024.

\_\_\_\_\_. **Política e ditadura em Alegrete (RS)**: a história da Arena e do MDB alegretenses (1966-1979). Porto Alegre: Casalettras, 2024.

\_\_\_\_\_. Ditadura e política local: a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Alegrete a partir das fontes orais. **XIII Encontro de História Oral. Anais, 2016**. Disponível em: 1462679518\_ARQUIVO\_Diego.braga.historia.oral.2016.pdf (historiaoral.org.br). Acesso em: 24/07/2024.

\_\_\_\_\_. O regime civil-militar em Alegrete (RS): partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 4, Nº. 14, 2015. Disponível em: Revista Latino-Americana de História- UNISINOS. Acesso em: 24/07/2024.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório final, 3 volumes. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 9/7/2022.

COLEÇÃO CAROS AMIGOS. **A ditadura militar no Brasil**: a história em cima dos fatos. Fasc. 10. Governo Geisel: extinta a luta armada. Caros Amigos Editora, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964. A conquista do Estado**: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ELETROSUL. **Memória**: Usina Termelétrica Oswaldo Aranha 20 anos de energia. 1988, p.9.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n 47, 2004. p. 29-60.

FRANCO, Marina. A título de conclusão: a história das ditaduras recentes do cone sul como desafio epistemológico. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina (Org.). **As ditaduras do Cone Sul da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

GUBERT, Alfeu Maquiné; ADAMS, Hilmar. **Rebeldes do Alegrete**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2004.

MARTINS, Gilmar de Lima. **74 perguntas a Adão Faraco**. Vol. I e II. 1ª ed. Alegrete:

Q&B Publicações Ltda e Bumerangue Comunicação Total, 2012.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

## Fontes:

## Documentos oficiais:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados censitários: 1960, 1970, 1980. Dados fornecidos pela sede local do IBGE.

\_\_\_\_\_. Ato Complementar nº 26, de 29 de Novembro de 1966. ACP-26-66 (planalto.gov.br). Acesso em: 9/7/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968. L5453 (planalto.gov.br). Acesso em: 9/7/2022.

\_\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: br\_dfanbsb\_aaj\_0\_ipm\_0125\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). sessão legislativa de 31 de dezembro de 1965. Disponível em: br\_dfanbsb\_aaj\_0\_ipm\_0125\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponível em: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ggg\_85012268\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Dossiê de Eleú Menezes: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ggg\_84009960\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Dossiê de Honório Paines: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ggg\_84009960\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ggg\_83006839\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

\_\_\_\_. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ggg\_85011987\_d0001de0001. Acesso em: 25/07/2024.

ALEGRETE. Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL). Comissão destinada a construir o Plano Diretor, 1971, p. 11. Caixa-arquivo “1970-1971”.

\_\_\_\_. Câmara Municipal (Arquivo de documentação). Livros-ata: 1964-1974.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Disponível em: Caixa-arquivo. SOPS / A – 1.-.1.1.1 a SOPS / A.-.18.4.1.

## Entrevistas:

ANTUNES, Maria Ignácia: depoimento [out. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

LOPES, Carlos: depoimento [set. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

LOPES, Paulo: depoimento [mai. 2024]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

MENEZES, Eleú Rosa de: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

NEVES, Rui: depoimento [nov. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

### **Materiais jornalísticos consultados:**

GAZETA DE ALEGRETE, 6/6/1964, p. 3.

\_\_\_\_\_. 9/7/1965, p. 2.

\_\_\_\_\_. 17/11/1966, p.1.

\_\_\_\_\_. 14/8/1971, p. 2.

LAGO, Andréia; IAQUINTO, Kalinka. No rastro de um torturador: série busca pistas de ‘casas da morte’ usadas por Paulo Malhões, homem-chave da tortura durante a ditadura. Portal UOL. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/tortura---no-rastro-de-um-torturador.htm#no-rastro-de-umtorturador>. Acesso em: 9/7/2022.

# IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR: UM ESTUDO A PARTIR DA TEOLOGIA DA ENXADA NA CIDADE DE TACAIMBÓ-PE (1969-1971)

Adauto Guedes Neto<sup>1</sup>

A historiografia sobre a ditadura militar brasileira e sua relação de apoio ou divergências com o clero católico, aponta para estudos dos mais variados, tais como, a reação dos militares contra o grupo de religiosos e leigos católicos que defendiam a opção preferencial pelos pobres (Bruneau, 1979), (Castro, 1984), a Igreja Católica influenciada por seu tempo, contestadora de si e da ordem social estabelecida (Mainwaring, 2004), o conceito de cristianismo da libertação como renovação do termo Teologia da Libertação para explicar melhor um setor do clero que se posicionou na América Latina contra as injustiças sociais e a violação dos direitos humanos nos tempos da ditadura (Löwy, 2000), os crimes praticados contra membros do clero, como o assassinato do padre Antônio Henrique, assessor para a juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife no período de Dom Helder Câmara (Cunha, 2008), a relação de aproximação a partir da Comissão Bipartite entre militares e bispos católicos (Serbin, 2001), a visão dos Centros de Informações da ditadura sobre bispos católicos (Gomes, 2014), para citar algumas pesquisas referenciais das últimas décadas. Todos, a partir de uma ótica de Brasil e/ou América Latina que voltam seu olhar aos grandes centros urbanos.

Analisar a relação: ditadura militar - Igreja Católica, a partir da Teologia da Enxada, é contribuir para uma nova perspectiva historiográfica, pois, temos a oportunidade de compreendermos as reverberações de tal dinâmica política além dos grandes centros como já têm acontecido com as pesquisas do período, mas analisarmos as especificidades e nuances dos conflitos ou aproximações entre o clero católico, os militares e seus representantes políticos nas cidades do interior

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Adjunto de História da Universidade de Pernambuco – UPE, campus Petrolina-PE. E-mail: [adauto.guedes@upe.br](mailto:adauto.guedes@upe.br)

do Brasil, no caso em questão, Tacaimbó – cidade da região agreste do estado de Pernambuco, distante acerca de 170km da capital, Recife.

O fato dessa experiência de formação para padres, fora do seminário, ter a coordenação do padre belga Joseph Comblin, talvez tenha sido um dos fatores que levaram os agentes da repressão acompanhá-la de perto, e de tal maneira, produzir uma série de documentos que conseguimos encontrar no Arquivo Nacional, uma vez que, as informações locais produzidas e encaminhadas pela Polícia Militar e Polícia Federal para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, depois encaminhada para alguns dos Centros de Informações que se conectavam ao Serviço Nacional de Informações – SNI, estão hoje disponibilizadas na plataforma digital do Serviço Informações do Arquivo Nacional.

O ano de 1968 fora de grande repercussão na imprensa pernambucana contra uma das figuras principais da Teologia da Enxada. Refiro-me, às denúncias de setores reacionários da Igreja Católica, como a Tradição, Família e Propriedade – TFP e políticos conservadores, contra o padre Joseph Comblin.

A pedido do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara, o referido padre escreveu uma análise sobre o documento base da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, da qual o arcebispo participaria e gostaria de ter um estudo prévio. O material produzido pelo padre tecia críticas à perspectiva colonialista do catolicismo latino-americano e afirmava a importância do comprometimento cristão com a causa dos pobres e injustiçados, foi publicado na imprensa e gerou forte repercussão, fato que motivou a perseguição dos órgãos de repressão contra Joseph Comblin, fato que ocasionou na sua expulsão do país em 1972.

A experiência de formação denominada Teologia da Enxada, foi coordenada pelo padre José Comblin entre 1969-1972, dividida em duas equipes, uma na cidade de Tacaimbó-PE e a outra em Salgado de São Félix-PB. A partir da formação que se estabeleceu no interior pernambucano, pudemos investigar também os fatores subsequentes, pois, um dos seminaristas que vivenciou tal experiência continuou morando naquela cidade, e assim, através da sua atuação como animador e articulador na comunidade local e região, tivemos uma compreensão dos impactos, para além dos anos de estudos, proporcionado pela formação que ocorreu entre 1969 e 1971.



Interligada às conclusões do Concílio Vaticano II (1962-1965)<sup>2</sup>, existiram ali representadas diferentes correntes que refletiam sobre a atualização das ações da Igreja Católica em relação aos desafios do momento presente. Entre as correntes que desejavam mudanças mais significativas e aqueles que defendiam a permanência na maneira da Igreja proceder, o padre Comblin estava entre os que impulsionaram as modificações que se realizaram, mas que não se contentaram com as mesmas, uma vez que pretendeu um catolicismo dos pobres, para os pobres – uma Igreja Povo de Deus. Daí porque o identificamos com o grupo que foi além do Concílio através das orientações definidas pelo pacto das catacumbas. O mesmo, que teve como um dos principais articuladores e signatários, dom Hélder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife, 1964-1985), definiu um estilo de vida para bispos e padres em consonância com o estilo de vida da maioria pobre. Além disso, o padre Comblin se identificava com uma tradição do pensamento católico ligada aos movimentos de liberdade e contestação à hierarquia do poder católico, dentre os quais alguns foram denominados de heresias pela cúpula eclesial. Estes têm relação com o cristianismo primitivo e que, segundo a perspectiva defendida pelo sacerdote, foi base para as revoluções da modernidade, tais como: as guerras camponesas no bojo da cisão cristã promovida pela reforma protestante e de grupos ligados à revolução inglesa.

Desta maneira, os primeiros passos de Comblin na América Latina estiveram associados às ebulições provocadas com as discussões e resoluções que foram surgindo ao longo do Concílio Vaticano II e imediatamente posterior a ele. Tal processo contribuiu para a reivindicação por parte de seminaristas, por exemplo, de novos modelos de formação para padres, dos quais José Comblin participou no Brasil como formador na experiência ocorrida no interior pernambucano.

Sendo assim, estando delimitado nosso objeto de pesquisa na perspectiva da História Política enquanto enfoque, sobretudo, no que concerne ao contexto da ditadura brasileira. Abordaremos com relação ao tratamento de fontes a análise qualitativa e leitura crítica do documento, bem como o método das redes sociais. Esta última, definida metodologicamente como “um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou ainda

---

2 O Concílio Vaticano II foi o Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal “*Humanae salutis*”, pelo Papa João XXIII. Ele foi realizado em 4 sessões em que mais de 2000 Prelados, convocados de todo o planeta, discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações, elaboradas e aprovadas pelo Concílio, tendo sido concluído em dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI.

influência) entre um conjunto finito de atores”. (Lazega e Higgins, 2014, p.07-08). Fundamental para compreendermos como se deu a relação do padre Comblin com o universo intelectual e católico na busca por um novo jeito de ser Igreja junto com as atividades realizadas pelos seminaristas da Teologia da Enxada.

Este trabalho, procura analisar os meandros do processo histórico que ocasionaram conflitos entre membros da Igreja e o poder político, tendo como espaço de observação a região agreste de Pernambuco durante a Ditadura Militar (1964-1985), compreendendo tal período para além da visão macro, percebendo então os impactos da mesma na referida região, sobretudo a partir da experiência da Teologia da Enxada que, é apontada por Eduardo Hoornaert como o “método Paulo Freire aplicado à situação concreta da formação sacerdotal, mas que nela não se esgota. Para além da religião ou da fé cristã, esse método assume um caráter universal” (Hoornaert, 2012). Ou seja, ultrapassa as questões internas de nova perspectiva de formação dos seminaristas, pois tal experiência acarretou em práticas de atuação junto às comunidades em que se realizou, especialmente, tendo em vista que a partir de tal movimento conseguimos vislumbrar os acontecimentos do mencionado período numa nova dimensão, numa escala ainda pouco explorada, já que as pesquisas sobre o período tratam apenas das experiências nas grandes cidades, e sua grande maioria sobre o eixo Rio - São Paulo.

No entanto, o estudo sobre a Teologia da Enxada não se encerra em si mesmo, remete-nos a outras problemáticas, tais como fazer compreender as transformações que a Igreja católica vinha sofrendo e que culminou num distanciamento ainda maior entre as correntes internas divergentes. De tal maneira, percebemos como a perspectiva em questão esteve presente na atuação dos seminaristas que foram a Tacaimbó-PE vivenciar uma teologia inserida no meio popular, bem como os conflitos envolvendo a Igreja e o poder político local.

Portanto, o espectro de conflito que vivia o Brasil durante a ditadura militar do qual envolveu segmentos do clero católico e a ditadura militar, pode ser discutido, analisado e contextualizado a partir de uma nova órbita, um novo olhar, uma nova perspectiva, pois, segundo Jim Sharpe, “a história vista de baixo proporciona um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história” (Sharpe, 1992, p. 59).

Trata-se de um processo que dialoga constantemente com as questões macro, e de tal forma compreendemos as maneiras pelas quais se procederam os anos da ditadura militar no Brasil sob as lentes de uma pequena cidade do interior pernambucano, da qual de alguma forma podemos observar de que maneira a mesma está inserida na conjuntura política que vivia o país em tempos de ditadura.

### *Teologia da Enxada: a dimensão religiosa de formação para a libertação no agreste pernambucano em tempos de ditadura*

Em meio à vigilância dos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, José Comblin coordenou uma experiência de formação para padres, conhecida por Teologia da Enxada. Sobre o seu surgimento, um dos seminaristas que a vivenciou, assim comentou:

No meio do ano (1968), já no ITER, a gente recebia informações e também em contato com Ivan Targino, que estava no sertão lá em Boqueirão dos cochos, dizia-nos, vocês estão aí alienados, formação se dá no meio do povo, vocês têm que vir é para o meio do povo. A gente já tinha saído, estávamos no meio do povo. Mas ele dizia, esse estudo aí não leva a gente a uma formação sólida porque é meramente intelectual, é uma formação de gavetas, de tratados teológicos, mas que não fazem a unidade da gente. Se a gente quer ser padre do povo, tem que está no meio do povo não só morando mais estudando também. Uma forma nova de teologia. Aí nasceu, aí estão as bases da Teologia da Enxada. Com essas assertivas do Ivan, nossos debates. Aí o grupo já era maior, era um grupo de nove jovens, que aderiam e aceitam um debate em torno de uma teologia mais inserida, aí não era mais uma questão só de moradia, era uma questão de formação intelectual a partir de baixo. Não só morarmos, mas formarmos a partir da vida com o povo. A vida com o povo nos ofereceria temas teológicos e não as cadeiras, as cátedras das universidades. Aí está a raiz da Teologia da Enxada. (Magalhães, 2020).

Conforme nos explica Ricoeur, “o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das coisas do passado, das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica”. (Ricoeur, 2007, p. 170). E é, assim, que entendemos o testemunho daqueles que experienciaram o processo em questão, sobretudo, quando nos deparamos com os detalhes descritos acima. Assim, trazemos os testemunhos em diálogo com outras fontes – porque, como continua Ricoeur na análise sobre a suspeição da testemunha:

De alguma forma antecipa essas circunstâncias acrescentando uma terceira cláusula a sua declaração: ‘Eu estava lá’, diz ela; ‘Acreditem em mim’, acrescenta, e: ‘Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa’, profere ela, às vezes, como uma ponta de desafio. (Ricoeur, 2007, p. 173).

Assim o faremos, uma vez que os depoimentos apresentados não estão isolados em si, mas são confrontados a outras falas, outros sujeitos, outras fontes. Sim, perguntamos a outras pessoas. Sabemos, conforme (Ricoeur, 2007), que a autenticação do testemunho se encontra na aceitação de quem o recebe e aceita; depois de então, ele adentra a categoria de estar acreditado, e, nessa busca, nosso diálogo, a partir dos diferentes testemunhos, é permanente.

A descrição de João Batista, o qual citamos anteriormente, além do destaque a Ivan Targino (Seminarista da Teologia da Enxada da equipe de Salgado de São Félix-PB) e o protagonismo dos nove estudantes, mostram-nos que é importante percebermos uma das características principais da Teologia da Enxada à frente das formações dos seminaristas. Nela, os estudantes conseguiram associar seus estudos à moradia em comunidades da periferia de cidades como Olinda, Camaragibe, Recife e João Pessoa, o que já era um passo relevante em relação à formação tradicional. Apesar disso, ou seja, de parte das formações dos seminaristas ocorrer nas periferias das mencionadas cidades, eles ainda tinham formações universitárias.

É, nesse aspecto, ou seja, de desenvolver um método de formação teológica na comunidade e a partir dela mesma, que a referida experiência merece ser analisada. Aqui, merece destaque ainda o papel central de José Comblin, de acordo com a afirmação de João Batista em relação à viabilidade desse projeto, e do próprio apoio do padre belga:

Fomos visitar Ivan no Sertão e vimos que seria possível. Quando voltamos, fizemos um esboço por escrito do que nós vimos e dos nossos desejos e passamos isso para Comblin. Comblin viu aquilo e entendeu nossa insatisfação. Ajudados também pelo padre Guerre, que acompanhou nossa visita ao sertão, Comblin solicitou aqueles dados e a gente repassou pra ele, sem ter muita clareza, pois nós tínhamos intuições, mas não muita clareza sobre como proceder, para que aquilo acontecesse, e Comblin abriu os caminhos e nos devolveu, de forma elaborada, um esquema de formação teológica a partir de temas populares, temas escriturísticos e temas da fé do povo. Foi a formalização da Teologia da Enxada. Claro que ele teve que lutar com a direção do ITER, mas, com a autoridade de Comblin, nós fomos bem acobertados e, daí, nascemos como estudantes da Teologia da Enxada. (Magalhães, 2020).

Portanto, é importante registrar que a ideia e motivação para a experiência de formação em áreas rurais partiram dos próprios seminaristas e tiveram apoio de padres como Comblin, Guerre, Servat, para citar alguns. Dessa maneira, o padre José Comblin, como teólogo, foi o responsável pela sistematização teológica da Teologia da Enxada. Perspectiva também levada por ele a ser desenvolvida no Seminário Rural de Talca no final dos anos 1970, e que, no início dos anos 1980, teve o método publicado no Brasil pelas edições paulinas, com o título de Breve Curso de Teologia<sup>3</sup>.

Na publicação em questão, percebemos os mesmos temas estudados que verificamos no documento<sup>4</sup>: Curso de Teologia: experiência do Seminário Regional do Nordeste, parte 2, sob a direção de Comblin, no ano de 1970. Trata-se de: a paixão e a morte de Jesus; a ressurreição de Jesus Cristo; o Espírito Santo; Maria, mãe de Jesus; Eucaristia; Deus-Pai; Jesus no meio dos Homens e a vida de Jesus. Por conseguinte, a partir de pesquisas e consultas à comunidade sobre tais temas, com os estudos e reflexões entre os seminaristas e os padres que os acompanhavam sobre seus resultados, tendo como norte as orientações iniciais de Comblin, foi criado um estudo teológico a partir da base. Ou seja, esse estudo teve, no indivíduo e na comunidade a ser evangelizada, os sujeitos desse processo. Isso acabou se tornando o esteio para uma nova perspectiva de formação, mas, sobretudo, para trabalhar um novo jeito de ser Igreja do qual Comblin estava imbuído. O documento que destacamos foi a base para parte do livro publicado por Comblin em 1977, através da editora Vozes, cujo título era *Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*.

Conforme Comblin descreveu nesse livro, a experiência começou da seguinte maneira:

No início de 1969, o Seminário Regional do Nordeste resolveu correr o risco de dar cobertura e orientação a uma experiência de tipo novo. Nove seminaristas de diversas dioceses, autorizados pelos seus respectivos bispos, projetaram viver alguns anos numa região rural. [...] Repartiram-se em dois grupos, um de quatro pessoas e outro de cinco. O primeiro instalou-se em

---

3 Foram publicados em 4 volumes: Jesus Cristo e sua missão (Tomo I), O Espírito Santo e sua missão (Tomo II), A Igreja e sua missão no mundo (Tomo III) e A sabedoria cristã (Tomo IV).

4 Curso de Teologia: experiência do Seminário Regional do Nordeste. Sob a direção do Pe. José Comblin. 2ª Parte. Recife. 1970. O referido documento encontra-se no Memorial Raimundo Nonato. Rua: Rosinaldo Santana, no Alto da Boa Vista: Bayeux-PB, espaço onde, por um bom tempo, o padre José Comblin morou.

Tacaimbó, município do Agreste pernambucano, situado a 170 km do Recife. O segundo foi viver em Salgado, município do Agreste paraibano, situado perto de Itabaiana a 80 km de João Pessoa e a 130 km do Recife.

Os dois grupos constituíram um programa de vida em que a parte da manhã era reservada aos trabalhos de agricultura, a parte da tarde ao estudo e a noite aos trabalhos apostólicos. (Comblin, 1977, p. 09).

Faziam parte das equipes: Francisco das Chagas, desistente após o primeiro ano e que foi substituído por Enoque Salvador de Melo; João Firmino, João Moura e Raimundo Nonato, todos eles localizados na cidade de Tacaimbó-PE. Em Salgado de São Félix-PB, a equipe era composta por: Ivan Targino, João Batista, João Almeida, José Diácono e Raimundo Silva.

Em livro autobiográfico, Francisco das Chagas narra como se deu a chegada a Tacaimbó, e os primeiros momentos da experiência de formação nesta cidade:

O João Moura e eu, com o João Firmino e o Nonato formamos a nova equipe e rumamos para Tacaimbó. De trem. Foi a primeira vez que andei de trem. [...] Instalamo-nos na casa paroquial, sob os olhares curiosos da população. [...] Nossa rotina era de atividade intensa: manhã, na roça; tarde, estudo e pesquisa de campo; noite, atividades na igreja e visita às famílias, com objetivos ora pastorais, ora de pesquisa de ordem teológica: o que o povo pensa sobre..., para compararmos com o que a doutrina oficial da Igreja ensina sobre os temas, como orientava o Pe. Comblin. (Rodrigues, 2014, p. 86-87).

Como descrevem as citações acima, parte do horário de formação era reservado ao trabalho, uma vez que uma das características dessa experiência era o autossustento material do grupo, sem a dependência financeira da Diocese, da paróquia ou do Seminário. Não era algo completamente desconhecido para parte do grupo, uma vez que, como nos relatou João Batista, a experiência de morar com a comunidade já havia sido vivenciada em João Pessoa:

Resolvemos interromper a Filosofia. Antes de ir para a Teologia, nós resolvemos sair do Seminário regional. Foi nos cedido uma casa pela arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa, numa rua bem popular no Bairro do Roger, rua Dom Vital, nº 113, ainda me lembro. Lá, montamos a casa cheios de ardor, precariamente. Não tínhamos bens acumulados. Isso em 1967, então já havia um começo forte de repressão. Nós vivíamos sob um clima de certa clandestinidade, evitando falar em público, e nos reunindo de modo clandestino com grupos que atuavam na época no trabalho mais direto de reação ao regime ditatorial. [...] Todos trabalhávamos, 2 numa fábrica...não ficávamos muito tempo porque desconfiavam que éramos espiões de esquerda.

Eu trabalhei como auxiliar de serviços no gabinete do Secretário de Educação da Paraíba, outro trabalhou numa gráfica e outro num posto de gasolina. Então, nós ganhávamos a vida pelo trabalho. Isso foi muito decisivo em nossas vidas, viver à custa do nosso trabalho. As dioceses não nos favorecia em nada nesse momento, mas silenciava ou dava apoio condescendente [...]. Éramos 5, de cinco dioceses diferentes: da Paraíba só tinha eu e o Ivan, o João de Almeida era da diocese de Nazaré, o Celio era da arquidiocese de Olinda e Recife e Nonato, que era também de Nazaré e depois passou para Recife. (Magalhães, 2020).

É importante perceber que, dos cinco nomes citados por João Batista, além dele, Ivan Targino, Raimundo Nonato e João de Almeida, quatro deles estiveram entre as duas equipes que vivenciaram a primeira experiência da Teologia da Enxada. Esses quatro jovens vivenciaram a realidade de morar fora do seminário num bairro pobre e numa casa precária, na cidade de João pessoa, correndo os riscos políticos de então. Sendo assim, a vida voltada para o trabalho e associada aos estudos e à vivência em comunidade não seriam novidades para a maioria que esteve, entre 1969-1971, em pequenas cidades do interior, se não fosse por um detalhe, o trabalho rural e a sistematização de estudo teológico desenvolvidos por Comblin.

Sobre o trabalho rural, um dos seminaristas da equipe de Tacaimbó, Enoque Salvador, descreve tal perspectiva:

Durante o dia nós trabalhávamos, botávamos uma roça normal, tínhamos muitas dificuldades com a enxada porque nenhum de nós éramos agricultores, mas o pessoal ajudava, repartia, agente trocava dias de serviço, era uma festa e com o tempo a gente foi ficando trabalhadores menos ruins. (Salvador *In*: Guedes Neto, 2014, p. 130).

Certamente, não foi fácil para os jovens oriundos de alguns anos de formação em Recife e João Pessoa, mesmo que parte deles tenha conhecido as atividades na periferia dessas cidades, experimentar o trabalho rural em comunidades pobres e num ambiente quente e seco. Mas, compunham o exercício de inserção, que caracterizava a Teologia da Enxada, sobretudo, porque tinha como premissa a formação de padres para atuação em comunidades rurais.

O mergulho antropológico para conhecer/respeitar/valorizar a fé popular é outro elemento característico dessa experiência central no ano de 1970. Ela compunha um dos elementos importantes da perspectiva combliniana. Num texto de seis folhas que encontramos no Memorial Raimundo Nonato, escrito por Comblin, cujo



título é *Problemas da Religiosidade Popular*, porém sem data de publicação, o autor inicia-o destacando que “a religião popular é a religião dos pobres e das massas” (Comblin, p. 01). A experiência da Teologia da Enxada, para além da formação, também desenvolvia o desejo pela luta contra as injustiças, mesmo que em alguns momentos, os seminaristas precisassem que lutassem por eles, que alguém os fortalecesse, como ocorria a partir do apoio oriundo da sua rede.

Enoque Salvador, um dos seminaristas da Teologia da Enxada, descreveu o sentimento vivido por alguns destes seminaristas no ano de 1971, em 04 de outubro, através da carta<sup>5</sup> que ele escreveu para o padre Servat, da qual discorreremos aqui alguns dos trechos:

Com Servat na equipe, a vida continua. Este último ano parece estar sendo fortemente marcado pela falta de comunicabilidade entre nós. Realmente estamos mais distantes uns dos outros. Parece que perdemos a confiança em nós mesmos e desistimos de lutar. Visivelmente cada um sente-se cansado. É uma pena. É o lado triste da nossa condição humana (Salvador, 1971).

Enoque descreveu como estava o ânimo e a relação da equipe no final da experiência, já que a carta era de outubro. Mas, muito embora seja assertivo sobre os problemas existentes na avaliação que fez, demonstrou confiança nas articulações que estavam sendo feitas para mudar o cenário negativo diagnosticado:

Tanto nós como Salgado estamos angustiados com o que chamamos dispersão. Em novembro, juntos vamos pensar em como solucionar isto. Pensamos mesmo em nos organizar. [...] Pe. José C. está por dentro da jogada e nos ajudando decisivamente. (Salvador, 1971).

Ou seja, planejou-se um encontro entre as equipes de Tacaimbó e Salgado, além de eles serem convidados, para encaminhar soluções, independentes dos problemas levantados.

Na parte final da carta, apontou a importância da experiência vivida em Tacaimbó:

Vou voltar para Porto da Folha no fim de novembro. Tenho muitas interrogações. Tenho também muita esperança. O tempo que passei em Tacaimbó na equipe, me preparou a ser mais realista, a enxergar as coisas com mais firmeza e a descobrir o homem na sua realidade. Volto para Porto da Folha acreditando

---

<sup>5</sup> A referida carta encontra-se disponível no Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB. Pasta azul, Tacaimbó.



mais em mim. Sentindo que é preciso descobrir uma nova forma de vida e ação religiosa. Devo isto a equipe e a você. Muito obrigado. Penso em me ordenar apesar das dúvidas que são colocadas. Sinto que há necessidade de homens que partam o pão e me sinto chamado a isto. Meu problema, no entanto, é como ser padre nessa Igreja cheia de estruturas. Será que vale a pena, Servat? (Salvador, 1971).

Enoque Salvador era natural de Cachoeirinha<sup>6</sup>, mas foi enviado à formação da Teologia da Enxada pela Diocese de Propriá – Sergipe. Mesmo que pusesse dúvidas à ordenação devido ao temor de ser tolhido pela estrutura clerical, já acreditava em um novo jeito de ser Igreja, uma Igreja em saída e missionária. Além disso, esse modelo de Igreja era uma das perspectivas mais defendidas por Comblin. Pois bem, apesar do temor que sentia, Enoque Salvador ordenou-se frade, pertencente à ordem dos franciscanos. Na volta a Sergipe, contribuiu, na cidade de Porto da Folha, com a luta em favor dos índios Xokó no processo de reconquista das terras desses indígenas que há anos travavam forte luta contra fazendeiros locais. Mais tarde, além de vigário em Poço Redondo, na diocese de Propriá, tornou-se forte liderança política, inclusive, tendo sido prefeito por três mandatos.

A carta que mencionamos foi concluída por Nonato dizendo a Servat da possibilidade de participar da equipe de Caruaru-PE, com o intuito de articular as atividades da ACR<sup>7</sup>:

Existe uma tendência de participar da equipe de evangelização de Caruaru, a qual vai contar com a presença de João Almeida. É claro que eu, participando de tal equipe, não vou seguir ortodoxamente o método dedutivo de evangelizar. A minha presença seria para fazer o que faz a ACR, porém, na diocese de Caruaru. Seria uma possibilidade de organizar mais o movimento na referida diocese. (Queiroz, 1971).

A carta conjunta de Enoque e Nonato para Servat pareceu também ter o intuito de citar os objetivos deles após a formação. Nonato não falou se desejaria se ordenar. O Fato é que ele não se ordenou e continuou em Tacaimbó animando as Comunidades Eclesiais de Base, bem como tentando atuar na região, para articular e movimentar as ações da ACR.

---

6 Cidade do agreste pernambucano, faz divisa com as cidades de Ibirajuba, Lajedo e Tacaimbó. Está acerca de 130 km da capital do estado, Recife.

7 A Ação Católica Rural, transformada três anos mais tarde em Animação Cristã Rural (ACR), uma denominação que marca o distanciamento para com o organograma da Igreja, que em 1968 ficou orientada claramente para o serviço da salvação dos mais pobres. (Marin, *In*: servat, p. 09, 2006).

Em carta<sup>8</sup> escrita de Tacaimbó, no dia 13 de outubro de 1973, e endereçada aos membros da ACR, o seminarista alerta para as preparações do encontro da estadual, conforme apresentamos a seguir:

Caríssimos irmãos e companheiros da mesma missão. A Equipe de Coordenação Estadual do Movimento de ACR (Animadores Cristãos do Meio Rural) reunida em Tacaimbó, nos dias 11, 12 e 13 deste mês, decidiu começar imediatamente a preparação do Encontro de todos os responsáveis do Estado de Pernambuco, a se realizar no Seminário de Caruaru. (hoje Faculdade de Filosofia) (Queiroz, 1973).

Podemos perceber que Nonato, conforme apresentara ao padre Servat seus planos de atuar na diocese de Caruaru na articulação da ACR, acabou concretizando-os, visto que, dois anos depois, o referido seminarista fazia parte da equipe de coordenação estadual da ACR. Mais: realizou as reuniões da ACR na cidade onde ficou morando durante a década de 1970, bem como articulou as ações do Movimento na diocese de Caruaru-PE.

Em meio às preocupações citadas no primeiro trecho da carta conjunta enviada ao padre Servat, por Enoque e Nonato, certamente é possível constatar que os desafios foram superados. Não temos como dissertar sobre as trajetórias de todos os que compunham as equipes de Tacaimbó e Salgado, para, assim, verificarmos os resultados concretos dessa formação a partir da coordenação de Comblin nas suas atividades diárias posteriores.

Porém, ao termos como referência as ações aqui citadas e realizadas por Enoque e Nonato, mesmo que estejam colocadas brevemente, no mínimo, podemos destacar a relação da formação na Teologia da Enxada com os trabalhos que desenvolveram. E todos estes ligados ao mundo rural, aos problemas da terra, em prol da formação e conscientização dos mais pobres e oprimidos, e, sobretudo, na defesa dos injustiçados.

Se não somos capazes de atestar os impactos desse novo jeito de ser Igreja no Nordeste brasileiro, pelo menos podemos afirmar que ele trouxe decisivas contribuições para as comunidades pobres, setoriais das ações dos formandos e disseminadores desse novo método.

---

<sup>8</sup> A referida carta está disponível no Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB. Pasta verde, Tacaimbó 1.

Comblin, na publicação dos relatórios da Teologia da Enxada, em 1977, afirmou que esta, dificilmente, repetir-se-ia porque estava associada ao contexto daquela época. Não poderia prever que, cerca de cinco anos depois, no início dos anos 1980, sob sua coordenação, a Teologia da Enxada voltaria a ser utilizada como método de formação na Paraíba.

Seja na cidade de Tacaimbó-PE, seja em Salgado de São Félix-PB, a Teologia da Enxada representou um processo de formação completamente articulado ao pensar/fazer do padre José Comblin. Seus participantes experimentaram um novo método de formação que rompia com a tradição e hierarquia Católica, no sentido de enxergar na base, no leigo, nas raízes da cultura e religiosidade popular, os elementos necessários à reestruturação da Igreja Católica, sobretudo, nas condições sociais vividas por muitos, na subdesenvolvida América Latina.

Neste sentido, é possível também identificar sobretudo a aproximação entre José Comblin e Paulo Freire, isto, através da dinâmica e metodologia que caracterizou a Teologia da Enxada que, dialogou com o método Paulo Freire e de certa forma com as experiências de formação do MEB. No contexto de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, além do desenvolvimento da experiência de formação vivenciada em Tacaimbó e Salgado de São Félix, este é também um período impactado pela Conferência de Medellín de 1968, e da Teologia da Libertação, especialmente com a publicação do livro de Gustavo Gutiérrez em 1971.

Nesta confluência de acontecimentos, acrescentamos um texto escrito por Paulo Freire em 1971, *O Papel Educativo das Igrejas na América Latina*<sup>9</sup> que, estabelecia um diálogo com a nascente Teologia da Libertação. Neste texto, conforme nos explica Álder Calado:

Paulo Freire começa por desmascarar uma suposta neutralidade, tanto no que fazer educativo, quanto no posicionamento da Igrejas cristãs. Qualquer tentativa de neutralidade é vã, além de acabar por revelar-se a favor da dominação. (Calado, 2020, p. 178).

A crítica ao caráter de neutralidade no processo de formação do clero, alerta para a necessidade de uma postura de escolha, tendo em vista que, como descreveu, a neutralidade reforça o poder dominante. Esta, é uma perspectiva que vamos

---

<sup>9</sup> Este texto foi depois publicado integrando um dos capítulos do livro: FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

perceber na formação oriunda da Teologia da Enxada, pois a mesma tem como clara a opção por uma formação na base e a partir da mesma. Outra aproximação entre o método combliniano desenvolvido na Teologia da Enxada e o freiriano, está na perspectiva dos temas geradores – eixo da proposta metodológica de Paulo Freire que, verificamos como uma das características do método na formação da Teologia da Enxada, pois, os estudos e a Teologia desenvolvida a partir de então, surgem de temas pesquisados e consultados junto à comunidade, como por exemplo, a casa, a terra, o trabalho, a refeição, a festa, os santos, paternidade, relação homem-mulher etc., para citar alguns dos temas com os quais, “no ano de 1969, os seminaristas fizeram consultas à comunidade, entrevistas, diagnosticaram os problemas e refletiram em conjunto com os habitantes da cidade e do campo, nas reuniões que convocavam para discutir a situação local”. (Guedes Neto, 2014, p. 123).

A realidade concreta ao que se situou a primeira experiência de formação da Teologia da Enxada, foi com e a partir das comunidades pobres do interior nordestino, rompendo com lógica predominante. Não por acaso, mesmo que o padre José Comblin tenha a configurado com uma experiência voltada para o contexto de uma determinada época, quando afirmou que, “essa experiência pertence ao passado. Não foi renovada e tudo indica que não reaparecerão as circunstâncias que lhe deram origem. O passado, porém, é capaz de estimular novas experiências”. (Comblin, 1977, p. 14-15), e conforme mencionou, de fato, a Teologia da Enxada acabou inspirando novas experiências.

### *Igreja Católica e ditadura militar: a dimensão local*

Obviamente que, as marcas da ditadura que predominam nos grandes centros do país não iremos perceber de igual maneira nas cidades do interior. Dificilmente veremos fotografias de tanques nas ruas ou relatos de assassinatos por agentes da repressão.

No entanto, analisar as reverberações do conflito entre católicos e a ditadura para além das características pelas quais se deram em algumas das capitais do Brasil, é uma oportunidade para ampliarmos nossa compreensão sobre o contexto da ditadura e reconhecermos, por isso, as marcas ainda presentes de um passado que não passa.

Seja o discurso anticomunista, a utilização de termos como o de subversivo, a atuação de políticos locais na ARENA ou o benefício que tais políticos recebiam através de obras, e assim, ampliando seu poder, são alguns dos elementos que podem nos ajudar a discutir a ditadura em pequenas cidades do interior.

Durante o processo de formação vivenciado pela experiência da Teologia da Enxada na cidade de Tacaimbó entre 1969-1971, a presença de tais seminaristas, certamente, deve ter chamado atenção. Mas, foi a atuação e um desses seminaristas, Raimundo Nonato, conforme já o citamos que, articulou as comunidades de base na cidade e região, passando, por isso, a ser alvo dos representantes do poder local.

Dentre os políticos que se destacaram na cidade por suas obras de desenvolvimento, inserido no contexto da ideia de progresso difundida pelos presidentes militares, destaca-se em seus dois mandatos (1965-1969) e (1974-1977), o Prefeito Carlos Leite Barros.

Irmão do Deputado Estadual Francisco de Assis Barros, eleito Prefeito pela ARENA, Carlos Leite promoveu transformações na cidade e as suas convicções políticas o colocaram em algumas ocasiões em choque com a Igreja Católica local.

A primeira das suas ações do Prefeito Carlos Leite, foi a ida a Brasília para lutar contra a revogação do Governo Militar à Lei Estadual nº 4982 de 20 de dezembro de 1963<sup>10</sup> do Governador Miguel Arraes<sup>11</sup> que, tratava da emancipação de Tacaimbó. Após o Golpe Militar em 1964 o governador foi deposto do cargo e preso sob a acusação de ser comunista, e as leis promulgadas pelo mesmo foram revistas e algumas revogadas. Tacaimbó elevada à categoria de cidade no Governo Arraes, correu o risco de voltar a ser Distrito da cidade de São Caetano.

Porém, alguns representantes políticos de cidades do interior pernambucano tiveram a oportunidade de ter um encontro com o Presidente Castelo Branco na

---

10 Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 20 de dezembro de 1963, p. 7013. Publicado em 21 de dezembro de 1963.

11 Em 1º de abril de 1964 foi deposto, preso e levado para Fernando de Noronha; concomitantemente, foi cassado. Foi transferido para uma prisão em Recife e lá ficou até abril de 1965. De lá foi levado para a Fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara. Depois de deferido seu pedido de *habeas corpus* foi libertado, mas permaneceu submetido a interrogatórios e a inquéritos. Em 20 de maio de 1965 foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por conta de manifestações que fizera em relação aos inquéritos policial-militares. Exilou-se na embaixada da Argélia, seguindo depois para Argel. Foi condenado a 25 anos de prisão pelo Tribunal Militar de Recife. Beneficiou-se pela Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, que possibilitou que fosse suspensa a pena aplicada pelo Tribunal Militar. LEMOS, Renato e PANTOJA, Sílvia. *Miguel Arrais*, verbete, in *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. IN: GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *História do Direito. Miguel Arraes no Supremo Tribunal Federal. O Habeas Corpus 42108/65*.

tentativa de solicitar ao mesmo a intervenção no sentido de validar a emancipação de suas cidades. Carlos Leite foi um deles e obteve êxito.

Na política local o ritmo e a espetacularização das obras inauguradas estavam sintonizadas com a administração militar. Uma destas obras foi o abastecimento d'água da cidade, em 1974. Tal momento foi bastante explorado e podemos perceber o quanto as inaugurações eram ocasiões de manifestação do teatro político em que povo tornava-se plateia das encenações do poder local, pois conforme Balandier:

Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a 'teatrocracia'. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos (Balandier, 1982. P. 05).

A água é um direito de todos, o Estado nada faz de mais quando exerce seu dever, porém isto depende de como se produz a imagem daquilo que as pessoas devem enxergar, e da maneira como é feita com água sendo jorrada em praça pública, do palco para a plateia, dos "grandes" políticos para a população, dos "deuses" para os simples mortais, não havia outra produção no imaginário que não fosse a de gratidão por aquele ato de "bondade", que de crianças a idosos deixou a todos mais felizes e "dóceis". A referida obra obteve o apoio do então Governador do Estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros (ARENA).

De tal forma, os Governos Militares garantiam apoio nos municípios que se caracterizavam de certa forma como seus representantes nas cidades do interior brasileiro. Sobre a presença do ambiente vivido no Brasil durante a Ditadura e de que forma tal ambiente gerou impactos na cidade tacaimboense, o pároco do período, padre Pedro Aguiar comentou:

A ditadura militar manteve uma linha de informações, de deduração. Qualquer mal-entendido entendido, a vingança era denunciar. Aí, houve quem fizesse isso, dizendo que os seminaristas tinham rádio que se comunicava com Cuba, Havana e outros países comunistas. Ouvia a BBC de Londres. Ela está em sintonia com outros sistemas políticos (Aguiar, 2003).

Perseguições ou invenções como estas foram frequentes, e serem chamados de comunistas e subversivos era uma constante. Ou seja, a cidade estava em sintonia inclusive com os mesmos tipos de discursos e rótulos direcionados a todos que se

posicionavam contra o Regime. Em cidades pequenas do interior, como Tacaimbó, basta ouvir a BBC ou ter uma prática pastoral de atenção aos pobres para ter tal tratamento.

Padre Pedro Aguiar também sofreu com as perseguições policiais na cidade devida sua atuação pastoral, e descreveu:

Eu mesmo, depois de uma missa, chegou um policial querendo falar comigo. Não sei mais o nome e que função exercia. No meio da praça levantou a camisa, mostrou um revólver e disse-me: isto aqui é para calar a sua boca e deixar de falar de polícia e de seu tratamento dado aos bêbados que eram presos. Eu levantei minha camisa, mostrei minha cintura sem arma e disse: nossas armas são outras. Não derramam sangue, mas incomodam e doem na consciência e é por isso que você está agitado. Trate bem os outros que a dor passa (Aguiar, 2003).

O seminarista Raimundo Nonato, descreveu outro tipo de situação, mas ainda se referindo aos tipos de perseguições sofridas:

Fomos visitados pela Polícia Federal. Eles nunca se apresentavam como policiais federais. A gente percebia, naturalmente, mas eles não se apresentavam como Polícia Federal. Era uma verificação, porque muitos vereadores na Câmara falavam de comunistas, subversivos. Para ser subversivo não precisa muita coisa não (Queiroz, 2009).

Podemos perceber o quanto está presente em Tacaimbó as características do contexto que envolve os conflitos políticos em escala nacional que:

Através da voz dos bispos, a Igreja criticava, de uma maneira cada vez mais direta e explícita, as violações de direitos humanos e a ausência de democracia. Mas não era só isso: denunciava também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, seu programa de modernização em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres. [...] A igreja foi acusada, pelo alto escalão de Exército, de ser subversiva e inspirada pelo marxismo – bem como utópica, feudal e atrasada, devido a sua oposição à modernização e ao progresso (capitalista) (Löwy, 2000, p. 145).

No caso aqui analisado, especificamente, percebemos o confronto entre as atividades da linha progressista da Igreja protagonizado de maneira direta ou indireta pelos seminaristas da Teologia da Enxada e pelo Padre Pedro Aguiar, que tinham na figura de Dom Helder Câmara em Pernambuco e no Brasil, uma das principais

lideranças do segmento católico que se opôs à ditadura militar, especialmente depois da instauração do AI-5, e nos políticos locais filiados a ARENA através de suas práticas de governar e perfil político conservador, os representantes das forças militares que governavam o país. Tal contexto que explicita a relação de escalas local-global pode ser percebido na fala de Padre Pedro sobre evento que participou no Espírito Santo:

Lembro-me bem que em julho de 1975 aconteceu o 1º Encontro Intereclesial em Vitória do Espírito Santo e de Tacaimbó fomos 3: Seu José Nunes, Dona Maria Viúva e eu. E lá o clima era de repressão. Passamos 4 dias cercados pelo Exército, pois para o sistema, o encontro era de subversivos. Parecido com as primeiras comunidades reunidas nas catacumbas, fugindo do poder romano para não serem queimados ou servir de ração para os leões famintos (Aguiar, 2003).

A Igreja Católica em Tacaimbó, depois da chegada dos seminaristas em fins dos anos 1960 e a chegada do Padre Pedro Aguiar, ambos sob a orientação teológica do Concílio Vaticano II que, mais tarde seria teorizado pela Teologia da Libertação, assumem uma postura de contraposição à teatralização da política local e a seus dispositivos de opressão das camadas populares, caracterizando algumas das formas de compreendermos os conflitos em cidades do interior, entre os representantes do clero católico progressista e o poder conservador, reacionário e conservador das autoridades políticas locais, representantes das forças da ditadura que governou o país entre 1964 e 1985.

## Considerações finais

A Teologia da Enxada foi uma experiência de formação para padres no período da ditadura que tem relação direta com o contexto dos anos 1960 e 1970, período de reformulações das quais a Igreja Católica vivenciara. Seja devido às reformulações indicadas pela Concílio Vaticano II, seja as reverberações do mesmo na América Latina com as Conferências do Episcopado latino-americano ocorridas em Medellín – 1968 e Puebla – 1979.

A partir de tal experiência, foi possível analisar a relação de membros da Igreja Católica e da ditadura militar brasileira, numa perspectiva que foge aos principais estudos que conhecemos, estes que, têm nas principais capitais do país, o recorte espacial de análise.



Podemos conhecer as características dos embates entre representantes do clero e o poder político legitimado pela ditadura no interior Pernambuco, tendo como recorte a situação vivenciada numa pequena cidade da região agreste. De tal modo, foi possível compreender como, além das características que marcam a ditadura nos grandes centros, podemos identificar os aspectos que a caracterizam ou que fazem reverberar tal contexto em cidades do interior.

Como destacamos, seja a partir dos signos de desenvolvimento da cidade – o apoio que poder político local alinhado com representantes políticos da ditadura conseguiam, seja pelo partido que concorriam, as práticas e discursos violentos que utilizavam, percebemos as possibilidades do olhar sobre as reverberações da ditadura no contexto local.

Além disso, a novidade como a formação da Teologia da Enxada, as articulações no campo provenientes de tal experiência a partir dos seminaristas que animaram as comunidades rurais através da Ação Católica Rural – ACR, a criação das Comunidades Eclesiais de base - CEBs e uma participação política na cidade de forma mais ativa, são alguns dos elementos que, sem dúvida, denota a singularidade do tema em questão.

Com isso, consideramos ter atingido nosso objetivo de destacar as possibilidades do estudo da ditadura em pequenas cidades do interior, algumas das suas características, sobretudo, na relação Igreja Católica e Ditadura, da qual representa um dos principais recortes analisados pela historiografia que aborda tal tema, porém, ainda carente de estudos distantes dos grandes centros urbanos.

## Referências

BALANDIER, G. **O poder em cena**. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BRUNEAU, Thomas C. **Religião e Politização no Brasil**: a Igreja e o regime autoritário. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular**. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2020.

CASTRO, Marcos de. **64: Conflito Igreja x Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

COMBLIN, José. **Teologia da enxada**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da Enxada e Ditadura Militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

HOORNAERT, Eduardo. **A Teologia da Enxada 40 anos depois**. <http://eduardohornaert.blogspot.com>. Salvador, 23 de dezembro. 2012. Disponível em: <http://eduardohornaert.blogspot.com/2012/12/a-teologia-da-enxada-quarenta-anos.html>.

LAZEGA, Emmanuel e HIGGINS, Silvio Salej. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LÖWY, Michael. **A Guerra do Deuses: religião e política na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Francisco das Chagas. **Ad Perpetuam Rei: Memoriam** (notas autobiográficas seletas). Gráfica do Povo: Teresina, 2014.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. IN: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

## Correspondências

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: padre Joseph Servat. Tacaimbó, 13 out. 1971. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. [Correspondência]. Destinatário: Membros da ACR. Tacaimbó, 13 out. 1973. Arquivo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

SALVADOR, Frei Enoque. [Correspondência]. Destinatário: padre Joseph Servat. Tacaimbó, 04 out. 1971. Acervo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

## Entrevistas

AGUIAR, Pedro. Entrevista concedida ao autor em 2003.

QUEIROZ, Raimundo Nonato de. Entrevista concedida ao autor em 2009.

MAGALHÃES, João Batista. Entrevista concedida ao autor em 2020.



# VEREDAS SERTANEJAS NO “MILAGRE” AUTORITÁRIO: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS (SENADOR POMPEU, 1969-1973)

Antônio Wesley do Nascimento Martins<sup>1</sup>

Edmilson Alves Maia Júnior<sup>2</sup>

## Considerações iniciais

O presente capítulo deriva de uma dissertação desenvolvida no PPGIHL, localizado na cidade de Quixadá aproximadamente 180 km da capital Fortaleza. O trabalho insere-se em um conjunto de estudos acadêmicos elaborados no século XXI sobre a ditadura no estado, sejam os que se concentraram na capital, sejam outros que analisaram tramas diversas em municípios e regiões do interior do Ceará, tais: Castro (2007), Coelho (2018), Conceição (2015), Cortez (2005), Costa (2015), Duarte (2009), Farias (2019; 2020), Gomes (2019), Gonçalves (2006), Maia Júnior (2008), Porto (2014), Sampaio Filho (2020), Silveira e Silva (2017).

Além disso, a pesquisa participa de empreitada coletiva no Projeto de Extensão Fontes Históricas da Ditadura que, desde 2018, realiza palestras presenciais e atividades online para diversas cidades do Sertão Cearense incentivando pesquisas sobre a ditadura. E, nesse sentido, investigamos o regime autoritário no município de Senador Pompeu, localizado a 268km de Fortaleza, e reconhecido no período por sua considerável produção algodoeira (Carvalho, 2003; Lima, 2008). Estudamos alguns aspectos, em Senador Pompeu, da “modernização conservadora” da ditadura, ou seja, do conjunto de medidas fomentado pelo regime, a partir da ideologia de segurança nacional para consolidar um “capitalismo tardio” via industrialização

---

1 Graduado em História pela FECLESC/UECE. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: antA.wesley.martins@aluno.uece.br

2 Doutor em História pela UFMG. Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), ambos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na cidade de Quixadá-CE. Coordenador do Projeto de Extensão Fontes Históricas da Ditadura com palestras em Escolas Públicas da região do Sertão Central Cearense e com atividades online. E-mail: edmilson.junior@uece.br .

e expansão econômica, realizado de forma indissociável do controle e repressão política do período (Ortiz, 1988; 2014).

Na dissertação analisamos, em dois capítulos, o processo político de eletrificação do município e seus significados, bem como explicamos debates estratégicos sobre a região em meio a programas de desenvolvimento e progresso autoritários fomentados pela Ditadura, e quais apropriações e utilizações desses mecanismos foram feitas pelos líderes políticos locais.

No presente texto trataremos de outro capítulo do trabalho do mestrado: as negociações e resistências de camponeses organizados face à modernização no campo que se efetivava em torno de benefícios sociais, mas também em práticas de reforço das relações de dominação e concentração de terras, com a renovada exclusão de famílias de agricultores pobres.

Esta modernização do campo aconteceu sobretudo durante o “milagre”, momento em que a Ditadura promove uma série de alterações no sistema produtivo rural, estimulando sua mecanização e o surgimento de empresas rurais e agroindústrias. Através, dentre outros fatores, de “mecanismos políticos e econômicos que favoreceram o grande capitalista, fosse reprimindo violentamente os movimentos sociais do campo, fosse concedendo créditos a juros irreais aos grandes fazendeiros e empresários brasileiros” (Molina, 2020, p. 58).

Com 68% de seus então 21.575 habitantes oriundos da zona rural<sup>3</sup>, tivemos em Senador Pompeu a criação, em 1965, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reconhecido em 1967. Ela ocorreu em uma reunião nas dependências da paróquia local em um encontro que contou com a participação de 400 pessoas, sendo que 138 concordaram em filiar-se, um número pequeno em relação aos presentes, algo “devido, principalmente, ao medo das autoridades, do governo e ao alto índice de analfabetismo” (Silva, 2017, p. 105).

Dessa forma, embora curiosamente concebido e legalizado durante os primeiros anos da Ditadura, o surgimento daquele Sindicato foi o resultado de anos de mobilizações dos camponeses junto, especialmente, à paróquia local e a grupos de jovens leigos que acompanhavam o então padre de Senador Pompeu no período, João Salmito Neto.

---

<sup>3</sup> A partir do Censo Demográfico de 1960 para o Ceará, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tendo chegado ao município em 1959 e permanecido até 1967, quando solicitou afastamento, o mencionado vigário tinha uma práxis pastoral ligada ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e ao método “Ver, Julgar e Agir” do padre belga Joseph Cardijn (Giovanazzi, 1999; Silva, 2017; Martins, 2022) e utilizado pela Ação Católica no início dos anos 1960 para a transformação social a partir da aproximação entre religiosos e seculares (Costa, 2007).

O Padre Salmito fazia parte da esquerda católica, mantendo contatos com o chamado Movimento de Natal<sup>4</sup>, com jovens leigos dentre os quais José Genoíno Neto<sup>5</sup>, Pedro Bezerra Leite e Antonieta Lopes. Atuavam com a cooperação de párocos, de cidades circunvizinhas, como os padres Elmans Feliciano e Agenor Tabosa, então responsáveis, respectivamente, pelas paróquias de Milhã e Solonópole, e com, evidentemente, o apoio dos próprios agricultores.

Salmito incentivou uma série de atividades para uma promoção humana crítica (Giovanazzi, 1999; Silva, 2017). Dentre estas, destacaram-se a mobilização de uma cooperativa artesanal, a realização de palestras alfabetizadoras, além de cursos sobre política e sindicalismo, ações estas que contaram até com divulgação em jornais de outros estados (Martins, 2022).

Desde décadas anteriores, ressaltamos, observava-se no país uma cada vez maior mobilização e participação no debate público de camponeses ávidos por direitos sociais e acesso à terra. As demandas daqueles trabalhadores e a agenda das Reformas de Base, especialmente a Agrária, ganharam centralidade naquele início da década de 1960. Fizeram com que os tensionamentos do campo fossem “descobertos” e a articulação dos camponeses, em torno de sua busca por sindicalização, fosse “disputada” entre diversos agentes como as Ligas Camponesas, o Partido Comunista

---

4 Conjunto de ações, preocupadas com as desigualdades sociais presentes no campo, desenvolvidas por jovens clérigos e leigos envolvidos na Ação Católica, na Arquidiocese de Natal (RN), de meados dos anos 1950 até o início da década seguinte. Dentre estas: realização de cursos voltados para a formação de lideranças rurais, projetos de cooperativismo, artesanato e alfabetização – com destaque para a educação de base (MEB) (Grynspan; Dezemone, 2007).

5 Embora tenha nascido no município de Quixeramobim-CE, especificamente no distrito de Encantado, aquela localidade distancia-se apenas 15km de Senador Pompeu. Em virtude disso, ainda na infância mudou-se para Senador Pompeu para, morando na paróquia e com o apoio de Padre Salmito, continuar os estudos e participar das atividades políticas. Posteriormente, já em Fortaleza, daria continuidade à sua militância através da União Nacional dos Estudantes e, depois, no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o que faria participar da Guerrilha do Araguaia (1970-1972). Preso pela máquina repressora da Ditadura, seria solto apenas no fim da década de 1970 quando, participando dos movimentos sociais do período, ajudaria na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/jose-genoino-neto/>. Acesso em: 12 out. 2022.

Brasileiro (PCB), além da própria Igreja Católica com religiosos conservadores tentando minimizar a influência comunista. Mas também através de lideranças católicas progressistas de esquerda (Grynszpan; Dezemone, 2007).

As primeiras organizações camponesas surgiram, em nível nacional, nesse rico contexto, entidades como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em nível estadual, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), que posteriormente será substituída pela Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTAC), além da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE) (Albuquerque, 2016; Coelho, 2018).

Foi o momento em que, no Governo Jango, surgiram as primeiras medidas em torno da possível realização de uma reforma agrária com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), a regulamentação da sindicalização rural e, através do Estatuto do Trabalhador Rural, a criação da categoria trabalhador rural, com o início da extensão de direitos sociais ao campo (Grynszpan, 2007; Molina, 2022).

Após o Golpe de 1964, resultado de uma complexa coalizão antiesquerdista e de teor elitista liberal contrária as demandas sociais do período (Napolitano, 2020; Motta, 2021), buscou-se refrear todos os focos de mobilizações usando, para tal, “mecanismos de força, de repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades, promovendo a desocupação de áreas invadidas” (Grynszpan, 2007, p. 320). No entanto, as tensões no campo permaneceram, especialmente em torno das expectativas de realização de uma Reforma Agrária, fato que fizera o regime criar o Estatuto da Terra ainda em 1964 e negociar, ao longo do início da década de 1970, auge do “milagre”, toda uma política social junto aos trabalhadores rurais.

A partir disso tecemos um olhar sobre os camponeses da cidade de Senador Pompeu, associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, como observaram e negociaram, de forma assimétrica, na produção de benefícios sociais pela Ditadura, tais como a aposentadoria rural. Interpretaremos resistências singulares ao autoritarismo do período.



Problematizamos fontes como as atas da instituição sindical, dos anos de 1969 a 1973, coletadas em seu acervo e aqui citadas na sigla ASTR-SP<sup>6</sup>, bem como nos debruçamos sobre documentos da repressão, digitalizados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Indagamos indícios da documentação, até os mais triviais, a partir de suas condições de produção, intencionalidades e silêncios, (Ginzburg, 1989; Le Goff, 1990) percebendo dilemas, vinculações e comportamentos dos trabalhadores rurais no “tempo do milagre” da Ditadura.

### *Os “anos de ouro” chegam ao campo: benefícios sociais negociados durante o “milagre”*

Adentrando ao acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, vislumbramos que, na data de 1º de novembro de 1969, seus “sócios” se congregaram, como faziam mensalmente na sede da instituição localizada na zona urbana do Município, em uma Assembleia Geral para tratar de pontos de seu interesse.

Conforme o registro do encontro, em dado momento daquela Sessão um agricultor não nominado, aparentemente ocupando o cargo de 1º Conselheiro Fiscal da entidade, “substituindo o Presidente [Cornélio Martins de Oliveira]” deu “uma decuilaração da cistença que temos de fun Rural” (ASTR-SP, Assembleia Geral, 01/11/1969).

Não há maiores detalhamentos a respeito da mencionada explanação, contudo supomos que em se tratando de assunto relacionado ao aparente usufruto de algum tipo de assistência social, aquele tenha sido um momento de alta importância e interesse dentre os presentes: a lei foi exposta como questão relevante na trama dos trabalhadores organizados.

Tal auxílio tratava-se do FUNRURAL, criado em 1963 pela Lei Nº 4.214 como Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, legislação aquela que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, uma tentativa do Governo

---

6 Optamos pela sigla ASTR-SP como referência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, para facilitar a leitura. Vale destacar que, quando mencionamos seu conteúdo, usamos a grafia do documento original ao mesmo tempo em que indicamos se a fonte refere-se à uma Assembleia Geral ou outro tipo de encontro como, por exemplo, Reuniões da Diretoria ou sessões das chamadas Delegacias Sindicais. Estas eram espécies de filiais ou anexos do Sindicato em distritos, sítios ou demais locais da zona rural do município. Constatamos que existiam, pelo menos, cinco destas “Delegacias”: nos distritos municipais de São Joaquim e Engenheiro José Lopes, povoado KM 29, e Sítios Belo Monte e Jatobá. Em cada uma tínhamos os cargos de Delegado, Secretário e Tesoureiro para gerir as reuniões, além de mediar os contatos entre a Diretoria Geral na sede e suas respectivas localidades.

Federal de, dentre outras questões, expandir serviços previdenciários ao campo. E que promoveria estabilidade e regularização das condições de trabalho naquele setor como resposta as intensas mobilizações camponesas desde décadas anteriores (Molina, 2022).

Embora fosse relativamente antigo, muitos dos associados ao Sindicato aparentemente desconheciam ou, ao menos tinham muitas questões a respeito do FUNRURAL e das assistências ofertadas por ele. O que pode ser também debatido pelas mudanças que o regime autoritário fazia ou das incertezas para os agricultores, uma vez que criado em 1963 era alterado e utilizado de maneira estratégica pela Ditadura como forma de controle dos conflitos agrários e propagação dos avanços do projeto de desenvolvimento dos militares no poder.

Dúvidas e incertezas pairavam no ar, portanto, diante os sindicalizados em suas reuniões e expectativas. Isto é o indicado pelos vestígios de encontros dos trabalhadores como, por exemplo, das Assembleias Gerais no início de 1970 quando, em reunião ocorrida em abril, “o Presidente [Cornélio Martins de Oliveira] falou ao Povo sobre acistencia medica que todos tinha o Direito gratis em cauzo de ugencya de ceres atendidos pelo funrural” (ASTR-SP, Assembleia Geral, 04/04/1970).

E, no mês seguinte, novamente “foi esplicado para o Povo os Direitos de assistência a ospital e Dentaria” (ASTR-SP, Assembleia Geral, 02/05/1970).

Há de se ressaltar também que, nas oportunidades em que o FUNRURAL se torna pauta dos encontros daqueles trabalhadores até aquele momento, fala-se de acesso à assistência hospitalar e odontológica, mas há um silêncio entre o fim da década de 1960 e o início dos 1970 sobre a aposentadoria rural, uma das prerrogativas do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Provavelmente isto ocorre porque além dos tensionamentos que levaram ao Golpe de 1964 terem ocasionado entraves jurídicos aquela legislação, seriam muitas as modificações por ela sofridas a partir do Decreto-Lei Nº 276 de 28 de fevereiro de 1967 quando, dentre outras questões, o presidente-ditador Castelo Branco reformulou o FUNRURAL de maneira que seus serviços se limitaram apenas as já mencionadas assistência médica e dentária (Garcia, 2009).

Sendo uma demanda histórica, é certo especularmos que mesmo após estas modificações impostas ao FUNRURAL, os camponeses continuaram demandando por um acesso pleno à serviços previdenciários amplos conforme, evidentemente,

as possibilidades e limites daquele momento. A tensão continuou existindo sobre o tema e com certeza muito além de Senador Pompeu, com os camponeses em busca do possível no cenário de repressão.

Nesse sentido constatamos no acervo da instituição sindical que aqueles sujeitos privilegiaram diretamente as discussões sobre aposentadoria rural a partir de 1971. Quando, em uma Assembleia Geral realizada no mês de julho, os agricultores contaram com a presença de uma assistente social chamada Maria Zeneide que, na oportunidade, “deu ligeiramente todas as informações de o que é o Funrural e como o mesmo é organizado no Codιά?” (ASTR-SP, Assembleia Geral, 03/07/1971), acrescentando que:

**[...] em cada cidade fica uma comissão representativa dêste para haver um melhor atendimento aos nos agricultôres e explicou aí a responsabilidade que esta mesma comissão tem.** Foi aí que a assistente social se prontificou de responder toda e qualquer pergunta dentro dêste assunto e houve muita participação dos sócios diringo-lhes perguntas, mas, servindo um pouco as perguntas a M<sup>a</sup> Zeneide se despediu dos presentes e a palavra voltou ao presidente que procurou vê com os sócios quem ficaria na comissão representativa do Funrural e esta ficou na pessoa do sócio Cornélio Martins de Oliveira (ASTR-SP, Assembleia Geral, 03/07/1971, grifo nosso).

Conjecturamos, como nos encontros discutidos anteriormente, a existência de uma grande curiosidade e envolvimento daqueles trabalhadores no que diz respeito ao FUNRURAL, como seria articulado e de que maneira poderiam usufruir de seus serviços. Questionamentos aparentemente sanados pela assistente social citada, contudo a qual não temos maiores detalhes. Temos a informação de que houve um esforço sistemático do governo em articular a aposentadoria rural indo aos representantes dos agricultores.

Toda a mobilização, assim como as tratativas ao fim do encontro para a criação de uma comissão por parte dos próprios agricultores para tratar daquele assunto, o que ficou a cargo do ex-Presidente do Sindicato Cornélio Martins de Oliveira<sup>8</sup>, traz à tona um teor de novidade, expectativas. E, ao que parece, tínhamos

---

7 Localidade rural distante aproximadamente 17km da sede de Senador Pompeu. Virou distrito em 1987.

8 Conforme as fontes analisadas não sabemos ao certo quando Cornélio Martins de Oliveira foi eleito, mas é possível constatar que esteve na presidência da instituição pelo menos entre 03 de maio de 1969 a 06 de março de 1971 quando assume Pedro Bezerra Leite.

motivações a respeito de seus direitos sociais em pleno momento de repressão política, censura e outras perseguições da Ditadura.

Vivenciávamos no país o auge da repressão quando o regime tratou de reformular, mais uma vez, o FUNRURAL a partir das determinações da Lei Complementar Nº 11 (LC-11) de 25 de maio de 1971, instituída já pelo general-ditador Emílio Garrastazú Médici. E que transformava aquele dispositivo simplesmente em Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural ao passo em que criava o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), posteriormente regulamentado pelos Decretos Nº 69.919 e 73.617 de 11 de janeiro de 1972 e 12 de fevereiro de 1974 respectivamente.

A partir de então, o FUNRURAL passou a ofertar aos trabalhadores do campo, através da gerência e execução do então recém-criado PRORURAL, benefícios sociais como aposentadoria rural, fosse ela por velhice ou invalidez, pensão por morte, auxílio funerário, além de continuar prestando as já existentes assistências médica e odontológica. Isso a partir do estabelecimento de convênios entre entidades sindicais e instituições públicas, beneficentes ou privadas, ao passo em que seria mantido por verbas advindas, principalmente, da tributação mensal do valor de produtos rurais comercializados – algo em torno de 2 a 2,4% (Garcia, 2009).

De acordo com Marcelo Badaró Matos (2009), naquele início da década de 1970 a Ditadura tentou, após as ondas persecutórias anteriores, formular um “novo modelo” de atuação sindical “pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinado com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva” (p. 111).

Dessa forma, ocorreria naquele momento uma certa revalorização daquelas entidades sindicais, sendo que estava em jogo um processo de cooptação, um tipo de negociação assimétrica com os sindicatos uma vez que esses funcionariam “[...] apenas como órgãos integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as ‘conquistas’ do regime militar” (Matos, 2009, p. 102).

Tais “conquistas” relacionavam-se ao enorme crescimento econômico do período – uma média de 11% ao ano –, e a realização de grandes obras infraestruturais e projetos industrializantes, processo fomentado pelas políticas econômica da

Ditadura e contando também com o favorável contexto internacional dos “anos dourados” do capitalismo pós-Segunda Guerra (Hobsbawm, 1995).

Referimo-nos, evidentemente, ao chamado “milagre econômico” como uma fase e um instrumento da “modernização conservadora” para rumos da sociedade e composições de seu imaginário. Milagre que foi símbolo de ufanismo e euforia desenvolvimentista visto que “para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas” (Cordeiro, 2015, p. 325).

Toda essa complexidade em meio ao “milagre” e os usos dele enquanto estratégias de legitimação social lançam luz, em nosso entendimento, as próprias ambiguidades e ambivalências do regime autoritário. Neste sentido, em virtude da existência de uma cultura política brasileira caracterizada pela flexibilidade, conciliação e recusa a conflitos demasiadamente profundos, a Ditadura pós-64 lançou mão, para além das sérias ações repressivas de modo algum secundárias, de negociações e jogos de acomodação de interesses. O que teria contribuído, inclusive, “para sua larga duração, assim como para uma transição à democracia relativamente suave (sobretudo para os militares)” (Motta, 2021, p. 100).

Assim, compreendemos que a dita revalorização das entidades sindicais e a articulação de uma série de políticas voltadas para o campo no início da década de 1970, como os benefícios sociais já mencionados – principalmente a aposentadoria rural –, além da possível realização de uma Reforma Agrária<sup>9</sup>, eram arranjos firmados pela Ditadura junto aos trabalhadores rurais. Visto que de alguma maneira negociavam históricas demandas para neutralizar tensões no campo ao mesmo tempo que violências seguiram junto a concentração de terras e exclusão maciça das famílias de agricultores pobres.

Embora os trabalhadores sindicalizados e líderes camponeses estivessem entre os principais perseguidos desde as primeiras horas do regime, e os grandes latifundiários fossem parte de sua complexa e heterogênea base de apoio da Ditadura,

---

<sup>9</sup> Além de tímida, a Reforma Agrária articulada pela Ditadura no período seguia os fundamentos do Estatuto da Terra baixado pelo Presidente-Ditador Castelo Branco em 30 de novembro de 1964, através da Lei Nº 4.504. Além de revogar a Lei Delegada Nº 11, de 11 de outubro de 1962 que havia criado a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), aquele Estatuto tinha como principal objetivo o aproveitamento da terra em termos de aumento produtivo e modernização técnica da produção agrária (Molina, 2020).

o mundo do trabalho no campo não deixava de ser uma constante preocupação naquele início dos anos 1970 visto que a posse da terra e as relações trabalhistas no setor rural continuavam injustas, como nas décadas anteriores, irradiando profundos tensionamentos (Grynszpan, 2007).

Contudo, é preciso pontuar que, se a Ditadura lidava com algumas das históricas reivindicações do campo a partir das benesses advindas de suas negociações e jogos de acomodação, os agricultores favorecidos por tais concessões não necessariamente apoiavam, aderiam ao regime ou, menos ainda, eram submissos. Para além dos casos em que tivemos trabalhadores de diferentes setores condescendentes ao regime, tivemos também, dada a complexidade da situação e as possibilidades disponíveis naquele momento, aqueles que sem realizar uma resistência frontal e direta, lançavam mão de “formas de opor-se à ditadura sem rejeitá-la totalmente” (Motta, 2021, p. 158).

Ocasões assim ocorreram entre os camponeses sindicalizados de Senador Pompeu que, como já foi possível perceber, tinham um óbvio interesse em relação aos benefícios a serem aproveitados a partir do FUNRURAL. Mas, ao mesmo tempo, mostravam sua insatisfação com certas questões relacionadas a esses direitos. É o que indica o registro de uma Assembleia Geral realizada em 2 de dezembro de 1972 quando, após a palavra ser facultada entre os presentes

[...] nela pronunciou-se o Socio Henrique Ribeiro de Souza fazendo perguntas sobre o atendimento pelo Funrural no Hospital e o Presidente Respondeu que sobre o atendimento do Hospital não Sabia bem Explicar porque dependia era das condições só sabia que não havia o bom atendimento nesta (ASTR-SP, Assembleia Geral, 02/12/1972).

Evidencia-se aí, a partir dos vestígios tornados visíveis tanto pelos questionamentos feitos pelo agricultor Henrique quanto pela resposta do Presidente do Sindicato que o FUNRURAL tinha precariedades, o que causava irritações entre os agricultores que, por sua vez, lançavam suas cobranças à entidade. Fosse diretamente na pessoa do Presidente ou, é lícito supor, entre aqueles que compunham a comissão responsável pelo fundo criada, como já destacado, no ano anterior.

Percebiam o Sindicato como seu representante e mediador junto ao FUNRURAL, além de enxergarem suas reuniões um espaço e momento em que, vivenciando uma experiência comum, aqueles sujeitos forjavam-se enquanto classe (Thompson, 1987).

Ainda em 1972, antes que os associados levassem à Assembleia Geral críticas e oposições à forma como a Ditadura estaria negociando a oferta de aposentadoria rural e demais benefícios aos camponeses, o Tesoureiro da Delegacia Sindical do distrito municipal de Engenheiro José Lopes<sup>10</sup>, um camponês chamado Francisco Batista Filho, disse aos presentes

**[...] que o presidente da República estava querendo transformá os Sindicatos Em assistências dentologica, mais isto não depende da diretoria, mais sim dos socios, e não é a assistência médica ou dentologica que resolva o problema classe agricultora**, falou um socio que em Mombacia, piquete-carneiro, e pedra Branca já tinha o gabinete dentário só S Pompeu não tem (ASTR-SP, Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 26/03/1972, grifo nosso).

Observa-se, como apontamos ao longo do texto, um evidente debate dos trabalhadores rurais de Senador Pompeu na questão dos benefícios sociais negociados pela Ditadura em seus jogos de acomodação e concessões, pois é inegável a importância e o impacto que teriam em suas vidas diante das incontáveis dificuldades no mundo rural. Francisco e outros camponeses da entidade, não é difícil imaginar, sabiam que aquela política social concedida pelo regime era de alguma maneira uma solução às mobilizações sociais que já vinham de décadas, e que o movimento sindical não poderia ser resumido a assistencialismo tão somente. Os camponeses em seu sindicato enxergavam-se ainda em uma arena de disputas.

Compreendiam que aqueles benefícios mesmo sendo importantes não esgotariam suas necessidades e demandas de Classe. Temos indícios da sua mobilização enquanto Classe, do que sentiam na articulação da “identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987, p. 10).

Tais negociações e resistências ocorriam, evidentemente, a partir das alternativas possíveis daqueles trabalhadores nesse complexo período que tratamos aqui, em meio a consequências e tensionamentos relativos à opressão e formas de luta e organização.

---

<sup>10</sup> Distrito de Senador Pompeu criado no ano de 1951. Distância cerca de 16 km da zona urbana da cidade.



## *Camponeses em “anos de chumbo”: resistências ao autoritarismo*

Sempre inquietos diante a documentação do Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, assinalamos que no dia 17 de dezembro de 1971 a diretoria, composta pelos lavradores Pedro Bezerra Leite (Presidência) José Martins Oliveira (Secretaria) e Amadeu Pereira Lima (Tesouraria), marcou uma reunião crucial. Evento que, além de contar com a presença de visitantes, teve como pauta um sintomático fato divulgado, inclusive, entre as entidades semelhantes de cidades próximas a Senador Pompeu.

Na ata, os seguintes vestígios dessa teia de organização, em um trecho truncado e para nós com um que de enigmático:

A já falada reunião teve o seu início às 9 hs e 55 minutos e contou com a presença dos seguintes visitantes: Sr. Juvenal de Souza Vale, Presidente do Sindicato de Tauá, Luis Gonçalves de Lima, Tesoureiro do mesmo Sindicato, Manuel Sabino Filho, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Solonópole e ainda José Bejamim, tesoureiro do sindicato de Solonópole. Aberta a sessão pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, surgiu através do mesmo os assuntos de reunião que foram: Em primeiro lugar, tivemos a leitura da ata da reunião anterior e aprovação pela diretoria, em segundo veio a aprovação das propostas que chegou ao total de 14 e em terceiro lugar, **foi preparada uma circular juntamente com todos os visitantes com o objetivo de comunicar aos sindicatos cercavizinhos o que trouxe a prisão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu no dia 15 de dezembro de 1971, nesta mesma localidade.** Terminada esta redação a reunião teve o seu final já sendo 11 hs e 45 minutos (ASTR-SP, Reunião da Diretoria, 17/12/1971, grifo nosso).

Não há maiores detalhes na Ata (ou em outras) a respeito da prisão citada, sobre o conteúdo da circular para se divulgar a detenção do líder sindical ou do que se pretendia ao falar do episódio. O que notamos é que a reclusão de Pedro teria sido breve pois ele esteve nesta reunião, dois dias após a sua prisão, para, dentre outras questões, comentar o que ocorreu.

Vasculhando o acervo do SIAN, é possível encontrarmos no fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, um telex de 16 de fevereiro de 1972 do então presidente da FETRAECE, Geraldo Barbosa Almeida, endereçado ao então ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Nele foi informado sobre as prisões de vários líderes sindicais cearenses, dentre os quais Pedro Bezerra Leite,



o que segundo ele teria ocorrido “SEM JUSTA CAUSA [...] SEM FUNDAMENTO LEGAL” (Almeida, 1972, n. p., grifo original).

O telex compunha um dossiê<sup>11</sup> articulado pelos aparelhos de repressão, referente a uma denúncia e processo, Inquérito Policial Militar (IPM), aberto no início de 1972, contra Francisco Lindolfo Cordeiro, àquela altura atuando como um dos advogados da FETRAECE, além de Vicente Pompeu da Silva e Joaquim Mendes Fernandes, respectivamente presidentes dos Sindicatos dos trabalhadores rurais das cidades de Fortaleza e Quixeramobim.<sup>12</sup>

Os citados seriam acusados pela Ditadura de promoverem a subversão no campo ao supostamente incitarem conflitos em torno da realização de uma ampla Reforma Agrária no Estado tendo como base o ocorrido no ano anterior na Fazenda Japua<sup>13</sup>, localizada em Canindé-CE, a 117km de Fortaleza, acontecimento a qual Lindolfo teria tido importante participação na defesa dos agricultores envolvidos (Albuquerque, 2016; Mendes, 2022).

Enquanto assessor jurídico da FETRAECE Lindolfo Cordeiro visitava todos os Sindicatos vinculados a Federação – caso da entidade senadoreense. Por isso, especulamos que a prisão de Pedro Bezerra tenha sido motivada por suas articulações com o advogado, com outros líderes sindicais, casos de Vicente Pompeu e Joaquim Mendes no desenvolvimento de suas atividades (Albuquerque, 2016).

Este último, inclusive, mantinha contatos diretos com o Sindicato de Senador Pompeu desde, pelo menos, 1970 visto que em Assembleia Geral realizada em outubro daquele ano consta a existência de uma “palestra do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Quixeramobim fazendo pergunta os Socios deste sindicato de S. Pompeu” (ASTR-SP, Assembleia Geral, 03/10/1970).

---

11 [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_TT/0/MCP/PRO/0234/BR\\_RJANRIO\\_TT\\_0\\_MCP\\_PRO\\_0234\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/MCP/PRO/0234/BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_0234_d0001de0001.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

12 Lindolfo Cordeiro foi preso entre maio de 1973 e abril de 1974, primeiro preventivamente e depois em regime domiciliar. Ele e os demais acusados foram julgados e, por falta de provas, inocentados em 1976, com Lindolfo Cordeiro absolvido em segunda instância em 1978 (Albuquerque, 2016).

13 Em 2 de janeiro de 1971 ocorreu um conflito na Fazenda Japua, localizada na cidade de Canindé a 117 km de Fortaleza, entre seus moradores e trabalhadores contratados por seu proprietário, César Campos, além de destacamentos policiais da cidade. Ápice de diversos tensionamentos que ocorriam entre os agricultores envolvidos e o mencionado proprietário desde o ano de 1968, com 4 pessoas falecidas e diversos feridos. Tal fato teve enorme repercussão a nível nacional e internacional, com a criminalização de dez camponeses que só seriam julgados e inocentados em 1984. O conflito resultou na primeira desapropriação federal de terras do Brasil devido a profunda tensão social presente no episódio, processo este que contou com importante participação e mediação jurídica da FETRAECE, na pessoa de Francisco Lindolfo Cordeiro (Mendes, 2022).

Este caso, como tantos outros ocorridos na vigência do famigerado Ato Institucional Nº 5 (AI-5), nos ajuda a elucidar o fato de que o “milagre” fora forjado por desenvolvimento econômico e por autoritarismo já que além de seus ganhos financeiros terem se concentrado nas mãos de poucos, veio no auge da atuação da máquina político-econômica constituída pelos militares e baseada no tripé vigilância, censura e repressão (Napolitano, 2020). Há de se ressaltar também que largas porções do empresariado rural, assim como o urbano, não somente aderiram à Ditadura como contribuíra mesmo, a partir da doação de dinheiro ou equipamentos, com a atuação da máquina repressiva (Motta, 2021).

Nesse sentido, além da prisão de Pedro Bezerra Leite, há indícios de que outros associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu tenham sido levados ao cárcere durante aqueles anos. É o que indica a Ata de uma Assembleia Geral ocorrida em 7 de julho de 1973 quando, próximo ao final do encontro e sem expor maiores pormenores, temos:

[...] o Presidente deu uma notícia aos associados de que tinha havido o jurado para os dois associados Carlos Ribeiro da Silva e Cesario Ribeiro da Silva que a três anos vinham presos, e que a sentenças dos mesmos tinha Sido de 7 (sete) anos e 6 meses com este assunto houve o final da reunião, pelo presidente (ASTR-SP, Assembleia Geral, 07/07/1973).

Não temos maiores detalhes a respeito da situação daqueles agricultores, mas é possível conjecturarmos que suas prisões guardassem relação com embates contra donos de terras locais, algo indicado em uma reunião ocorrida quase dois meses depois do encontro anteriormente citado quando, após a palavra ser facultada entre os presentes:

pronunciou-se o Sócio Manuel Monteiro da Silva, perguntando sobre a sentença de Carlos Ribeiro da Silva e Cesario Ribeiro da Silva se haviam perdido os seus direitos que tinham no local onde moravam, o Presidente respondeu que não porque o que tinha sido julgado era sómente a sentença do processo criminal (ASTR-SP, Assembleia Geral, 01/09/1973).

Conflitos entre agricultores e patrões não eram novidade na região. O próprio Manoel Monteiro da Silva, inclusive, primeiro presidente do Sindicato, havia retornado a Senador Pompeu poucos meses antes da reunião. No fim dos anos 1960, mudou-se para Mombaça devido a repressão: “após receber ameaças, Manoel

Monteiro foi convencido pela família a sair da diretoria, mudando-se para outro município” (Silva, 2017, p. 105).

Assim, embora tentasse compensar tais questões a partir da articulação negociada, com certos benefícios para o campo, como já destacamos, tal política social tornara-se “apenas compensatória, como diziam os especialistas, revelando-se insuficiente para reverter o quadro de miséria e concentração de renda” (Napolitano, 2020, p. 166-167). Sua política agrária, particularmente durante o “milagre”, prezava mais por uma mecanização agrícola para os mais abastados do que a feitura séria de medidas redistributivas o que, consequentemente, contribuía para o aumento da concentração agrária nas mãos de grandes donos de terras (Molina, 2022).

Neste sentido, Mário Grynszpan (2007) argumenta que “ainda que houvesse imposto uma desmobilização, o golpe militar de 1964 não foi capaz de fazer tábula rasa dos conflitos no campo” (p. 325) de forma que não só persistiram as tensões como, em certas ocasiões, ampliaram-se, com os trabalhadores resistindo conforme suas possibilidades.

Em abril de 1971, por exemplo, um associado não nominado comentou sobre “as injustiças que comete o seu patrão com os seus moradôres” (ASTR-SP: Assembleia Geral, 04/09/1971). Algo vivenciado por Antônio Lourenço quase dois anos depois quando falou “sobre inquisição de seu Patrão dizendo ele que o mesmo queria lhes obrigar a fazer trabalho estranho em suas roças” (ASTR-SP: Assembleia Geral, 02/06/1973).

Imaginamos que outros sindicalizados ou camponeses não associados à entidade local passassem por situações semelhantes, a partir de pressões e choques entre estes trabalhadores e seus possíveis patrões ou donos das terras nas quais laboravam. Inclusive, a menção a ocorrência de “injustiças” e “trabalhos estranhos” enfrentados arbitrariamente pelos agricultores sugere situações de superexploração da força de trabalho no campo. Algo característico não só do “milagre” em si, mas do próprio capitalismo onde o trabalhador é obrigado a viver o “tempo do empregador”, que não pode ser “desperdiçado”, mas apenas “consumido, negociado, *utilizado*” (Thompson, 1998, p. 298, grifo original).

O destaque a esse tipo de situação, algo realizado nas reuniões, em que os trabalhadores sindicalizados viviam em um local de sociabilidade e articulação coletiva, é bastante instigante, pois indica como perceberam e experimentaram o

“milagre” da Ditadura e o tempo “em seu condicionamento tecnológico e [...] como meio de exploração da mão-de-obra” (Thompson, 1998, p. 289). E como resistiram a tais situações. Isso era o que na verdade fazia mais sentido, pois mesmo com todas as limitações arbitrárias do momento, o Sindicato era seu principal mecanismo de reivindicação e mediação de conflitos (Grynspan, 2007).

Era através da via legal, ou seja, da legislação existente na época, que os trabalhadores em seus sindicatos procuravam resolver, mediar ou ao menos divulgar seus conflitos, tornando-os públicos e coletivos, “trazendo-os para fora das propriedades e da relação direta e personalizada com os proprietários” (Grynspan, 2007, p. 326).

Existiam no regime constantes desrespeitos ou negações aos direitos legais dos trabalhadores o que tornava necessário que os sujeitos daquela classe “os reconhecessem e deles se apropriassem. Era preciso lutar pela implementação de medidas previstas pela legislação” (Grynspan, 2007, p. 327). Os lavradores sindicalizados de Senador Pompeu assim o faziam. Isto é indicado ainda por uma reunião da já mencionada Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, na data de 29 de maio de 1972. Os agricultores congregaram-se em sua sede distrital, conduzidos por sua Secretária, uma senhora chamada Arlinda Borges Inojosa, substituindo o então Delegado Sindical Francisco Paixão Silva, faltoso àquela sessão por motivos desconhecidos. A Diretoria da Delegacia Sindical trouxe um assunto curioso para a pauta:

[...] o tizoreiro usou a leitura da lei nº 11 o Art. 22 que será presidido pelo Ministro do e Previdenci Social, ou seu representante e integrado, ainda pelos representantes dos seguintes órgãos ministério da Agricultura Ministerio da Saude, Instituto Nacional de previdência Social, bem assim de cada uma das confederações representativas das categorias econômica e profissional agrárias. Explicou que Art 23 o Funrural terá a estrutura administrativa que fôr estabelecida no Regulamento desta lei complementar. Parágrafo único. O INPS dará a Administração do Funrural, a esta altura foi considerado a palavra facultada mais os socio não usando a palavra o tizoreiro deu incerramento da reunião [...] (ASTR-SP, 29/05/1972).

Este tipo de dinâmica de discussão parece ter sido corriqueira naquele período visto que, quase um mês depois, em novo encontro da mesma Delegacia Sindical, a Secretária Arlinda Borges iniciou os trabalhos explicando que fazia

aquilo, pois Francisco Paixão Silva, o Delegado Sindical daquele distrito municipal, não só não estaria presente como aparentemente estaria “querendo desistir do cargo” (ASTR-SP, 25/06/1972). Não há mais detalhes a respeito do pedido de afastamento daquele agricultor. Mas após esse anúncio, seguido da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o andamento dos trabalhos teve um padrão semelhante ao que havia acontecido em maio. Vejamos:

[...] o tizoreiro recebeu a palavra para ler e explicar art 24 25 o custe de administração do Funrural em cada exercício não poderá exercer ao valor correspondente a [ilegível] da receita realisada no exercício anterior, o art 26 fala sobre os débitos relativo a contribuição fixada no item I do artigo 15, correspondente multas impostos e demais comunicação legais, serão lançados em livros próprio destinados pelo o conselho diretor a inscrição da dívida ativa do Funrural e com os privilégios renovados a Fazenda Nacional, o art 27 Fica extinto o plano Basico da Previdência Social instituido pelo Decreto-Lei nº 564 de 1º de maio de 1969 e alterado pelo Decreto-Lei nº 704 de 14 de julho de 1969 ressalvados os direitos daqueles que contribuindo para INPS pelo referido plano cumpram período de carência ate 30 de junho de 1971, cessando o direito de abilidades aos benefícios ate 30 de junho de 1972; a esta altura já era 4ho, 15 m da tarde do dia 25 do mês de junho de 12 dei emcerramento a referida reunião [...] (ASTR-SP, 25/06/1972).

Pela observação dos dispositivos jurídicos mencionados em ambas as reuniões fica evidente que aqueles lavradores estavam se referindo a já discutida LC-11 que tratava da criação do PRORURAL sob gerência do FUNRURAL. Em vista disso, é interessante constatar a realização de leituras coletivas e pormenorizadas a respeito daquela regulamentação – algo que, é factível supor, pode ter ocorrido entre outras Delegacias Sindicais. O que compreendemos sinalizar não só um evidente interesse, e mesmo necessidade, em conhecer seu conteúdo, pois podia ser benéfico para aqueles trabalhadores. Visavam se apropriar desse repertório legal.

Almejavam um conhecimento aprofundado e uso não só da legislação referente à aposentadoria rural, mas de qualquer outra que eventualmente fosse de grande valia para as mobilizações daqueles agricultores. Especialmente em momentos de possíveis conflitos com proprietários de terras, visto que poderiam legitimar suas ações a partir de negociações mediadas pelas próprias leis fundamentadas pela Ditadura.

Não à toa, nesta perspectiva, o Tesoureiro do Sindicato Amadeu Pereira Lima, em visita a Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, em meados de 1971, afirmou:

[...] o sindicato é uma sociedade, está Sociedade é apoiada pelo o governador e o governo nos da acobertura assim com os empregados do governo tem os direitos, aposentadoria os trabalhadores do campo pderá ter os mesmo direito de se aposentar; o Sindicato foi criado para que o homem do campo seja conhecido como agricultor [...] **Sindicato, é uma coisa boa para o trabalhador e o proprietário não quer da direito, ao trabalhador e se poem dizendo que é uma coisa comunista; mais não vão acreditar se; por que si fossi o governo não apoiava** (ASTR-SP, Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 29/08/1971, grifo nosso).

Doravante, a partir da análise das fontes, ressaltamos que era bastante comum o Sindicato promover a realização de palestras, exposições, explicações e partilha de ideias tanto a respeito da legislação que de alguma maneira tocava em algo relacionado a suas vivências, como de questões várias relacionadas a vida e aos dilemas de cada um. Isto indica a constituição de resistências possíveis constituindo-se tendo em vista as possibilidades coletivas vislumbradas naquele período pelos lavradores sindicalizados de Senador Pompeu.

Outro rico vestígio foi encontrado na Ata de uma Assembleia Geral ocorrida na data de 3 de abril de 1971. Ao longo da Sessão os presentes ouviram uma interessante exposição do sindicalista Cornélio Matias de Oliveira, que havia presidido a entidade antes de Pedro Bezerra Leite, entre o fim dos anos 1960 e o início daquele mesmo ano. Cornélio discursou:

dizendo que **todos nós devemos ter [ilegível] de saber as coisas, saber se expressar e saber estudar para alcançarmos um desenvolvimento maior, [ilegível] o mesmo, porque isto é bonito e muito importante**. Logo depois se pronunciou o sócio Cícero Pereira, encorajando e dizendo que ainda existe muita união entre nós para fazermos um trabalho como pensamos (ASTR-SP, Assembleia Geral, 03/04/1971, grifo nosso).

Entendemos que, em meio a uma Ditadura que perseguiu, matou e torturou desde seu início, e dificultou em incontáveis aspectos a vida de trabalhadores, há, nestes indícios, a articulação coletiva de classe que longe de existir e se mobilizar enquanto algo ideal, tem seu surgimento na medida em que suas experiências reais foram constituídas historicamente em dadas circunstâncias e intencionalidades.

Tivemos um rico e delicado enfrentamento aos dilemas em suas vidas uma vez que o processo histórico não deixa escapar de vista que em seu complexo interior existe exploração, mas igualmente a resistência de maneira que “valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos” (Thompson, 1998, p. 301).

## Considerações finais

Observamos, na pesquisa que, durante o chamado “milagre econômico” em que o país alcançara altos níveis de desenvolvimento econômico ao passo em que se vivenciava o auge da repressão marcada, especialmente, pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5), aconteceram vivências de negociações e acomodações de interesses junto aos trabalhadores rurais.

Tais experiencias ocorreram no sentido de lutarem como podiam diante históricas demandas daqueles sujeitos ao passo em que a ditadura e aliados visavam legitimidade social para si e esvaziamento/repressão da luta camponesa. Tivemos, mesmo após o Golpe de 1964 e a todas as perseguições sofridas pelos sindicatos rurais, o campo enquanto um foco de tensionamentos e conflitos, em mudanças e batalhas implícitas ou mais abertas.

Foi através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu que os camponeses demonstraram fazer uso dos benefícios sociais negociados pela Ditadura através do PRORURAL, gerido pelo FUNRURAL, especialmente a aposentadoria rural. Algo que não ocorreu sem tensões e críticas visto os benefícios sociais terem problemas em sua oferta, além de que os agricultores compreendiam que a política social então fomentada para o campo não era suficiente para resolver todos os seus problemas. E não poderiam resumir o Sindicato a uma instituição para fins assistencialistas tão somente.

Concluimos que almejaram ter seus anseios atendidos nos jogos de acomodação da Ditadura, e expressando insatisfações conforme as possibilidades de atuação sindical do momento. Os trabalhadores rurais sofreram com o autoritarismo do período a ponto de alguns de seus membros irem ao cárcere ou enfrentarem explorações desmedidas de seus patrões ou donos de terras. Resistiram através do estudo, conhecimento e apropriação da legislação agrária existente. Fizeram-se em sua articulação a partir das próprias experiências e enfrentamentos, em uma

sofisticada organização de classe com lógicas singulares de atuação. Diante dos ditames do “milagre” e em meio ao seu autoritarismo, criaram veredas de esperança.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eline Ehrich. **Francisco Lindolfo Cordeiro na luta em defesa dos Trabalhadores Rurais do sertão cearense (1970-1978)**. 2016, 140 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1999/2/ELINEALBUQUERQUE.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ALMEIDA, Geraldo Barbosa. [Correspondência]. Destinatário: Alfredo Buzaid. Fortaleza, 16 fev. 1972. 1 Telex.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Ceará de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CARVALHO, Luiz Flavio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto: Senador Pompeu – 1960 a 1990**. 2003, 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2003.

CASTRO, Wagner José Silva de. **No tom da canção cearense: do rádio e TV, dos lares e dos bares na era dos festivais (1963-1979)**. 2007, 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3389>. Acesso em: 07 ago. 2024.

COELHO, Danilo Vieira. **O Sertão e a Ditadura: Histórias e memórias sobre o Golpe de 1964 em Quixadá – CE**. 2018, 199 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) – Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Federal do Ceará – UECE, Quixadá, 2015. Disponível



em: <http://www.uece.br/mihl/wp-96content/uploads/sites/66/2021/04/dissertacaodanilovieiracoelho.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

CONCEIÇÃO, Flávio da. **As Práticas Políticas do “Movimento dos Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)**. 2015, 172f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Dissertação.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O drama barroco dos exilados do Nordeste**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

COSTA, Jucelio Regis da. **Os Jornais em Marcha e as Marchas da Vitória nos Jornais: A imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964)**. 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14511/1/2015\\_dis\\_jrcosta.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14511/1/2015_dis_jrcosta.pdf). Acesso em: 06 maio 2020.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964) Vol. 2 – As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 433-450.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009, 231 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30374436.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FARIAS, Airton de. **Para além das armas**: militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-1972). Fortaleza: INESP, 2020.

FARIAS, Airton de. **Pavilhão Sete**. Presos Políticos da Ditadura Civil – Militar. Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2019.

GARCIA, Nicole Régine. Prorural: a criação da previdência social rural no Governo Médici. Dia-Logos: **Revista Discente Da Pós-Graduação Em História**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 147-158, set. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23149#:~:text=Esta%20previdência%20possuía%20características%20específicas,parece%20incongruente%20ao%20regime%20militar>. Acesso em: 09 ago. 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores**: 80 anos servindo ao Senhor. Francisco Beltrão: Grafit, 1999.

GOMES, Athaysi Colaço. A Atuação das Mulheres no Movimento Estudantil Secundarista Fortalezense na Luta Contra a Ditadura Militar (1964-1968). 2019, 133 f. **Dissertação (Mestrado Acadêmico)** – Programa de Pós-Graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=94836>. Acesso em: 07 ago. 2024.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O preço do passado**: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. 2006, 252 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7173/1/2006-TESE-DNGONCALVES.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil**

**Republicano Vol. 4** – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 315-348.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964) Vol. 2** – As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 209-236.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549.

LIMA, Antônio Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará: temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de Luta: Ritos políticos do movimento estudantil universitário [Fortaleza, 1962 – 1969]**. Fortaleza, EDUFC, 2008.

MARTINS, Antônio Wesley do Nascimento. **Da “Experiência Democrática” à Ditadura: Política, Igreja e Movimentos Sociais em Senador Pompeu-CE de 1962 a 1967**. 2022, 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2022.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Brenda Timbó. **O conflito da Fazenda Japuara em Canindé-CE: repressão política, resistência camponesa e luta pela terra (1968-1984)**. 2022, 223 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://>

repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/73636/3/2022\_dis\_btmendes.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Agro, Ditadura e Universidade**: ESALQ-USP e a Modernização Conservadora (1964 a 1985). Campinas: Autores Associados, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 112-127.

PORTO, Márcio de Souza. **Modernidade e Catolicismo**: o episcopado de Dom José Medeiros Delgado no Ceará (1963-1973). 2014, 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7836?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7836?locale=pt_BR). Acesso em: 07 ago. 2024.

SAMPAIO FILHO, José Airton. **“Eu Vou À Luta Com Essa Juventude”**: o Movimento Estudantil Secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-Cesc em Fins da Década de 1970. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) – Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Federal do Ceará – UECE, Quixadá, 2020.

SILVA, Karoline Queiroz e. **“Viva as Almas da Barragem!”**: A Construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu-CE (1982-1998). 2017, 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30957/5/2017\\_dis\\_kqsilva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30957/5/2017_dis_kqsilva.pdf). Acesso em: 5 abr. 2020.

SILVEIRA, Edvanir Maia da; SILVA, João Batista Teófilo. (Orgs). **A Ditadura Civil-Militar em Sobral-CE: aliança, “subversão” e repressão.** Sobral: Sertão Cult, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa Vol. 1 – A árvore da liberdade.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.



# ENTRE CASSAÇÃO E CELEBRAÇÃO:

## A DITADURA MILITAR NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB

Josenildo Marques da Silva<sup>1</sup>

### Introdução

Localizado na região imediata e intermediária de Campina Grande, o município de Juazeirinho possui uma história política de emancipação ainda recente, tendo sido desmembrado de Soledade em 25 de julho de 1957. Entretanto, sua povoação europeia inicia-se já durante o período colonial com a ocupação dessas terras pelos portugueses descendentes da família Oliveira Ledo. Segundo diferentes pesquisadores da história local (Almeida, 1968; Rietveld, 2009; Silva, 2017), foi através da fazenda Joazeiro, de Ana de Oliveira Ledo, único membro da família que fixou uma data nessas terras, que começou a povoação portuguesa no território.

Por meio da criação de gado, atividade característica da família Oliveira Ledo, e da presença de um pouso de tropeiros nas margens da atual Br 230, onde passavam comerciantes almocreves fazendo o trajeto entre o Sertão e Campina Grande, foram chegando inúmeras famílias nesse local. Porém, é só a partir do início do século XX que se verifica de uma forma mais preponderante a chegada dessas famílias, com a realização da primeira feira (4 de novembro de 1913), e a edificação de uma capela e de diversas casas no município.

A integração entre os considerados primeiros fundadores do povoado e Vila Joazeiro<sup>2</sup> é descrito como um elemento crucial para o desenvolvimento de Juazeirinho entre as décadas de 1920/1950. Nesse momento, a Vila Joazeiro, como era denominada, passou a contar com a presença de vários serviços (correios e

---

1 Doutor em História e professor substituto da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e pesquisador no grupo de pesquisa NUHLC – Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas. jjossenildo@gmail.com.

2 De acordo com Rietveld (2009, p. 192), José felismino Nogueira, Pedro Ferreira Barros, Henrique Ferreira Barros, José Baptista de Azevedo, Manoel Vital Filho, Avelino José dos Santos, João Batista Cunha Moreno e José Ferreira Tavares, são alguns dos nomes e famílias que atuaram durante esse período de desenvolvimento do povoado no início do século XX.

telégrafos, fundação de colégios, transporte motorizado), chegando inclusive à condição de distrito e sede de Ibiapinópolis (Soledade) já em 1943, ocasião onde perdeu esse reconhecimento e recebeu a mudança de nome de Joazeiro para Juazeirinho.

Mesmo sendo enfatizada na memória local a presença dessas inúmeras famílias na fundação e desenvolvimento econômico-social de Juazeirinho, a história política desse município pode ser pensada através de dois elementos: em primeiro aspecto, ela inscreve-se dentro de um cenário de divergências iniciais entre Juazeirinho e seu município originário (Soledade); em segundo, deve ser pensada através da permanência de uma mesma família no comando da política local, a oligarquia denominada de marinheiros.

Com as primeiras eleições municipais em 1959, Juazeirinho passa a ser administrado pelo político Severino Pascoal de Oliveira, conhecido popularmente como Severino Marinheiro. A partir desse nome, a família marinheiro apresenta um domínio no executivo municipal que se estende durante quase meio século, através do revezamento de parentes e aliados, da formação de alianças políticas locais e de sua estreia ligação com lideranças no estado representantes do Partido Social Democrático (PSD).

É durante o controle dessa família no comando da política local que Juazeirinho protagonizou durante a Ditadura Militar dois episódios, ainda não conhecidos na historiografia escrita até o momento sobre essa fase sombria da história brasileira: em 9 de maio de 1964, a Câmara Municipal de Juazeirinho cassou o diploma de um segundo suplente de vereador, o representante da UDN Sebastião Hermes de Lisboa, sob a alegação de defesa das instituições democráticas e perigo de implantação de uma ditadura comunista; em 31 de março de 1976, o legislativo de Juazeirinho realizou também uma sessão solene homenageando a passagem do décimo segundo aniversário do que denominavam de “revolução de 31 de março de 1964”.

Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar esses dois episódios ocorridos em diferentes momentos da Ditadura Militar Brasileira, refletindo sobre os impactos desse regime autoritário em um pequeno município. Embora a historiografia mais recente enfatize principalmente os desdobramentos da ditadura no plano nacional e regional, é possível perceber a presença de formas de resistências,



acomodações e adesões da sociedade civil ao regime militar, deslocando o olhar para essas pequenas localidades.

O trabalho consiste no estudo de trajetórias políticas, fazendo uma investigação sobre os fatos e personagens envolvidos nas duas tramas citadas. A princípio, parte de uma análise das atas da Câmara Municipal de Juazeirinho, por meio do entendimento e descrição do seu conteúdo. Após esse momento, essas informações são problematizadas através do levantamento de questionamentos a essas fontes escritas e oficiais. Tais fontes são objeto de comparações e novas reflexões através do uso de entrevistas orais, realizadas com moradores que vivenciaram o período ou tiveram contato com as trajetórias que protagonizaram os episódios citados do dia 9 de maio de 1964 e 31 de março de 1976.

Para tanto, o diálogo com a historiografia escrita sobre a Ditadura Militar, sobretudo através de leituras que pensam o aspecto da repressão (Fico, 2004; Ferreira, 2003), acomodação e adesão (Motta, 2019), foram imprescindíveis. Do mesmo modo, o contato com a historiografia mais local (Cittadino, 2006; Soares, 2020) nos ofereceu elementos para reflexão sobre os aspectos heterogêneos da ação do regime militar, quando consideramos a própria conjuntura estadual e municipal para compreender o fenômeno da cassação de mandatos políticos e as tentativas de afirmação de diferentes versões sobre o 31 de março de 1964.

### *Sebastião Hermes de Lisboa: um caso de cassação em Juazeirinho*

2 de maio de 1964. Dando início aos trabalhos da Câmara municipal de Juazeirinho o vereador-presidente, Pedro Pascoal de Oliveira, um dos principais integrantes da família local denominada de Marinheiro, colocava em pauta o projeto de resolução nº 1/64 de autoria de todos os vereadores. Era assim apresentada a pauta: “perda de mandatos políticos” (Ata da Câmara de Vereadores de Juazeirinho. 2 de maio de 1964).

Fazendo uso da palavra, o então presidente esclarecia especificamente o teor do projeto e as possibilidades de deliberação dos vereadores sobre o tema, apresentando ainda um apelo quanto a necessidade de aprovar a resolução:

Fez ver aos senhores vereadores que este projeto de resolução 1/64 era de suma importância pois visa somente moralizar a nossa Câmara de Vereadores, afastando daqui aqueles que pregavam o fechamento das instituições

democráticas e consequentemente a implantação de uma ditadura socio-comunista” (Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho. 2 de maio de 1964).

Após o forte apelo do presidente, o projeto fora assim encaminhado para a próxima sessão do legislativo, onde seria apreciado e votado pelos vereadores. Chegando ao dia 9 de maio do corrente ano, voltava novamente a pauta, no entanto com um adicional: tratava-se especificamente da perda de um mandato político, os direitos legislativos do segundo suplente de vereador do partido UDN, Sebastião Hermes de Lisboa.

Sebastião de Lisboa havia sido candidato *udenista* em 1963, não tendo disputado eleições anteriores no estado. Nessa ocasião, alcançou a segunda suplência, com o total de 94 votos (4,7%), em eleição bastante acirrada. Conforme os números do TRE-PB<sup>3</sup>, o último candidato eleito do seu partido, João de Deus Vasconcelos, obteve apenas 96 sufrágios (4,8%) e o primeiro suplente, José Patrício de Gouveia, alcançou a mesma votação de Sebastião, colocando-se a sua frente no pleito, certamente, em face do critério da idade.

Na sessão legislativa do dia 9 de maio, o projeto de resolução 1/64 foi apresentado como ordem do dia, sendo descrito em seu tema como “perda de mandato do segundo suplente de vereador Sebastião Hermes de Lisboa (UDN)”. Seguindo o rito legislativo antes da votação, dois vereadores ocuparam a tribuna para fazer seus pronunciamentos sobre o tema: o primeiro, o vereador João de Deus Vasconcelos (UDN), afirmou que não votaria a favor da perda de mandato, uma vez que Sebastião de Lisboa trava-se de pessoa ligada à sua família; o segundo, Durval Diniz (UDN), alegou a inexistência de “provas concretas” contra o acusado o que inviabilizava a possibilidade de cassação do seu direito de segundo suplente.

Mesmo com as alegações dos colegas *udenistas*, que se opunham à perda desse direito político, o projeto foi aprovado com a votação dos vereadores do PSD, que era o partido majoritário no legislativo de Juazeirinho, contando há época com quatro representantes. A cassação do mandato do segundo suplente de vereador Sebastião Hermes de Lisboa constitui-se, portanto, como um fato atípico na historiografia da ditadura militar brasileira.

---

<sup>3</sup> Os números eleitorais do pleito de 1963 em Juazeirinho-PB podem ser acessados através do site: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 11, jul. de 2024.

Sabe-se que o ano de 1964 foi o primeiro período de inúmeras cassações de direitos e mandatos políticos. Com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 teve início uma onda de cassação dos direitos políticos de mais de cem pessoas no país. No governo do Marechal Castelo Branco, os militares decretaram o Ato Institucional nº 1, permitindo ao presidente suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um período de 10 anos e autorizando a cassação de mandatos parlamentares. Por meio desse Ato, figuras destacadas da política como os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart, além do governador do Pernambuco Miguel Arraes, tiveram seus direitos políticos cassados.

A Paraíba também foi palco dessas cassações, ocorridas na Assembleia Legislativa e diversas Câmaras Municipais. Conforme Tereza Soares (2020), na Assembleia Legislativa foram cassados os deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Amorim Almeida e de seus respectivos suplentes, Antônio Figueiredo Agra e Agassiz de Amorim e Almeida, políticos de atuação junto as Ligas Camponesas. Também ocorreram esses casos na Câmara Municipal de Sapé, vereador João Alfredo Dias, e na capital do Estado, vereador Antônio Augusto Arroxelas e suplentes, José Gomes da Silva e Leonardo Leal.

Mesmo verificando a cassação desses nomes políticos no cenário nacional, e constatando tais cassações até de suplentes no estado da Paraíba, o caso de Sebastião Hermes de Lisboa continua ainda como um fato isolado e, portanto, carente de uma interpretação historiográfica. O que explica essa cassação de um mandato inexistente, visto que se tratava apenas de um segundo suplente de vereador? Quais acontecimentos locais e/ou presentes no próprio modo operandi da Ditadura Militar oferecem elementos para descortinar esse fato ocorrido no pequeno município de Juazeirinho?

Segundo a fala do vereador-presidente do legislativo de Juazeirinho, o então representante do PSD Pedro Pascoal de Oliveira, o projeto de cassação do mandato de Sebastião Hermes de Lisboa e de outros políticos, que poderia entrar nessa lista, ocorreu em face de um grande motivo: “moralizar a instituição democrática”. Ao tratar de “instituição”, ele fazia referência a Câmara Municipal de Juazeirinho, acrescentando a ideia de que os ditos imorais deveriam ser afastados desse poder municipal, “afastados daqui” (Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho, 2 de maio de 1964).

Para descrever o que chamava de imoralidade, o discurso de Pedro Pascoal chama atenção especificamente não para o segundo suplente de vereador, Sebastião Hermes de Lisboa. Sua fala é direcionada para um coletivo, era necessário afastar: “aqueles que pregavam o fechamento das instituições democráticas e consequentemente a implantação de uma ditadura socio-comunista” (Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho. 2 de maio de 1964).

Em outras palavras, Sebastião Lisboa compunha um grupo de pessoas no país que tinha por interesse, supostamente, atingir a democracia, promovendo um discurso ideológico de fechamento das instituições democráticas em vigor. Para além desse fechamento do legislativo, o vereador-presidente acrescentava a ideia de que o objetivo central do grupo representado através desse suplente era a substituição de tais instituições, com exclusiva finalidade de implantação de uma ditadura de base ideológica “socio-comunista”.

Percebe-se claramente no discurso desse vereador-presidente uma similaridade com o que afirmavam representantes de diversos setores militares e com o que ficou massivamente difundido nos discursos que serviram de fundamentação para o golpe de 31 de março de 1964. Conforme Nilson Borges (2003), já nos primeiros meses pós golpe militar no Brasil, temos a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, através da criação de órgãos como o Serviço Nacional de informações (SNI). Mesmo estando presente no país já no pós guerra fria, como uma consequência da própria formação de um bloco internacional por parte dos Estados Unidos em oposição a União Soviética, a Doutrina de Segurança Nacional ocupou mais espaços no Brasil com a tomada do poder pelos militares.

Adotando a noção de inimigos externos e internos, tal doutrina, segundo Borges (2003), apelava para a “guerra psicológica” como forma de impor o seu projeto político. Essa guerra consistia na anulação e/ou aniquilação moral do inimigo (chamado de subversivo), através do distanciamento dele dos demais da comunidade, com vista a manter os princípios basilares da doutrina:

Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa a desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar e a fazer aderir às políticas do Estado (Borges, 2003, p. 28)

A cassação do mandato de um segundo suplente de vereador em Juazeirinho deixa em evidência, portanto, a articulação de pequenos municípios com o que ocorria no próprio cenário nacional. Levando em consideração que Sebastião de Lisboa perdeu esse direito político já no início de maio de 1964, percebe-se que esse fato se integra devidamente dentro do período denominado como Operação Limpeza<sup>4</sup>, ou seja, um conjunto de medidas jurídicas (Atos institucionais, inquéritos policiais militares e outros) que visavam expurgar do cenário político os considerados indesejáveis. No mesmo sentido, tratava-se de eliminar de instituições como o legislativo aqueles que se colocavam como perigo para a sustentação da Ditadura Militar.

Retomando o discurso do vereador-presidente da Câmara Municipal de Juazeirinho, observa-se na sua própria fala também o uso de expressões que se alinham com setores da burocracia militar. Quando Pedro Pascoal ocupa a tribuna e defende a necessidade de cassações de mandatos no legislativo municipal, ele profere a ideia de que determinados indivíduos tinham a pretensão de “instalar uma “ditadura socio-comunista”<sup>5</sup>. O uso dessa linguagem (leia-se “ditadura socio-comunista”) aponta o conhecimento que esse político tinha, pelo menos, com o modo de pronunciamento oficial de setores da burocracia militar, quando da elaboração de juízos sintéticos dos políticos, sumários, dossiês militares e outras fichas de investigação e indiciamentos<sup>6</sup>.

Seguido esse pensamento, é possível compreender como o local é uma expressão do Nacional, estando estreitamente interligados, a exemplo do que aponta Boaventura de Sousa (2008, p. 76), ao conceber a produção do conhecimento como exercício total e local, ao mesmo tempo. Desse modo, estudar fatos específicos como esse, que remetem a esfera local é pensar suas interconexões com os acontecimentos que faziam parte das decisões e interesses da política nacional da Ditadura Militar.

---

4 Maria Helena Moreira Alves (1984) e Nilson Borges (2003) citam a operação limpeza como um conjunto de medidas, implantadas já no governo do Marechal Humberto Castelo Branco, que se valeram dos Atos Institucionais e da Instituição Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para restringir e anular as decisões dos demais poderes e, conseqüentemente, eliminar do cenário político os principais opositores ao regime.

5 Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho. Livro 1, página 9.

6 Comunismo, esquerdismo e outras expressões são observadas em conjuntos de documentos, a exemplo do dossiê que consta a cassação do mandato do político paraibano Pedro Moreno Gondim. Ver. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo SNI. Dossiê Pedro Moreno Gondim. br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_iii\_82003750\_d0001de0001 pedro gondim. In: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=Pedro%20Moreno%20Gondim&v\\_fundo\\_colecao=](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Pedro%20Moreno%20Gondim&v_fundo_colecao=) Acesso em 13, jul. 2024.

Uma dessas interconexões explica-se através da própria cassação de mandatos políticos ocorridas no Congresso Nacional e Assembleia Legislativa da Paraíba nos anos pós golpe militar. Tereza Soares (2020), partindo da leitura de autoras como Alves (1984), menciona que um dos motivos das práticas de cassações de mandatos políticos era a eliminação de opositores e sua substituição por pessoas integradas ao projeto do governo autoritário. Desse modo, os processos de cassação de mandatos incidiam diretamente contra suplentes, visando à montagem de um Congresso mais alinhado com as pautas governistas.

Entretanto, a cassação dos direitos desse segundo suplente de vereador precisa ser analisada dentro da própria conjuntura que marcou os jogos de poder, arranjos e rearranjos da política estadual e local da Paraíba nesses primeiros anos de Ditadura Militar. Silva (2023), chama atenção para analisarmos as cassações de políticos dentro do próprio cenário de composição dos partidos políticos na Paraíba. Tais partidos, como o PSD e UDN, antes da implantação do bipartidarismo, encontravam-se em constantes disputas nesse estado, confrontos que se acirraram ainda mais com a formação das legendas MDB e ARENA.

Desse modo, divergências partidárias estaduais e locais também eram motores que incidiam em processos de cassações. Autoras (es) como Cittadino (2006) e Silva (2023), citam casos como o do político João Agripino, acusado de ter sido o mentor de denúncias contra juízes e adversários políticos, que incidiram em investigações, demissões do serviço público e cassações de mandatos eletivos na Paraíba. Cittadino (2006, p. 120), por exemplo, aponta como o cenário político-partidário da Paraíba esteve marcado nesse período pela abertura sumária de diversos processos de cassação, implementados na Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais, como a capital João Pessoa.

Considerando esse cenário federal e estadual, o município de Juazeirinho também se inseria dentro desse quadro de disputas político-partidárias, desde a sua emancipação política, datada de 25 de julho de 1957. Como é possível observar analisando as campanhas políticas antes e após o golpe militar de 1964, esse município estava no controle da tradicional família Pascoal e Nóbrega, denominada localmente de família marinhoiro. O grupo de representantes dessa família esteve durante o período entre 1959-1964, revezando-se administração do executivo Juazeirinhense,

como aliada do Partido Social Democrático (PSD) e principal oposição da União Democrática Nacional (UDN), representada pelo Juiz Federal Genival Matias.

Sendo o PSD local majoritário nas eleições, tanto no executivo quanto no legislativo, verifica-se que essa cassação do segundo suplente de vereador, Sebastião Hermes de Lisboa, insere-se dentro do próprio cenário também de disputas partidárias no município. Conforme verifica-se na sessão do dia 2 de maio de 1964, a denúncia e proposição de cassação desse direito político partia do próprio líder do PSD, Pedro Pascoal de Oliveira, sendo acolhida por seus colegas de partido que há época compunha com ele a maioria na Câmara Municipal<sup>7</sup>.

Embora a UDN local tenha elegido apenas dois representantes para o legislativo no pleito de 1963 (Durval Diniz de Lima e João de Deus Vasconcelos), estes vereadores se colocavam terminante contra a cassação do mandato de Sebastião Hermes de Lisboa, conforme verifica-se na ata do dia 9 de maio de 1964. Durval Diniz de Lima, alegava a impossibilidade da cassação do diploma de segundo suplente conquistado por Sebastião de Lisboa, enfatizando a inexistência de “provas concretas” capazes de tutelar tal cassação. João de Deus Vasconcelos utilizava-se do elemento familiar, “pessoa ligada a família”, para afirmar também a inviabilidade desse ato contra o seu colega de partido.

Embora os candidatos *udenistas* não tenham se posicionado diretamente contra a fala do vereador-presidente, que já nos anos iniciais de 1964 promovia uma verdadeira histeria anticomunista no legislativo, observa-se que um dos motivos para a cassação do diploma de Sebastião de Lisboa explica-se através das disputadas políticas locais. Ainda que o partido UDN tenha se mostrado pouco expressivo nas campanhas políticas de Juazeirinho, sobretudo quanto a ocupação do cargo no executivo, percebe-se nesse município já os impactos das alianças estaduais. Após o golpe militar de 1964 o partido UDN, uma das legendas que participara ativamente da deposição de João Goulart, já engrossava suas fileiras no estado, tendo em seu quadro as principais lideranças políticas da Paraíba, fato que impactava diretamente a política municipal.

---

<sup>7</sup> No pleito de 1963 em Juazeirinho o PSD elegeu cinco candidatos, sendo eles: Francisco Antonio da Nóbrega, Francisco Cosme de Oliveira, Antonio Medeiros, Pedro Pascoal de Oliveira e Porfírio Elias da Cunha. Nessa eleição, a UDN elegeu apenas dois representantes: Durval Diniz de Lima e João de Deus Vasconcelos. Os números dessa eleição encontram-se no Site do TRE-PB: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 14 de jul. 2024.



Ainda assim, a fala do vereador-presidente no legislativo de Juazeirinho e seu ato contundente contra o suplente da UDN em 1964, deixa em evidência a presença dos impactos da Ditadura Militar nesse município. Desconstruindo a ideia de que a ditadura esteve apenas concentrada nos grandes centros, nesse pequeno território verifica-se a interiorização dos atos do regime, o forte discurso anticomunista e as práticas de repressão sobre aqueles que ousavam pronunciar algo considerando contrário a ideologia propagada por alguns setores militares.

A leitura de documentos oficiais, como as atas da Câmara Municipal de Juazeirinho, aponta ainda outras nuances dessa presença da ditadura no interior, como as práticas conjuntas de resistência e acomodação ao regime<sup>8</sup>. Tal questão constata-se na fala do vereador da UDN, João de Deus Vasconcelos, que utilizou da ideia de não votar contra a família para assegurar sua posição contrária a cassação do diploma do seu colega de partido e, ao mesmo tempo, não contrariar os discursos do vereador-presidente, em sua clara demonstração de apoio a ditadura militar.

Entretanto, em detrimento de tudo o que foi exposto nesses documentos sobre o segundo suplente de vereador da UDN é possível considerar que Sebastião Hermes Lisboa era um comunista, agitar político e/ou militante de movimentos contrários a Ditadura Militar? Por meio da realização de entrevistas e conversas com antigos moradores em Juazeirinho, é possível resgatar algumas memórias sobre o período da Ditadura Militar nesse município e sobre a trajetória de integrantes da política local.

Para Sonaldo Vital (2024), antigo morador e descendente de uma das famílias fundadoras do município de Juazeirinho, Sebastião Hermes de Lisboa não era muito conhecido através da atuação política. Ele foi chefe da Estação Ferroviária local nos anos 1960 e atuava principalmente na área desportiva, como um dos membros da diretoria do time de futebol Clube Recreativo Educativo de Juazeirinho. Nesse esporte, foi autor da ideia de fundação do mais tradicional time da cidade, O Guarani Esporte Clube, onde ocupou também o cargo administrativo

---

8 Esse debate é apresentado por Rodrigo Pato Sá Motta no seu livro *As Universidades e o Regime Militar* (2014) e no artigo de sua autoria, "A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. Tal debate também é retomado, com base nesse autor, por meio de trabalhos como *Palácios Cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco*, de Dimas Veras (2018, p. 26); e *Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a ditadura militar*, de Iara Souto Silva (2017, p. 27-28).



de presidente, conforme pode ser visualizado nas imagens, onde ele aparece a esquerda das fotografias.

**Imagem 1 e 2:** Sebastião Hermes Lisboa como desportista de Juazeirinhense



**Fonte:** acervo pessoal de Sonaldo Vital e família.

Segundo o morador e tradicional comerciante local, José Geraldo de Vasconcelos (conhecido como Eliezer do Armarinho)<sup>9</sup>, pouco se conhece sobre a cassação do diploma de Sebastião Hermes de Lisboa no município. Entretanto, em suas memórias ele menciona que se tratava de “pessoa que gostava de aparecer”, de “chamar atenção de todos”. Em sua percepção, Sebastião de Lisboa não era um conhecedor afimco e seguidor da ideologia comunista, nos moldes como declarava o vereador-presidente Pedro Pascoal de Oliveira, sendo desconhecida sua participação em algum movimento social que buscava fechar instituições e implantar uma ditadura.

O perfil descontraído, vacilante ou destacado de Sebastião Lisboa era notável em seu modo particular de vestir-se - aparecia geralmente de roupas brancas ou com outra tonalidade uniforme – e em seu comportamento chamativo. Essas características aparecem também no relato de Sonaldo Vital durante os momentos de diálogo na entrevista, conforme podemos perceber no relato a seguir:

Sebastião tinha um grande sinal no rosto e um modo particular de vestir-se, geralmente aparecendo com roupas brancas. Era uma pessoa que gostava de se destacar, um vivante. Seus dias de vida foram concluídos em Campina Grande,

---

<sup>9</sup> A entrevista foi realizada em 2011 de forma aberta, sem o uso prévio de questionários. Seu José Geraldo foi indagado sobre o conhecimento acerca da trajetória de Sebastião Hermes de Lisboa e, mais especificamente, sobre o caso da sua cassação de diploma em 1964.

mas ele possui ainda parente vivos, a exemplo de um filho que atualmente reside em Cabedelo (entrevista com Sonaldo Vital, concedida no mês de dezembro de 2023).

Ao que tudo indica não existe relatos sobre a participação de Sebastião Lisboa em atividades organizadas de resistência à Ditadura Militar, como a chamada luta armada e outras organizações. Considerando o seu perfil de figura atuante na comunidade de Juazeirinho em diversas áreas, o caso da cassação do seu diploma como segundo suplente de vereador pode ter decorrido em função de conversas desarticuladas espalhadas pela cidade, os famosos boatos. Tal cassação pode ter decorrido ainda das próprias divergências entre os partidos políticos locais, bem como em face de uma necessidade de resposta do partido PSD local (busca de adesão e acomodação), ante a mudança de regime e as possibilidades de repressão aos que não se enquadrassem aos ditames da ditadura.

Sebastião Hermes de Lisboa terminou seus dias de vida na cidade de Campina Grande. Foi vítima de um assassinato que não tinha relações com essa cassação de diploma em Juazeirinho. No entanto esse não foi o único caso que expressa a interiorização da Ditadura Militar através desse município, sendo ele marcado por momentos de cassação de mandato e celebrações, como é possível perceber na narrativa a seguir.

### *A Ditadura Militar como o “Dia da Revolução” em Juazeirinho*

A data era 31 de março de 1976. O vereador-presidente da Câmara Municipal de Juazeirinho, Porfírio Elias Trajano, convocava os demais representantes do poder legislativo, autoridades e população em geral para uma sessão solene. Como motivo central da reunião, destacava-se na ata: *“prestarem homenagens ao 31 de março, aniversário da revolução”* (Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho. 31 de março de 1976).

Na sessão, realizada à época no fórum da cidade, reuniram-se estudantes, professores e profissionais técnicos de instituições públicas e privadas locais (colégio Severino Marinheiro, Escola Cenecista de Juazeirinho, Educação Integrada e Funcional do Mobral) e diversos representantes de setores da sociedade civil (empresários, comerciantes, trabalhadores liberais). Além desses, contava ainda com a participação de autoridades militares, a exemplo do tenente Ivan Gonçalves.

Conforme a ata lavrada no dia, a reunião teve início com o tradicional canto do hino nacional, sendo depois lido um texto enviado pelo então prefeito do Município, Januário Cordeiro de Azevedo, que prestava suas homenagens as comemorações ao “aniversário da revolução”. Acrescido aos rituais oficiais de celebração, o momento foi marcado, principalmente, por discursos de vereadores e oficiais, tendo feito uso da tribuna o tenente Ivan Gonçalves e os vereadores Leomarques Francisco da Silva e Castor Garcia.

Sob fala destas autoridades, que prestavam suas homenagens e elogiavam os feitos dos militares, recebendo também muitos aplausos, a reunião fora encerrada através da assinatura da lista de presença de todos os participantes. Esse momento final é apresentado na ata de uma forma peculiar: “*em seguida todos os presentes assinaram o livro de presença sob o som de músicas alusivas à revolução*” (Câmara municipal de Juazeirinho, ata de 31 de março de 1976).

O que pode explicar historicamente esse fato de, em pleno período de abertura política proclamado pelo governo militar, a Câmara Municipal de Juazeirinho convocar a população em geral para celebrar o que denominavam de “aniversário da revolução”? Como entender essa forte adesão e/ou acomodação a Ditadura Militar por parte de diversos integrantes da sociedade civil no município de Juazeirinho?

A efeméride do dia 31 de março, comemorado enquanto “aniversário da revolução”, passou a ser um evento realizado, praticamente, todos os anos após o fatídico golpe militar de 1964 no Brasil. Essas celebrações constituíam-se, segundo Zimmermann (2024), no esforço de legitimação autoritária da ditadura, através da tentativa de afirmação de uma ideia de memória, qual seja: o 31 de março de 1964 como uma revolução militar que havia livrado o Brasil do comunismo e salvado a democracia. Não à toa essa tentativa de legitimação de uma memória nacional articulada por setores militares buscou se estabelecer através dos meios legais, por meio da ideia de criação de um feriado, que não encontrou apoio suficiente no Congresso.

Mesmo sem a oficialização do dia 31 de março como feriado nacional, a data foi celebrada por agentes militares e integrantes da sociedade civil em diversas cidades do país, apresentando momentos de efervescência e arrefecimentos, sendo também alvo de críticas e mobilizações de protesto. Na década de 1970, por exemplo,

o governo Médici tentou reacender essa data, negativamente marcada através dos atos repressivos do regime e dos protestos civis de 1968. Em 1970, por exemplo, a data foi marcada pela organização de um grande evento no estádio maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, contando com a organização da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), shows e jogo amistoso entre o time A e B da seleção brasileira (Zimmermann, 2024).

Foi justamente neste período de 1970 que a efeméride do dia 31 de março contou com uma agenda voltada para ocorrer em todas as regiões do país, chegando inclusive as cidades interioranas. Entretanto já em 1976, quando a Câmara Municipal de Juazeirinho celebra o 12º aniversário dessa data, o momento é marcado pelo arrefecimento de participantes nas comemorações. Em capitais como Rio de Janeiro verificou-se esvaziamentos de públicos, tentativas de aumento das mobilizações através do uso de transportes do exército para levar a população e indicativo de divulgação de números oficiais muito discrepantes em relação aos que estiveram, de fato, presentes no evento.

Ainda assim, mesmo em período de arrefecimento dessas celebrações, a sessão solene ocorrida em Juazeirinho indica uma forte adesão de setores da sociedade civil e uma tentativa também local de legitimação de uma memória de 31 de março de 1964 como uma “revolução”. O então município, que já havia protagonizado o fatídico episódio de cassação do diploma do segundo suplente da UDN, Sebastião Hermes de Lisboa, inscreve o seu nome na História da Ditadura Militar através de uma sessão solene que buscava homenagear o denominado “aniversário da revolução”.

Não diferentemente do que ocorria em outros territórios do Brasil, esta adesão local é perceptível através dos documentos da Câmara Municipal de diferentes modos. Em primeiro aspecto, verifica-se o alinhamento dos representantes do poder executivo e legislativo com o governo militar. Conforme a ata do dia 31 de março de 1964, a reunião ocorreu por meio de convocação do vereador-presidente, Porfírio Elias da Cunha, que através da sua equipe buscou organizar o evento, seguindo explicitamente o modelo das comemorações que então ocorriam em outras partes do país.

Corroborando com o objetivo da sessão solene, que buscava “homenagear o aniversário da revolução”, o então prefeito municipal Januário Cordeiro de Azevedo

(MDB), mesmo não estando presente no evento, encaminhou mensagem ao legislativo prestando suas “homenagens a revolução”. Seguindo essa mesma linha, se apresentavam discursivamente na tribuna os vereadores Leomarques Francisco da Silva (ARENA) e Castor Garcia da Silva (MDB), representantes do bipartidarismo do regime, que também acumulavam homenagens ao denominado dia da revolução, conforme a citação a seguir:

A reunião teve a finalidade de homenagearmos o 31 de março aniversário da revolução. Ao iniciar os trabalhos o senhor presidente autorizou que fosse apresentada a música do hino nacional e logo em seguida a leitura da mensagem do prefeito Januário Cordeiro de Azevedo alusiva as comemorações da revolução. Usou da palavra o tenente Ivan Gonçalves, representante das forças armadas da nossa cidade; o senhor tenente apresentou as suas homenagens, as quais foram bem aplaudidas pelo auditório; dando continuidade as comemorações o vereador Leomarques Francisco da Silva usou da palavra com a mesma finalidade; usou da palavra o vereador Castor Garcia da Silva, agradecendo aos presentes as homenagens prestadas (Ata da Câmara Municipal de Juazeirinho. 31 de março de 1976).

Acrescido a fala dos representantes da política, a sessão do dia 31 de março contou com a participação protagonista de um dos nomes das forças armadas na cidade, o tenente Ivan Gonçalves, como verifica-se na citação acima. Ivan Gonçalves, segundo relatos de moradores e pesquisadores locais, era natural do Rio Grande do Sul, vindo para Juazeirinho com objetivo de assumir a chefia da junta militar, serviço responsável pela elaboração do documento chamado de reservista. Era uma pessoa com influência na comunidade de Juazeirinho, sendo reconhecida a sua atuação em diferentes áreas como política, religião e cultura:

Natural do Rio Grande do Sul participava ativamente da vida social, política e religiosa da cidade. Era o chefe da vigésima terceira delegacia do serviço militar, que compreendia mais de 30 cidades da região. Era onde o pessoal fazia a inscrição reservista. Foi uma das grandes personalidades da nossa história também (Antonio Batista de Lima Neto. Entrevista concedida em 16 de Jul. 2024).

O tenente Ivan é do Rio Grande do Sul, veio para Juazeirinho para ser chefe da junta Militar. Em Juazeirinho ele ficou hospedado no dormitório de Possidônio, Zé de Aurora. Aqui ele passou muitos anos, se envolvendo também em política, dando apoio a Leomarques. Tornou-se um amigo, conselheiro. Era do exército brasileiro e Juazeirinho, parece que representava 40 e poucos

municípios na junta militar (Agenor Batista de Lima. Entrevista concedida em 16 de jul. de 2024).

A escolha de Ivan Gonçalves como representante das forças armadas para falar em nome da “revolução” durante a sessão solene da Câmara Municipal não fora feita de maneira aleatória pelo então chefe do poder legislativo local. Além de cumprir com o modelo oficial da celebração, onde não poderia faltar a presença dos homenageados (celebrados como heróis do movimento dito revolucionário) o vereador-presidente Porfírio Trajano colocava na tribuna para discursar uma pessoa de forte prestígio na comunidade Juazeirinhense, conforme o relato dos entrevistados.

O que fica perceptível na análise da ata do dia 31 de março de 1976 é a organização minuciosa de um evento com vista a afirmação de uma memória sobre esse período, a partir do plano local. Uma interiorização do que ocorria nesse mesmo dia em algumas capitais do estado, através do uso de diferentes elementos que prefigura, por vezes, um teatro do poder, como menciona José Luciano Aires:

Um palco, um cenário e vários personagens. Está criada uma atmosfera teatral. Os atores passam a representar papéis, a encenar uma peça para espectadores do outro lado da plateia. Representar no duplo sentido conceitual: estar no lugar de algo/alguém e de procurar encenar uma visão textual parcial para o público. Eis aí algumas características de uma arte tão milenar que é o teatro. Características que serão apropriadas em uma dimensão também milenar que é a política (Aires, 2012).

Além do elemento discursivo dos que já se encontram como parte do lugar (leia-se a Câmara de vereadores), não poderá faltar os convidados, figuras fundamentais para oficialização de 1964 a partir da ideia de uma revolução. Nesse aspecto, a presença do tenente Ivam Gonçalves somava-se a outras também indispensáveis: representantes dos profissionais liberais e outros seguimentos, funcionários públicos e estudantes. Assim como ocorria no Rio de Janeiro e demais locais onde o evento era celebrado, a Câmara Municipal enfatizava a presença de públicos como os estudantes, buscando afirmar não apenas uma memória do presente, mas sedimentar essa versão como um legado para a posteridade.

## Considerações Finais

Como foi possível evidenciar através dos dois episódios ocorridos no município de Juazeirinho, os impactos dos discursos e das ações repressivas da ditadura militar não ficaram concentrados apenas nos grandes centros do país, como enfatiza a escrita historiográfica dominante sobre esse período. Situações de cassação de mandatos, celebrações, formas de resistência e adesões a esse regime ditatorial ocorreram em inúmeras cidades de estados como a Paraíba, embora ainda desconhecidas do público, incluindo os moradores dessas localidades.

Ao empreendermos estudos como esse podemos acessar fontes oficiais, ainda não exploradas pela historiografia nacional, e conhecer diferentes narrativas sobre a Ditadura Militar, preservadas ainda nos relatos orais e memórias de moradores locais, como os que foram apresentados ao longo desse texto. Tais documentos contribuem para análises das versões até então consolidadas nas escritas desse período, oferecendo novos caminhos, novos personagens e, conseqüentemente, novas leituras. Para isso, é preciso uma fuga da ideia de apatia dos pequenos municípios em relação ao que ocorre nos grandes centros regionais e o reconhecimento do papel também relevante dessas localidades para o entendimento de diferentes fases da história brasileira.

Desse modo, o estudo sobre a cassação do mandato do segundo suplente de vereador da UDN, Sebastião Hermes de Lisboa, e da sessão solene, realizada no dia 31 de março de 1976 na Câmara Municipal de Juazeirinho, não esgotam as possibilidades de leituras desse tema. É possível ainda avançar nesse debate, através de outros relatos orais e documentos oficiais que ainda não foram analisados, em face do espaço disponível e do objetivo para o presente trabalho.

## Referências

AIRES, José Luciano de Queiroz. **O Teatro do Poder e o Contrateatro do Camponato Paraibano: negociações, táticas e resistências (1935-1945)**. Saeculum, [S. l.], n. 26, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15044>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ALMEIDA, José Américo de. **Memórias de José Américo**. Rio de Janeiro: Record. 1968.



BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano). v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO. Resoluções sobre a cassação de mandatos de vereadores. Sessão de 2, mai. 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO. Cassação do mandato de Sebastião Hermes Lisboa. Sessão de 9, mai. 1964

CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO. Comemoração alusiva ao dia da revolução. Sessão Solene de 31, mar. 1976.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971).** Bauru, SP: Edusc, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano). v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, 2004, n. 47, v. 24, p. 29-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-0188200400010003>. Acesso em: 30 maio 2023.

IARA, Souto Silva. **Memórias sobre a UFMG: Modernização e Repressão Durante a Ditadura Militar.** 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AQHF7L/1/dissert\\_iasasouto\\_versao\\_para\\_biblioteca.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AQHF7L/1/dissert_iasasouto_versao_para_biblioteca.pdf). Acesso em 24 jul. 2024.

MOTTA, Rodrigo. Pato. Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448 p.



MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Cultura política e ditadura**: um debate teórico e historiográfico. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109–137, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018109. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LIMA, Antonio Batista de. Trajetória de Sebastião Hermes de Lisboa e Tenente Ivan Gonçalves. Entrevista concedida a Josenildo Marques da Silva, 16/07/2024.

LIMA, Agenor Batista de. Trajetória de Sebastião Hermes de Lisboa e Tenente Ivan Gonçalves. Entrevista concedida a Josenildo Marques da Silva, 16/07/2024.

RIETVELD, João Jorge. **O verde do Juazeiro**. João Pessoa: Imprell, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI. Prontuário Pedro Gondim. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003750 Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=Pedro%20Moreno%20Gondim&v\\_fundo\\_colecao=1008542](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Pedro%20Moreno%20Gondim&v_fundo_colecao=1008542). Acesso em: 22 jul. 2023.

SILVA, Izabelle Trajano da; SILVA, Josenildo Marques da. **Da vila Joazeiro à cidade de Juazeirinho**: um olhar geo-histórico. In: NERY, Luciana Fernandes. Diálogos e Experiências no Município de Juazeirinho. Queimadas, PB: Gráfica Cópias e Papéis, 2017.

SILVA, Josenildo Marques da. A Raposa do Sertão: a trajetória de Wilson Leite Braga e as práticas da elite política paraibana (1950-1970). 2023. 253 f. **Tese (Doutorado em História)** – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55233>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada**: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964 a 1985). 2020. 229 f. Dissertação (Mestrado

em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18201>. Acesso em: 07 abr. 2022.

VASCONCELOS, José Geraldo de. Trajetória de Sebastião Hermes de Lisboa. **Entrevista** concedida a Josenildo Marques da Silva. 20/2/2011.

VERAS, Dimas Brasileiro. Palácios Cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). 2018. 413 f. **Tese (Doutorado em História)** – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>. Acesso em: 05 abr. 2022.

VITAL, Sonaldo. Trajetória de Sebastião Hermes de Lisboa. **Entrevista** concedida a Josenildo Marques da Silva. 16/07/2024.

# QUANDO A ORDEM ERA CALAR, VOZES QUE ECOAM: A LUTA DE ALAGAMAR E RESISTÊNCIAS NO CAMPO NA DITADURA MILITAR

Gildivan Francisco das Neves<sup>1</sup>

Severino Bezerra da Silva<sup>2</sup>

## Introdução

*“Encerro essa série de ‘profecias’ com um aceno sobre Alagamar. Só Alagamar poderia ocupar muitas páginas desta ‘Memória’ (Pires, 2012, p. 276).*

Considerando as ressonâncias de uma perspectiva da História eurocêntrica, construímos o entendimento de que os nossos territórios não são detentores de historicidades. De tal modo, dialogamos sobre conteúdos como Ditadura Militar (1964 – 1985) e estes nos parecem alheios às nossas realidades. Deixamos de nos perguntar: quais contextos estavam instaurados nos territórios locais nesses 21 anos que deixaram marcas de violações de direitos e opressões na História do Brasil? Tornam-se primazes, então, atividades de pesquisa/ensino que tomem por base as problemáticas instauradas pela Ditadura Militar, articulando-as com territórios diversos.

Significativo, também, é refletir sobre as resistências construídas no recorte histórico mencionado. Tratando dos movimentos sociais do campo nesse contexto, Medeiros (1989) faz uso da expressão “atomização” e afirma que as “lutas no campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação, atomizaram-se, isolaram-

---

1 Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Linha de Pesquisa Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Popular, Memórias e Saberes – GPEPSaberes/UFPB. E-mail: gildivanfrancisco2022@gmail.com.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Titular no Centro de Educação, vinculado ao Departamento de Metodologia da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Linha de Pesquisa Educação Popular, na Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa Educação Popular, Memórias e Saberes – GPEPSaberes/UFPB. E-mail: severinobsilva@uol.com.br.

se, porém não desapareceram. Pelo contrário” (Medeiros, 1989, p. 15). Como exemplo, mencionamos a Luta do Povo de Alagamar, movimento social ocorrido entre os anos 1975 e 1980, protagonizado por trabalhadores rurais em Alagamar, território situado entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana - PB.

As reflexões aqui apresentadas são constituídas a partir de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, na Linha de Pesquisa Educação Popular, e que resultou na tese de doutorado intitulada *Movimentos sociais do campo, práticas educativas e (re)configurações do território: leituras a partir da Luta do Povo de Alagamar*<sup>3</sup>, defendida em 2022. Sua centralidade esteve na análise de como as resistências construídas pelos trabalhadores rurais, além de resultarem na permanência destes no território, possibilitaram (re)configurações para este.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, houve a percepção de um demarcador central para compreender o movimento social, bem como as diversas violências e repressões sofridas por estes, a saber, ter ocorrido no contexto da Ditadura Militar. Naquele momento, percebemos “[...] o quanto ainda existe a ser dito e (re)pensado sobre o movimento social, principalmente, no tocante a pensá-lo situado em um contexto histórico perpassado por uma ditadura civil-militar” (Neves, 2022, p. 204). Nesse sentido, no presente escrito analisamos a Luta de Alagamar enquanto um movimento social situado na conjuntura da Ditadura Militar, com foco na atuação do Serviço Nacional de Informação – SNI no monitoramento das resistências construídas pelos trabalhadores rurais.

Para a construção das nossas reflexões, metodologicamente estaremos ancorados em uma pesquisa documental, considerando fontes como jornais presentes no arquivo da Hemeroteca Digital e em um caderno de clippings que reúne reportagens sobre Alagamar, cartas pastorais de autoria de Dom José Maria Pires, o Informativo Arquidiocesano n 83 de 1980, o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e cordel. Dialogaremos com tais fontes considerando o disposto por Bacellar (2008) e Le Goff (2012) entendendo os documentos como detentores de memórias e que devem ser problematizados em busca dos seus ditos, intencionalidades e silenciamentos.

---

3 Tese de autoria de Gildivan Francisco das Neves, orientada pelo professor Dr. Severino Bezerra da Silva. Esta contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, mediante fornecimento de Bolsa Demanda Social.

Iniciaremos as reflexões contextualizando Alagamar no âmbito da luta pela democratização do uso terra no Brasil, evidenciando os elementos que levaram à eclosão do movimento social, o seu desenvolvimento, com foco nas resistências constituídas pelos trabalhadores rurais. Em seguida, trataremos das propostas de resistência pautadas pelos trabalhadores rurais, governo estadual e governo federal, analisando a atuação do Serviço Nacional de Informação – SNI no acompanhamento da luta e no envio de informações para o governo federal que, na perspectiva do Estado, foram fundamentais para a solução do caso.

### *Alagamar no contexto da luta pela terra e da ditadura militar no Brasil*

Refletir sobre Alagamar significa remeter a um território de morada, trabalho e vida de famílias camponesas, cuja historicidade é demarcada por lutas e resistências aos mandos dos latifundiários alinhados ao autoritarismo militar, caracterizado pela perseguição e repressão a sujeitos e organizações que distassem dos modelos e decisões preestabelecidas pelo regime. Sobre o contexto instaurado pós – 1964, vemos que:

A quebra das regras democráticas por atos de força implicou, a partir de 1964, a construção de uma estrutura jurídica de 17 Atos Institucionais, uma Reforma Constitucional e a Lei de Segurança Nacional que dessem sustentação aos atos do governo militar, fazendo com que o país passasse a conviver com graves violações aos direitos humanos, especialmente no tocante aos direitos civis e políticos, com cassações, interdições de partidos políticos e fechamento do Congresso Nacional. O domínio das forças políticas adversárias ocorreu por meio de dispositivos de repressão nunca vistos na história do Brasil (Zenaide; Pinto, 2020, p. 11–12).

Em meio a este cenário, a partir do ano de 1975, Alagamar tornou-se palco de um movimento social com repercussões no âmbito local e nacional, o que pode ser afirmado a partir do quantitativo de reportagens que, à época, circularam tanto na Paraíba, mediante jornais como A União, Correio da Paraíba, Diário da Borborema, O Norte e também em outros estados, em jornais como A Tribuna (São Paulo), Correio Braziliense (Distrito Federal), Diário de Pernambuco (Recife), Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Luta Democrática (estes no Rio de Janeiro), dentre outros.

Como hipóteses para entender a repercussão do movimento social, elencamos o quantitativo de famílias atingidas pelo cenário instaurado, as violências sofridas pelos trabalhadores rurais, o tempo de duração das resistências, a presença de religiosos como Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, bem como o fato de ter sido a Luta de Alagamar situada justamente em um contexto histórico demarcado por repressões e tentativas de desarticulação de quaisquer formas de questionamento da ordem vigente/instaurada. Mas, antes de discorrer sobre estes elementos, pensemos sobre a situação que estava sendo vivida em Alagamar.

Na *Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos*, Dom José Maria Pires lançou o questionamento “O que é Alagamar?” E afirmou que era um latifúndio no qual: “O proprietário contentava-se com o <foro> que lhe era pago em dia. Calcula-se em cerca de 700 as famílias espalhadas por aqueles mais de dez mil hectares de terra” (Pires, 1980, p. 43). O trecho permite situar Alagamar dentro de uma das problemáticas da formação sócio-histórica do Brasil, o latifúndio, que incide sobre a negação de espaços para que diversos sujeitos possam desenvolver as suas atividades trabalhistas e residir. Silva (2003), estudando conflitos de terra e a CPT no Município de Araruna-PB, analisou as cartas pastorais de Dom José Maria Pires, que refletiam o posicionamento político das dioceses da Paraíba e de Guarabira frente às organizações camponesas pela conquista da terra no Estado.

Chama-nos a atenção o quantitativo de famílias, cerca de 700, distribuídas em mais de dez mil hectares e que mediante o cenário instaurado com a morte do antigo proprietário, passam a ser ameaçadas de expulsão do território, tendo em vista que as terras são postas à venda, com foco na ampliação do cultivo da cana de açúcar. Pensamos que este quantitativo foi um dos elementos que deu amplitude à divulgação da situação vivida em Alagamar, considerando o questionamento sobre qual seria o destino dado a estas famílias, o que afetaria diretamente as suas subsistências. De acordo com Novaes (1997, p. 97) “[...] nos meses e anos que se seguiram ao Golpe Militar de 1964, muitos moradores de condição, foreiros e rendeiros foram obrigados a deixar as propriedades em que habitavam para morar ‘nas pontas de rua’, isto é, nas periferias de pequenos e médios núcleos urbanos”.

Em *Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final*, encontramos que “Com a morte do antigo latifundiário as terras passaram para os herdeiros, que venderam a usineiros pernambucanos, que

implementaram a exploração segundo uma nova lógica do capital” (Paraíba, 2017, p. 531). Mediante as mudanças instauradas, tem início um movimento social em busca da permanência no território, protagonizado por trabalhadores rurais moradores da localidade, e contando com o apoio de agentes externos como trabalhadores rurais de outros territórios e religiosos, tais como Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Instaure-se um contexto de resistências por parte dos participantes do movimento social e de empreendimento de diversas repressões contra estes, de tentativas de desacreditar a luta perante a sociedade.

Em seus versos, Severino Izidro Faustino nos fornece indícios para compreender os elementos que levaram à eclosão deste. Destaca: “Com o testamento seguidas/ As terras vendidas/ E dividido o capital/ Mas muitos agricultores/ Não tinham conhecimento/ Da mudança radical/ Da venda e do testamento/ Num pagamento de foros/ Surgiram alguns desaforos” (Faustino, 2013, p. 1–2). Em “a mudança radical” há a representação não apenas da alteração nas relações trabalhistas e da possível saída do território, mas, também, da incidência sobre as relações cotidianas, as sociabilidades, as memórias e histórias, tendo em vista que muitos residiam naquele território há décadas, como pontuou Dom José Maria Pires ao problematizar: “Quem é o agressor? O homem pacato que reside ali há 30, 40, 50 ou mais anos ou o chegante que, só pelo fato de ter mais dinheiro, se investe no direito de senhor absoluto da terra?” (Pires, 1980, p. 46).

Esse contexto instaurado se aproxima de realidades vivenciadas em outros territórios do campo<sup>4</sup>, também demarcados pela retirada/ameaças de expulsão dos trabalhadores rurais para a ampliação dos espaços de cultivo da cana-de-açúcar, considerando os incentivos concedidos a partir do Proálcool. Sobre isso, encontramos a reportagem *A violência cresce mudam sua ação: da resistência para as invasões*, publicada no jornal Movimento, em 4 a 10 de fevereiro de 1980, que destaca: “Vários conflitos que ocorrem hoje no Nordeste, como o de Alagamar, já são decorrência do PNA”. Em seguida, apresenta as intencionalidades dos proprietários: “Os latifundiários querem desocupar logo as terras ocupadas por posseiros, para beneficiarem-se dos créditos especiais e subsídios que receberão em abundância, ou

---

4 Como exemplo, poderíamos mencionar Camucim, também situado na Paraíba. De acordo com Pereira (2009, p. 112), “No mesmo período do conflito de Alagamar, camponeses de Camucim, no litoral sul da Paraíba, sob ameaças de capangas e policiais, levantam-se contra a usina Tabu, que queria expulsá-los para ampliar a plantação de cana. Imediatamente, receberam apoio do sindicato, da igreja, da imprensa e da população”.

mesmo para especular com o preço da terra' (MOVIMENTO, 4 a 10 de fevereiro de 1980, p. 11).

Em sintonia com o documento, na reportagem *Alagamar: longe do Sul – maravilha*, publicada no jornal Pasquim, entre 4 e 10 de abril de 1980, vemos elementos sobre os novos usos que seriam feitos do território de Alagamar, onde consta: “Os novos proprietários partiram para um esquema mais rentável do ponto de vista capitalista optando por criar gado para exportação e, animados pelas perspectivas do PROÁLCOOL, decidiram plantar fundamentalmente cana-de-açúcar” (PASQUIM, 4 a 10 de abril de 1980, p. 9).

Com a perspectiva dos novos usos e a necessidade de retirar os trabalhadores rurais do território, diversas formas de opressões e violências passam a ser sofridas, como a soltura do gado nas plantações dos moradores com a finalidade de destruí-las, o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, proibições de reuniões, prisões, dentre outras. Em contraposição, a resistência, a luta coletiva dos moradores na busca por efetivação de direitos, é pautada, dentre outros elementos, na realização de ações simbólicas e não violentas. Esta disputa por usos do território de Alagamar nos lembra Araújo e Silva (2024, p. 70) quando evidenciam que “No Brasil e na América Latina, o campo foi constituído como território de lutas e confrontos de interesses distintos na ocupação da terra”.

Considerando essas últimas práticas de opressão, podemos mencionar um episódio em que, considerando a soltura dos gados nas plantações dos moradores com vistas a destruí-las e forçar a saída destes, Dom José Maria Pires junto com outros religiosos e moradores, tange o gado. De acordo com a reportagem *Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações*, do jornal Diário da Borborema: “O gado começou a ser tanguido, ontem, às 8 h da manhã, quando o arcebispo paraibano responsabilizou-se por esta operação. Comandando pessoalmente a expulsão dos animais de dentro das lavouras, ele teve ajuda dos demais religiosos” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 de janeiro de 1980, s.p.).

No tanger o gado há um instrumento de resistência e de denúncia do que estava sendo vivido em Alagamar, sobretudo, uma tentativa de sinalizar que as estratégias adotadas pelos participantes do movimento social eram distintas daqueles que almejavam as suas saídas dos territórios. Nesse sentido, lembramos de Medeiros (1996), ao apresentar elementos como a soltura do gado nas



plantações, a expulsão da terra, a matança de animais enquanto violências e que, conforme a autora: “Esses procedimentos são recorrentemente relatados em diferentes trabalhos de pesquisa, sobre diferentes regiões do país” (Medeiros, 1996, p. 4). Isso reforça a compreensão da necessidade de analisar Alagamar, dentre outros territórios, percebendo as ressonâncias da luta pela terra no Brasil para Alagamar, e desta para aquela. Esse entendimento possuiu um contributo para que os trabalhadores rurais, mediante o diálogo com sujeitos de outros territórios, em situações similares, construíssem aprendizagens sobre os seus direitos, a legislação vigente e as estratégias de resistência.

Considerando a afirmação da Luta de Alagamar como um movimento não-violento, uma das estratégias adotadas pelos que se opunham era descredibilizá-la diante da opinião pública, acusando-os de retirarem a paz social e a ordem, de comunistas, dentre outras afirmativas, e apresentado os agentes externos que apoiavam o movimento social como incentivadores da desordem e desobediência. Conforme apontam Carneiro e Cioccarri (2011, p. 37): “Após o golpe, a própria defesa dos direitos dos camponeses passou a figurar como ‘subversão’ e a repressão mais direta e brutal encampada simultaneamente pelas forças de repressão do Estado e pelas oligarquias rurais [...]”.

Assim, recorremos a Freire (2011, p. 106) quando ele afirma que “Nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: ‘Por quê?’” Perguntar o “Por quê?” torna-se uma ameaça ao poder hegemônico ao possibilitar entendê-lo como uma construção sócio-histórica passível de transformações e rompimentos. Prossegue o autor: “Para as elites dominadoras, esta rebeldia, que é ameaça a elas, tem o seu remédio em mais dominação – na repressão feita em nome, inclusive, da liberdade e no estabelecimento da ordem e da paz social” (Freire, 2011, p. 92).

Nos jornais pesquisados, encontramos referência a críticas ao papel que os religiosos estavam cumprindo, acusando-os de esquecerem “do lado espiritual”, conforme observamos na reportagem *Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais*, no jornal A União:

“A missão da Igreja é a mesma do Evangelho, é uma missão integral. Ela deve zelar pelo homem integralmente. E, quando a Igreja procura estar mais sensível às situações do homem oprimido no plano social, a sua doutrinação

não é muito entendida e está sendo combatida. Mas, faz parte constitutiva da missão da Igreja, a defesa da Justiça, com respeito a todos aqueles que se sentem injustiçados”. A afirmação acima é do Bispo da Diocese de Campina Grande, Dom Manoel Pereira da Costa, referindo-se às acusações que estão sendo impostas à Igreja, na Paraíba de, esquecendo o lado espiritual, colocar-se como impulsionadora de choque de classes sociais, especialmente no recente problema de Alagamar e Piacas, quando bispos, inclusive D. Manoel juntamente com os camponeses, expulsaram o gado da plantação dos agricultores daquela região (A UNIÃO, 13 de janeiro de 1980, *s.p.*).

Afinados com a concepção de fé e de ser igreja, que se articula com a denúncia das situações de opressão, das desigualdades sociais, diversos religiosos estiveram presentes em Alagamar dialogando com os trabalhadores rurais, vivenciando situações, como as solturas dos gados ou, até mesmo, prisões. Como afirma Pires (1980, p. 46) “A Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos [...]”. Na afirmativa e nas ações dos religiosos em Alagamar e em outros territórios, há indícios para uma aproximação de suas práticas com a Teologia da Libertação.

Para Mitidiero Junior (2008, p. 75, grifo do autor) “a Teologia da Libertação nasce, portanto, da tentativa e do engajamento de parte dos setores eclesiais para *territorializar a Igreja*, dando uma feição mais real e objetiva à missão desta instituição no mundo.”. Em seguida, evidencia: “A mudança da prática significa colocar-se como ator que age e como sujeito que incentiva as ações que objetivam a realização de um mundo mais fraterno, solidário e igualitário, palavras provindas de uma raiz bíblica, e não da revolução democrática – burguesa” (Mitidiero Junior, 2008, p. 76).

Alagamar ocupou uma centralidade na agenda de tais religiosos e de diversos documentos. Como destacou Silva (2011, p. 93), “o caso de Alagamar foi um conflito de terra que provocou uma intervenção da Igreja a nível internacional, pela forma intensa que alguns bispos da região Nordeste se envolveram com os problemas vivenciados pelos camponeses”. Dentre os documentos produzidos, mencionamos o Informativo Arquidiocesano número 83, de janeiro/fevereiro de 1980, que aborda a situação vivida em Alagamar e problematiza:

#### PERGUNTAS PARA O GRUPO:

1. Você conhece outros fatos parecidos com este de Alagamar?

2. O que mais lhe impressionou na “Luta de Alagamar”?
3. Qual foi o gesto de solidariedade que a sua comunidade fez em favor do povo de Alagamar, Caipora e Maria de Melo?
4. Quais as lições que a gente tira desta luta do povo de Alagamar?
5. Como botar em prática estas lições que tiramos, no lugar onde moramos? (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980, n 83, s.p.).

No documento, reflexões articulam textos bíblicos com a realidade cotidiana do território. Nas perguntas, a ênfase em partir de Alagamar para problematizar outros contextos e desvelar realidades de opressões. Isso nos direciona a Boff (1980, p. 29), quando, discorrendo sobre a Teologia da Libertação, afirma que: “[...] nasceu com o propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo”. As questões apresentadas remetem a Novaes (1997) quando, discorrendo sobre uma Igreja/povo-de-Deus, ela menciona que “[...] implicava em mudanças no universo religioso e em uma articulação constante entre ser cristão e participar da transformação tanto da Igreja, quanto da sociedade. Em suas próprias palavras: participar da caminhada” (Novaes, 1997, p. 119).

No informativo é apresentado um texto bíblico, a saber, Efésios 6, versículos 10 – 18 que faz referência a questões como resistência, luta e justiça. Após, é evidenciado o questionamento: “Este texto tem alguma coisa que ver com a luta do povo de Alagamar e da nossa comunidade? Conte” (Informativo Arquidiocesano, 1980, n 83, s/p). Na abordagem do texto bíblico, não apenas temos a referência a um *telos*, mas ao fato de tomá-lo como meio para ler criticamente as realidades, promover e lutar pela justiça e resistir às opressões. Nesse aspecto, remetemos a Pereira (2017, p. 237, grifo do autor) quando afirma: “[...] Alagamar é capaz de conferir uma nova pedagogia também entre os líderes religiosos. [...]. É uma pedagogia crítica, libertária e *nova* junto às comunidades rurais”.

### *Alagamar, propostas de solução e monitoramentos pelo SNI*

As propostas de solução para o vivido em Alagamar se constituíram como um campo de disputas, pensadas a partir de pontos de vista distintos, considerando o disposto pelos trabalhadores rurais, sujeitos e instituições que os apoiavam e

governos estadual e federal. Passemos, então, a analisar as propostas de solução, iniciando pelo prisma dos trabalhadores rurais e dos que manifestavam apoio à sua luta.

As soluções postas pelos trabalhadores rurais foram tecidas mediante alguns aspectos, tais como: a) a reflexão sobre os seus cotidianos; b) a percepção dos seus direitos; e, c) a decisão coletiva sobre as possibilidades de transformação das realidades de opressão as quais estavam submetidos. Nestes três aspectos há um elemento central: o diálogo. Diálogo este configurado internamente (entre os próprios trabalhadores rurais), como também com sujeitos externos como bispos, padres, freiras, advogados, agentes de pastorais, trabalhadores rurais de outros territórios e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), e que se efetivava a partir de momentos como as reuniões.

Sendo tais reuniões centrais para a organização do movimento social e para a construção das propostas de solução a partir das vozes dos moradores, é que essas passaram a ser perseguidas e proibidas. Sobre isto, encontramos referência em reportagem publicada no jornal O Norte, em 9 de janeiro de 1980, em que são apresentadas medidas tomadas pela Secretaria de Segurança da Paraíba, dentre elas: “As reuniões continuam proibidas até que se acalme a situação, bem como vedado fica o acesso de pessoas estranhas, com exceção do senhor Arcebispo D. JOSÉ MARIA PIRES, à região de ‘MARIA DE MELO’ e ‘ALAGAMAR’” (O NORTE, 9 de janeiro de 1980, grifo do autor).

No termo “pessoas estranhas”, a referência a agentes externos que contribuíam com o desvelar da realidade, das situações de opressão e com as aprendizagens sobre os direitos, o que afirmamos mediante o diálogo com fontes como o Movimento, na reportagem *LSN – outra vez*, em que consta: “[...]. um grupos (sic) de grileiros convenceu o Secretário de Segurança de que o culpado de tudo são as freiras e o advogado que ‘na calada da noite’ promoviam reuniões de esclarecimento com os posseiros” (MOVIMENTO, 23 de fevereiro a 01 de março de 1981, p. 12). Em “reuniões de esclarecimento”, espaços de aprendizagens que, como afirmamos em Neves (2014), foram centrais para que os trabalhadores rurais refletissem sobre as suas realidades e pensassem a respeito das possíveis soluções, em sintonia com os agentes externos que apoiavam a luta.

Ainda no tocante ao termo “pessoas estranhas”, encontramos na reportagem *Arquidiocese se pronuncia sobre Alagamar*, no jornal Diário de Pernambuco em 16 de janeiro de 1980, uma nota distribuída pela Comissão de Justiça e Paz que problematiza: “Surpreendentemente, porém, estas ‘pessoas estranhas’ são apenas bispos, padres, e agentes pastorais, médicos ou advogados que procuram ajudar os posseiros” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16 de janeiro de 1980).

Nos diálogos construídos, ocorria a delimitação das pautas do movimento social e a construção de sujeitos que não se adequavam ao mundo que estava constituído. A respeito destas, encontramos em Pires (1980, p. 47) o seguinte registro: “[...]. A campanha dos agricultores e de seus órgãos de classe é para que se dê legalidade ao direito proveniente da necessidade e do trabalho”.

A pauta da desapropriação, via disposto no Estatuto da Terra, é recorrente quando enveredamos pela perspectiva de solução posta pelos trabalhadores rurais e seus apoiadores. No entanto, é preciso situá-lo em seu contexto de produção e perceber as suas intencionalidades, no sentido de desmobilizar as lutas no campo. De acordo com Silva (2011, p. 84): “[...] tal lei se destinava a reformular a estrutura agrária brasileira e servia de aparelho estatal no controle e administração das lutas pela terra”. Para Medeiros (1989, p. 87): “Um dos componentes do projeto modernizante do governo militar, mas também, explicitando sua preocupação com as tensões sociais, o Estatuto da Terra acabou por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta pela reforma agrária”. Em sintonia com o disposto por Silva (2011) e Medeiros (1989), encontramos em Martins (1986, p. 96) que “o Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornou tenso, oferecendo riscos políticos”.

Considerando essa análise posta por Silva (2011), Medeiros (1989) e Martins (1986), nos questionamos acerca do porquê, nos posicionamentos dos trabalhadores rurais, dos religiosos e instituições que apoiavam a luta, não visualizamos essa leitura sobre o Estatuto da Terra. No entanto, em Medeiros (1989, p. 87) encontramos: “o questionamento de seus fundamentos só apareceria com vigor quase vinte anos depois, em uma conjuntura bastante distinta. No momento de sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações”. No entanto, cabe destacar que percebemos questionamentos acerca da contradição no que se

refere à existência de uma lei, formulada a partir do Estado, mas que não era posta em prática por este.

No que se refere à postura do governo estadual e federal frente a Alagamar, vemos críticas no tocante à ausência de medidas efetivas; questionamento de quem seria a incumbência de solucionar o caso (governo estadual ou governo federal) e uma postura elogiosa às medidas adotadas, principalmente no que concerne a apresentar o Serviço Nacional de Informação – SNI como detentor de um contributo na solução do conflito.

Em *DCE repudia a violência da Polícia*, localizamos uma nota elaborada pelo Diretório que enfatiza: “Isto porque entendemos que não é às custas de bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, fuzis e metralhadoras que se acaba com a miséria. Afinal de contas o sr. Burity não está governando com o povo e sim com a força da repressão” (O NORTE, 4 de janeiro de 1980). Questionam: “Mas que leis o Sr. Burity cumpre? As leis da ditadura. As leis da exceção, que são mais de insegurança de que de segurança nacional. As mesmas leis elaboradas para favorecer o arbítrio” (O NORTE, 4 de janeiro de 1980). Um ponto central nas críticas remetia ao fato de que as medidas propostas apenas estariam voltadas para reprimir os trabalhadores rurais e não para preservar a segurança e a permanência desses no território.

Em *Dom Helder fala a trabalhadores*, reportagem publicada no Jornal do Brasil (RJ) em 6 de janeiro de 1980, visualizamos que “O Governador do Estado Buriti, declarou que não permitirá ‘ação subversiva’ na região, ‘seja desenvolvida por proprietários, por agricultores ou por quaisquer outras pessoas’, direcionando a uma tentativa de rompimento com a compreensão de que as ações de subversões seriam entendidas apenas como aquelas ações protagonizadas pelos trabalhadores rurais. Na mesma fonte, consta que: “[...] é preciso desaquecer a tensão social e isto só será possível se camponeses e donos de terras puderem trabalhar sem ingerência de pessoas alheias, estabelecendo contratos de arrendamento de terras com a interveniência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura” (JORNAL DO BRASIL (RJ), 6 de janeiro de 1980).

Na busca por uma solução mediante um trabalho conjunto entre o governo do estado e o governo federal, encontramos o registro de uma reunião que contou com a presença de representantes de ambos e, também, de um membro do Serviço

Nacional de Informação – SNI, o que pode ser visualizado no trecho da reportagem *Situação em Alagamar pode ser normalizada*, em que consta:

JOÃO PESSOA – Depois de passar a manhã de anteontem reunido com o chefe do SNI, general Otávio Medeiros, com oficiais do Gabinete Militar da Presidência da República e com dirigentes do Incra, o governador Tarcísio Buriti anunciou à tarde, as medidas tomadas conjuntamente pelos Governos Federal e Estadual para resolver a situação em Alagamar, onde havia forte tensão social devido a problemas de terras (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de janeiro de 1980).

No trecho, um elemento nos chama a atenção, a saber, a referência ao SNI que será, inclusive, compreendido por alguns como um dos responsáveis pela solução dos conflitos em Alagamar. Este elemento é central para problematizar as ressonâncias da Ditadura Militar na Luta de Alagamar. No entanto, antes de adentrarmos a este debate, nos questionamos: quais medidas foram propostas nesta interface entre o governo estadual e o governo federal? Sobre isto, na reportagem intitulada *Situação em Alagamar pode ser normalizada*, presente no jornal Diário de Pernambuco, em 17 de janeiro de 1980, encontramos:

- 1 – Os agricultores poderão, de imediato iniciar todo o trabalho de cultivo da terra, sem nenhum impedimento, nem de área a ser escolhida, nem relativamente à espécie de lavoura a ser plantada.
- 2 – O gado do proprietário será imediatamente afastado, não só da área de cultivo, mas de toda a propriedade Maria de Melo, pois a criação de reses no local é incompatível tecnicamente, com o destino da lavoura de subsistência.
- 3 – O Governo do Estado, ao lado do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, iniciará, a partir de hoje, toda uma ação de apoio ao trabalho dos agricultores, consistindo em oferta de sementes para plantação, assistência técnica e de mecanização da lavoura, em distribuição, de silos metálicos, implantação de sistema de abastecimento de água, programas de saúde, de educação e de construção de estradas vicinais.
- 4 – O governo do Estado e o Governo Federal vão comprar a propriedade Maria de Melo, cujas terras serão revertidas em benefício dos agricultores locais. Logo após a compra, o Governo do Estado criará uma cooperativa a ser constituída pelos agricultores e por eles dirigida cabendo ao Estado dar assistência para que tenha boa produção e condições de comercialização.
- 5 – As terras serão tituladas para os agricultores e eles receberão a ação supletiva do Governo do Estado em todos os setores de atividades.

6 - Amanhã, o governador constituirá um grupo de trabalho para elaborar e pôr em prática todas as medidas. As área total a ser comprada (sic) é de 739 hectares, correspondente à propriedade Maria de Melo. Conjuntamente, serão desapropriados 2 mil hectares nas propriedades Alagamar e Piacas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de janeiro de 1980).

Nas medidas, ações que de certo modo atendiam algumas reivindicações dos trabalhadores rurais, como a retirada do gado. No entanto, sinalizamos que os trabalhadores rurais não assistiam passivamente às medidas adotadas pelo governo. Suas posturas se davam na problematização coletiva do proposto, evidenciando os seus posicionamentos. Em específico, surgem questionamentos sobre a extensão da área que seria comprada e desapropriada, que não comportaria a quantidade de famílias que residiam na localidade, conforme pode se visualizar no Informativo Arquidiocesano n 83, de 1980:

#### RESPOSTA DADA PELOS AGRICULTORES DE GRANDE ALAGAMAR À SOLUÇÃO DO GOVERNO

Nós agricultores da Grande Alagamar reunidos para discutir a decisão do Governo Federal e Estadual de comprarem a fazenda Maria de Melo, entendemos o seguinte:

1. Para resolver definitivamente o problema da região é necessário a desapropriação da Grande Alagamar que tem a área de 13.000 ha, e engloba Urna, Salomão, fazenda Modelo e outros.
2. Que para se fazer cumprir o Estatuto da Terra (Lei 4.504) que regulamenta a Reforma Agrária, o procedimento deveria ter sido a desapropriação por interesse social e não a compra, uma vez que há tensão social na área.
3. A divisão da terra em Alagamar, Piacas e Maria de Melo deve obedecer também ao Estatuto da Terra, isto é, as parcelas deverão ter o mínimo de 25 ha. Não aceitamos o minifúndio.
4. A cooperativa só deve ser fundada depois de nós pensar e decidir junto com todo o povo.
5. Que realmente precisamos de estradas, posto médico e que a professora seja filha de agricultor da área.
6. Que nos entenderemos com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, amanhã, para discutirmos os detalhes da decisão do governo e a nossa posição.



## A LUTA CONTINUA!

João Pessoa, 17 de janeiro de 1980

Assinam pelos agricultores da Grande Alagamar:

Manoel Justino e Antônio Barbosa

(INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, n. 83, 1980, p. 15).

Entre discordâncias (acerca da área a ser desapropriada, desapropriação por interesse social e não via compra), concordâncias (sobre as questões relativas a melhorias nas estradas, posto médico), ressalvas (que a cooperativa deve ser fundada apenas após decisão conjunta) e encaminhamentos (posterior diálogo com a FETAG), a referência de um movimento social que continua a sua luta “A luta contínua”, tendo em vista que as medidas propostas não solucionavam por completo a situação instaurada (ao contrário do afirmado pelo governo federal). Continua porque, conforme evidenciado em *Depois da luta, as promessas*, publicada no jornal Movimento entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1980 “Ainda falta muito para os posseiros alcançarem seus objetivos, explicou a O Movimento o advogado Wanderlei Caixe, do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba”.

Dito estes elementos acerca das medidas propostas pelos trabalhadores rurais, pelos governos estadual e federal, direcionaremos a um elemento central para a entender as ressonâncias da Ditadura Militar em Alagamar, a saber, a atuação do SNI. Em Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Relatório Final, localizamos o item 4.12 SNI: *a vigilância sobre o meio rural paraibano* onde consta:

Nos primeiros anos da ditadura militar, entre 1964 e 1970, criou-se no Brasil um sistema de coleta e análise de informações e de execução da repressão no Estado. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era o centro desse sistema. O SNI funcionava de duas maneiras: como um organismo de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e como o núcleo principal de uma rede de informações atuando dentro da sociedade e em todos os setores da administração pública direta e indireta (Paraíba, 2017, p. 420).

Em continuidade, afirma: “No estado da Paraíba, durante o período da ditadura militar, várias pessoas e entidades, que apoiavam ou acompanhavam a luta dos camponeses e dos índios Potiguara por melhores condições de vida no campo,

tiveram seus nomes registrados no SNI” (PARAÍBA, 2017, p. 420). Nos jornais pesquisados, observamos referência à atuação do serviço em Alagamar, tanto no sentido de controlar/monitorar as ações que eram desenvolvidas no território e por seus participantes, como em sua suposta contribuição para a solução do conflito.

Frente a isto, nos direcionamos a Silva (2023, p. 151), quando ele destaca: “Tratava-se, desse modo, de um órgão que permitiu a sustentação do regime em face de sua estrutura complexa de organização e de seu papel central dentro do Sistema Nacional de Informações (SISNI)”. Já no documento Comissão Nacional da Verdade – Relatório encontramos que “dentro da chamada comunidade de informações, o SNI se revelou o único organismo a ter funções definidas, que eram coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores ao regime” (Brasil, 2014, p. 118).

Alagamar, enquanto local de questionamentos, de resistências, de conscientização, juntamente com outros territórios do campo, se constituíam como uma ameaça à manutenção da ordem vigente, sendo um espaço a ser monitorado, controlado e reprimido. Em um contexto em que sinônimo de ordem era calar, Alagamar ao pronunciar palavras de denúncia, anúncio e transformação, atrai o foco das lentes do controle e das mãos da repressão da Ditadura Militar, tendo em vista que “[...] a ditadura acabou por se impor como uma ação preventiva, para impedir a crescente participação das forças populares na defesa de seus interesses, nada coincidentes com os das classes dominantes” (Casalecchi, 2002, p. 108).

Partindo do papel do SNI no repasse de informações acerca do vivido em Alagamar, esse foi considerado, em alguns documentos, como detentor de um contributo para a solução do conflito, sobre o que encontramos pistas na reportagem *CSN tem novas atribuições*, publicada em 14 de setembro de 1980, no Jornal do Brasil. Vejamos: “O conflito social verificado na região de Alagamar, no Estado da Paraíba, em razão da disputa de terras entre posseiros e grileiros, foi solucionado depois da intervenção pessoal do atual chefe do SNI, General Octavio Medeiros” (JORNAL DO BRASIL, 14 de setembro de 1980, p. 26). Em seguida, acrescenta: “Recentemente o Presidente Figueiredo esteve na região distribuindo títulos definitivos de terras” (JORNAL DO BRASIL, 14 de setembro de 1980, p. 26).

Na ocasião da vinda do então presidente ao território, nos chama a atenção a ênfase em um discurso festivo que buscava legitimar que a solução para Alagamar

teria ocorrido de modo harmônico, definitivo e a partir do diálogo entre o governo federal e os diversos pontos de vista dos sujeitos presentes no território. No entanto, nos documentos com os quais dialogamos encontramos registros de tentativas de diálogos com o governo federal<sup>5</sup> (tanto no contexto do governo de João Batista Figueiredo como no de seu antecessor, Ernesto Geisel) que não foram concretizadas, como, por exemplo, na ida do presidente à área, quando nem todos os trabalhadores rurais conseguiram apresentar as suas pautas.

Sobre isto, vemos na reportagem *Figueiredo distribui terras em Alagamar*, do Jornal do Brasil – RJ, que “Apesar da festa, o Presidente Figueiredo frustrou alguns agricultores de Alagamar, que pretendiam reclamar pessoalmente contra a organização da cooperativa administrativa pelo INCRA” (JORNAL DO BRASIL - RJ, 27 de junho de 1980, p. 6). Isso nos leva a refletir, considerando as informações repassadas pelo SNI, quais as vozes que foram ouvidas pelas esferas governamentais e que incidiram nas medidas adotadas como formas de solução.

Também defendendo o argumento de que o SNI teria contribuído para a solução de Alagamar, nos deparamos com a reportagem *Cruz diz que Medeiros nada tem a ver com, Baumgarten*, no Jornal do Brasil – RJ, em que existe referência a uma reportagem concedida pelo então chefe da Agência Central do SNI, a saber, Newton Cruz ao Jornal Correio Braziliense, no qual existe o seguinte registro:

### **Fazendas Alagamar**

#### **E de fazenda, será que o SNI também entende?**

Provavelmente, o repórter quer referir-se as Fazendas Reunidas Alagamar na Paraíba, para cuja solução do problema muito valeu a participação do SNI. Se entende ou não, conclua o repórter. As informações produzidas pelo SNI possibilitaram a compra da área das fazendas, num total de 9 mil 282 ha, onde cerca de 446 famílias viviam insatisfeitas e sob permanente clima de tensão social, ameaçadas de expulsão. O Governo federal, por intermédio do INCRA, adquiriu as terras e fundou uma cooperativa, onde todos possuem o usufruto das terras que ocupavam obtendo o sustento e o progresso social dos seus familiares, pelo produto final do trabalho coletivo. No momento, a situação em Alagamar é de tranquilidade, reinando um ambiente de satisfação e de

---

5 De acordo com Pereira (2017, p. 241) “Em 07 de novembro de 1978, por ocasião da vinda do Presidente da República Ernesto Geisel à Paraíba, os agricultores de Alagamar tentaram se encontrar com ele para relatar o drama no qual estavam imersos e denunciarem as atrocidades ocorridas em Alagamar. Os camponeses ficaram diante do Palácio do Governo à espera do chefe da nação, mas esse passou indiferente com relação aos manifestantes”.

trabalho (JORNAL DO BRASIL – RJ, 07 de fevereiro de 1983, p. 4, grifos do autor).

Em expressões como ambiente de satisfação e trabalho, progresso social e tranquilidade, há a tentativa de apresentar as medidas adotadas pelo governo federal, bem como a atuação do SNI como eficazes e acolhidas de modo unânime por todos que residiam no território, esquecendo as leituras divergentes no que se refere, por exemplo, à constituição de uma cooperativa. Nos discursos apresentados, pelo viés do Estado, percebemos um deslocamento da permanência no território como resultado da luta/resistência protagonizada pelos trabalhadores rurais, para um suposto ato dialógico promovido mediante a interface e atuação do SNI, governo estadual e governo federal.

Ainda sobre o SNI e sua presença/atuação em Alagamar, deparamo-nos com a reportagem *SNI tem 2 mil pessoas e verba de Cr\$ 700 milhões*, no Jornal do Brasil, em que após tratar da atuação na Zona da Mata Pernambucana, destaca que “A mesma atenção tem sido dada à região de Alagamar, na Paraíba, onde o SNI promoveu a distribuição de terras entre posseiros” (JORNAL DO BRASIL, 22 de março de 1981). Na reportagem, um indício para pensar sobre mais um elemento acerca da atuação do SNI em Alagamar, a saber, a data de sua publicação – 1981. Como vimos, é no ano de 1980 que a “solução” para o conflito é apresentada pelo governo federal. Sendo a presente reportagem de 1981, isto nos indicia que mesmo após a suposta solução e a restauração do clima de “harmonia”, “paz” e “ordem”, o referido órgão continuou monitorando o território.

Poderíamos, então, nos questionar: por que este monitoramento mesmo após a solução do conflito? No mesmo documento consta o registro de que as áreas estavam sendo acompanhadas devido ao envolvimento da igreja, a presença de organização de esquerda e a situação dos trabalhadores rurais. Esse acompanhamento nos remete ao disposto por Quadrat (2012, p. 20) quando afirma: “[...] uma das principais características da ditadura brasileira foi o forte investimento no binômio informação – repressão”.

Monitorar para restaurar a ordem. Monitorar mesmo quando a ordem foi restaurada, para assegurar a sua continuidade. Parece ser essa a estratégia de manutenção do poder/domínio, utilizado pelos governos militares. No entanto, apesar deste controle, o movimento social ao qual nos debruçamos nos ensina sobre

como, mesmo em contexto de recessão, de violação de direitos, a organização dos sujeitos pode resultar em tensionamentos das estruturas vigentes e em possibilidades de transformação do real. Apesar da não desapropriação por completo do território, a luta travada pelos trabalhadores rurais permitiu as suas permanências em Alagamar e (re)configurações para o território, considerando os usos que passam a ser feitos.

Que estudos como o que ora apresentamos possam se constituir, como propõe Le Goff (2012) em formas de dialogar com a memória como instrumento de libertação, de modo que experiências de repressão como as outrora vivenciadas no contexto da Ditadura Militar não sejam retomadas e que o estudo de ações como as resistências e ações tecidas pelos trabalhadores rurais de Alagamar nos despertem para o entendimento de que as realidades de opressões, de desigualdades e negações de direitos podem ser transformadas.

## Considerações finais

O trecho utilizado como epígrafe do presente capítulo foi extraído do documento *Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida*, em que, ao rememorar a sua trajetória enquanto arcebispo da Paraíba, Dom José reflete sobre as suas experiências/vivências em Alagamar e ressalta quantas outras páginas estas memórias ocupariam. O texto que ora construímos, a cada linha escrita, foi tecido perpassado por esse sentimento: muito ainda temos a dizer sobre Alagamar no que se refere às resistências construídas pelos trabalhadores rurais, aos desdobramentos para o território da ação coletiva construída, bem como dos contextos instaurados após a desapropriação.

As reflexões apresentadas, constituíram-se como um recorte em meio às várias possibilidades de escrita sobre a Luta de Alagamar, sobretudo, no sentido de evidenciar os desafios vividos pelos participantes do movimento social de, mediante um contexto ditatorial, demarcado por repressões, violências e controles, construir uma luta que resultou na permanência dos trabalhadores rurais nas territorialidades locais. Em um momento histórico em que a manutenção do poder hegemônico vigente perpassava pelo calar os que discordavam do que estava instaurado, as vozes dos trabalhadores rurais de Alagamar ecoaram, contribuindo para propagar as realidades dos homens e mulheres do campo, não apenas deste território, mas dos outros tantos campos, resistências e lutas espalhadas pelo Brasil.

Ao estudar o movimento social ocorrido em Alagamar, situando-o em seu contexto, compreendemos que a Ditadura Militar não foi um acontecimento que ressoou apenas nos grandes centros, mas cujas implicações puderam ser sentidas, também, em outros territórios, como municípios interioranos e no campo. No caso sobre o qual nos debruçamos, visualizamos tais ressonâncias tanto nas violências sofridas pelos trabalhadores rurais e as diversas estratégias de repressão utilizadas, como no uso do Serviço Nacional de Informação – SNI como um instrumento tanto de monitoramento das resistências, dos que apoiavam a luta, como do fornecimento de informações que foram utilizadas pelo governo federal para delimitar as medidas apresentadas e adotadas como solução para o conflito em Alagamar.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Monalisa Porto; SILVA, Severino Bezerra da. Uma leitura decolonial da Educação do Campo: aproximações entre o bem viver e a Agroecologia.

**Geoconexões**, v. 2, n. 19, p. 70-89, Natal, 2024.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 79 – 23.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. São Paulo: Editora Vozes Ltda, 1980.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985** – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

FAUSTINO, Severino Izidro. **A História de Alagamar em Cordel**. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INFORMATIVO Arquidiocesano, número 83, João Pessoa, janeiro/fevereiro de 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad.: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 6ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, p. 126–141, 1996. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg1-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2008, 501 p. **Tese. Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NEVES, Gildivan Francisco das. Movimentos sociais do campo, práticas educativas e (re)configurações do território: leituras a partir da Luta do Povo de Alagamar. 2022, 288 p. **Tese. Doutorado** em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

NEVES, Gildivan Francisco das. História e memória da “Luta do Povo de Alagamar”: experiências de vida e práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. 2014. 198 p. **Dissertação de Mestrado** em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba** - Relatório Final. João Pessoa: A União, 2017.

PEREIRA, Alberto Pereira. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2009.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. A Educação Popular na Arquidiocese da Paraíba (1966–1985). 2017. 280 p. **Tese. Doutorado** em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PIRES, José Maria. Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos. *In*: PIRES, José Maria. **Do Centro para a Margem**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 41 – 50.

PIRES, José Maria. Amor e dedicação à Paraíba: Carta Pastoral – Mensagem de despedida. *In*: RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (org.). **Dom José Maria Pires**: uma voz fiel à mudança social. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 253–321.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6KjwJ5V5XB3NsVwBpvDVRXr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, Josenildo Marques da. Na mira do SNI: o Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos. **Revista Histórias Públicas**, ano 1, n.1, p. 146 – 168, 2023.

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos Rurais**: territórios de conflito e sociabilidade camponesa – Araruna-PB. 2003, 247 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2003.



SILVA, Severino Bezerra da. Memórias camponesas na Paraíba (1960 a 1980), organizações/lutas e Catolicismo Popular: uma contribuição histórica à educação do campo. In: BATISTA, M do S. X. (org.). **Movimentos Sociais, estado e políticas de educação do campo**: pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 73 – 111.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; PINTO, João Batista Moreira. O processo de construção e disputas em torno dos Direitos Humanos no Brasil. **Revista Interdisciplinar Sulear**, ano 4, n. 8, p. 8 - 31, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5279>. Acesso em: 20 nov. 2021.

## REPORTAGENS/JORNAIS PESQUISADAS/OS

A VIOLÊNCIA cresce mudam sua ação: da resistência para as invasões, **Movimento**, 4 a 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

ALAGAMAR: longe do Sul – maravilha, **Pasquim**, 4 - 10 de abril de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 09 de março de 2021.

Arquidiocese se pronuncia sobre Alagamar, **Diário de Pernambuco**, 16 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 12 de março de 2021.

BISPOS e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações, **Diário da Borborema**, 6 de janeiro de 1980. Disponível em um caderno de clipping composto por recortes de reportagens sobre a Luta de Alagamar.

CRUZ diz que Medeiros nada tem a ver com Baumgarten, **Jornal do Brasil** – RJ, 07 de fevereiro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

CSN tem novas atribuições, **Jornal do Brasil**, 14 de setembro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

DCE repudia a violência da Polícia, **O Norte**, 4 de janeiro de 1980. Disponível em um caderno de clipping composto por recortes de reportagens sobre a Luta de Alagamar.

DEPOIS da luta, as promessas, **Movimento**, 21 - 27 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

DOM Helder fala a trabalhadores, **Jornal do Brasil** (RJ), 6 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

DOM Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais, **A União**, 13 de janeiro de 1980. Disponível em um caderno de clipping composto por recortes de reportagens sobre a Luta de Alagamar.

FIGUEIREDO distribui terras em Alagamar, **Jornal do Brasil** – RJ, 27 de junho de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

LSN – outra vez, **Movimento**, 23 de fevereiro a 01 de março de 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

SITUAÇÃO em Alagamar pode ser normalizada, **Diário de Pernambuco**, 17 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 12 de março de 2021.

SNI tem 2 mil pessoas e verba de Cr\$ 700 milhões, **Jornal do Brasil**, 22 de março de 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

## AS ARMAS DA MEMÓRIA:

### MILITARES E CULTURA HISTÓRICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA (1970-1980)

Iordan Queiroz Gomes<sup>1</sup>

Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto investiga o agenciamento da cultura histórica pelos militares no contexto de constituição do estado de Rondônia (1970-1980). Ainda que priorize o período militar, a pesquisa revela que desde o início do século XX, a região serviu como espaço de investimento simbólico nos feitos de agentes militares. Na primeira parte do texto, observa-se como se constituiu uma cultura política construída e associada à presença militar no Estado; na segunda parte, o texto se volta para as décadas de 1970 e 1980 para perceber os investimentos em torno da constituição de uma memória/história de Rondônia no período de transição do Território ao Estado.

#### Introdução

A história do Estado de Rondônia foi organizada em torno dos fatos políticos que marcaram a criação do território e, posteriormente, do Estado. Grande parte dessa história foi ancorada no período dos vinte anos da ditadura militar no Brasil (1964-1984), contexto em que, no dizer do jornalista Josias Macedo, Rondônia se transformou numa verdadeira Capitania Hereditária dos militares.<sup>3</sup> A proposta do texto é mapear o agenciamento da cultura histórica construída pelos militares, sobretudo no contexto da transição do Território Federal para o Estado. A pesquisa evidenciou como os feitos de agentes militares, como o Marechal Rondon e Aluízio

---

1 Doutor em História (UFBA). Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: iordan.gomes@unir.br.

2 Doutora em História (UNESP). Professora Adjunta do Colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). gilvana.gomes@uenp.edu.br.

3 A imagem de Rondônia como uma capitania hereditária dos militares no pós-1964 circulou na *Cooluna Rio e Adjacências* assinada por Josias de Macedo, *Alto Madeira*, Porto Velho, 3 de out. 1981, p. 2.

Ferreira, foram mobilizados para consolidar narrativas que legitimavam a presença do Exército na Amazônia e o projeto de modernização do Estado brasileiro. Com base na análise de decretos-lei, artigos de jornais locais (como o *Alto Madeira*) e nacionais (*A Defesa Nacional*) e publicações acadêmicas sobre a memória e a história regional, avaliou-se que os militares desempenharam um papel crucial na elaboração de uma identidade regional, atrelada a valores de bravura e colonização, ofuscando, muitas vezes, a diversidade de vozes e experiências, como as dos povos indígenas e seringueiros.

A historiografia do golpe civil militar no Brasil já destacou que os principais personagens políticos que ganharam notoriedade no período emprestaram seus nomes para serem homenageados nos espaços públicos, como ruas, escolas, monumentos e pontes (Rodrigues, 2014; Martins; Migowski, 2016). Rondônia não escapou a essa dinâmica. A historiografia regional tem mapeado essa cartografia de lugares associados à memória militar presente nas ruas, praças, prédios públicos e monumentos. Esse é o caso de Vilhena, município do interior de Rondônia na fronteira com o Mato Grosso, fundado em 1977, durante o governo de Ernesto Geisel em cujas ruas aparecem resquícios desse período impressos nas homenagens erguidas aos ditadores militares (Martins; Farias, 2018).<sup>4</sup> As marcas desse processo de inscrição de uma memória/história oficial são incontestes, se multiplicando pelo espaço institucional do Território/Estado e o seu processo de constituição foi agenciado por vários atores políticos na esfera dos municípios, do Estado e da União.

O historiador Jacques Le Goff observa que a maneira como as sociedades se relacionam com o passado são construções do presente e envolvem diferentes agentes, interessados nas vantagens da construção de uma certa cultura histórica.<sup>5</sup> Para o autor, a cultura histórica é o conjunto heterogêneo de relações estabelecidas entre determinada sociedade e seu passado, que se evidencia não somente em produções científicas, mas também e principalmente, nos espaços públicos, na imprensa, nas

---

4 O mesmo ocorreu com o município de Presidente Médici, criado pela Lei n.º 6.921 de 16 de junho de 1981. Informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/presidente-medici.html>. Acesso: 20 de set. 2024.

5 O conceito de cultura histórica foi elaborado por Le Goff a partir das reflexões de Bernard Guenée, autor que alertava para o cuidado em reunir sob uma mesma noção conceitual tantas e tão diversas representações do passado. Para Le Goff, entretanto, é a diligência da pesquisa e cuidado metodológico no mapeamento e análise dos documentos mobilizados que tornam o conceito de cultura histórica um instrumento fundamental para a historiografia das últimas décadas.

instituições, nos monumentos, no patrimônio. Dito de outra forma, tudo aquilo que mobiliza o passado tem o condão de dar corpo a certa cultura histórica. Investigar a cultura histórica, portanto, significa analisar:<sup>6</sup> “[...] este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário umas principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado. [...] o passado não é história, mas o seu objeto” (Le Goff, 1990, p. 50).

A perspectiva da cultura histórica sugere a reflexão sobre os usos do passado e o trabalho com a memória. Na perspectiva de Nora (1993), a memória liga-se inicialmente à vida, aquilo que está acontecendo a todo instante, está em constante transformação e pertence aos indivíduos e às coletividades. Dito de outro modo, a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, construída, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; é um fenômeno atual que estabelece um elo vivido no eterno presente. Para M. Halbwachs (2006, p. 25), a memória individual é socialmente moldada pela coletiva e, em determinados momentos, mistura-se a ela. Ao considerar que a memória, seja individual e/ou coletiva, é sempre seletiva e construída, M. Pollack (1992) reflete que a memória sofre flutuações e é estruturada de acordo com as preocupações do momento em que é articulada. Na sua concepção, as memórias coletivas são ainda mais organizadas, a exemplo das memórias oficiais que são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Neste caso, é possível perceber a relação entre a estruturação da memória e a construção da identidade na demarcação das fronteiras físicas e simbólicas do eu e/ou do coletivo por meio da continuidade temporal, do sentimento de coerência e de pertencimento.

No caso de Rondônia, o que a documentação revela é que a presença do Exército na região foi determinante não apenas no controle territorial, mas também na consolidação de uma narrativa histórica que buscava legitimar o papel das forças armadas na formação e desenvolvimento da região, do Território, do Estado, da Amazônia e, em última instância, do Brasil. Essa relação simbiótica entre o poder militar e a construção histórica local reforça a ideia de que o passado, conforme articulado por Le Goff, é um campo de disputa de significados, no qual múltiplas culturas históricas coexistem e interagem. Assim, analisar essa cultura histórica

---

6 No Brasil, Ângela Castro Gomes se apropriou das reflexões de Le Goff e chamou a atenção para a multiplicidade de culturas históricas. Para a autora, “[...] pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período.” (Gomes, 2007, p. 48-49).

é essencial para compreender os processos de memória e poder que moldaram a identidade regional de Rondônia no contexto de um Brasil marcado pelo regime autoritário. Nesse sentido, o texto se inicia com uma abordagem mais informativa, destacando dados históricos que permitem compreender a dinâmica política da região de Rondônia e, em segundo movimento, analisa o agenciamento da cultura histórica pelos agentes militares que, nas décadas de 1970 e 1980, atuaram na construção do Estado de Rondônia.

### *O território antes do Estado: a constituição política da região de Rondônia*

Embora seja possível remontar ao período colonial, a presença do estado brasileiro na porção oeste da região norte se dinamizou, apenas, no final do século XIX (cabral, 1963). A partir desse momento, a região passou a ser integrada de forma mais efetiva à economia capitalista global, com a exportação de matéria-prima, especialmente o látex, para os mercados internacionais, o que impulsionou a produção de borracha. A extração de látex alterou significativamente a demografia local, atraindo trabalhadores e promovendo o crescimento populacional. Além disso, foi nesse contexto que se iniciou, em 1907, a construção da emblemática Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, símbolo das transformações econômicas e logísticas que marcaram a região, e que visava facilitar o escoamento da borracha e outros recursos naturais, conectando a Amazônia aos mercados internacionais (Hardman, 2005).

No início do século XX, a Comissão Rondon, instituída em 1907 e liderada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, exemplifica esse esforço de integração territorial, modernização e contato com as populações locais (Maciel, 1998). A comissão estabeleceu uma rede de linhas telegráficas estratégicas entre Mato Grosso e o Amazonas, ao mesmo tempo em que produzia um vasto acervo de informações arqueológicas, antropométricas, fotográficas e sonoras. Durante esse processo, estabeleceram-se importantes contatos com povos indígenas, como os Parecis e os Nambikwaras.

A passagem de Cândido Rondon pela região amazônica é frequentemente tratada como um evento inaugural na história local, sendo reiterada e reafirmada ao longo do século XX. Esse episódio se consolidou como crucial para a construção de uma memória histórica que associou o papel da Comissão Rondon na integração do território amazônico ao projeto de modernização do Estado brasileiro. Autores

como Todd A. Diacon (2006) destacaram que a figura de Rondon foi amplamente mobilizada tanto durante suas expedições quanto posteriormente, na criação de um imaginário que associava a pacificação dos povos indígenas à criação de infraestrutura, simbolizando o avanço civilizatório na região.

Apesar desses esforços, as décadas seguintes foram marcadas pelo esquecimento estatal na região (Morales, 2002). O abandono da Amazônia, constantemente denunciado por figuras como o próprio Rondon e o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, foi enfrentado apenas parcialmente, muitas vezes por meio de medidas mais simbólicas do que materiais. Um exemplo foi a nacionalização da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1931, que passou a ser controlada pelo Ministério da Justiça na figura do Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira (Pinheiro, Silva, 2010).

Aluizio Pinheiro Ferreira (1897-1980) nasceu no Rio de Janeiro e iniciou sua carreira militar ainda jovem, ingressando no Exército Brasileiro, onde acumulou experiência em atividades de infraestrutura. Nomeado para administrar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1931, sob a jurisdição do Ministério da Justiça, sua atuação marcou o início de um maior controle do Estado brasileiro sobre o território, onde atualmente, localiza-se Rondônia. Integrante do movimento tenentista no Amazonas, Ferreira foi uma liderança influente durante a criação do Território Federal do Guaporé, e mais tarde, como deputado federal, teve um papel ativo na indicação de governadores locais, o que consolidou sua influência política na região por décadas (Fonseca, 2019).

Foi no contexto do primeiro governo Vargas, sob a liderança de Aluizio Pinheiro Ferreira, que se estabeleceram contingentes militares nas cidades de Costa Marques, Guajará-Mirim e Porto Velho, com o objetivo de garantir a presença estatal e evitar a instabilidade na região. A justificativa para essas ações era clara: a falta de controle e atuação do Estado tornava o território vulnerável e inseguro (Fonseca, 2019). Em 1943, essa visão culminou na criação, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de cinco territórios federais, entre eles o Território Federal do Guaporé, que posteriormente se tornaria Rondônia. Aluizio Pinheiro Ferreira, que de certa forma personificava o nacional no local, foi nomeado gestor do novo território; durante sua administração, e como deputado federal, ele ampliou seu poder na região entre as décadas de 1940 e 1950, consolidando sua figura como uma das mais proeminentes na política local (Secreto, 2007).

Com exceção de Joaquim Vicente Pinheiro, indicado pelo Marechal Rondon, que governou o Território Federal de Guaporé entre 1946 e 1947, a maioria dos governadores que administraram a região entre as décadas de 1940 a 1960 foram nomeados por Aluísio Pinheiro Ferreira, refletindo sua forte influência política. Entre eles estavam Frederico Trota, Ênio dos Santos Pinheiro, Paulo Nunes Leal, José Ribamar de Miranda, Jaime Araújo dos Santos e Abelardo Alvarenga Mafra. Esses governadores, majoritariamente militares, reforçaram o perfil castrense da política na região, consolidando o controle e a manutenção da ordem como atributos militares e, que eram vistos como estratégica para a integração do país. Nos casos em que civis foram indicados, como Joaquim de Araújo Lima, Petrônio Barcelos, e outros, esses governos continuaram alinhados com a política centralizada e de forte influência militar.

Os dados apresentados revelam que a cultura política de Rondônia, entre 1943 e 1964, estava fortemente vinculada à liderança militar.<sup>7</sup> Dos quinze governadores que administraram a região durante esse período, nove eram militares. Quando o golpe civil-militar de 1964 ocorreu, provocando mudanças drásticas no cenário político brasileiro, Rondônia não experimentou uma ruptura significativa em sua estrutura de poder, uma vez que a região já era governada predominantemente por militares. A continuidade da liderança militar demonstra que o golpe foi, de certo modo, uma formalização de práticas já consolidadas na região, onde o poder local estava intrinsecamente ligado à lógica militar e à centralização estatal. Assim, dessa perspectiva, o golpe de 1964 não representou uma transformação radical para Rondônia, mas sim a continuação de um padrão político já estabelecido.

De outro ângulo, apesar da presença constante de militares na região, o novo regime implementado desde 1964, continuava a perceber a região norte como um desafio. Em 1967, o então presidente expediu o Decreto nº 61.330, de 11 de setembro, que criou o grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia,

---

<sup>7</sup> As tendências políticas contemporâneas registradas no Estado de Rondônia revelam o grau de enraizamento da cultura política militarizada, que caracterizou a trajetória da região. A categoria de *cultura política* aborda a compreensão de ações políticas a partir de um enfoque que integra valores, sentimentos e tradições. Esse conceito considera que a análise de práticas e ideologias políticas não pode ser dissociada do contexto cultural em que se inserem. A cultura política é definida como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro” (Motta, 2009, p. 21). Essa abordagem permite entender como o passado molda as perspectivas políticas presentes e futuras de uma sociedade, englobando tanto as práticas formais quanto as simbólicas que influenciam a construção de projetos políticos.



sob a coordenação do Ministério do Interior. A prioridade do GT era mapear áreas que já contassem com alguma população nacionalizada e estimular o incremento populacional a partir de núcleos já existentes. Em um artigo publicado na revista *A Defesa Nacional*, Afonso A. Albuquerque Lima, Ministro do Interior do governo Costa e Silva, apresentou uma lista de “áreas prioritárias selecionadas nos espaços interiorizados da Amazônia” listava a: “Área prioritária I, situada no Território de Rondônia, no segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 km de cada lado da rodovia [...]” (Lima, 1969, p. 30).

Em 16 de julho de 1970, o Decreto-Lei N.º 1.106, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN), iniciativa que visava controlar e incorporar populações pobres, especialmente, das regiões sul e nordeste, mobilizando-as como agentes ativas do processo de ocupação territorial da região Amazônica (BRASIL, 1970). Esta última, era apresentada pela chave do vazio demográfico e da oportunidade de um futuro melhor. Tratava-se de uma iniciativa de forte impacto geopolítico, voltada para a criação de infraestrutura e o incentivo à migração e ocupação de terras classificadas como vazias e improdutivas, particularmente na região norte do Brasil. O objetivo central era integrar essa região ao sistema produtivo nacional, tornando-a economicamente dinâmica e conectada ao restante do país. Para alcançar esse propósito, o plano incluía medidas como a venda e doação de terras, visando atrair e fixar populações nessas áreas.

Além disso, o PIN previa a construção e ampliação de importantes rodovias, fundamentais para a integração nacional. O exemplo mais famoso desse projeto é a rodovia Transamazônica, uma via inacabada de 4.260 km que liga as cidades de Lábrea (AM) e Cabedelo (PB). Mas existiram outras iniciativas, como a BR 425 (ligando Guajará-Mirim a Porto Velho), a modernização da Rodovia Belém-Brasília, conhecida como a “rodovia da integração nacional” e a BR 364 (que liga Cuiabá a Porto Velho). A última obra teve impacto direto na constituição do Estado de Rondônia, um dos mais jovens do país (Almeida, 2023).

Esse conjunto de políticas e projetos não apenas reforçou a presença militar e estatal na região, mas também desempenhou um papel crucial na construção de uma cultura histórica em Rondônia durante o período da ditadura militar. As iniciativas implementadas, como o Programa de Integração Nacional e a construção de rodovias estratégicas, foram apresentadas como símbolos do progresso e da modernização,

moldando a narrativa oficial de que o desenvolvimento da Amazônia era sinônimo de avanço nacional. Essa narrativa, articulada pelo Estado e seus agentes, legitimou a ocupação territorial e a intervenção militar como parte de um projeto civilizatório e de integração, enquanto silenciava outras perspectivas históricas, como as dos povos indígenas e das populações tradicionais.

### *Militares e cultura histórica em Rondônia*

O Cel. do Exército José Manoel Lutz da Cunha Menezes foi o primeiro governador do Território Federal de Rondônia (1964-1965) após o golpe civil-militar, cargo assumido por meio de decreto assinado pelo Marechal Humberto Castelo Branco. Carioca, ligado ao PSD, Cunha Menezes era um homem de postura austera - costumava andar a cavalo pelas ruas da capital de posse de um rebenque -, representado nas páginas do *Alto Madeira* (1976, p. 2) como um dos dignitários militares “da capitania de Rondônia”. Apesar do curto período de tempo à frente do governo, ele foi o autor de três ações relacionadas aos esforços de institucionalizar a memória/história do Território naquele período, com destaque ao culto à memória militar.<sup>8</sup> Em 14 de abril de 1965, por exemplo, assinou o decreto nº 435 que criou a condecoração Medalha Mérito Marechal Rondon, com a qual o governo passou a premiar autoridades, servidores, “pioneiros e seringalistas pelos relevantes serviços prestados” à região. Antes, ele tinha assinado o decreto nº 434, datado de 26 de março de 1965, que instituiu o Dia de Rondônia, comemorado a cada 5 de maio em homenagem ao natalício do Marechal Rondon. (*Alto Madeira*, 1985, p. 3).

Na visão do memorialista Esron Penha de Menezes (1982), tais medidas faziam parte das justas homenagens dedicada a Rondon pelos relevantes serviços prestados à região, erguidos tempos depois do seu falecimento. Ainda em vida, Rondon recebeu a maior deferência dedicada aos seus feitos, quando, em 1955, o projeto de lei nº 252 apresentado pelo deputado Áureo Mello ressaltou a importância de prestar uma homenagem justa ao Marechal, cujas expedições de integração territorial e pacificação dos povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do Estado brasileiro moderno. Aos noventa anos de idade, Rondon foi representado como figura singular da nacionalidade brasileira e que “[...]”

---

<sup>8</sup> Cunha Menezes governou exercendo forte controle dos órgãos de Imprensa da capital. Território Federal de Rondônia, *Alto Madeira*, Porto Velho, 22 jul. 1965, p. 5.

desenvolveu a sua ação civilizadora, instalando as linhas telegráficas e descobrindo dentro do Brasil, essa outra nação que constituem as tribos indígenas.” Aprovado o projeto, o Território Federal do Guaporé passou a se chamar Território Federal de Rondônia, posteriormente, Estado de Rondônia.

Vistas por outro ângulo, as ações de Cunha Menezes faziam parte do movimento de reimpressão da memória do Marechal, num nexo de continuidade fortemente enquadrado de acordo com a cultura política da época. Essa representação reapareceu, aliás, no famoso trabalho de Eron Penha de Menezes intitulado *Retalhos para a História de Rondônia* (1982), quando o memorialista reuniu um conjunto de entrevistas de ex-funcionários da comissão de linhas telegráficas para reconstruir a personalidade do Marechal (Ibidem). Na hierarquia de heróis militares do Estado construída por Eron, a memória de Rondon foi estreitamente vinculada à de Aluizio Ferreira, destacando que a “História de Rondônia” estava profundamente entrelaçada com a vida deste último. Esse argumento foi especialmente enaltecido no período em que o território recebeu vários pertences do “velho” Aluizio, como Eron o chamava, documentos que foram preservados no museu local para ajudar a contar a história de Rondônia através de sua trajetória pessoal (*Alto Madeira*, 1981, p. 4).<sup>9</sup>

É interessante perceber como, nessas iniciativas, residiam um potencial pedagógico, posto que criavam linhas de continuidade que, repetidas à exaustão, deixavam de ser percebidas como construções. A Medalha Mérito Marechal Rondon entregue a pioneiros e seringalistas unificava trajetórias contingentes nas mesmas chaves argumentativas: a resistência às barreiras impostas pelo território, coragem para levar a cabo feitos considerados impossíveis e a predestinação para ocupar lugar de destaque em um quadro geral variável. Conferir essas marcas a personagens distintos sugere a intenção de reforçar uma linha de continuidade e atribuir aos contemporâneos a missão de seguir na mesma direção.

Nesse sentido, Cunha Menezes também instituiu o decreto nº 427 de 12 de novembro de 1964 que criou o então Museu Territorial de Rondônia. (*Alto*

---

<sup>9</sup> Eron Penha de Menezes relata que, após a morte de Aluizio Ferreira, a professora Yêdda Borzacov trouxe seus pertences do Rio de Janeiro para Rondônia, o que gerou na capital a ideia de criar um museu em sua homenagem. Esse museu seria instalado em um dos antigos armazéns da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As referências à amizade entre Eron e Aluizio aparecem nos *Retalhos para História de Rondônia*: opinião de estudiosos de coisas da Amazônia, *Alto Madeira*, 14 jul. 1985, p. 4. A publicação da obra de Eron foi celebrada pelos membros do IHG/RO. *Alto Madeira*, 12 jun. 1985, p. 3.

*Madeira*, 1982, p. 2). Inaugurado no dia 5 de maio de 1965, o museu foi inicialmente integrado à Divisão de Educação - futura Secretaria de Educação -, tendo como primeiro diretor o médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro<sup>10</sup>, nomeado por meio da portaria 026 daquele ano. (*Alto Madeira*, 1986, p. 1). A nova diretoria foi composta por dezenove membros responsáveis pelas divisões, seções e subseções do museu:

Secretário-Professor Enos Eduardo Lins; Divisão de História Natural - Padre Angelo Spadari; secção de Zoologia - Senhora Luiza de Lutti Riboni; Sub-seção de Vertebrados - Senhora Margarida Miranda; Sub-seção de Etimologia - Dr. Jacob de Freitas Atallah; Sub-seção de Botânica - Dr. Calmin Vianna Tabosa; Parque Botânico - Senhor Silvio Alves Barradas; Seção de Geologia - Professor Abgvar de Miranda; Secção de Mineralogia - Senhor José Miranda; Seção de Antropologia - D. Fouar Dawich; Sub-sessão de Etimologia - Professora Maria Smith; Sub-seção de Etnografia - Professora Yêda Struthos Pinheiro; Divisão de Geografia e História - Senhor Orlando de Moraes; Seção de Geografia - Professor Abnael Machado de Lima; Seção de História - Senhor Newton de Menezes; Administrador do Patrimônio - Senhora Maria de Lourdes Pinheiro; Ornamentador Artístico - Senhor Ubiratan Sampaio. (*Ibidem*).

Os nomes que compuseram a primeira diretoria eram, em sua maioria, membros da elite econômica, política e intelectual formada durante o período de criação do Território Federal do Guaporé. De acordo com Beth Costa, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um esforço “pioneiristicamente” liderado por um grupo de intelectuais que, através das páginas do *Alto Madeira*, promoveram a criação de símbolos e instituições de memória com o objetivo de formar uma consciência cultural em Rondônia. Eles tomaram como “guru Ary Pinheiro” para criar o “Movimento dos Minhocas”, epíteto que remetia à reunião dos chamados “filhos da terra, os filhos de Rondônia” com o objetivo de fazer coro para a necessidade de se preservar a história e memória do Estado. (*Alto Madeira*, 1981, p. 2). Reunidos em torno desse projeto, esse grupo não apenas documentou o passado da região, mas também contribuiu ativamente para a construção de uma narrativa histórica que

---

10 Ary Tupinambá Penna Pinheiro, primo de Aluizio Ferreira Pinheiro, era bacharel em Ciências Físicas e Naturais, formado em Medicina em Belém (PA). Chegou a Guajará-Mirim em 1937 para exercer a profissão de médico. Em 1941, participou de uma expedição às lendárias minas de Urumacua, uma região de localização incerta que remontava ao imaginário popular do século XVIII, quando era associada a riquezas inexploradas na capitania de Mato Grosso. Após essa experiência, continuou a coletar artefatos, que, segundo sua filha Yedda Borzacov, eram guardados em sua residência. (Silva, 2012; Governo de Rondônia, 2024)

reforçava a importância da elite local na formação do território e na consolidação de sua identidade cultural.<sup>11</sup>

Entre 1975 e 1976, esse grupo reuniu outros nomes, a exemplo de Luiz Leite de Oliveira, Paulo Lira, Pedro Struthos, Paulo de Castro França, Geraldo Brasil e Antônio Leite que se juntaram ao movimento que gerou a proposta de criação do Museu Territorial de Rondônia e, posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. (*Ibidem*). A missão do museu seria o tombamento e a preservação de todo o acervo que pudesse compor a história rondoniense (Borzacov, 2011). A proposta de sua criação se deu no contexto em que a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a demolição do antigo Fórum Ruy Barbosa, construído em 1949, impulsionaram ainda mais a urgência dessa iniciativa, uma vez que esses eventos simbolizavam a destruição de marcos importantes do período de formação do Território.<sup>12</sup>

Inicialmente o museu foi instalado na rua Rogério Weber, centro de Porto Velho, antes de ser transferido, em 1979, para o Palácio Presidente Vargas e alocado em uma sala denominada Marechal Rondon. Em 1981, durante a administração do Cel. Jorge Teixeira de Oliveira (1979-1985), ele foi reestruturado, integrado à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo (SECET) e instalado numa sede própria, situada na Av. 7 de setembro. Criada através do Decreto Lei nº 16 de 31 de dezembro de 1981, a SECET traçou como objetivo promover as “[...] práticas e vocações artístico-culturais, o incentivo à política de esportes e Atividades Recreativas, assim como, o zelo pelo Patrimônio Histórico-cultural do Estado”. (*Alto Madeira*, 1983, p. 5).

De acordo com a versão oficial, após o primeiro ano da criação do Estado, “em pleno acordo com a política do Ministério da Educação e Cultura, o Governo de

---

11 Segundo Souza (2011), uma parte significativa da elite econômica e intelectual formada durante o período do Território Federal assumiu a tarefa de construir a memória e a história da região. Esse grupo, em sua maioria, gravitava em torno de Aluizio Ferreira Pinheiro, alinhando-se, nas décadas de 1950 e 1960, aos “cutubas aluizistas”, apoiadores do ex-governador e deputado, filiados ao PSD e PTB. Estes se opunham aos “pele curtas renatistas”, ligados ao ex-governador Joaquim Vicente Rondon e ao médico Renato Medeiros, antigos aliados de Aluizio. As disputas entre os grupos continuaram até a chegada dos militares ao poder em 1964. Após a morte de Aluizio Ferreira em 1980, sem herdeiros políticos, o grupo aluizista buscou ajustar a memória e a história como forma de manutenção de seu poder. *História Antiga: ... Deu Zebra...*, *Alto Madeira*, 4 mar. 1985, p. 2.

12 A primeira constituição do Estado de Rondônia aprovada em 1981, em seus artigos 218, 219 e 220, atribuía ao campo cultural a tarefa de incentivar e preservar as tradições e manifestações culturais, bem como as obras e locais de valor histórico. O projeto da constituição foi reproduzido em: Silva, Amizael Gomes da. *No rastro dos pioneiros*. Porto Velho: SEDUC, 1984.

Rondônia” estabeleceu como objetivo central “a valorização [d]as dimensões sócio-culturais básicas e a expansão de seu potencial criativo, considerando as características regionais da nossa cultura, com o propósito de preservá-las, fortalecê-las e assegurar o pleno acesso a elas”. (*Ibidem*). Para liderar essa iniciativa, o governador nomeou o renomado missionário salesiano e autor de *Os Desbravadores* (1959), padre Victor Hugo, como responsável pela pasta, contando com o apoio da professora Yêdda Borzacov, filha de Ary Tupinambá, que assumiu a diretoria do Departamento de Cultura. A criação da secretaria foi amplamente celebrada como um marco na história do Estado, integrando na estrutura governamental o compromisso com o turismo regional, ao lado do discurso sobre a preservação histórica e dos bens patrimoniais.<sup>13</sup>

A reestruturação do museu o transformou não apenas em local de guarda, mas num dos pontos turísticos mais visitados do Estado na década de 1980.<sup>14</sup> Dividido em diversos departamentos, o espaço abrigava o Centro de Documentação e Pesquisa, que reunia uma coleção de documentos e objetos coletados na região, considerados de grande valor “representativo cultural e histórico” para o território e o recém-formado Estado. A construção desse acervo contou com a ativa participação de seus membros, sendo fortemente apoiada pelo governador Jorge Teixeira. Eles incentivaram a campanha “Doe um Documento ao Centro”, cujo objetivo era tanto a coleta de acervos pessoais quanto a conscientização da comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, promovendo assim a valorização da memória regional. (*Alto Madeira*, 1983, p. 3). O Centro de Documentação abrigou “coleções de jornais, livros, arquivo fotográfico, recortes antigos, documentos, arquivo pessoal do criador do antigo Território, Aluizio Ferreira, documentação sobre a construção da Madeira-Mamoré, arquivo de mapas

---

13 Em 1982, uma das principais iniciativas da SECET, por meio de seu Departamento de Cultura, foi a implementação dos “museus de Rondônia e da Estrada de Ferro Madeira Mamoré”. Relatório das atividades do Departamento de Cultura, *Alto Madeira*, Porto Velho, 04 jan. 1983, p. 5. O departamento também se dedicou ao “levantamento de dados referentes às tradições, hábitos e costumes da nossa gente”, com o objetivo de compilar e publicar essas informações no livro *Viver Amazônico* (1986), de autoria do Dr. Ary Tupinambá Penna Menezes. *Alto Madeira*, 17 dez. 1986, p. 3.

14 Nessa época, “[...] a finalidade do museu é [era] coletar, catalogar e conservar as coleções que compõem o acervo do museu que são: antropologia, mineralogia, zoologia, arqueologia, paleontologia, seringueiro, folclórico e artístico que façam parte do contexto territorial de Rondônia” *Alto Madeira*, 19 set. 1988, p. 3.

e documentos sobre a construção da ‘Rodovia Marechal Rondon’ – a BR 364 –” (*Alto Madeira*, 1988, p. 3).<sup>15</sup>

A sistematização dessa documentação reflete os interesses temáticos da elite política e intelectual que se dedicava a moldar a memória, identidade e história de Rondônia. Figuras e marcos como o Marechal Rondon, Aluizio Ferreira, o Forte Príncipe da Beira, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e a BR-364 emergiam como pontos de referência centrais nesse projeto de (re)construção narrativa da história regional. Além disso, havia um destaque especial para o setor dedicado à memória seringueira, que sublinhava “o trabalho difícil daqueles homens”.<sup>16</sup> (*Ibidem*). No museu, a memória de Aluizio Ferreira era acompanhada pela dos seringueiros e Soldados da Borracha, agora incorporados à narrativa oficial do Estado de Rondônia. Eles foram associados ao simbolismo da bravura e coragem dos pioneiros colonizadores e aventureiros que desbravaram uma região inóspita. Essa imagem, já evocada por Ferreira (1960), foi renovada e reforçada pela disposição das peças no setor de exposições, que buscavam dar visibilidade à difícil trajetória desses trabalhadores. A narrativa expositiva não apenas honrava essas figuras, mas também contribuía para fortalecer uma identidade regional que celebrava o esforço e o sacrifício dos primeiros desbravadores.

A constituição do acervo contou ainda com a colaboração de pesquisadores de passagem pela Amazônia Ocidental, a exemplo do arqueólogo Eurico Miller que ajudou a criar o departamento de arqueologia, reunindo diversidade de “fragmentos cerâmicos da região de Rondônia”, especialmente coletados na área de alagamento da Usina de Samuel. O setor de arqueologia reunia uma diversidade de peças ligadas à cultura indígena, outrora pertencente ao “antigo Museu do Índio”. Eram “colares, flechas, arcos, redes, cestos, etc. de tribos como Karitianas, Cinta-Larga, Uru-Eu-Wau-Wau, Gavião, Zorós, PakaaNóva e outras”.<sup>17</sup> Junto com o setor de Zoologia,

---

15 No primeiro ano do Departamento de Cultura, foram classificadas 700 fotografias e fotocópias de 1421 documentos visando a implantação do Centro de Documentação do Estado. Relatório das atividades do Departamento de Cultura. *Alto Madeira*, 04 jan. 1983, p. 5. De acordo com Yêdda Borzacov, essa documentação se perdeu em função de um incêndio ocorrido no interior da sessão que a abrigava no museu. Durante o governo de Ângelo Angelin (1985-1987) o Museu do Estado passou por nova reforma. *Alto Madeira*, 10 mar. 1986.

16 O setor reunia peças destinadas à exposição, tais como: “borracha defumada, cuia, poronga, ball de, tigela, faca de corte, sapato de seringa e outros instrumentos que faziam parte da luta diária do seringueiro”. (*Ibidem*).

17 Esse acervo foi montado com intervenção direta de Jorge Teixeira junto ao presidente João Batista Figueiredo enquanto interessados na construção da Usina de Samuel. Figueiredo visita Samuel e pode definir mais recursos, *Alto Madeira*, 7 abr. 1983, p. 1.



essas sessões eram as mais visitadas do museu, associadas à “História e Exotismo” da Amazônia, questão presente desde a época em que o império brasileiro organizou as primeiras expedições na região.<sup>18</sup>

É importante destacar que, segundo a visão estatal, o museu também desempenhava um papel essencial como instrumento educativo e pedagógico. Essa função estava diretamente relacionada à instituição da disciplina de Estudos Regionais nas escolas de segundo grau no final da década de 1970, uma medida que demandava a criação de materiais didáticos para os professores. Para suprir essa necessidade, em 1978, o então governador Humberto Guedes (1975-1979) sugeriu ao prefeito da capital, Luiz Ferreira (1976-1979), a criação de um concurso de monografia, formalizado pelo Decreto nº 986 daquele ano. O concurso, promovido pela Secretaria de Educação, recebeu o título «Monografia sobre a História, a Geografia e o Momento Atual do Município de Porto Velho» e oferecia um prêmio de CR\$ 50.000,00 ao melhor trabalho. Curiosamente, o único inscrito foi o Capitão Esron Penha de Menezes que, embora não tenha sido premiado, foi incentivado a continuar escrevendo para sua coluna no *Alto Madeira*. Seus textos, produzidos com o objetivo de apoiar os professores na disciplina, resultaram posteriormente na obra *Retalhos para História de Rondônia* (Menezes, 1980, p. 19).

A produção de uma História e Geografia do Estado apresentava-se, nesse período, como tema de debate no meio político e intelectual. Foi nesse contexto que surgiu o Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHG/RO), criado em 7 de dezembro de 1979, tendo entre os sócios fundadores os nomes de:

Jacob de Freitas Atallah (1º presidente), Emanuel Pontes Pinto (3º presidente), Ary Tupinambá Penna Pinheiro, Albertino Lopes, Ciro Pinheiro, Yêda Pinheiro Borzacov, Jesuína Ciarallo Cordeiro, Telmo Fortes, Fouard Darwich Zacharias, Luiz Gonzaga Ferreira (2º presidente), Raul Augusto Borges, Eduardo Lima e Silva, Oswaldo Muniz Oliva, Maria Madalena Namaier Duarte, Waldemarina Vieira Melo, Manoel Justo Pinheiro, Itamar Moreira Dantas, Zilda Guimarães, Sérgio Walburg, Ana Maria Moreira Colaço, Clóvis José Rohr, Paulo Lacerda, Francisco Lopes Paiva, Edson Jorge Badra, Euro Tourinho, Janaína Cândido Villas Boas, João Bento da Costa e Anita Julien (Borzacov, 2011, p. 320).

---

18 Na visão oficial formulada na década de 1980, a disposição da história exótica e pitoresca do Estado era a grande responsável por atrair os mais de “sete mil visitantes mensais” que vinham de diversas partes do país - especialmente “Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e Minas”. *Alto Madeira*, 19 set. 1988, p. 3.



O IHG/RO foi criado junto à chegada do Cel. Jorge Teixeira de Oliveira ao governo do Território e entre os sócios fundadores, observa-se a presença de nomes da primeira e segunda geração de aluizistas, a exemplo do historiador Emanuel Pontes Pinto - ex-prefeito da capital e deputado - e Yêdda Pinheiro Borzacov. Esta última, foi integrada à estrutura estatal montada pelo governador e, de acordo com Souza (2011, p. 139), “seguindo a tradição, ela chamou para si a missão de guardiã do patrimônio e da memória de seu pai, o Dr. Ary Pinheiro, e de seu primo, o Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira.” Ligada ao instituto e assumindo cargo de ordenadora de despesas do governo, seu nome esteve associado a uma série de ações empenhadas pelo Estado em parceria com o IHG/RO.<sup>19</sup>

Em janeiro de 1981, por exemplo, a Coordenação de Moral e Civismo da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em parceria com o IHG/RO, organizou o “Concurso para Bandeira e Armas de Rondônia”. (*Alto Madeira*, 1981, p. 4). O edital, publicado no jornal *Alto Madeira* e autorizado pelo governo do Território, oferecia um prêmio de 100.000 mil cruzeiros ao vencedor e estipulava que qualquer cidadão rondoniense poderia participar, desde que as propostas apresentassem, obrigatoriamente, dois símbolos: a “estrela simbólica” projetada no Azul da União e o “Forte Príncipe da Beira”. (*Alto Madeira*, 1981, p. 4). Assim, tanto a bandeira quanto as armas do Estado deveriam se adequar a um padrão já estabelecido pelo governo, cuja simbologia passaria a fazer parte da documentação oficial do Estado em face da sua iminente criação (*Alto Madeira*, 1981, p. 2). Por um lado, o concurso exemplifica o agenciamento da cultura histórica pelos militares e elites locais, especialmente no processo de construção da identidade regional durante esse período de transição.<sup>20</sup> Por outro, a escolha de símbolos como o Forte Príncipe da Beira, um ícone colonial-militar, ressalta o papel central que os militares desempenhavam na elaboração de uma narrativa histórica que legitimava o domínio territorial e promovia o progresso regional sob a tutela do governo. Esse simbolismo reforçava a ideia de continuidade

---

19 Em 1982, o governador Jorge Teixeira reconheceu a contribuição de Ary Tupinambá Penna Pinheiro nomeando o Hospital Padrão, em Porto Velho, em sua homenagem. Na mesma ocasião, a professora Yêdda Pinheiro também foi integrada ao projeto de institucionalização da memória do Estado. O jornal *Alto Madeira* descreveu a homenagem como “justa”, destacando a dedicação de Ary Pinheiro a Rondônia. (*Alto Madeira*, 17 ago. 1982).

20 Compôs a comissão julgadora o presidente do IHG/RO, o médico Jacob de Freitas Atallah, e Yêdda Maria Pinheiro Borzacov, diretora da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural. Foram submetidos 58 trabalhos para a bandeira e 24 para os brasões, demonstrando o amplo engajamento da comunidade na criação de símbolos identitários para o Estado. Comissão escolhe hoje Símbolos de Rondônia. *Alto Madeira*, 23 maio 1981, p. 3.

entre o passado militar e o projeto de modernização do Estado, consolidando o poder das elites envolvidas nesse processo.

A importância histórica do Real Forte Príncipe da Beira para o país e a região foi sugerida ainda no início do século XX, quando Octávio da Costa Marques chefiou uma expedição ao local e destacou, em seu relatório enviado ao presidente Hermes da Fonseca, que o local atendia aos interesses nacionais (*O Debate*, 1913, p. 1). Considerando o seu valor histórico, o processo de tombamento do Forte pela União se deu na década de 1950 e pelo Estado, em 1989.<sup>21</sup> Como afirmou Silva (1976, p. 49), a História Militar Brasileira se apropriou do Forte por representar, no passado, “[...] o marco de uma visão político-militar em uma época de investidas aventureiras, em busca de ouro e gentios, e de cobiçosos interesses territoriais”, visão atualizada no período da ditadura civil-militar diante do fortalecimento “[...] de uma consciência política defensora de uma região de vital importância”. Em 1976, esse ponto de vista foi realçado pelos militares que se envolveram nas comemorações do Bicentenário do Forte destacando a sua posição na visão geopolítica da época, entendendo-a como “a consciência geográfica do Estado.” (Martins da Silva, 1976, p. 49).

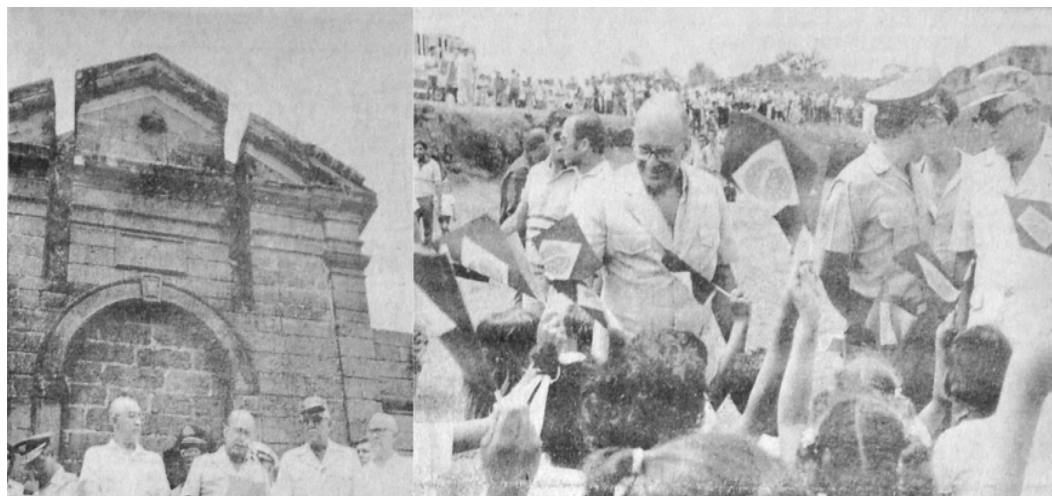
Em Rondônia, as comemorações do bicentenário foram estimuladas pelo governador Jorge Teixeira, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo que se empenhou inicialmente em tratar o tema junto às escolas do Estado. (*Alto Madeira*, 1983, p. 3). O momento culminante dos eventos ocorreu quando a restauração do Forte Príncipe da Beira, representada como uma “obra de herói” (Ibidem), tornou-se uma das principais prioridades do governo, por meio da Secretaria de Cultura e Educação, com o apoio dos membros do IHG/RO e ganhou destaque na agenda da União. Em 1983, o Ministério da Educação confirmou “o repasse de 986 milhões de cruzeiros para a Secretaria de Educação de Rondônia”, além de anunciar a vinda de técnicos portugueses especializados para realizar estudos voltados à restauração do Forte. (*Alto Madeira*, 1983, p. 3). Esse movimento demonstrava o compromisso do governo com a valorização do Forte como um marco da história militar regional e nacional.

---

21 O Forte Príncipe da Beira foi tombado em 7 de agosto de 1950, com a inscrição nº 281 no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (processo: 395-T-1950). Posteriormente, foi tombado também pelo Estado de Rondônia através da Constituição Estadual de 1989, que, em seu Art. 264, define a proteção de vários bens históricos, incluindo sítios arqueológicos, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Real Forte do Príncipe da Beira, entre outros patrimônios importantes da região. (Governo de Rondônia, 2024).

Em abril, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo abriu agenda de visitação ao Estado, incluindo na pauta a assinatura, junto ao embaixador de Portugal, do Termo de Compromisso entre o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Exército e o Governo de Rondônia visando a restauração, conservação e utilização do forte. (*Alto Madeira*, 1983, p. 3). Jorge Teixeira (à direita na Figura 1) transformou a visita de João Figueiredo (ao centro) — terceira ao Estado e destacada como a primeira vez que um “Chefe da Nação visitava o Forte” — em um grande evento cívico. (*Alto Madeira*, 1983, p. 1). Para marcar a ocasião, decretou ponto facultativo nas repartições públicas e mandou hastear as bandeiras do Estado e do Brasil em sinal de solenidade. (*Alto Madeira*, 1983, p. 6). Em seu discurso, Figueiredo enalteceu o monumento militar, erguido por homens que enfrentaram “[...] os desafios e as adversidades resultantes da enormidade das distâncias, da agressividade da floresta e dos animais selvagens, do desgaste físico provocado pelas doenças e das investidas do oponente externo”. (*Alto Madeira*, 1983, p. 4). Imagem que endossou a propaganda do governo estadual que passou a difundir a ideia de que o “Forte Príncipe da Beira é [era] um dos maiores patrimônios históricos de Rondônia e do Brasil”. (*Ibidem*).

**Figura 1:** Visita de João Batista Figueiredo e o Governador Jorge Teixeira ao Forte Príncipe da Beira.



**Fonte:** *Alto Madeira*, 8 abr. 1983, p. 1.

Esse culto ao Forte, antes proclamado na inscrição da simbologia do brasão de armas do Estado e nos eventos de comemoração do seu bicentenário, foi, portanto, acompanhado de perto pelo Governador Jorge Teixeira, incluído

em sua plataforma de governo no item preservação do patrimônio histórico. Esse movimento certamente atendia a visão de que “o culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo, forjam e estruturam a força viva de uma nação” (*A Defesa Nacional*, 1971, p. 130). Dito de outro modo, de acordo com Pollak (1992), estruturam a memória oficial do Estado. Ao revisitar o passado militar e os valores que permeavam a construção do forte, os governos militares esforçaram-se em transformar esse símbolo em um elemento central da identidade coletiva do Estado e da Nação, reforçando a tradição e coesão grupal.

Nesse mesmo contexto, o governador escolheu outro símbolo de grande importância, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cuja administração, de acordo com o pensamento militar da época, entrou em uma nova fase “após a revolução de março de 1964”, quando foi “designado para superintendente da estrada o Ten. Cel. do Exército Nacional Roberval da Silva”. Essa escolha reforçava a narrativa de continuidade entre o passado militar e o novo projeto de desenvolvimento regional, reafirmando a presença do Exército como um agente central na modernização e controle da infraestrutura local (Ambrósio, 1966, p. 65). Desativada paulatinamente entre fins da década de 1960/70, a reativação do trecho de 30km que ligava Porto Velho a Santo Antônio no dia 03 de maio de 1981, foi obra celebrada no dia de Rondon e contou com a chancela dos membros do IHG/RO, decantado como “o renascimento da Ferrovia Madeira Mamoré”. (*Alto Madeira*, 1984, p. 1). Aliás, na visão oficial do governo daquela época, “a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e a recuperação de um sub-trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré surgem como os fatos mais marcantes da preservação do patrimônio cultural de Rondônia”. (*Alto Madeira*, 1982, p. 8).

Jorge Teixeira também fez desse movimento outro evento festivo espetacular, avultado pela criação/emissão do selo comemorativo ao cinquentenário de nacionalização da EFMM. A iniciativa foi acompanhada pela imprensa e louvada como uma importante ação governamental no trato com a preservação do patrimônio histórico de Rondônia (*Alto Madeira*, 1981). Manoel Rodrigues Ferreira, autor das obras *Ferrovia do Diabo* (1960) e *Nas Selvas da Amazônia* (1961), anteriormente elogiado por suas contribuições à história regional, expressou, em *O Estado de São Paulo*, críticas aos intelectuais vinculados ao IHG/RO e à Secretaria de Cultura de Rondônia. Ele contestou a tendência de atribuir a Aluizio Ferreira o mérito pela nacionalização da Estrada de

Ferro Madeira-Mamoré, sugerindo que as homenagens deveriam ser direcionadas a Getúlio Vargas. Ferreira, que participou como palestrante convidado no Seminário da EFMM em 1980, relatou que sentiu-se “[...] deprimido não só com o que vi, mas também com o que me foi contado pelos que foram obrigados a participar do que se chama de ‘desativação’, mas que na realidade teve o significado de uma destruição e saque desse patrimônio histórico e material da nacionalidade”. (*Alto Madeira*, 1981).<sup>22</sup>

As denúncias de Ferreira foram criticadas pelos membros do governo ligados ao Instituto que seguiram empenhados no projeto de reativação e impressão do selo emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) em 10 de julho de 1981. O selo comemorativo contou com a tiragem de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil exemplares) impressos em papel couchê fosforescente gomado e vendidos ao valor de Cr\$ 7,00. A imagem foi criada pelo ilustrador Ary Fagundes que “[...] reproduziu uma fotografia da locomotiva Coronel Church que realizou a primeira viagem na EFMM. Também apresentou o mapa do itinerário da estrada de ferro de Porto Velho, Rondônia a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia (Acervo de Selos, 2021). Nesse episódio, prevaleceu o sentimento de identidade aspirado pelo coletivo constituinte do IHG/RO que aderiu à estrutura governamental criada por Jorge Teixeira. Com a realização de tais eventos, eles acabaram por sublinhar as linhas, física e simbólica, que definiam a identidade regional, cercadas pelas marcas da continuidade temporal e pelos sentimentos de coerência e pertencimento aspirados pelo governo.”<sup>23</sup>

Jorge Teixeira também foi responsável por outras iniciativas que consolidaram os símbolos e a memória oficial do Estado. Um exemplo claro foi o decreto que instituiu a Ordem do Mérito Marechal Rondon, substituindo a antiga Medalha Rondon criada por Cunha Menezes em 1964. A nova condecoração foi organizada em diferentes graus: “Grande Colar, Gran Cruz, Oficial e Cavaleiro”, sendo entregue anualmente no dia 22 de dezembro, data oficializada como o aniversário do Estado. Essa data passou a ser celebrada como um grande evento cívico, com a participação

---

22 Trata-se de matéria intitulada *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* de autoria Manoel Rodrigues Ferreira em *O Estado de São Paulo*, 13 jan. 1981, transcrita no *Alto Madeira*, Porto Velho, 19 jan. 1981, p. 8.

23 No mesmo período, os membros do IHG/RO iniciaram discussões sobre a preservação do Distrito de Santo Antônio do Rio Madeira, reconhecido como o berço da região devido à primeira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O local passou a ser considerado para tombamento como Patrimônio Histórico de Rondônia. (Santo Antônio deverá ser tombado ao Patrimônio Histórico de Rondônia. *Alto Madeira*, 26 maio 1982).

do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia no Conselho oficial que, ao lado de membros como Chefes da Casa Civil e Casa Militar e os Secretários de Educação e Cultura, indicava ao governador os nomes a serem homenageados (*Alto Madeira*, 1982, p. 3). A criação e oficialização dessas novas datas e honrarias são exemplos do processo de estruturação da memória coletiva. Como observa Pollack (1992), as memórias coletivas são organizadas para atender às preocupações de seu tempo. Nesse caso, a memória oficial do Estado foi claramente moldada de acordo com os interesses políticos do momento, reforçando a ligação entre passado e presente sob a tutela do governo estadual.<sup>24</sup>

## Considerações finais

A análise do agenciamento da cultura histórica pelos militares em Rondônia remete diretamente às reflexões de Pollak (1989, p. 09), que argumenta que a “[...] referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade”. Nesse sentido, os militares e as elites locais não apenas preservaram o passado, mas o moldaram conforme seus interesses, conferindo legitimidade à sua própria presença e ao domínio político sobre o território. A mesma estratégia de agenciamento histórico que construiu a legitimidade militar teve papel definitivo no apagamento da presença indígena da memória oficial do Estado.

O concurso para a criação da bandeira e das armas de Rondônia, por exemplo, é indício de como a memória e os símbolos históricos foram cuidadosamente selecionados para projetar uma imagem de continuidade e controle militar, reforçando a identidade do Estado com base na exclusão das populações indígenas. A título de exemplo, vale retomar a prioridade dada ao Forte Príncipe da Beira, símbolo da conquista, ao invés de reconhecer a longa história de presença e resistência indígena. Numa linha de continuidade que extrapola o nosso recorte temporal, os investimentos em torno da mudança do nome Território Federal do

---

24 Durante o governo de Jorge Teixeira, a Câmara Municipal de Porto Velho, por meio da professora Marise Castiel (PSD), propôs a criação de um concurso para competir com o já consagrado dobrado “Céus de Rondônia”, de Melo e Silva e Araújo Lima, amplamente aceito como o hino oficial. O objetivo da proposta, defendida no Instituto Histórico pelo presidente Jacob Freitas Atallah, era oficializar o dobrado, mais do que realmente promover uma concorrência. (Céus de Rondônia, o possível hino oficial. *Alto Madeira*, 11 jan. 1981).



Guaporé para Rondônia também são testemunhas incontestes desse processo de apagamento.

Essa estratégia de apagamento também está presente nos discursos sobre o pioneirismo, que exaltam a chegada do migrante nordestino ou sulista, enquanto silenciam a violência cometida contra povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Trabalhos recentes na área da arqueologia sublinham como essa narrativa do pionerismo reforça uma visão de progresso e modernidade, relegando indígenas à margem da história regional e inviabilizando sua presença (Almeida, Mongeló, 2020). Eric Hobsbawm (1997) já demonstrou como a consciência do passado é um processo mutável, no qual as memórias são continuamente reconstruídas para atender às demandas do presente. Essa relação entre passado e presente evidencia como a história serviu para algo mais do que relatar eventos; a história assegurou uma narrativa de progresso e civilização sob a tutela militar. As ações analisadas ao longo do texto revelam como o passado foi continuamente revisitado, não apenas para preservação, mas como uma ferramenta de legitimidade política. A produção e utilização da história precederam e transcenderam a História acadêmica, sendo instrumentalizadas para consolidar o poder militar e alinhar a memória coletiva com os interesses governamentais.

## Referências

ALMEIDA, Fernando Ozorio de. MONGELÓ, Guilherme. Introdução: arqueologia dos 'pioneiros' e da diversidade do alto rio Madeira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 2, 2020.

A SECET cumpre suas finalidades dinamizando a cultura, os esportes e o turismo de Rondônia-Estado. **Alto Madeira**, 04 jan. 1983.

ACERVO DE SELOS. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré completa 50 anos. Disponível em: <https://www.acervodeselos.com.br/2021/10/estrada-de-ferro-madeira-mamore-completa-50-anos.html?m=1>. Acesso em: 20 set. 2024.

AÇÕES do Governo de Rondônia. **Alto Madeira**, Porto Velho, 04 jan. 1982.

ALMEIDA, Daniel Alvez. Rondônia e a Ditadura Militar. Integração Nacional e repressão política. Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 09, n. 03, set./dez. 2023.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho**: imagens culturais. Porto Velho, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970.

CABRAL, Octaviano. **História de uma região** – Mato grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Hymalaia, 1963.

COMISSÃO escolhe o símbolo de Rondônia. **Alto Madeira**, 21 maio 1981.

COMISSÃO escolhe símbolos de Rondônia, **Alto Madeira**, Porto Velho, 21 maio 1981

COMISSÃO escolhe símbolos de Rondônia. **Alto Madeira**, Porto Velho, 21 maio 1981.

CONCURSO para Bandeira e Armas de Rondônia. **Alto Madeira**, 7 jan. 1981.

CONSELHO da Medalha Rondon. **Alto Madeira**, 6 dez. 1982.

COSTA, Beth. Na Rua: Carta de Belém. **Alto Madeira**, 14 jun. 1981.

DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DIVULGADA agenda de Figueiredo RO. **Alto Madeira**, 31 mar. 1983.

EDITAL de Criação da Bandeira e Armas de Rondônia. **Alto Madeira**, 9 jan. 1981.

FIGUEIREDO promete ação rápida no Forte Príncipe. **Alto Madeira**, 9 abr. 1983.



FONSECA, Dante Ribeiro. Aluizio Pinheiro Ferreira: maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. **Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña**, v. 11, n. 2, 2019.

FORTE Príncipe da Beira: 205 anos de história. **Alto Madeira**, 20 jun. 1981.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Governo de Rondônia estuda pedido de inclusão do Real Forte Príncipe da Beira entre os patrimônios históricos e culturais da UNESCO. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-estuda-pedido-de-inclusao-do-real-forte-principe-da-beira-entre-os-patrimonios-historicos-e-culturais-da-unesco/>. Acesso em: 14 set. 2024.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **História de Rondônia**: conheça o médico Ary Pinheiro, que atendia pacientes em casa, não cobrava consultas e recebia carne de caça como gratidão. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-conheca-o-medico-ary-pinheiro-que-atendia-pacientes-em-casa-nao-cobrava-consultas-e-recebia-carne-de-caca-como-gratidao/>. Acesso em: 14 set. 2024.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HISTÓRIA Antiga, **Alto Madeira**, 9 de fev. 1981.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, Affonso Augusto de Albuquerque. O Ministério do Interior e o desenvolvimento regional integrado, 1968. **A Defesa Nacional**, n. 625, maio-jun. 1969, p. 30.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

MARQUES AMBRÓSIO, J. Rondônia. **A Defesa Nacional**, v. 52, n. 606, mar./abr. 1966.

MARTINS DA SILVA, A. Real Forte Príncipe da Beira - Baluarte Ocidental. **A Defesa Nacional**, v. 63, n. 670, 18 ago. 1976.

MENEZES, Esron Penha de. História Antiga, **Alto Madeira**, 11 mar. 1976.

MENEZES, Esron Penha de. História Antiga, **Alto Madeira**, 9 de fev. de 1981.

MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a História de Rondônia, **Alto Madeira**, Porto Velho, 12 jul. 1985.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos Soldados da Borracha**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argmentvm, 2009.

MUSEU de Rondônia: História e exotismo onde vão 7 mil pessoas por mês. **Alto Madeira**, 19 set. 1988.

MUSEU Estadual de Rondônia: local que deve ser visitado, **Alto Madeira**, 9 mar. 1986.

MUSEU Estadual de Rondônia: local que deve ser visitado. **Alto Madeira**, 9 mar. 1986.

NA RUA, **Alto Madeira**, 22 de out. de 1982.

NOTA. **A Defesa Nacional**, n. 640, 1971.

O PRESIDENTE Figueiredo visitará o Forte Príncipe. **Alto Madeira**, 7 abr. 1983.

O RENASCIMENTO da Ferrovia Madeira-Mamoré. **Alto Madeira**, 20 ago. 1984.

PARA a nossa história. **O Debate**, 25 out. 1913.

PINHEIRO, José do Amparo; SILVA, José Luis Gomes. Estrada de Ferro Madeira Mamoré: abandono e destruição do patrimônio histórico e cultural. In: **Encontro Latino Americano de Pós-graduação**, 10., 2010, São José dos Campos. Anais eletrônicos... São José dos Campos: UNIVAP, 2010. p. 1-6. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2010/anais/arquivos/0068\\_0090\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0068_0090_01.pdf). Acesso em: 24 set. 2024.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989. PONTO Facultativo: repartições públicas. **Alto Madeira**, 6 abr. 1983.

PREPARATIVOS para reativação da EFMM e a compra da locomotiva “Paci 50” pelo governo para operar junto às máquinas 15 e 16. **Alto Madeira**, 12 mar. 1981.

SECET quer documentos para Centro Estadual. **Alto Madeira**, 27 jan. 1983.

SECRETÁRIO anuncia planos da SECET para este ano. **Alto Madeira**, maio 1982.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, jul.-dez. 2007.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da. Arqueologia e Museu na Trajetória Histórica de Ary Pinheiro. **História e-História**, Campinas: UNICAMP, jun. 2012, p. 04.

TESTES da locomotiva 15. **Alto Madeira**, Porto Velho, 14 abr. 1981.

VISITA de Jorge Teixeira ao pátio de máquinas da EFMM. **Alto Madeira**, Porto Velho, 27 jan. 1981.



# DESDOBRAMENTOS DO GOLPE DE 1964 NO NORTE DO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº349

Francisco José Leandro Araújo de Castro<sup>1</sup>

**E**m 2024 o Brasil relembra os 60 anos do início de um dos seus períodos mais trutulentos e autoritários: o golpe civil-militar de 1964, que marcou o início de uma ditadura que se manteve no poder por mais de 20 anos. Transcorridas 06 décadas deste trágico evento, é necessário problematizar algumas memórias sobre o período ditatorial e principalmente questionar que modelo de sociedade herdamos do período autoritário. Também urge questionar o lugar de atores políticos ao qual se arrogam por direito as Forças Armadas em nosso país, bem como nossa imensa dificuldade de estabelecer uma cultura democrática e participativa consolidada. Além do mais, é necessário pesquisar com mais afinco o que ocorreu nos idos de 1964 em espaços diversos, tais como pequenas e médias cidades do Brasil. Nesse artigo analiso o impacto do golpe de 1964 em um cenário ainda pouco estudado: o estado do Piauí. Na cidade de Parnaíba, cidade litorânea e então principal centro econômico piauiense e consequentemente maior quantidade de sindicato, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) logo após a tomada de poder pelos militares. Esse documento é o principal objeto de análise neste artigo.

De início, o que se observou como um dos desdobramentos do golpe de 1964 para o estado do Piauí, foi o cerceamento das atividades dos movimentos sociais que ganharam força no final dos anos 1950 e início dos anos 1960<sup>2</sup>. Se constituía nesse

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Pesquisador no Grupo de Pesquisa: Brasil Republicano - Pesquisadores em História Cultural e Política (BR-PEHCP) da Universidade Federal Fluminense. Publicou em 2021 o livro "Parnaíba: história, memória cidade", e em 2022 o livro "1964: memórias e culturas políticas no Piauí", resultado de sua pesquisa de Doutorado. Foi bolsista Capes durante o doutorado. Professor da SEDUC-PI e SEDUC-CE. E-mail: leandrocastrophb@hotmail.com

2 Em minha tese de doutorado analisei como o processo de ampliação dos movimentos sindicais em Parnaíba-PI nos anos 1950 e início da década de 1960 ao mesmo tempo em que possibilitou a emergência de camadas populares no espaço político piauiense, foi um dos fatores primordiais para que se projetassem medidas repressivas após o golpe de 1964. (Ver: Castro, Francisco José Leandro Araújo de. 1964: memórias e culturas políticas no Piauí. Editora Cancioneiro, Teresina-PI, 2022.)

espaço, um processo de organização dos movimentos sociais em torno das reformas de base que unificou, já nos anos 1960, pelo menos provisoriamente, trabalhistas e pecebistas, com apoio das organizações dos sindicatos urbanos e organizações rurais. Essas organizações foram as primeiras a sentir a mão pesada do Estado militarizado, por meio da “repressão direta, intervenção legal e judiciária, controle administrativo”, pois a nova ordem golpista “extinguiu ou passou a controlar rigidamente as entidades sindicais, comunitárias ou políticas que serviam de canais de participação de diferentes setores sociais na vida político-social”, de acordo com o sociólogo piauiense Antônio José Medeiros (Medeiros, 1996, p. 116).

Quanto à política repressiva adotada em particular na cidade de Parnaíba, no norte do Piauí, logo após o golpe, um Inquérito Policial Militar foi aberto pelo comandante da Guarnição Federal em Teresina, o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, e pelo capitão de infantaria Gladstone Weyne Rodrigues, tendo o capitão de infantaria Clidenor de Moura Lima, sido encarregado pelo IPM. O argumento utilizado, bastante frágil e genérico, era o de que “elementos ligados a ideologias extremistas [estavam] praticando atos de subversão e agitação contra a ordem social e política”, nessa cidade. (AUTUAÇÃO, BNM\_349, 1964.)

Diante disso cabe se perguntar: quais eram os temores dos militares e grupos civis quanto à organização da classe trabalhadora local que justificasse tal medida? Percebi, de imediato, que os militares estavam atentos a quaisquer sinais de que pudesse ocorrer o fechamento de canais de acesso à Estrada de Ferro Central do Piauí, ou uma greve geral em órgãos importantes da cidade, como forma de demonstração de apoio ao governo João Goulart pela classe trabalhadora norte-piauiense. Bem como temiam a circulação de armas de fogo nos meios sindicais locais e a própria organização que teriam os sindicatos de trabalhadores.

Os primeiros momentos após disparado o golpe civil-militar, de acordo com as fontes de pesquisa, são de esparsas tentativas de apoio ao governo João Goulart no norte piauiense por parte da classe trabalhadora e, como consequência, de medidas para contê-las, por parte dos militares. As notícias que chegavam pelo rádio, a cada momento, eram um tanto quanto desanimadoras para os sindicalizados e entusiastas do governo Jango. Para parcelas dos trabalhadores e lideranças petebistas, era preciso se mobilizar por meio de atos grevistas em apoio ao regime democrático, pela legalidade, contra o golpe desencadeado pelos militares com amplo apoio de

civis. Para esses trabalhadores parnaibanos, também era preciso se manifestar contra as prisões arbitrárias ocorridas e das quais eles tiveram informação, por boletins de circulação nos meios sindicais, como a de Raphael Martinelli, líder nacional dos ferroviários.

Como esboço de uma reação da classe trabalhadora local, organizou-se, na sede do sindicato dos estivadores, a Assembleia Geral dos Sindicatos em Parnaíba, na tentativa de organizar uma greve geral que pudesse parar a cidade. Além de uma passeata que seria realizada no dia 02 de abril, pelas ruas da cidade, como sinal de apoio a Jango e ao programa das reformas de base. A partir dessas iniciativas de organização dos trabalhadores, em contrapartida, se iniciaram batidas policiais nos escritórios, sedes de sindicatos laborais em Parnaíba, bem como se efetuaram prisões arbitrárias dos considerados “subversivos”.

Nesse mesmo momento, os militares da Guarnição Federal e da Capitania dos Portos saíram em busca de boletins, livros, jornais, revistas ou qualquer outro material considerado de infiltração ou “propaganda comunista”, para servir de prova criminal contra as lideranças sindicais. Fizeram ainda buscas, verdadeiras devassas, como forma de intimidação, no calar da noite, nas residências desses trabalhadores que, em sua maior parte, residiam nos bairros populares de Parnaíba, como a chamada Corôa e os Tucuns (Bairro São José e Bairro do Carmo, próximos ao rio Igarapu).

Esses gestos autoritários, a meu ver, tinham o intento de silenciar e/ou frustrar qualquer tipo de reação dos trabalhadores que se identificassem com as pautas reformistas e, ainda, reprimir possíveis atos que evidenciassem oposição ao golpe em andamento. Todo esse cenário faz parte do clima de repressão e, segundo depoimentos de familiares, de um verdadeiro clima de terror, estabelecido desde as primeiras horas após as movimentações dos militares da Guarnição Federal do Exército e da Capitania dos Portos, o que se denominou em todo país de “operação limpeza”.

O clima de mobilização política observado desde a segunda metade dos anos 1950 em Parnaíba, com a ampliação em torno da defesa das reformas de base e do governo João Goulart, além do medo da “ameaça vermelha”, da implantação do “comunismo ateu”, que viria a derrubar os pilares da dita “civilização cristã ocidental”, foram fortemente operacionalizados também no espaço piauiense,

pelo menos desde meados dos anos 1961-1962 e, sobretudo, após a ofensiva das pautas reformistas no final de 1963 e início de 1964, que também encontrou certa reprodução no espaço piauiense.

Esses argumentos anticomunistas foram também empreendidos após a concretização do golpe, como um meio de angariar apoio e legitimação social ao movimento golpista. Por outro lado, parcela da sociedade piauiense, sobretudo setores da classe comercial, do judiciário, proprietários de terra, dentre outros, enxergaram, naquele momento de ampliação da participação política e protagonismo da classe trabalhadora, que se fazia urgente alguma medida mais enérgica, uma intervenção radical no quadro político que viesse a favorecer a manutenção das estruturas socioeconômicas locais e inviabilizar o processo reformista então proposto.

Como forma de deter as manifestações de apoio ao governo João Goulart, após o golpe, empreenderam-se algumas práticas repressivas, sobretudo nos sindicatos locais e, a partir disso, colocadas em andamento as chamadas “operações limpeza”. Essas atividades foram sendo publicadas na imprensa local por meio de boletins da Guarnição Federal do Piauí, com sede em Teresina. As prisões dos líderes sindicais foram caracterizadas nos jornais, em um primeiro momento, como uma forma de “livrar” a sociedade do perigo da “infiltração comunista”, que ameaçava a tranquilidade e ordem daquela “progressiva urbe”; e, em segundo momento, como uma necessidade de retirar elementos “corruptos” de cargos e funções de órgãos públicos importantes dessa cidade e do estado.

De acordo com o historiador Rodrigo Motta, a expressão “operação limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para “expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros”. Essa metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. Só quando estes começaram a escassear, e também quando ficou claro que a ameaça revolucionária fora superdimensionada, as ações repressivas voltaram-se com mais intensidade contra a “corrupção”. (Motta. 2014, p. 21)

O Inquérito Policial Militar, aberto logo após o golpe de 1964, indiciando políticos e lideranças sindicais na cidade de Parnaíba, apontava que os grupos golpistas estavam “certos de que o regime democrático-representativo que ainda



hoje [desfrutamos], graças à admirável demonstração de civismo, de patriotismo e decisão das gloriosas Forças Armadas do Brasil, seria, dentro em breve, substituído por uma ditadura síndico-comunista” (AUTUAÇÃO, BNM\_349, 1964). Mas, afinal, quem eram os trabalhadores perseguidos e indiciados? Qual a finalidade de abertura de um IPM em uma cidade como Parnaíba? Quais os critérios de acusação utilizados para instaurá-lo? Qual a relação estabelecida entre os grupos conservadores e os militares no processo de repressão política em 1964?

Após o golpe, a partir da abertura do IPM, em Parnaíba, foram autuados por crime contra a segurança nacional: o ex-deputado estadual e líder do Sindicato dos Estivadores de Parnaíba, Tiago José da Silva; o líder do Sindicato dos Marítimos, Tomás da Silva Lima; o líder ferroviário, Antônio Farias Ferreira; o líder sindicalista dos foguistas, Manoel Pereira Neto; os vereadores municipais, pelo PTB, João Roberto de Araújo e Custódio Amorim; o vice-presidente da União dos Ferroviários do Piauí, Bernardo Luiz Caldas Veras; o ferroviário, José Caldas de Carvalho; o líder do Sindicato dos Bancários em Parnaíba, Raimundo Nonato de Brito; Antônio Bezerra da Silva; o advogado da Estrada de Ferro, Israel Brodher; o estudante secundarista, Ademir Alves de Melo; o superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí, Luiz Alberto da Mota Solheiros; José Reinaldo dos Santos Baldez; o funcionário dos Correios S/A, Francisco das Chagas Frota de Medeiros; o líder piauiense da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Evilásio dos Santos Barros; o comerciário, José Aranha; o ex-prefeito e então deputado estadual, pelo PTB, José Alexandre Caldas Rodrigues; dentre outros. Somando mais de 30 indiciados, apenas na cidade de Parnaíba<sup>3</sup>, nesse inquérito em particular a que estou me referindo.

Em um primeiro plano, deve-se destacar que os militares, ao se utilizarem dos discursos anticomunistas característicos dos grupos conservadores, mas também presentes na formação militar na Escola Superior de Guerra (ESG), buscaram, por meio de atos repressivos, retirar do cenário político as lideranças que se conectassem com os movimentos sociais naquele momento, com maior evidência, aqueles ligados ao campo de defesa das pautas reformistas e que se aproximassem do trabalhismo do governo Jango. Ou seja, além dos próprios pecebistas, os trabalhadores sindicalizados

---

3 Na capital, Teresina, foi aberto inquérito policial militar, mas apenas em 1968, após o AI-5, para apurar a atuação da Ação Popular, a AP, naquela cidade. Ver: ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Ação Popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2019.

e ligados ao PTB foram vistos, pelas forças do golpe, como uma ameaça. Isso se deu por meio do discurso acusatório empreendido pelas forças civis-militares, com uma retórica atravessada por uma visão de mundo maniqueísta, marcada pela paranoia persecutória da Guerra Fria, de um mundo dividido em dois polos antagônicos em disputa aberta. Para eles: “democracia cristã-ocidental” *versus* “ditadura síndico-comunista”.

Ao longo do levantamento empírico para essa pesquisa, tive acesso aos arquivos digitalizados do site Brasil Nunca Mais. Um em particular é utilizado na pesquisa: o processo de número 349, que trata do Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado na cidade de Parnaíba, nos primeiros dias de abril, logo após a efetivação do golpe civil-militar de 1964. De imediato, o interesse nesse documento se deu por seus discursos de acusação, que afirmavam veementemente uma possível “instalação em breve no Brasil de uma ditadura síndico comunista à maneira de Cuba e de outros países de igual regime político”. (AUTUAÇÃO, BNM-349, 1964)

Segundo os acusadores, com a participação de “vários representantes de sindicatos classistas e políticos da progressiva urbe de Parnaíba articulados com os respectivos representantes classistas da Guanabara”. A lógica da acusação denunciava a proximidade dos trabalhadores locais com o governo central e insistia na ideia de que tramava-se, então, uma tomada de poder, pois, segundo o IPM, esses trabalhadores e lideranças sindicais estariam contando com “apoio, prestígio e intimidade do presidente João Goulart e, instalariam, para sempre no Brasil, um governo totalitário e impiedoso como na Rússia”. (AUTUAÇÃO, BNM-349, 1964.)

O inquérito policial apresenta uma forte tentativa de descredibilizar e criminalizar as formas de atuação dos trabalhadores sindicalizados e lideranças políticas trabalhistas parnaibanas, com termos tais como “pelegos” e “arruaceiros” do “C.G.T. do PUA, da UNE e de outras entidades subversivas”. No discurso de acusação, a ideia defendida era a de que essas organizações “se espalharam em todo o país, com o intuito de preparar uma possível tomada de poder pelos comunistas”. Essas estariam, ainda segundo o IPM, “sediadas na Guanabara, porém, com articulações em todos os estados da federação, inclusive nesta cidade de Parnaíba”. Para os militares, era “através dos vários sindicatos e estes, por intermédio dos seus presidentes” que se desenvolviam as “mais nefastas atividades de subversão da ordem” causando, com isso, o que entendiam como um “período inquietador” (AUTUAÇÃO, BNM-349, 1964)

São notórias no inquérito, como aspecto central a dar sustentação aos argumentos de acusação, as narrativas anticomunistas que ganharam força naquele momento, por conta de eventos como a revolução cubana, em 1959, e a aproximação da ilha com o mundo soviético, no início dos anos 1960, dentre outras insurgências populares que marcaram aquela quadra histórica mundial. Além disso, com a chegada à presidência da República do principal herdeiro do getulismo (João Goulart), após a renúncia de Jânio Quadros, e uma frustrada tentativa de golpe pelos ministros militares em 1961, derrotada pela campanha da legalidade de Leonel Brizola, despertaram-se velhos pesadelos dos grupos conservadores no Brasil. Sobretudo, quando em estados com forte poder de mando de grupos tradicionais, com um histórico de restrita participação popular nas disputas políticas, como o Piauí, se esboçou um certo protagonismo de setores da classe trabalhadora, por meio dos sindicatos e de lideranças trabalhistas, desde fins dos anos 1950, o que motivou reações conservadoras por parte de setores das elites locais.

Para Rodrigo Motta, as “representações anticomunistas hegemônicas entre os vitoriosos de 1964 distorciam bastante os objetivos dos comunistas e, sobretudo, sua real capacidade de influenciar os acontecimentos” (Motta, 2014, p. 20). É patente, portanto, um superdimensionamento do poder que teriam os comunistas naquele momento e, além de tudo, uma generalização que seguia uma lógica essencialista e levava a identificar diferentes espectros políticos mais progressistas (nacionalistas, reformistas, trabalhistas, socialistas) como meramente “comunistas perigosos” a serviço de países estrangeiros como a Rússia Soviética e/ou Cuba. Essas falas acusatórias se valiam de certo discurso da estereotipia, que teve, naquele momento, a finalidade de enquadrar a pluralidade das esquerdas em algo monolítico, para facilitar a adesão social às medidas repressivas dos militares e, ao mesmo tempo, legitimá-las frente à opinião pública.

No cenário político de início dos anos 1960, o crescimento da legenda trabalhista, a aproximação conjuntural com o PCB, bem como a ampliação das representações de trabalhadores piauienses, deu margem a novas formas de luta pelo atendimento das demandas das classes trabalhadoras; o que gerou um sentimento de desconfiança nos grupos mais conservadores, como mencionado no capítulo anterior. A partir dos desdobramentos do golpe de 1964 em âmbito local, concretizou-se um dos principais objetivos da chamada “operação limpeza”: o de

fazer batidas nos sindicatos, associações de classe, residências dos líderes sindicais, bem como “dar uma solução”, por meio da força, no que diz respeito à presença de trabalhadores organizados nesse espaço desde os anos 1950. Nesse sentido, no IPM consta que:

A quase totalidade dos réus deste processo é constituída de dirigentes sindicais do Estado do Piauí – estivadores, ferroviários, bancários, servidores públicos, trabalhadores rurais, da construção civil, dos transportes fluviais, etc. Alguns são acusados de promoverem greve, apoiarem a SUPRA, fundarem sindicatos e Ligas Camponesas, terem vínculos com as centrais sindicais da Europa, estarem ligados ao CGT, serem brizolistas, etc. (AUTUAÇÃO, BNM-349, 1964)

Como fica visível no trecho do IPM, houve, no momento do golpe de 1964, por parte dos acusadores, uma tentativa de criminalizar as experiências de organização dos trabalhadores que ganharam força no contexto da experiência liberal democrática (1945-1964). A percepção, por parte dos acusadores, era de que, cada vez mais, aqueles grupos que tomavam para si a iniciativa de se organizarem politicamente, de reivindicar melhorias salariais, bem como tratar das pautas reformistas em evidência naquele momento, poderiam causar uma iminente situação de ruptura política.

Outro ponto evidente é a busca por ampliar o leque de atividades e vínculos políticos, bem como de funções a serem reprimidas no momento do golpe, pois representariam uma ameaça ao *status quo*, pelo simples fato de organizarem manifestações em apoio à reforma agrária ou greves. Ainda com relação às diferentes categorias reprimidas no momento do golpe, no espaço piauiense, é possível acessar, em matérias de jornais como *O Estado do Piauí*, que a própria ideia de organização sindical em si, foi vista como prática suspeita. Portanto, essa atividade seria passível de punição, com prisão ou indiciamento nos inquéritos abertos pelas forças militares.

As batidas em sindicatos considerados suspeitos foram efetuadas nos seguintes sindicatos: Sindicato dos Estivadores no Estado do Piauí; Federação dos trabalhadores em Transportes Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos Foguistas Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos Operários e Carpinteiros Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Parnaíba; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Piauí; Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e arrumadores Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos oficiais de Máquinas, Motoristas e Condutores em Transporte Fluviais no Estado do Piauí; Sindicato dos

Trabalhadores em Oficinas Mecânicas de Parnaíba; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Preparação de Óleo Vegetal e Animal de Parnaíba; Sindicato das Indústrias de Construção e do Mobiliário do Estado do Piauí; Sindicato dos Contabilistas do Estado do Piauí. (Jornal *O Estado do Piauí*, Teresina, 02/07/1964.)

A “operação limpeza”, realizada pelos militares no Piauí, após o golpe, promoveu a perseguição de lideranças sindicais rurais e urbanas, do movimento estudantil, de políticos petebistas e comunistas no Estado, sobretudo em Parnaíba, Teresina e Campo Maior. Nessas cidades, se percebia uma maior movimentação em torno das pautas reformistas, em busca de melhorias salariais e/ou da luta pela terra, como mencionado no segundo capítulo. Nesse sentido, no jornal *O Estado do Piauí*, destacou-se uma lista dos principais movimentos e organizações mais visados pelos militares no momento do golpe: 01) Elementos verdadeiramente comunistas; 02) Elementos simpatizantes; 03) Elementos que fomentaram a luta de classes; 04) Elementos que fomentaram a mudança do regime vigente; 05) Ação subversiva no Piauí; 06) Frente de Mobilização Popular; 07) Movimento camponês; 08) Associações de bairros; 09) Associações classistas; 10) União Piauiense dos Estudantes Secundários; 11) Organização dos Grupos dos Onze. (Jornal *O Estado do Piauí* 09/07/1964, p. 03.)

Nesse aspecto, ao nomear discursivamente todas as lideranças desses movimentos sociais como “comunistas”, “agitadores” ou “subversivos”, os militares tiveram a justificativa necessária para enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>4</sup>. Nesse sentido, sob a ótica repressiva, a Estrada de Ferro Central do Piauí – EFCP, com um grande número de trabalhadores sindicalizados e sob a direção de um aliado dos petebistas, o superintendente Luiz Alberto Motta Solheiros, de imediato, foi alvo da ação dos militares dos agrupamentos locais. Na batida realizada nas oficinas e escritórios da instituição, os homens da Guarnição Federal realizaram buscas por documentos ou quaisquer indícios que ligassem os trabalhadores ao “comunismo”. Além disso, buscaram evitar, de qualquer modo, que esses

---

4 Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior. Pena: - reclusão de 1 a 4 anos. Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; [...] Pena: reclusão de 1 a 3 anos. § 1º A pena será agravada de um terço quando a propaganda for feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina (BRASIL, LEI 1.802, 1953, s/p).

trabalhadores efetivassem passeatas e atos grevistas em apoio ao presidente João Goulart; ou mesmo que fechassem, em sinal de protesto, a Estrada de Ferro.

O processo aberto em Parnaíba partiu do princípio de que todos os indiciados foram denunciados pela justiça militar, com o argumento de que “os acusados infringiram os artigos 10 e 11 da lei 1.802, de 1953” (AUTUAÇÃO, BNM-349, 1964). Os inquéritos policiais abertos em todos os estados brasileiros após o golpe, apesar de não documentarem as fartas atividades de punição e arbitrariedades cometidas por agentes do Estado contra civis, considerados vagamente suspeitos de “subversão”, são, para o historiador, fontes documentais importantes. Esses IPMs podem, dentre outros aspectos, nos ajudar a compreender os mecanismos empregados para censurar os movimentos sociais e para reprimir opositores ao golpe. São também meios para se analisar a *cultura política* dos grupos civis e militares envolvidos diretamente na perseguição aos líderes sindicais e políticos em contexto de ruptura institucional.

Nesse ponto, os IPMs foram instrumentos previstos no Código de Justiça Militar, constituindo-se como um processo sumário no qual indiciados em alguma “atividade ilícita” são ouvidos. Segundo Maria Helena Moreira Alves, os IPMs “configuravam-se como o primeiro núcleo de um aparelho repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha-dura dentro do Estado de Segurança Nacional” (Alves, 1985, p. 57). Nesse sentido, não é factível uma abordagem historiográfica que compreenda a fase de 1964-1968 como “branda”, pois, de acordo com a documentação disponível, inúmeras lideranças sociais foram processadas, houve prisões, perseguições e punição política em diferentes estados da federação, também em cidades de pequeno e médio porte, onde se considerassem suspeitas as atividades sindicais e políticas.

De acordo com Ângela Silva, “desde abril de 1964 o Superior Tribunal Militar passou a deliberar sobre casos de prisões de civis e militares detidos para investigações e averiguações de cunho político”. Para a autora, “tal situação era observada devido à existência de um arcabouço legislativo ambíguo, que dava margem a diversas interpretações, e que deveria ser responsável por determinar a função e o funcionamento do Poder Judiciário em relação ao julgamento de tais crimes”. A autora destaca ainda que, “nos primeiros dias de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução (CSR) iniciou movimento punitivo que atingiu diversos setores da sociedade brasileira. Tal conjunto de medidas, que começou na esfera

governamental do Executivo, encontrou, posteriormente, na Justiça Militar, um dos principais espaços por meio dos quais a repressão política seria institucionalizada”. (Silva, 2011, p. 35.)

Já no Piauí dos anos 1960, Maria do Amparo Alves de Carvalho indica que, naquele momento, o “movimento de sindicalização rural e o Movimento de Educação de Base importunaram a elite agrária piauiense e, logo depois que os militares tomaram o poder em 1964, esses movimentos foram colocados sob suspeita de estarem promovendo a subversão do povo e favorecendo o movimento comunista no país” (Carvalho, 2006, p. 13). Esse aspecto mencionado é importante para compreender que houve forte mobilização de grupos conservadores contra as demandas dos movimentos sociais no contexto do golpe.

A autora defende ainda a ideia de que aconteciam mudanças importantes no estado do Piauí, pois, segundo indica, havia “uma maior conscientização e organização das classes sociais desejosas de participação política e social durante o período histórico que teve o seu curso interrompido por uma crescente repressão dos militares aos grupos sociais organizados e que reivindicavam mudanças na sociedade” (Carvalho, 2006, p. 13). Esse processo repressivo, desencadeado pelo novo regime político implantado em 1964, buscou promover medidas no sentido de isolar politicamente todos aqueles que, de acordo com o pensamento dos militares e civis ligados às direitas, eram “comunistas” ou disseminavam tais ideias no meio do povo, conforme indica Maria Carvalho.

Em todo Brasil, a grande quantidade de lideranças políticas, sindicais e trabalhadores urbanos e rurais detidos para averiguação, nos primeiros momentos após o golpe, evidencia a relação estabelecida pelos militares nesse então novo modelo de intervenção política no Brasil. De acordo com o trabalho de Rodrigo Motta, com base nos dados colhidos pela embaixada e alguns consulados, pode-se estimar entre 20 e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe. A maioria dos presos logo foi solta, após breve interrogatório, e parte deles ficou livre de qualquer investigação, enquanto outros tantos foram liberados com instruções de aguardar inquéritos e eventuais processos judiciais. Naquele momento, ainda de acordo com Motta, “os lugares de detenção eram delegacias, penitenciárias e quartéis, mas houve casos de navios transformados em prisão temporária, indício da falta de espaço para acolher os detidos da primeira onda repressiva” (Motta, 2014, p. 22).



Na capital piauiense, logo após o golpe, em 02 de abril, texto do jornal *O Dia* indicava: “a cidade ontem amanheceu tumultuada com as notícias veiculadas através do rádio, de toda parte. Nota-se geral expectativa e preocupação mesmo a respeito dos acontecimentos futuros”. Ainda de acordo com esse jornal, parte das classes desejosas de uma intervenção militar manifestou surpresa pela rapidez com que a mesma ocorreu, pois, segundo a matéria, “há muito se [vem] esperando a deflagração de movimento armado, face às manifestações das cúpulas no Sul, devido aos motins de adeptos comunistas. Não acreditávamos, porém, que isso pudesse acontecer tão rapidamente quanto parece irromper”. O jornal em questão viu com bastante entusiasmo a intervenção militar em 1964, vindo a fazer ampla divulgação das Marchas da Família nesse estado, bem como passou por um processo de adesão ao regime. (Jornal *O Dia*, 02/04/1964)

Como pude averiguar no levantamento das fontes deste trabalho, grande parte dos articulistas e da imprensa piauiense, fortemente ligados a grupos conservadores, demonstrou confiança nas soluções de força empregadas naquele momento pelos militares contra o governo João Goulart. Esses grupos da imprensa local bradavam: “[somos] democratas e acreditamos nas nossas Forças Armadas, a salvaguarda dos nossos postulados”. Fechavam ainda a matéria em questão apelando para a sensibilidade religiosa e a retórica liberal, quando destacavam: “Com Deus pela liberdade, haveremos de vencer”. (Jornal *O Dia*, 02/04/1964)

Um aspecto importante a se ressaltar, analisando as fontes de pesquisa, é a tentativa de, naquele momento, forjar um sentimento de aversão social aos indiciados, criminalizando os movimentos sociais, por meio de uma verdadeira batalha pela opinião pública piauiense. Essa medida foi colocada em prática pelos militares responsáveis pelo IPM no Piauí, bem como pelos muitos civis envolvidos no processo de legitimação do golpe. Exemplo disso é o grande número de matérias em jornais de circulação diária, ou semanal, que tratavam das prisões e faziam balanços das medidas repressivas aplicadas pelos militares, os chamados “boletins informativos”. No jornal *O Estado do Piauí*, em matéria publicada já em julho de 1964, foi informado à sociedade piauiense que averiguações precisavam ser conduzidas na cidade de Parnaíba, pois, de acordo com a Guarnição Federal, sediada em Teresina, na cidade litorânea, “o processo de subversão era evidente”.



Após ter sido feito o estudo da situação, levantadas todas as possibilidades de ação dos elementos suspeitos e feito coleta de informações, o Comandante da Guarnição Federal de Teresina resolveu determinar a abertura de um Inquérito Policial Militar para apurar o fato de que elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, atos que atentavam a Segurança Nacional. Foram realizadas várias prisões por intermédio dos oficiais do Exército de Teresina e Fortaleza/CE e da Polícia Militar do estado do Piauí em toda a cidade, especialmente de líderes Sindicais, tidos como envolvidos com atividades de agitação ou indiretamente ligados a essas atividades. Essas detenções tiveram como objetivo elucidar a ação subversiva e apurar a responsabilidade de cada detido. (Jornal *O Estado do Piauí*, 02/07/1964, p. 03.)

Em documento precatório produzido pelos militares responsáveis pela apuração em Parnaíba, é possível evidenciar a avaliação política negativa que esses faziam com relação ao governo João Goulart<sup>5</sup>. Estavam imbuídos então pela ideia de combate a um inimigo interno que, para eles, estava oficialmente dentro das fileiras governamentais e iriam, não fosse a intervenção armada, instalar um novo regime no país. Indicava o documento que “verificou-se no país de 1961 a 1964, um processo crescente de subversão da ordem sociopolítica, em conformidade com a doutrina comunista”. (Precatório. BNM\_ 349, 1964.)

Para isso, ainda segundo o documento, os líderes da “subversão procuravam assenhorar-se das funções governamentais, o que [conseguiram] com o governo do Sr. João Goulart, que se apoiava nas classes sindicais” (Precatório. BNM\_ 349, 1964.) Como se percebe na leitura do inquérito, há um forte sentimento anticomunista a guiar os passos das forças repressivas e a caracterizar a atuação do grupo petebista. A *cultura política* das forças repressivas era, sobretudo, permeada pelos valores anticomunistas, enxergando as práticas políticas progressistas daquele momento enquanto uma espécie de ameaça ao “mundo ocidental”.

---

5 Também nos telegramas anexados ao Inquérito Policial Militar, constam, enviadas pelo Superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí, Sr. Alberto Mota Solheiros, mensagens de apoio ao Presidente João Goulart, ao líder ferroviário Raphael Martinelli, indicando apoio dos ferroviários parnaibanos ao governo, contra as iniciativas golpistas dos militares. No telegrama enviado por Alberto Solheiros ao Presidente Jango, consta: “[...] A administração e ferroviários da central do Piauí, em face da situação aflitiva de nosso país, vem por meu intermédio enviar solidariedade ao ilustre chefe da nação pela justa causa em prol da legalidade, assegurando os direitos dos brasileiros. Saudações”. Já no telegrama a Martinelli, “[...] enviamos ao grande líder da classe nosso apoio legalidade e garantia poderes constituídos face situação periclitante nosso país [...]”. (Precatório. BNM\_ 349, 1964.)

O forte sentimento de oposição ao governo Jango e ao trabalhismo se evidencia em todo o inquérito policial, denotando o posicionamento dos militares contra os projetos trabalhistas, as reformas de base e a elevação das pautas progressistas, no início dos anos 1960. A ideia presente no IPM era de que as “apregoadas ‘reformas de base’ serviam apenas para a anarquia e a desordem”. Essas pautas, segundo indicavam, “não tinham a menor significação, pois visavam apenas a tomada de poder em definitivo”. Segundo a acusação, no IPM, essas lideranças mais “perigosas” ao *status quo*, “graças ao seu prestígio dominavam os sindicatos, muitas vezes compostos de elementos democratas na sua maioria, mas que não tinham oportunidade ou coragem de reagir contra aqueles líderes a serviço de ideologia alienígena” (Precatório. BNM\_ 349, 1964.) É notória, na acusação, a ideia de que se articulavam movimentos em torno da tomada de poder nos meios sindicais, pois, argumentavam que, “à custa da força que os presidentes das federações classistas gozavam junto às autoridades, [iniciaram] esses presidentes, um trabalho de domínio junto aos operários, para isso utilizando todos os meios que a ideologia marxista emprega”. (Precatório. BNM\_ 349, 1964.)

Um aspecto que se faz pertinente mencionar é uma certa preocupação dos militares com relação à posição estratégica de Parnaíba, por ser, ainda, o principal centro econômico do estado. Além disso, por se encontrar ali a sede da Estrada de Ferro Central do Piauí e, portanto, com uma quantidade significativa de trabalhadores ferroviários, muitos deles também ligados aos sindicatos da categoria e em processo de organização política. No IPM, se destaca essa questão quando as forças militares indicavam que:

Como parte do plano de subversão e de acordo com as instruções existentes, determinadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no dia 1º de abril de 1964, após a eclosão do movimento revolucionário de 31 de março, houve na cidade de Parnaíba greve política na Estrada de Ferro Central do Piauí e manifestação de agitação nos sindicatos na sede do Sindicato dos estivadores, congregando neste todos os elementos esquerdistas e filo-comunistas. (Precatório. BNM\_ 349, 1964.)

No documento precatório, anexado ao Inquérito Policial Militar, no trecho abaixo, o temor dos responsáveis pelas medidas repressivas, com relação a quantidade maior de sindicatos na cidade, fato que se pode observar em Parnaíba e, portanto, uma maior possibilidade, na visão dos militares, de alguma forma de resistência ao golpe, ou mesmo de possíveis iniciativas em defesa do governo João Goulart.

Em face dessa situação reinante nas esferas governamentais a cidade de Parnaíba, sede da Estrada de Ferro Central do Piauí, possuindo a maior parte dos sindicatos de classe do estado do Piauí não podia fugir da ação progressiva de líderes comunistas já referidos. Assim vários presidentes de sindicatos, chefes de repartições e associações aceitaram a situação de então a política frente de subversão para usufruir as vantagens decorrentes. (Precatório. BNM\_349, 1964.)

Pela análise detalhada do IPM, verifiquei que houve a busca por detectar, nos meios de organização dos trabalhadores, algum material que pudesse incriminá-los. No IPM consta que “foi apurado no presente inquérito a atividade de elementos com tendências comunistas no sindicato dos trabalhadores da indústria, onde foram encontrados grande número de livros e revistas de caráter subversivo”. (INQUÉRITO, BNM\_349, 1964.) Ainda, além de material apreendido com os industriários na cidade, em sede própria, também se buscou material na sede da Estrada de Ferro. Também no IPM, o discurso de acusação apontava que entre os ferroviários da Estrada de Ferro Central do Piauí “existia publicação e venda de publicações de caráter extremista, tendo alguns elementos, dessa estrada, participado do Congresso Ferroviário de Recife que se transformou em congresso de propaganda comunista”. (INQUÉRITO, BNM\_349, 1964.)

## Considerações finais

O artigo analisou os impactos do golpe de 1964 no norte do Piauí, em particular na cidade de Parnaíba. Nesse espaço foram adotadas medidas repressivas logo após consumada a tomada de poder pelos militares. A intenção dessas medidas era conter quaisquer medidas de apoio ao governo Goulart e criminalizar as atividades sindicais dos trabalhadores. Com a abertura de um Inquérito Policial Militar nessa cidade se evidencia que existia uma articulação sindical e política em crescimento, com aproximação entre lideranças do PTB e dos sindicatos urbanos. Para além de uma visão simplificadora que indica que o golpe de 1964 se resumiu aos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, procurei indicar que em uma cidade no litoral do Piauí também ocorreram medidas autoritárias em coesão com o que ocorria em diferentes partes do país. Com a abertura política nos anos 1980 parte das elites parnaibanas procuraram demonstrar que nada teria ocorrido na cidade, pois Parnaíba seria isolada do restante do país. Essa revisão de memória ao mesmo

tempo que tentava criar a ideia de um clima de tranquilidade na cidade em relação ao contexto do golpe de 1964, buscava o apagamento histórico dos movimentos sociais de trabalhadores sindicalizados que se tornaram evidentes entre os 1950/1960. Esses movimentos sociais conseguiram certo protagonismo sobretudo durante o governo Goulart e foram os principais atingidos com o Inquérito.

## REFERÊNCIAS

### Livros

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-84). Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Editora Cancioneiro, Teresina-PI, 2022.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina: Cepac, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

### Teses/dissertações

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas de Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2006.

ROCHA, Olivia Candeia Lima. **Ação Popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. Tese de Doutorado, PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

## Artigos

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 113-134, 2013.

## Fontes de pesquisa

Autuação. Processo crime contra o estado e ordem política e social. Ministério Público Piauiense. Brasil Nunca Mais Digit@l, **BNM\_349**, p. 8. Inquérito Policial Militar, Processo n. 4, 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>.

BRASIL NUNCA MAIS. Brasil Nunca Mais Digit@l. BNM nº 340, 1964. Disponível em: <http://www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital/>

Flagrantes e notícias sociais. Jornal *O Dia*, Teresina-PI, p. 07, 02 abr. 1964.

Jornal **O Estado do Piauí**, p. 03, 02 jul. 1964.

Jornal **O Estado do Piauí**, Teresina, p. 03, 09 jul. 1964.

Precatório IPM. BRASIL NUNCA MAIS. Brasil Nunca Mais Digital. Inquérito policial militar. BNM\_ 349, 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br//>

Sentença. BRASIL NUNCA MAIS. Brasil Nunca Mais Digital. Inquérito policial militar. **BNM\_ 349**, 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br//>



## A DIOCESE DE PROPRIÁ (SE): ENTRE A ADEÇÃO E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Osnar Gomes dos Santos<sup>1</sup>

### Um prólogo sobre a diocese de Propriá

Não é tarefa das mais fáceis analisar sistematicamente uma instituição milenar como a Igreja Católica. Uma espécie de multinacional com sede na Europa e matrizes espalhadas pelo mundo, abarcando uma população de mais de um bilhão de almas. Cabe dizer: uma instituição de comportamento ambíguo, mas mantenedora de uma influência indubitável e, por vezes, determinante nos joguetes de poder que perpassam a tessitura política e social. Fala-se aqui de uma instituição vocacionada a imprimir uma marca na sociedade e que pretende “salvar” a humanidade de um tempo e um espaço, segunda ela, fadado ao desaparecimento.

A pretensão católica acaba por impor uma tarefa deveras grandiloquente às suas centenas de milhares de dioceses dispersas pelo mundo. Dioceses localizadas em regiões distintas, com problemas e questões específicas, guiadas por estilos pastorais diversos e por uma infinidade de fiéis, das mais variadas culturas e classes sociais. Para todas elas, coloca-se, em primeiro plano, a missão salvífica e a visão teleológica sobre um mundo supostamente ritmado por um sentido voltado ao transcendental. Essa mesma missão ultrapassou uma pequena diocese brasileira, imersa na região mais pobre do pequeno Estado de Sergipe, cuja sede tinha como vizinho o rio São Francisco: a diocese de Propriá.

A fundação da diocese de Propriá se deu no limiar da década de 1960, num período em que as relações entre religião e política na América Latina se estremeciam, especialmente, em razão de dois acontecimentos explosivos. Foi o importante trabalho do sociólogo Michael Löwy que mais aclarou a relevância da sagração do papa João

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Efetivo do Centro Territorial de Educação Profissional de Araci-BA (Cetep-Araci). Integrante do Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões da Universidade Federal de Alagoas (LIER-UFAL). Experiência na área de História, com ênfase em Estado e Relações de Poder, atuando especialmente com as seguintes temáticas: política, religiosidade, marxismo, cristianismo da libertação e ditadura militar.

XXIII e da Revolução Cubana para a emergência de um novo encontro entre religião e política no continente<sup>2</sup>. O estilo reformador de um papa “tampão” e o ímpeto revolucionário que abalou as estruturas de dominação neocolonial num pequeno país, no centro das Américas, empurraram o universo católico para um inédito diálogo com a modernidade. E a diocese de Propriá foi profundamente tocada por estes acontecimentos.

A diocese foi instalada em outubro de 1960, no norte do Estado de Sergipe. Geograficamente, a diocese tinha uma extensão territorial de 8.597 Km<sup>2</sup>. Havia doze paróquias. Quatro delas anexadas a paróquias de outros municípios.<sup>3</sup> O número exato da população era de 175.550 mil habitantes.<sup>4</sup> Uma média impressionante de analfabetos: o índice girava em torno dos 90%. A situação da pobreza era uma peça-chave que aparecia na hora de descrever a região.<sup>5</sup> Aliás, importante frisar que estava localizada no polígono da seca. A região era marcada pela concentração de terras; portanto, o grande latifúndio era ali sobranceiro.

Para ficar em alguns números nauseantes, mesmo uma década após a instalação da diocese, a grande propriedade abocanhava 90% das boas terras; 10% das terras mais cultiváveis se dividiam nas mãos de 70% de pequenos proprietários. Nas conclusões do frade Roberto Eufrásio, metade da população sem um palmo de terra para plantar.<sup>6</sup> Rapidamente, a área diocesana ficou conhecida pela divisão de região da cana, do sertão e dos projetos das grandes companhias.<sup>7</sup>

As cidades que viriam a fazer parte da unidade territorial da diocese de Propriá eram: Propriá, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Curituba, Gararu, Itabi, Japarutuba, Japoatã, Malhada dos Bois,

---

2 Cf. LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

3 A de Canhoba estava anexa à de Propriá; a paróquia de Gararu estava anexada à de Porto da Folha; a de Muribeca estava anexada à de Cedro; e a de Brejo Grande estava anexada à de Japoatã. Cf. “Paróquias e seus respectivos párocos”. A Defesa, 16 de outubro de 1961, p. 1.

4. CASTRO, dom José Brandão de. **Carta pastoral de saudação de Dom José Brandão de Castro** - Bispo de Propriá. 1960, p. 11.

5 Alguns exemplos: “Bispo de Propriá lança um apelo: ‘Um seminário para a terra de Dom Cabral’. Fala à imprensa de Belo Horizonte Dom José Brandão de Castro”. [Entrevista] Senhor Bom Jesus, março de 1961; NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão** – um pastor com cheiro de ovelhas. Belo Horizonte: O Lutador, 2017, p. 50-51; [Depoimento] Carlos Alberto Santos, ex-membro do Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe. Resgate de uma história que perpassa a fronteira do saber, através da educação contextualizada, 2013, 7f.

6 Cf. OLIVEIRA, frei Roberto. **Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste**. João Pessoa: Ideia, 2006, p. 91.

7 Cf. CASTRO, dom José Brandão de. **Uma visão do Baixo São Francisco Hoje** – Depoimento de dom José Brandão de Castro na CPI das Enchentes. [S.l.], 10 de setembro de 1981, p. 6.



Monte Alegre de Sergipe, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Pacatuba, Poço Redondo, Porto da Folha e Tamanduá.<sup>8</sup>

**Figura 1** - Mapa do Estado de Sergipe, com as divisões e as sedes eclesiásticas demarcadas.

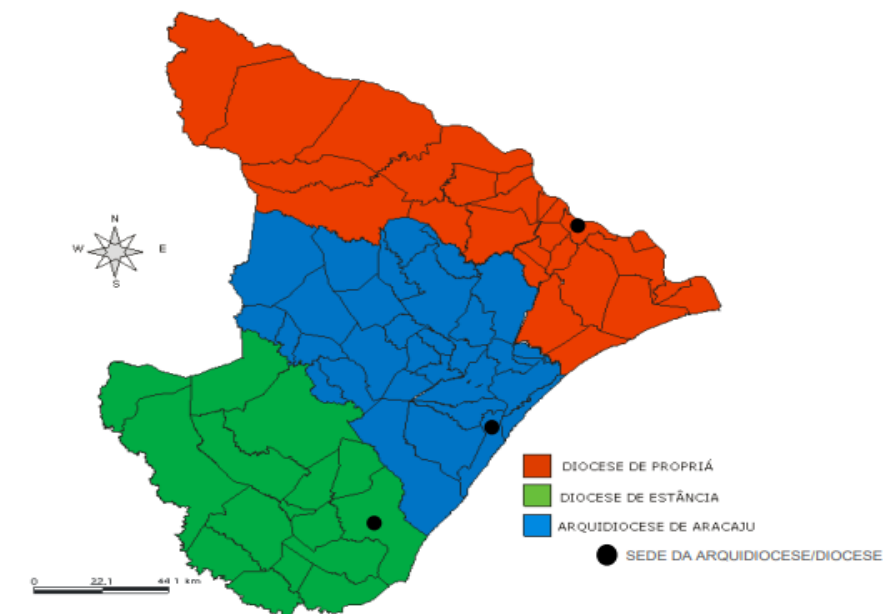


Figura 02: Arquidiocese e Dioceses de Sergipe.

Base Cartográfica: SRH - 2004.

Elaborado por: Solimar G.M. Bonjardim

**Fonte:** BONJARDIM; ALMEIDA (2011, p. 10)

A cidade de Propriá virou a sede diocesana, e, por lá, instalara-se o domicílio do novo bispo.<sup>9</sup> Era ele José Brandão de Castro. Natural da cidade mineira de Rio Espera. O então monsenhor, José Brandão de Castro, exercia o vicariato da Igreja Matriz de São José, na capital do Estado de Minas Gerais, quando recebeu a notícia da sua nomeação para assumir a nova diocese a ser instalada no Nordeste. Esse bispo conduziu a diocese por quase 30 anos. A influência exercida por essa diocese - durante o pastoreio de dom José Brandão de Castro - na vida política local e nacional será o tema central deste capítulo.

<sup>8</sup> O município de Curitiba é hoje Canindé do São Francisco, e a cidade de Tamanduá, é o município de Graccho Cardoso.

<sup>9</sup> Cf. IGREJA CATÓLICA. **Decreto Executivo referente à Diocese de Propriá**, 07 de outubro de 1960.

## *A adesão da diocese ao golpe de 1964*

A década de 1960 iniciou com o crescimento das disputas políticas no Brasil. Em 1961, o presidente Jânio Quadros, após a tentativa frustrada de dar um autogolpe, renunciou à presidência. Jânio tinha sido eleito, em 1960, numa coalizão de forças que envolviam, segundo Daniel Aarão Reis, oligarcas liberais, parcela das classes médias e um amplo contingente de trabalhadores.<sup>10</sup> A sua retórica moralista e o seu estilo histriônico pareciam atrair um eleitorado em busca de uma saída, diante do impasse causado pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek.

Inflação, crescimento econômico minguado, perda de poder aquisitivo, desgaste dos partidos tradicionais. O ambiente político era propício para um *outsider* na chefia do país. Mas o *outsider* escolhido pecava pela estranheza em seus posicionamentos. Perdeu rapidamente a confiança dos aliados que arquitetaram a sua candidatura. Foi encorajado pelas elites econômicas que o apoiaram a assumir uma política de austeridade, embalada pelo arrocho salarial, suficientemente impopular para garantir a perda do capital político que tinha conquistado no pleito.<sup>11</sup> Sobrou a inesperada tentativa de autogolpe, frustrada tão pateticamente que mais parecia um espelho da sua confusa gestão.

Após a renúncia, assumiu o Executivo um trabalhista, herdeiro do varguismo brasileiro, João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango. Ele acumulava rejeição entre alguns setores das Forças Armadas, das elites empresariais e de parte significativa da pequena burguesia brasileira. A sua proposta de aumentar o salário-mínimo em 100%, quando era Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, ainda causava sonos intranquilos nas classes hegemônicas.

De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis, a posse de João Goulart retornava do passado uma sombra que parecia banida pela morte: a de Vargas.<sup>12</sup> Jango era considerado um herdeiro perigoso do varguismo. E as suas “reformas de base” geraram suspeitas por confrontar as estruturas de dominação do capital estrangeiro. A surpreendente renúncia de Jânio Quadros fez com que chefes militares, encabeçados pelos próprios ministros militares de Jânio, lançassem uma espécie de

---

10 Cf. AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 19.

11 Para maiores detalhes do insucesso do governo Jânio na área econômica, ver: DREI-FUSS, René. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 128-129.

12 Cf. AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit., 2000, p. 22.

“manifesto à nação”,<sup>13</sup> que alardeava para o suposto perigo que representava a subida de Jango ao poder.<sup>14</sup>

Na Igreja de Propriá, como em parte expressiva da Igreja no Brasil, as orientações que vinham de Roma se misturaram explosivamente com os laivos paternalistas da instituição, que a tudo pretendia controlar. O espírito de mudança, que emergia na Igreja europeia, esbarrava-se no seu anticomunismo visceral e na “união indissolúvel” de dioceses brasileiras com as elites locais e os poderes públicos. A Igreja deveria estar presente no mundo. Era essa uma das propostas do que se convencionou chamar de *aggiornamento* católico. A diocese mirou nesse objetivo. Mirando, ela tomou posições dúbias. Defendia reformas estruturais na sociedade brasileira. Agitava páginas de seus veículos de informação sobre a necessidade de uma reforma agrária. Alinhava-se, portanto, com uma postura reformista. Todavia, um reformismo que vinha assombrado pelo conservadorismo tradicional, pela linha político-ecclesial paternalista-controladora e pela velha aliança com as elites.

Dessa forma, a instituição foi atraída pela campanha ferina de desestabilização do governo João Goulart. Contudo, a opção da diocese se tratava de um paradoxo que atingiu identicamente vários setores políticos no país: apoiar as “reformas de base” do governo e sacralizar os grupos que, no subterrâneo, coordenavam a desmoralização dessas. No âmago desse paradoxo, a instituição participou ativamente do processo que desembocou no golpe de Estado de 1964.

Esteve entre o entusiasmo com o *aggiornamento* católico e a atração com o complô voltado contra o nacional-reformismo de Jango; ou seja, defendeu mudanças nas estruturas sociopolíticas, ao mesmo tempo em que legitimou o sucesso daqueles que queriam impedi-las. Disso, derivou uma posição sibilina: apoiar reformas controladas, feitas de “cima”, com participação popular reduzida e tuteladas por um novo governo.

Nas sombras do poder, a oposição mantinha sua campanha de desestabilização do governo federal. A campanha conseguiu atrair aliados importantes, incluindo aqueles que defendiam as reformas de base. Algumas frentes católicas, estimuladas pelo *aggiornamento*, defendiam as reformas; porém, o anticomunismo reforçou

---

13 Cf. BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976-1975, p. 22.

14 *Ibidem*.

nelas uma desconfiança, em razão da presença marcante de nomes “esquerdistas” no governo. A diocese de Propriá foi uma dessas frentes.

As páginas do seu jornal *A Defesa*<sup>15</sup>, as asseverações da sua primeira carta pastoral, entrevistas do seu bispo dom Brandão e artigos de quadros diocesanos ressaltaram a visão anticomunista em Sergipe. O anticomunismo arrefeceu a antipatia diocesana ao capitalismo. Os regimes socialistas foram vistos como inimigos maiores e mais perigosos da Igreja e da humanidade. Embora disputado, o governo de João Goulart gradativamente era entendido, na condição de leniente, com o suposto “avanço” comunista. Por isso, uma posição dúbia foi emplacada pela diocese: a defesa das reformas, mas a inclinação para a oposição ao governo que as propunha.

De modo paulatino, a diocese de Propriá foi atraída para a oposição. Esperava-se que esta emplacasse as reformas estruturais que o país necessitava. Nessa espera, teve o seu encontro com a modernização conservadora aventada pela heterogênea oposição ao executivo. A adesão se deu em vários casos. A diocese de Propriá concelebrou muitas das iniciativas da política externa norte-americana dos tempos de John Kennedy. Foi uma das instituições sergipanas a tecer loas à vinda do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, a Sergipe, no ano de 1963. A situação via o embaixador norte-americano como um alienígena a se meter nos assuntos nacionais. Os grupos que defendiam Jango em Sergipe condenaram a visita

---

15 Fundado pelo cônego Lauro de Souza Fraga, no dia 13 de junho de 1932, *A Defesa* iniciou como o jornal da, então, paróquia de Propriá. De acordo com a pesquisa de Ana Luzia Santos, as suas publicações foram interrompidas, em vários momentos, por conta das dificuldades financeiras. Segundo a pesquisadora, foi com a criação da diocese de Propriá e com a chegada de dom José Brandão de Castro que o impresso foi revitalizado, tornando-se, assim, o órgão oficial da diocese de Propriá. A pesquisa sistemática de Ana Luzia Santos sobre as representações do jornal para a formação da juventude nos oferece dados importantes acerca da autoria das matérias do jornal, ao longo dos anos 1960. Conforme ela aponta: “36 autores eram padres, 05 eram freiras, 100 eram leigos, e 14 eram leigas”. Ainda vale ressaltar, segundo as informações, que alguns autores utilizavam as iniciais do nome para assinar seus textos. Por isso, nem sempre é possível identificar a autoria dos textos. Os principais autores foram o monsenhor Moreno, com 120 textos assinados, e o bispo dom Brandão, com 112. Porém, frisou Ana Luzia, “a maioria dos autores do jornal foi provavelmente formada por leigos”. Estes também se destacaram na distribuição do periódico, especialmente jovens e moças que entregavam os impressos diretamente nas casas. Matérias do jornal reverenciavam alguns leigos mais velhos, por serem considerados propagandistas do jornal e facilitadores da sua circulação, como foi o caso da senhora Aidil Aquino (dona Didi) e do senhor Rosalvo, da lancha Amsterdam. Para maiores detalhes, conferir: SANTOS, Ana. **Educação na imprensa católica**: as representações do jornal *A Defesa* sobre a formação da juventude (1961-1969). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2006, p. 37-42. Ver também: “A Defesa é mais antiga do que se pensa!”. *A Defesa*, 15 de abril de 1962, p. 1; Castro, dom José Brandão de. “Editorial”. *A Defesa*, 21 de setembro de 1961, p. 3; “Da. Didi fez aniversário”: *A Defesa*, 30 de junho de 1963, p. 4.

de Gordon. Diversas entidades políticas da situação lançaram uma nota de repúdio contra a presença do embaixador no Estado.<sup>16</sup>

A União dos Estudantes de Sergipe (UEES) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) encabeçaram a lista de entidades que manifestaram o seu repúdio ante a presença de Gordon.<sup>17</sup> As críticas dos grupos de esquerda às ingerências de Gordon nos assuntos domésticos faziam sentido. Entre os próprios arquitetos da política externa dos Estados Unidos, o serviço norte-americano no Brasil era acusado de ter inchado nos tempos de Gordon.<sup>18</sup> Gordon mantinha relações que iam da Agência Central de Informações (CIA) ao Departamento de Estado norte-americano, cultivando ligações diretas com os próceres do complexo IPES/IBAD.<sup>19</sup>

Para o bloco nacional-reformista, não havia dúvidas sobre a atuação de Gordon nas sombras do poder: ele era um conspirador. Por isso, em Sergipe, repudiavam a sua presença.<sup>20</sup> Contudo, saiu do jornal da diocese de Propriá uma das mais intransigentes defesas da presença do embaixador. A matéria “*Benvindo, Mr. Gordon*”, publicada pelo jornal *A Defesa*, desaprovou a manifestação realizada em Aracaju. “*Benvindo, Mr. Gordon*” atacou os grupos que articularam a manifestação contra o embaixador.

A diocese, por meio de matérias em seu jornal *A Defesa*, elogiava o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, atacava o regime cubano<sup>21</sup> e defendia campanhas americanas acusadas por governistas de fazer parte do pacote de ingerências dos Estados Unidos na economia e política brasileira.<sup>22</sup> A diocese de Propriá também foi entusiasta do programa filantrópico americano “Aliança para o Progresso”.<sup>23</sup> A linha assistencialista do “Aliança para o Progresso” parecia complementar a linha

---

16 Cf. “Protestar junto ao povo contra a vinda a Sergipe do Gringo Lincol [sic] Gordon”. **Folha Popular**, 06 de abril de 1963, p.1.

17 Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (1962-1975)**. Aracaju: s/e, s/d, p. 14.

18 Cf. CORRÊA, Marcos. **1964: visto e comentado** pela Casa Branca. Porto Alegre: L & PM, 1977, p. 143.

19 No que diz respeito à ligação de Gordon com a conspirata coordenada pelo IPES/IBAD, conferir: DREIFUSS, René. Op. Cit., p. 102. Outras passagens da obra de Dreifuss apontaram a articulação de Gordon com outras instâncias da sociedade brasileira, como as Forças Armadas. Cf. *Ibidem*, p. 80-81.

20 Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 13.

21 Cf. “Visão Geral do Mundo”. **A Defesa**, 15 de novembro de 1961, p. 2.

22 Ver, por exemplo, as denúncias feitas por Miguel Arraes em: PARKER, Phyllis. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 71.

23 Cf. “Realizações materiais sob a Aliança para o Progresso”. **A Defesa**, 30 de maio de 1964, p. 1; ver também a defesa realizada pelo periódico diocesano ao programa em: “Aliança para o Progresso em Foco”. **A Defesa**, 20 de setembro de 1963, p. 3.

paternalista da diocese. Isso foi reconhecido pelo próprio dom José Brandão mais de duas décadas depois. Segundo ele, as primeiras ações da diocese, sob a sua orientação, foram paternalistas, o que incluía a ação em defesa da campanha do leite em pó norte-americano.<sup>24</sup>

As marchas da família que tanto contribuíram para desestabilizar o governo Jango também chegaram a Sergipe. De acordo com a pesquisadora Solange Simões, a grande maioria das marchas ocorreu depois de consumado o golpe de Estado, com o objetivo semelhante daquelas realizadas antes do golpe: legitimar a intervenção militar.<sup>25</sup> Dom Brandão estava em Recife quando aconteceu a “Marcha da Família com Deus em Ação de Graças”, na cidade de Propriá. Enviou uma mensagem que foi lida pelo cura da catedral, o padre Paulo Lebeau, um dos redentoristas estrangeiros recém-chegados na diocese.<sup>26</sup> As marchas se seguiram pelas cidades de Japoatã, Aquidabã e Cedro de São João.<sup>27</sup> No chamado “Dia da Vitória”, com terços nas mãos, no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, fiéis agradeceram aos seus santos pelo “triunfo”.

Contudo, na “alegria da vitória”, havia o perigo de se pensar que “o povo não tinha razão para se angustiar e reclamar as reformas”, disse o bispo. De todo modo, o otimismo fazia morada em suas palavras: “O Brasil inteiro confia na Revolução [...]. E espera que para cada brasileiro tenha raiado a aurora de tempos realmente novos”.<sup>28</sup> O jornal *A Defesa* apresentava a versão oficial da diocese. A “alegria” das marchas e a ação das Forças Armadas foram justificadas, livraram o país de um golpe “rubro-ditatorial”, que “transformaria o Brasil numa nova Cuba”. Enfim, o “barril de pólvora” que “estava prestes a explodir” tinha sido paralisado.<sup>29</sup>

Após o golpe, mudanças agitaram a vida política sergipana. Os apoiadores do bloco nacional-reformista saíam de cena, dando lugar a novos dirigentes políticos. A diocese de Propriá saudava os novos nomes, dava a sua contribuição simbólica para a conformação da nova ordem. Acerca da perda de mandato do prefeito Geraldo

---

24 Cf. CASTRO, Dom José Brandão (Bispo de Propriá). **Mensageiro de Santo Antônio**. [Entrevista concedida a] Luciano Bernardi. [S.l.], 04 de abril de 1984, p. 10.

25 SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 107.

26 Ibidem. O padre Paulo Lebeau era um redentorista belga. Chegou à diocese com outros redentoristas para ampliar o quadro de sacerdotes na diocese. A chegada desses religiosos foi estimulada pelos pedidos de dom Brandão, enquanto esteve na Europa, durante o Vaticano II. Cf. “Festivamente recebidos em Propriá os redentoristas”. **A Defesa**, 23 de fevereiro de 1964, p. 1.

27 Cf. “O Brasil Camponês Confia na Revolução”. **A Defesa**, 13 de junho de 1964, p. 1.

28 Ibidem.

29 Cf. “Força das Forças – O Terço”. **A Defesa**, 15 de abril de 1964, p. 1.

Maia, pouco foi dito. Nenhum editorial do órgão oficial da diocese saiu em defesa do prefeito, antes ressaltado pelas suas páginas como um “gigante do pensamento”, que pontificava com “invulgar brilhantismo”.<sup>30</sup> Um político que levava a sério o seu “gigantesco programa administrativo”, realizando suas obras “em tempo recorde”. As exaltações sobre o “operoso Prefeito de Propriá” se desmancharam como um castelo de areia. E deram lugar ao otimismo, com a chegada do novo prefeito, Jackson Figueiredo Guimarães, então presidente da Câmara dos Vereadores de Propriá.<sup>31</sup>

Nessa cidade, uma operação militar, liderada pelo capitão Antônio Dantas Bião, foi desencadeada para aprofundar a perseguição aos opositores da “Revolução”.<sup>32</sup> *A Defesa* noticiou a operação sem tecer nenhum julgamento crítico sobre ela. Pelo contrário, utilizou do léxico “revolucionário-golpista” para reafirmar que a operação consistia na continuação dos levantamentos sobre a “subversão”, na cidade, e irregularidades no setor administrativo.<sup>33</sup> De fato, o último ponto fazia sentido. Logo que se impôs a nova ordem, os seus títeres fizeram questão de pôr atrás das grades os agentes públicos envolvidos em esquemas ilícitos.

Preocupavam-se em passar a impressão de que a nova ordem restauraria moralmente o país, afastando-o não apenas dos subversivos, mas também dos corruptos.<sup>34</sup> Dessa forma, muitos populares achavam que os presos políticos eram levados às grades por corrupção ou por algum outro ato ilícito. *A Defesa* publicava informes que enalteciam a realização “revolucionária” do expurgo “moral”, que seguia após a realização do expurgo “ideológico”.<sup>35</sup> Outros prefeitos, de cidades acopladas pela diocese de Propriá, foram caindo. Alguns até por engano, depois sendo reempossados.<sup>36</sup> A diocese ia legitimando a onda de cassações e intervenções. Mas em nenhum caso a cooperação da diocese com a nova ordem ficou tão evidente quanto no da cidade de Cedro de São João.

---

30 Cf. “Vida estudantil”. *A Defesa*, 30 de maio de 1963, p. 3.

31 Cf. “Notícias de Propriá”. *A Defesa*, 30 de abril de 1964, p. 4.

32 Cf. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95-96.

33 Cf. “Militares trabalham ainda em Propriá”. *A Defesa*, 13 de junho de 1964, p. 4.

34 O mesmo acontecia com os acusados de corrupção. Por isso, o prefeito do município de Telha asseverou: “Não esqueçam que eu estou preso por corrupção”. Com essas palavras, parecia que o prefeito preferia ser corrupto a subversivo. Cf. Figueiredo, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95.

35 Cf. “Expurgo Moral”. *A Defesa*, 15 de abril de 1964, p. 1.

36 O prefeito do município de Amparo do São Francisco, Epaminondas Martins, foi preso por equívoco. Cf. Figueiredo, Ariosvaldo. Op. Cit., p. 95. O prefeito Carlos Torres, de Neópolis, foi afastado da prefeitura. Depois que assumiu o equívoco do afastamento, Carlos Torres foi reempossado. Cf. “Reempossado o Prefeito Carlos Torres”. *A Defesa*, 30 de maio de 1964, p. 2.



Nessa cidade, *A Defesa* informou que o Supremo Comando do Estado de Sergipe achou por certo delegar ao padre Manuel Guimarães, pároco da cidade, os poderes de prefeito.<sup>37</sup> Da conhecida família Guimarães, o padre Manuel exercia suas atividades na região antes mesmo da criação da diocese: um nome conhecido e da mesma família do também padre Evêncio Guimarães. Dom Brandão foi consultado sobre a medida, afinal, como bispo, poderia negar a sua anuência ao pedido. Conforme o jornal diocesano, o prelado pontuou que, numa situação normal, não daria a sua anuência; mas, em seguida, acrescentou: “Nas circunstâncias atuais [...], como medida de exceção, não se opunha à aceitação do cargo pelo Pároco de Cedro”.<sup>38</sup>

Com a decisão do bispo, a diocese conquistava uma prefeitura, ressaltava a sua aliança com a nova classe dirigente. Inicialmente, não parecia haver contradições entre apoiar as reformas de base em paralelo ao apoio da nova ordem política. Segundo a nota diocesana *Reformas Estruturais*, o general Castelo Branco já estudava um esquema “para as reformas do país serem encaminhadas ao Congresso”.<sup>39</sup> As palavras de dom Jaime Câmara eram evocadas no jornal *A Defesa*: “Veio na hora a resposta do céu”.<sup>40</sup> Paralelo a isso, o realce das “aspirações” do novo presidente: “restaurar a legalidade e revigorar a democracia, estabelecer a paz e promover o progresso da justiça social”.<sup>41</sup> Oficialmente, a diocese acreditava que Castelo Branco levaria as reformas adiante, sem contemporizar com os comunistas - uma acusação que recaía frequentemente contra Jango.

Congratulações também para o novo governador de Sergipe, Sebastião Celso de Carvalho. Vice-governador do Estado durante o governo Dória, o órgão oficial da diocese desejou para o novo governador Celso de Carvalho a “assistência divina”.<sup>42</sup> Por outro lado, pouco se comentou sobre a deposição do antigo governador Seixas Dória. Assim como Geraldo Maia, foi dito apenas que o afastamento se deu

---

37 O informe se referia, certamente, ao Alto Comando Revolucionário de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas, ele era composto pelos comandantes do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), da 19ª Circunscrição de Serviço Militar (19º CSM) e da Capitania dos Portos. Cf. Dantas, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe. 1964-1984: partidos e eleições num Estado autoritário**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 38.

38 Cf. “Padre Manuel Guimarães à frente da Prefeitura de Cedro”. **A Defesa**, 27 de junho de 1964, p. 1.

39 Cf. “Reformas estruturais”. **A Defesa**, 15 de abril de 1964, p. 1.

40 Cf. “Dom Jaime Câmara”. **A Defesa**, 15 de abril de 1964, p. 1.

41 Cf. “Novo presidente da República”. **A Defesa**, 15 de abril de 1964, p. 1.

42 Cf. “Novo Governador de Sergipe”. **A Defesa**, 15 de abril de 1964, p. 4.



“em virtude dos últimos acontecimentos no País”.<sup>43</sup> Sobre as denúncias de que os prisioneiros — dentre eles, Seixas Dória — estavam sendo vítimas de maus-tratos e torturas, na Ilha de Fernando de Noronha, *A Defesa* levantou passagens da entrevista concedida por Ilza Porto ao jornal *Gazeta de Alagoas*. Parecia querer acalmar a consciência dos seus leitores.

Em letras garrafais, três títulos davam ênfase ao que se passava na prisão. Segundo comentado na entrevista: “Absoluta tranquilidade”, “Bom tratamento” e “Clima de Paz”. A líder de um grupo feminino de Alagoas, Ilza Porto, assegurava que os presos “estão muito bem tratados, com mais regalia e conforto do que merecem”.<sup>44</sup> Para *A Defesa*, apresentar a entrevista enviesada sobre os presos políticos parecia mais prudente do que apresentar os motivos arbitrários das suas prisões. Algo que ratifica o aval diocesano às cassações políticas, no âmbito estadual e nacional.

Portanto, não restam dúvidas que a diocese de Propriá deu o seu beneplácito para a instauração da nova ordem. O “perigo comunista”, que nunca existiu, verdade seja dita, naquele momento, pareceu afastado pela intervenção das “gloriosas” Forças Armadas.<sup>45</sup> Ansiosamente, a diocese aguardava que as “mãos certas” emplasassem as reformas estruturais no país.

Em 1964, os militares deram o golpe de Estado. Um golpe com a cobertura de forças armadas estrangeiras é a *ultima ratio* das classes hegemônicas, quando percebem o seu poder de Estado ameaçado por forças contra-hegemônicas.<sup>46</sup> Assim foi com o golpe de 1964. Porém, não haveria a empreitada golpista dos fardados sem a conspirata da elite orgânica do capital multinacional e associado. O pisoteio do coturno, na pequena experiência democrática brasileira, só foi possível graças a uma ostensiva campanha empresarial de desgaste do governo Jango e desmoralização do bloco nacional-reformista. O golpe tinha, claramente, um caráter de classe.

Essa campanha, entretanto, não seria exitosa sem a adesão de diversas instituições da sociedade civil, dentre elas, a Igreja Católica. O rosário, o nome

---

43 Ibidem; Cf. “Notícias de Propriá”. *A Defesa*, 30 de abril de 1964, p. 4. No caso do prefeito de Neópolis, monsenhor Sant’ana leu uma crônica na emissora de rádio *Rio São Francisco*, que foi publicada no jornal diocesano. A diocese tomou uma posição contrária ao afastamento do prefeito, afirmando que ele se deu em razão de uma “injusta denúncia”. Cf. “Reempossado o Prefeito Carlos Torres”. *A Defesa*, 30 de maio de 1964, p. 2.

44 Cf. “Sobre Fernando de Noronha”. *A Defesa*, 30 de abril de 1964, p. 1.

45 Cf. “Força das Forças – O Terço”. *A Defesa*, 15 de abril de 1964, p. 1.

46 A saída pela força é o último recurso – *ultima ratio* – utilizado pelas classes hegemônicas, quando percebem o seu poder de Estado ameaçado. Sobre a *ultima ratio* e a ajuda de Forças Armadas estrangeiras, como última saída para “restaurar” a ordem, ver: ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133.

de Deus, a participação de padres e bispos e um sem-número de entidades, que contavam com a cobertura da Igreja Católica, materializaram-se nas mais variadas manifestações públicas contra Jango. A principal foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Depois dela, sobrou a agonia para o bloco de poder nacional-reformista.

A oposição parecia oferecer as “mãos certas” para realizar as reformas estruturais pleiteadas pelos modernistas-conservadores da Igreja. Os católicos não foram uma “massa de manobra” dos conspiradores. Eles tinham as suas motivações para aderir ao golpe. O anticomunismo manifesto em modernistas-conservadores da Igreja lia o governo Jango enquanto incapaz de frear o suposto “espectro” comunista a “rondar” o país. Por isso, procuraram na oposição a Jango as “mãos certas” para hastear as “bandeiras certas”. Porém, das “mãos” da oposição, não encontraram as reformas de base, mas o projeto de modernização conservadora.

### *Da adesão à resistência: a diocese de Propriá vai para a oposição à ditadura*

Nos anos iniciais da nova ordem, a diocese legitimou as iniciativas das novas forças políticas, que asfixiaram as liberdades democráticas no país. Em paralelo a isso, a diocese, igualmente, era sacudida pelos eventos que direcionaram a Igreja para uma inédita linha político-ecclesial. E, assim, de modo paulatino, não teleológico, numa complexidade singular, a diocese de Propriá foi acometida pelo mesmo dilema vivenciado por outras dioceses brasileiras: assentou-se numa posição sibilina entre a modernização conservadora dos golpistas e a defesa pela justiça social alardeada pela dignidade da pessoa humana.

Em fins da década de 1960, episódios de violências contra religiosos começam a criar atritos entre a diocese e a nova ordem. Prova disso, a repercussão no jornal diocesano da tortura sofrida por dois padres maranhenses, no ano de 1970. Ganhou destaque, no jornal *A Defesa*, o relato sombrio do padre José Antônio Magalhães Monteiro sobre as torturas sofridas por ele. Foi comentado que o padre relatou aos bispos do Maranhão e aos médicos tudo que sofreu fisicamente, psicologicamente e moralmente. O jornal diocesano fez questão de descrever o episódio, com os detalhes apresentados, num texto entregue por religiosos em missas, no Estado do Maranhão:

Foi amarrado nos punhos e nos pés, e pendurado num pau que ia de uma janela a uma mesa. Como se fosse um porco, aí ficou cerca de duas horas, e desse modo iníquo foi ultrajado. Numa segunda vez, foi submetido ao mesmo suplício, durante cerca de três horas. Palavrões lhe foram dirigidos, zombarias, insultos em termos que o respeito a este lugar nos impede de repetir. Acusações sórdidas contra a moral de um homem, pontapés, puxões de cabelo, bofetadas no rosto, pontapés no abdômen, tudo isto com o objetivo de fazê-lo confessar crimes que não cometeu.

Culminando com a atrocidade de embalá-lo nessa posição, ao som de canções de ninar ultraje à memória de sua mãe já falecida. Não satisfeitos com isso, tentaram apavorá-lo pela aproximação do fogo. Padre José Antônio guarda bem essas palavras que ouviu: “Cuidado para não deixar marca”.

Depois de tanto suplício, sem mais domínio de si mesmo, o padre assinou tudo que lhe foi apresentado. Quando os Bispos tiveram permissão de vê-lo, Padre José Antônio havia recebido esta ordem: “Você fica ali no canto; não se aproxime. Se teimar [...] vai ser pior”.

Toda essa preocupação com o fito de impedir que os Bispos percebessem os recentes sinais das torturas.<sup>47</sup>

A mesma edição do jornal *A Defesa*, de setembro de 1970, também deixava espaço, em caráter de manchete, às explicações de dom Hélder sobre uma série de calúnias perpetradas contra ele.<sup>48</sup> A diocese dava respaldo a dom Hélder Câmara, cada vez mais perseguido pelos serviços de inteligência da ditadura militar e por grupos paramilitares de extrema-direita, os quais vitimaram, um ano antes, um padre de sua arquidiocese. Sobre esse último fato, o jornal *A Defesa* identicamente se pronunciou. Chamou o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto

---

47 Cf. “Presos dois padres no Maranhão e um deles foi torturado”. *A Defesa*, 13 de setembro de 1970, p. 4.

48 Cf. “Dom Hélder se explica diante das calúnias que se levantam contra sua pessoa”. *A Defesa*, 13 de setembro de 1970, p. 1.

de “macabro mistério”; porém, demonstrou um ingênuo otimismo em relação à seriedade do viciado Inquérito que apurava o crime cometido contra o jovem padre.<sup>49</sup>

Eram os reflexos, na diocese de Propriá, da perseguição a segmentos católicos mais radicalizados. A diocese deixou transparecer a sua clara posição a favor desses segmentos. A sua defesa pela justiça social a estimulava a cobrar das autoridades as reformas estruturais prometidas e a se insurgir contra abusos cristalizados nas estruturas de poder. No ano de 1968, a diocese publicou a sua “Mensagem de Pentecostes”. Uma vez tocando nas questões sociais e políticas, a mensagem trouxe um sinal mais profundo de um distanciamento da diocese com a ordem estabelecida.

Citou uma importante circular do Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Serapião Aguiar, endereçada a todos os juízes do Estado. A circular, que já tinha sido divulgada pelo jornal *A Defesa*, concitou os juízes do Estado a se posicionarem sobre os casos “de flagrante violação dos direitos da pessoa humana” que se multiplicavam em cidades do interior de Sergipe.<sup>50</sup> A “Mensagem de Pentecostes” diocesana deu maior visibilidade a circular. Reproduziu o artigo da Constituição, aludido na circular, para cobrar punição aos infratores, por abuso de autoridade e excesso de poder.

A mensagem destacava, sem rodeios, a sua anuência à circular. Listou uma série de violações aos direitos humanos que aconteciam em cidadelas do Estado de Sergipe. Disse o texto: “Prisões ilegais e arbitrárias, violências no ato de prender, sevícias nos pobres presos, confinados em prisões imundas por tempo indeterminado”.<sup>51</sup>

Na década de 1970, a chegada de novos sacerdotes e a confrontação com problemas sociais locais deu um novo impulso político à diocese. Gradativamente,

---

49 Cf. “Vida e aspectos das coisas – Padre Antônio Henrique”. *A Defesa*, 06 de agosto de 1969, p. 2. O padre Antônio Henrique Pereira tinha apenas 28 anos. À época, o Ministério Público de Pernambuco defendeu que o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto se tratava de um crime comum. Porém, recentes pesquisas, realizadas pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual e Memória Dom Hélder Câmara, atestaram que autoridades militares de Pernambuco e agentes federais sabiam das motivações e da autoria do crime. Agiram no sentido de ocultar e interferir no processo. As fontes apontam que não se tratava de crime comum, mas de um crime com motivações políticas, realizado por membros do grupo paramilitar de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em coautoria com membros da Polícia Civil do Estado de Pernambuco. Cf. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*, Brasília: v. 3, 2014, p. 302-303. Sobre a descrição da morte, conferir: COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. *Cadernos da Memória e Verdade*. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, v. 2, 2014, p. 11.

50 Cf. “Juiz diz não às violações dos direitos humanos”. *A Defesa*, 31 de maio de 1968, p. 4.

51 Cf. CASTRO, dom José Brandão de. *Mensagem de Pentecostes*, 02 de junho de 1968, 3f.

ela mudava a sua rota em direção à oposição ao regime outrora louvado por ela. Projetos encabeçados por religiosos estrangeiros, como o da Cooperativa Camurupim, passaram a ser monitorados de perto pelos órgãos de informação da ditadura.<sup>52</sup> Ainda no início da década de 1970, dom Brandão assinou o polêmico documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*.<sup>53</sup> Uma documentação explosiva que questionava o poder estabelecido e fazia uma leitura radicalmente crítica ao “milagre econômico” alardeado pela ditadura.

Mas a oposição da diocese ao regime foi mesmo consolidada com a desilusão ante os projetos de modernização do governo federal. Essa desilusão aproximou a diocese das lutas sociais desencadeadas naquela década. A defesa da diocese às famílias de pequenos agricultores expulsos de suas terras, no município de Neópolis, abalou a relação ainda amistosa entre diocese e ditadura. O acontecimento ficou conhecido como o “caso Betume”.<sup>54</sup> A diocese colocou todas as suas instâncias a favor dos posseiros expulsos de suas terras pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Com isso, ganhou a desconfiança das elites locais, de juízes de direito, de políticos tradicionais e das chefias das companhias modernizantes criadas pelo governo federal. Enquanto a diocese acompanhava de perto situação dos moradores de Betume<sup>55</sup>, os documentos de espionagem da ditadura contra o bispo se ampliavam e viravam grandes dossiês contra atividades pastorais daquela diocese.

Os dossiês montados pelos serviços de inteligência já partiam do princípio de que os acusados de subversão eram culpados e mereciam a atenção do aparato repressivo. Dom Brandão se converteu rapidamente num daqueles “inimigos da revolução de 64” que suscitaram suspeições. Declarações do bispo sobre grilagem de terras jogaram mais lenha na fogueira, como evidencia o seu histórico, no dossiê elaborado pelo Serviço Estadual de Informações, entregue ao sinistro Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

---

52 Para mais detalhes, ver: Cf. DOSSIÊ do padre Domingos Puljiz. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P676/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

53 Cf. BISPOS e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo* (Êxodo, III, 7), 6 de maio de 1973. Salvador: Beneditina Ltda, 1973, 30f.

54 Pude averiguar o “caso Betume” com detalhes em minha tese de doutoramento. Cf. SANTOS, Osnar. Os sinais da conversão: o movimento do cristianismo da libertação na diocese de Propriá (1960-1991). 2022. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022.

55 Cf. VISITA ao Betume, 18 de junho de 1976, 5f.

No dossiê, as primeiras informações sobre o bispo dizem respeito aos pronunciamentos feitos em palestras no interior do Estado, ainda no ano de 1973. Pronunciamentos que, segundo as arapongas da ditadura, iam de encontro ao regime do país. Além disso, foi dito que, em seus pronunciamentos, o bispo deixava transparecer as suas tendências esquerdistas. Em seguida, o dossiê apontou a presença de dom Hélder na paróquia de Propriá para realizar palestras, a pedido de dom Brandão, em outubro de 1973. Algo que suscitou nova desconfiança e monitoramento.

**Figura 2** - Foto tirada por informantes da Polícia Federal na celebração de dom Hélder na catedral de Propriá, no dia 10 de outubro de 1973.



**Fonte:** DOSSIÊ de dom José Brandão de Castro [...]. Arquivo do Dops.

O dossiê ainda alegou que os trabalhadores de Betume, no ano de 1976, estariam dispostos a uma resistência armada, devido à ação do bispo e de seus padres, que os insuflavam por meio de Carta Pastoral e panfletos.<sup>56</sup> A linha diocesana, alinhada a uma inédita opção preferencial pelos pobres, a impelia a se confrontar com as estruturas de dominação. A consolidação do espírito oposicionista estava dada. Em 1976, dom Brandão foi convidado para representar a Comissão Pastoral

<sup>56</sup> Cf. DOSSIÊ de dom José Brandão de Castro. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P770/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

da Terra na CPI que discutia o sistema fundiário brasileiro. Ali foi cimentado mais um caminho diocesano contra o *establishment*.

Dada as denúncias do religioso acerca de episódios de grilagem de terras no Nordeste, especialmente na Bahia, a diocese ganhou as capas dos jornais de circulação local e nacional.<sup>57</sup> Acusações contra o bispo, vindas de dois parlamentares baianos, reforçaram as suspeições da comunidade de informações da ditadura sobre todo o clero da região. Era só o começo. Logo veio o apoio intrépido da equipe missionária aos Xocós da ilha de São Pedro. O novo envolvimento gerou a ira de uma das principais famílias tradicionais da região.<sup>58</sup> Nesse momento, a diocese consolidava a sua inclinação para a Teologia da Libertação e fortalecia a sua opção pelos pobres.

Em novos episódios, vieram conflitos com jagunços de outras famílias tradicionais. Cancelamento de festejos religiosos, conflitos com políticos locais e a perda de antigos aliados. No final dos anos 1970, a situação era esta: freiras tiveram de lidar com a ira das elites políticas, com a perseguição e o medo. A sintonia de outrora, com os governos de plantão, se converteu em dissonância declarada.

---

57 BAHIA. Assembleia Legislativa. **Depoimento de D. José Brandão de Castro, Bispo de Propriá, Sergipe**. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as atividades ligadas à grilagem de terras no Estado da Bahia. Realizada em 26 de outubro de 1977.

58 Cf. "Ameaças contra o bispo". **Estado de Minas**, 12 de outubro de 1978; "Para a gente pensar". **Encontro com as Comunidades**, outubro de 1978, p. 3; "Colonos cercam terras e PM reprime". **Jornal de Sergipe**, 10 de setembro de 1978; "Descendentes dos índios xocós tentam reaver terras [...]". **O Globo**, 07 de janeiro de 1979. Ver também: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE – PAULO BARBOSA DE ARAÚJO. Doc. nº BR\_RJANRIO\_TT\_0\_QUF\_PRO\_164\_d0001de0001. Investigação Policial Preliminar – 1979; 1979, 336f.



**Figura 3** - “Não queremos padres estrangeiros”, diz a pichação na Igreja de Ilha das Flores. Cf. “Na Ilha das Flores, o muro pichado da Igreja tomado pelas beatas”.



**Fonte:** Revista Veja, 27 de agosto de 1980, p. 28.

A diocese iniciou a década de 1980 envolvida em mais um conflito de terra. Consolidou-se no campo do catolicismo radical, e esboçou uma visão de mundo romântico-revolucionária. A opção pelos pobres se radicalizou. Em suas comunidades de base, posseiros analfabetos aprenderam a ler e passaram, através de poemas e cânticos, a narrar os episódios de luta e resistência. Nesse período, as posições da diocese deixaram de ser conhecidas apenas no âmbito nacional. Equipes da televisão francesa e alemã realizaram filmagens sobre os episódios; a *BBC* de Londres produziu documentário<sup>59</sup>, e a sua equipe conheceu de perto o drama na região, quase sendo vitimada de uma armadilha malfadada, montada contra o clero diocesano e os posseiros de Santana dos Frades.

A confusão se generalizou numa missa de desagravo ao bispo, no quase fatídico dia 17 de agosto de 1980. Policiais armados, cidade cercada, deputado espancado, prisões de posseiros, preocupação dos religiosos e pânico nas ruas de Propriá. A arbitrariedade policial rivalizava com as manifestações populares e religiosas em solidariedade ao clero diocesano.

<sup>59</sup> Cf. ARQUIVO NACIONAL. Doc. nº br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ppp\_80000957\_d0001de0001. – 1980; 24 de setembro de 1980, 22f.



**Figura 4** - “Para este povo a polícia se... armou até de metralhadoras”.



**Fonte:** Jornal de Sergipe, 19 de agosto de 1980, p. 6.

Cenas de resistência, na luta de posseiros em Santana dos Frades, ganhavam as capas dos jornais. Barulho de espingardas, rifles, facões, cartucheiras cheias e caixas de bomba; rancos de tratores, de veraneios e de furgões; orações, rezas, poesias, cânticos e cartas pastorais compuseram a sonoplastia da luta pela terra em Sergipe.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Conferir os episódios em: SANTOS, Osmar. Os sinais da conversão: o movimento do cristianismo da libertação na diocese de Propriá (1960-1991). 2022 . Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022.

Figura 5 - “Na foto, a irmã Hermínia tenta um acordo com pistoleiros”.



Fonte: Cinform, 03 a 09 de janeiro de 1991.

A diocese de Propriá conseguiu romper com a ambiguidade anterior, consolidou uma posição radicalmente oposicionista à ditadura, incomodou as elites locais e os projetos de modernização conservadora da ordem estabelecida. As suas mudanças no tecido político e social – da adesão à oposição à ditadura – alertam para as influências da religião na sociedade. Falou-se aqui de uma instituição que contribuiu para a conformação da ordem autoritária no Estado de Sergipe. Essa mesma instituição que foi, gradativamente, capaz de se insurgir contra essa mesma ordem e modificar abruptamente a conjuntura política e social nesse mesmo Estado, tendo repercussões nacional e internacionalmente.

Com toda a complexidade destacada do tema, o capítulo apontou como uma mudança da situação religiosa pôde equilibrar o jogo entre as classes sociais, confrontar a hegemonia de forças políticas e consubstanciar o surgimento de novas forças. A trajetória da diocese de Propriá é a prova cabal de que a religião pode ser um importante elemento de permanência ou de mudança nos rumos da história.

## Referências

[Depoimento] Carlos Alberto Santos, ex-membro do Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe. Resgate de uma história que perpassa a fronteira do saber, através da educação contextualizada, 2013, 7f.

‘Um seminário para a terra de Dom Cabral’. Fala à imprensa de Belo Horizonte Dom José Brandão de Castro”. [Entrevista] Senhor Bom Jesus, março de 1961.

## A Defesa

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. Doc. nº br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ppp\_80000957\_d0001de0001. – 1980; 24 de setembro de 1980, 22f.

BAHIA. Assembleia Legislativa. **Depoimento de D. José Brandão de Castro, Bispo de Propriá, Sergipe**. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as atividades ligadas à grilagem de terras no Estado da Bahia. Realizada em 26 de outubro de 1977.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976-1975.

BISPOS e Superiores Religiosos do Nordeste. **Eu ouvi os clamores do meu povo** (Êxodo, III, 7), 6 de maio de 1973. Salvador: Beneditina Ltda, 1973, 30f.

BONJARDIM, Solimar G. Messias; ALMEIDA, Maria Geralda de. Expansão do Sagrado: a territorialidade da Igreja Católica em Sergipe-Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, Costa Rica, v. 2, p. 01-16, jul-dez, 2011.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**, Brasília: v. 3, 2014, p. 302-303. Sobre a descrição da morte, conferir: COMISSÃO ESTADUAL DA

MEMÓRIA E VERDADE. **Cadernos da Memória e Verdade**. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, v. 2, 2014.

CASTRO, Dom José Brandão (Bispo de Propriá). **Mensageiro de Santo Antônio**. [Entrevista concedida a] Luciano Bernardi. [S.l.], 04 de abril de 1984.

CASTRO, dom José Brandão de. **Carta pastoral de saudação de Dom José Brandão de Castro** - Bispo de Propriá. 1960.

CASTRO, dom José Brandão de. **Mensagem de Pentecostes**, 02 de junho de 1968, 3f.

CASTRO, dom José Brandão de. **Uma visão do Baixo São Francisco Hoje** – Depoimento de dom José Brandão de Castro na CPI das Enchentes. [S.l.], 10 de setembro de 1981.

## Cinform

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE – PAULO BARBOSA DE ARAÚJO. Doc. nº BR\_RJANRIO\_TT\_0\_QUF\_PRO\_164\_d0001de0001. Investigação Policial Preliminar – 1979; 1979, 336f.

CORRÊA, Marcos. **1964**: visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L & PM, 1977.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe. 1964-1984**: partidos e eleições num Estado autoritário. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DOSSIÊ de dom José Brandão de Castro. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P770/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

DOSSIÊ do padre Domingos Puljiz. Aracaju, [19--]. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nº P676/05. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV).

DREIFUSS, René. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

## Encontro com as comunidades

### Estado de Minas

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (1962-1975)**. Aracaju: s/e, s/d.

### Folha Popular

IGREJA CATÓLICA. **Decreto Executivo referente à Diocese de Propriá**, 07 de outubro de 1960.

### Jornal de Sergipe

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão** – um pastor com cheiro de ovelhas. Belo Horizonte: O Lutador, 2017.

### O Globo

OLIVEIRA, frei Roberto. **Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste**. João Pessoa: Ideia, 2006.

PARKER, Phyllis. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

### Revista Veja

SANTOS, Ana. **Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2006.

SANTOS, Osnar. **Os sinais da conversão: o movimento do cristianismo da libertação na diocese de Propriá (1960-1991)**. 2022. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022.

SIMÕES, Solange. **Deus, Pátria e Família:** as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

VISITA ao Betume, 18 de junho de 1976, 5f.

# TRABALHADORES RURAIS SOB CERCO: JUSTIÇA, REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS NA TRAJETÓRIA DO SINDICALISTA NEGRO FRANCISCO ALVES CABRAL (1960-1969)

Juliana Carolina da Silva<sup>1</sup>

## Introdução

O objetivo desse texto é apresentar a trajetória de Francisco Alves Cabral, liderança sindical de Andirá, na década de 1960. O conhecimento dessa trajetória é importante para compreendermos as manifestações de diversas formas de violência, como a estrutural, violências sistêmicas e as próprias consequências do anticomunismo na trajetória de militantes políticos. A partir do entendimento das diferentes opressões e coerções, e de suas inflexões no sistema cultural, político e econômico de reprodução das desigualdades, poderemos ter ferramentas para entender as complexidades das resistências. Para tanto, serão explorados os seguintes tópicos: 1) Militância sindical; 2) Repressão institucionalizada; 3) Prisões; 4) De preso político a informante; e 5) Desaparecimento. As fontes utilizadas são documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público do Estado do Paraná.

Na primeira metade do século XX havia muitos migrantes que iam para a região do Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, na esperança de produzirem em uma terra considerada fértil, de muitas fazendas e com novas oportunidades de recomeços de suas vidas. Francisco Alves Cabral era um desses migrantes, nascido em 1923, homem negro, de baixa estatura, vindo da Paraíba. Casou-se com Maria Nazaré Cavalcante Oliveira, mulher negra e migrante também, nascida em Gradaú, no Estado do Pará, filha de maranhenses. Ambos se deslocaram

---

<sup>1</sup> Doutora em História (UFRGS) e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFAM campus Parintins. E-mail: juliana.carolina@ifam.edu.br

para Andirá, PR, em 1956, com três filhos. Andirá é uma cidade pequena, próxima da divisa com o Estado de São Paulo e na época, possuía cerca de 20 mil habitantes.

Em 1961, com os filhos, Cabral e Nazaré se mudam para a Fazenda Barreirão S/A, de Andrez Castilho. No corte de cana também trabalhavam seus filhos, José Alves Cabral, de doze anos, Joel Alves Cabral com dez anos e Raimundo Alves Cabral, com então sete anos. Ao serem contratados pelos colonos-chefe, as famílias escolhidas eram aquelas mais numerosas, que deveriam ter no mínimo três enxadas, não sendo contratados trabalhadores solteiros. Entretanto, por mais que a família toda de Cabral trabalhasse, além do salário abaixo do estipulado em lei, eram descontados valores referentes a habitação, lenha, abatimento de 60% do valor do litro de leite (conforme corrente no comércio), taxa fixa de Cr\$ 100,00 de uso de energia elétrica, fornecimento de mercadorias, como óleo, açúcar, feijão, café e desconto pelo terreno utilizado para o cultivo particular.

Era costuma que os patrões infligissem descontos salariais, que muitas vezes deixavam os trabalhadores em dívidas, pois esta era uma estratégia dos proprietários de terras para manter os colonos dependentes das fazendas, podendo apenas subsidiar a sua subsistência. Esse sistema influía no domínio sobre a terra, uma vez que a luta pela condição básica de vida impedia a acumulação de capital e aquisição de terra por parte dos trabalhadores e o aproveitamento dos lucros advindos desta, visto que o plantio de alimentos para sobrevivência e a terra utilizada passavam a ser custeados pelo trabalhador. A pobreza e, muitas vezes, a fome demonstravam assim sua funcionalidade para a sustentação da ordem existente. Então, como Cabral, muitas outras pessoas quando chegavam à região se deparavam com um forte sistema de exclusão social e acabavam trabalhando nas colônias das fazendas, com salários baixos, em diferentes cultivos.

Então, na fazenda Cabral era motorista, colhia café e cortava cana, também fazia serviços biscates, de eletricitista, e Nazaré, sua esposa, fazia “prendas domésticas” e auxiliava o marido no corte de cana e nas colheitas. Após dois meses trabalhando na Fazenda Barreirão, Cabral passou a exercer a função de feitor de turma, sendo exercia uma função de chefia, pois o cargo de feitor de turma era encarregado direto do administrador. O feitor era um gestor ou capataz, supervisor dos trabalhadores, e Cabral era um feitor negro, que geria o trabalho de homens brancos migrantes e imigrantes e de homens negros.



## *Militância sindical*

As migrações, fome, saques e o medo, bem como as maneiras de resistências, fazem parte das histórias das transformações do Norte do Paraná nas décadas de 1950 a 1970. Além de todas as violências estruturais e de exploração do trabalho que adentrava o cotidiano e as relações afetivas dos indivíduos, as violências também se intensificaram no contexto das mudanças políticas desse período. O agravamento das péssimas condições de vida entre os trabalhadores do campo favoreceu a formação de organizações camponesas e sindicais. De 1950 em diante, figurava-se o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais na região.

O surgimento do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Norte do Paraná é datado de 1956, com sua fundação em Londrina, mas possuindo atuação e influência em municípios vizinhos. Nesse mesmo ano, foram fundados sindicatos em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá. Segundo Priori e Pomari (2012), a sindicalização foi favorecida, de um lado, pela fundação de uma entidade nacional, coordenadora do movimento dos trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954; e de outro, pela desestruturação das relações de trabalho, há muito arraigadas no contexto cultural do homem do campo, com o fim do sistema de colonato, o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia, que exerceram uma força de desestruturação, tornando piores as condições de vida do trabalhador rural. Buscando na organização encontrar formas de melhorar esse quadro, a primeira entidade de caráter sindical de Andirá foi a União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá (ULTGA). Fundada em 1962, a ULTGA teve Cabral como presidente nos anos de 1963 a 1964. Mas os trabalhadores rurais enquanto novos atores políticos não foram aceitos pelas forças políticas dominantes na região, a cujos interesses se opunham. A melhoria de vida do trabalhador rural não era uma pauta vista como importante pelos proprietários de terras, pelo contrário, era uma ameaça.

No ano de 1963, houve eleições para prefeitos e vereadores. Euclides Casemiro Teixeira concorreu a Prefeito em Andirá pelo PTB e perdeu a eleição. Em 23 de outubro de 1963, Teixeira enviou uma carta a Amaury de Oliveira e Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social, relatando que a derrota eleitoral ocorreu devido “a intromissão astuta e altamente dos acirrados elementos comunistas no ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais’” e suplicando por uma ação aos líderes,

para que estes, como políticos, pudessem salvar o país da “derrocada” e da ameaça comunista.

De acordo com o estudo de Ângelo Priori, Luciana Pomari, Silvia Maria Amâncio e Verônica Karina Ipólito (2012), sobre o Partido Comunista e os movimentos sociais do campo no estado do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, os jornais como o Folha de Londrina (19 de maio, 29 de junho, 27 de agosto de 1956) e Diários Associados, “publicavam, quase que diariamente, notícias de assembleias de trabalhadores rurais, acusando estes de ‘baixo nível mental’ e de querer atear fogo nas lavouras de café” (2012, p. 174). A elite mobilizou meios discursivos, como a imprensa e a tribuna do Congresso Nacional para uma campanha anti-sindicato. O trabalhador sindicalizado passou a ser retratado como um inocente, massa de manobra na agitação no campo, que estaria sendo manobrado por comunistas, subversivos e agitadores. O “desequilíbrio econômico da região” e a queda da “produção agrícola”, provocados pela agitação nos meios rurais, ainda de acordo com o estudo mencionado, são expressões que aparecem em quase todos os discursos jornalísticas dos anos 1950 e 1960. “O que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’” (Priori *et. al*, 2012, p. 173).

Além das elites através da mídia a Igreja também atuava, como aponta a professora Rodeghero no texto “Campo x Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul (1997)”, a igreja católica “buscou atuar na eliminação da propagação do comunismo, entendendo esta como formas de “defender o campo”, garantindo a manutenção da lealdade religiosa e mantendo essa população da zona rural” (Rodeghero, 1997, p. 149). Nesse cenário, os empregadores protestaram contra os sindicatos criados pelo PCB, de maneira legal, fazendo uso da imprensa, das tribunas das casas legislativas e dos tribunais de justiça. Entretanto, alguns patrões se utilizaram de meios ilegais, como a invasão aos sindicatos, apedrejamento, incêndios, ameaças com armas de fogo, voz de prisão, cerceamento da locomoção, entre outros, com o objetivo de destruir as entidades dos trabalhadores rurais. Era um momento difícil para a organização sindical e para a militância que Cabral havia começado a empreender.

Ainda segundo o jornal *Terra Livre*, na assembleia de fundação da ULTGA em dezembro de 1962, participaram 50 trabalhadores do campo. Lá foram discutidos problemas de interesse dos camponeses e se buscou traçar planos para a luta e organização da classe. Os motivos das reivindicações, prioritariamente ligados à melhoria de condições de vida, eram geralmente levados ao tribunal em forma de processos trabalhistas contra os patrões, orientados pela União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR. Cabral, como presidente do Sindicato, participou de todas as reuniões que ocorreram do período, acompanhando os demais trabalhadores rurais sindicalizados. Dessa maneira, a orientação e os esclarecimentos sobre a legislação trabalhista e os direitos já garantidos em lei estavam muito presentes na luta no campo no período pré-1964 e eram uma das pautas primordiais da ULTGA.

Existem diversas evidências de que os dirigentes sindicais de Andirá tinham relações com o Partido Comunista: a) Considerando a comunicação dos trabalhadores rurais de Andirá com o jornal *Terra Livre*, através da publicação de cartas e matérias sobre suas lutas; b) A criação da instituição denominada União dos Lavradores e Trabalhadores, sendo uma alusão a ULTAB - Entre as instituições de esquerda que se articulavam na organização dessas lutas, fundamentalmente com a orientação do Partido Comunista do Brasil, havia sido criada em 1954, em São Paulo, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país; c) Com a participação de membros da ULTGA na Assembleia Geral Ordinária da ULTAB, em São Paulo; d) A aplicação das diretrizes da Assembleia nas ações da ULTGA.

No ano de 1963, intensificam-se as greves e as iniciativas dos trabalhadores rurais no sentido de fazerem valer às leis. Como demonstra a tabela abaixo, construída com fontes diversas, no cotidiano dos conflitos havia muitas formas de ação, que contemplavam as marchas, passeatas e acampamentos nas cidades, para pressionar as instâncias de poder e mobilizar o apoio da opinião pública. Entretanto, a recusa dos proprietários em negociar com os trabalhadores organizados, impulsionava um processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e da acentuação da

violência, indo desde privação de alimentação e deslocamento até a coação física e ameaças, de maneira que a tortura psicológica (com as ameaças e humilhações) e a tortura física eram formas de violência sistêmica entre as diversas fazendas.

Retornaremos à família de Cabral, nos anos iniciais da década de 1960, através da entrevista concedida por Maria Nazaré ao jornal Folha de Andirá, em 06 de agosto de 2004, que faz parte do conjunto de documentos que integra seu pedido de indenização à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Nesse documento, Nazaré relata que quando migraram para Andirá, vieram o casal e seus três filhos, José Alves Cabral, Raimundo Alves Cabral e Joel Alves Cabral. Nos anos iniciais da década de 1960 também haviam nascido Delzina Alves Cabral e Israel Alves Cabral, o que fez com que a família buscasse primeiro trabalho em outras propriedades além da Fazenda Barreirão S/A e, depois, com os processos e perseguições políticas, se mudasse para a cidade, para uma pequena casa na Vila Industrial de Andirá. Ali nasceram os outros três filhos de Cabral e Nazaré, Moisés, Verani e Dario Alves Cabral. Digredindo sobre essa época, nas palavras de Dário A. Cabral (1996), em carta endereçada à Comissão Especial do Ministério da Justiça:

Fui crescendo, passando as vezes até fome mas consegui sobreviver. Quando cheguei a idade de ir para a escola não pude ir, porque o que minha mãe e meus irmãos ganhavam mal dava para o aluguel e o sustento da casa. Então eu não podia ir para a escola, porque não tinha como me manter.<sup>2</sup>

Nesse sentido, considero a pobreza uma violência causada pela desigualdade social e por estruturas de manutenção dessa desigualdade, que atuava na vida de Nazaré, Cabral e continuaria a deixar marcas nas vidas de seus oito filhos. Também mais tarde, no ano 1963, a família voltou a residir na zona rural.

Se uma das marcas do início da década de 1960 foi a organização dos trabalhadores rurais e as reações a esta, na mesma época era forte a instrumentalização da ameaça do “comunismo internacional”. No início da década de 1960, com o acirramento dos conflitos locais e das disputas que estavam em curso, seja com a SUPRA, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, com a Crise da Legalidade, com o complexo IPES/IBAD. Com os “ensaios da guerra revolucionária”

---

2 Carta de Dário Alves Cabral, do dia 22 de maio de 1996, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ministério da Justiça. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 42.

(Lemos, 2018), que culminariam no golpe civil-militar, entra em curso uma sequência de prisões na região do Norte do Paraná, justificadas pela Doutrina de Segurança Nacional, mas que vinha na esteira dos interesses dos proprietários rurais, na desmobilização da ULTGA e dos sindicatos da região.

No período, além de Cabral, a ULTGA e o Sindicato possuíam mais quatro lideranças e todos foram punidos. Edmundo Bonesso e seus irmãos, Alexis e Alcides, foram presos em 1964, acusados de subversão em sua atuação na ULTGA; Cabral foi preso em 1964, 1967, 1968 e 1969; Raul Gomes Carvalho duas vezes, em 1964, por suposto envolvimento com o Grupo dos 11, e em 1969, por promover agitação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.

### *Repressão institucionalizada*

Nos dias 04 e 05 de abril de 1964, logo após o golpe, também foram realizadas prisões em Bandeirantes, Cambará e Itambaracá, Wenceslau Braz, municípios localizados na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná. Segundo depoimento de Edmundo Bonesso, nos autos do BNM 238 / IPM 384/64, ele havia sido levado no dia 06 de abril a Curitiba, junto com outras 28 pessoas. Além destes, foi preso em Wenceslau Braz, no dia 08 de abril, Altamiro Loureiro de Mello, eletricista. Ainda, em Andirá foram detidos Euclides Cassemiro Teixeira (solto em Jacarezinho), e Cabral, que ficou detido no Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho. As prisões contaram com a cooperação das delegacias da região, das prefeituras e da Igreja.

Entretanto, de acordo com a de mestrado, “Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá-PR (1964-1982)” (SILVA, 2019), diferentemente do momento anterior a 1964, essas prisões buscavam uma aparente justificativa legal. Durante as prisões foram violados os parágrafos 20, 21 e 25 da Constituição de 1946, que vigorava na época do golpe 1964, pois não ocorreu flagrante dos supostos crimes, a prisão não havia sido comunicada ao juiz, não houve direito de plena defesa aos acusados e não foi informado os motivos das prisões para algumas das pessoas detidas.

As prisões realizadas nesse momento deram início aos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desenvolvidos no período. Maria Helena Moreira Alves (2005), no livro “Estado e oposição no Brasil (1964-1984)”, nos explica que o IPM era um procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos

códigos normativos das Forças Armadas e também na Lei de Segurança em vigor. A partir de 1964, apoiados no AI-1, os IPMs foram usados de maneira generalizada, para investigar crimes militares e políticos. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, em levantamento realizado no livro “As universidades e o regime militar”, calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil (Motta, 2014, p.49)

Nesse contexto, como padrão da Operação Limpeza, mesmo diante da ausência do cumprimento normativo, houve a tentativa de apagar as ilegalidades ao longo do processo, em justificativas que foram sendo argumentadas nos depoimentos. Durante as apurações do IPM 384/64, houve a tentativa de minimizar a ilegalidade das prisões ao afirmarem (as testemunhas) que um juiz foi consultado antes das prisões serem realizadas e ao juntarem ao processo uma denúncia (não assinada) de que ocorreria um levante comunista. A busca por uma aparência de legalidade foi um novo *modus operandi* nas ações policiais e pode ser entendida através do conceito de terrorismo de Estado. Este compreende as políticas de terror que foram aplicadas na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980. Estas políticas se orientavam na Doutrina de Segurança Nacional e na forma da guerra contrarrevolucionária, sendo um terrorismo em grande escala, promovido pelo Estado, dentro e fora das fronteiras do país (Padrós, 2008).

O terror impetrado contra opositores políticos, grupos sindicais e demais setores da esquerda, passou a complementar as ações de violência já utilizadas na região contra os trabalhadores rurais. Naquele momento, surgia a oportunidade de não só desmobilizar os trabalhadores, mas de reprimir e “exterminar” suas iniciativas de organização sindical. As prisões das lideranças de trabalhadores rurais da região foram efetuadas em horários diversos, no local de trabalho e em outros locais que seriam públicos, de modo que a operação policial para prender os trabalhadores servisse para gerar constrangimento social a estes. Após, os presos foram levados à Delegacia de Andirá, a qual, com veículos da Prefeitura Municipal e em ação conjunta com delegacias de cidades próximas, como Jacarezinho, organizou um comboio para as prisões. A maioria dos presos políticos foram levados a Curitiba, mas Francisco Alves Cabral permaneceu em Jacarezinho, preso no Batalhão da Polícia Militar.

## Interrogatórios

Segundo Mariana Jofilly (2008), que estudou os interrogatórios realizados durante a Operação Bandeirante, pelo DOI de São Paulo (1969-1975), estes são os testemunhos do funcionamento de uma engrenagem em que os procedimentos eram clandestinos e os produtos destituídos de valor jurídico. A intenção dos interrogatórios era a de angariar informações para chegar a novas prisões e “transmitir ao Dops material suficiente para que o declarante fosse indiciado” (Jofilly, 2008, p. 364). Nos períodos em que Cabral ficou preso no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Em 1964 em Andirá, Francisco Alves Cabral era a única liderança sindical que de fato trabalhava na lavoura e que era negro, visto que os irmãos Bonesso eram comerciantes, brancos, descendentes de italianos. Nesse sentido, também devemos considerar que a violência sistemática e a tortura para obtenção de informações, possivelmente foram utilizadas, uma vez que também se relacionavam à violência estrutural e ao fato de Cabral ser de classe baixa e afro-brasileiro. De acordo com Jofilly, o uso de métodos de tortura é mais recorrente quando o alvo é investido de considerável dose de desumanização e “no caso de indivíduos oriundos das classes mais desfavorecidas, o processo de construção de um olhar que não reconhece o outro como um igual remonta a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na instituição da escravidão” (Jofilly, 2008, p. 379).

No fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho do mesmo ano. Neste momento, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho. Essa segunda prisão teria relação com a repressão e coerção da atuação sindical e, também, visava a coleta e formalização de informações acerca da atuação de personagens como a professora Maria Lorena Santos e Silva, o dentista Edson Campos e Silva, os senhores Agliberto Vieira de Azevedo e Alaor Figueiredo, entre outros, que seriam ligados ao PCB e PCdoB. As informações colhidas pelos interrogatórios, os materiais apreendidos e as pessoas presas nos meses iniciais de 1964, foram encaminhadas a DOPS.

Esses documentos serviram de base ao Inquérito Policial-Militar instaurado em 21 de setembro de 1964 sob a chefia de Ferdinando de Carvalho para apurar



as atividades do PCdoB. O IPM 709 contém uma pasta chamada Pasta 16 PR, que foi enviada a Procuradoria Geral da Justiça Militar em agosto de 1966 e resultou no arrolamento de diversos militantes e na cassação dos direitos políticos, com base no AI-2. Com este trabalho, Carvalho se tornou especialista em repressão ao comunismo e foi promovido a general de brigada em 1973.

Então, a Pasta 16 PR foi uma tentativa de mapear as atuações, diretrizes e indivíduos que seriam comunistas e infiltrados em instituições públicas. Era imbuída do objetivo de conhecer o inimigo e encontrar as suas infiltrações dentro de instituições. As concepções de que haveria um inimigo a ser combatido, cuja atuação era ideológica e extremamente perigosa, que se infiltrariam em instituições ou no tecido social, são elementos da ideia de guerra contrarrevolucionária e essa criou uma permissividade para as políticas de terrorismo de Estado. Na região em que estudamos, podemos visualizar essas práticas ao longo das prisões, dos processos, das suspeições e, também, nas condições que tornaram possíveis a instrumentalização de Francisco Cabral por parte da polícia. Para dialogarmos sobre essa afirmação, iniciaremos observando o depoimento de Maria Lorena Campos e Silva presente no IPM 139 / IPM 406. Antes, é importante informar que não houve nenhum IPM em que Cabral figurasse como réu e nem processo iniciado antes 1967 contra o mesmo. Então, nos IPMs citados, Cabral constava como testemunha e não como acusado. Os acusados do IPM 238 eram os irmãos Bonesso e os acusados do IPM 406 eram Maria Lorena Campos e Silva, Edson Campos e Silva e Miguel Dinizo. Na tese **“Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969)”**, de autoria de **Juliana Carolina da Silva (2023)**, foi observado o depoimento de Maria Lorena e Edson Campos e o paralelo e realizada a comparação com a estrutura do depoimento de Francisco Cabral. A comparação demonstrou como os marcadores sociais presentes nessas três pessoas foram lidos e refletidos nas formas de tratamento e composição da fonte policial.

No depoimento prestado por Francisco Alves Cabral, presente no BNM 238 / IPM 384/64 e IPM 139 / IPM 406, colhido em 15 de junho de 1964, na DOPS/PR, em Curitiba, constam inicialmente as perguntas de identificação, informando que o depoente possuía quarenta anos, sendo natural de Campina Grande/PB, sua filiação e que trabalhava como lavrador em Andirá. Após, perguntado sobre como



teria se envolvido em atividades subversivas, Cabral teria respondido que trabalhava na lavoura, quando em 1961 havia sido procurado pelos irmãos Bonesso e por Maria Lorena Campos e Silva (sic), para que assumisse a função de presidente da Associação dos Trabalhadores em Geral de Andirá. Sobre a fundação deste sindicato, Cabral teria contado que a “associação, escondia, na finalidade de tratar de assuntos referentes, à vida social do trabalhador, o verdadeiro propósito COMUNISTA, como ficou logo demonstrado, nas pregações, durante as reuniões que faziam” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 89, grifo no documento). Mais adiante, perguntado sobre as atividades que o sindicato realizava:

respondeu que, de início, havia grande confusão, poruque, digo, porque, sem advogado, eram os IRMÃOS BONESSOS junto com MARIA LORENA, que intimavam os Fazendeiros, a comparecerem à Séde da Associação, onde se tratavam grandes discursões, nas quais concitavam os trabalhadores a PEITAR OS PATRÕES, tomando-lhes as TERRAS, INVADINDO-LHES AS FAZENDAS; que nas reuniões de assembleia, os assuntos que se tratavam eram sempre REFERENTES AO PARTIDO COMUNISTA, À SUA IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. (BNM 238 / IPM 384/64, p. 89, grifo no documento).

Seguindo, foi questionado sobre a motivação de ter aceitado ser presidente do Sindicato e teria contado que havia como recompensa um pagamento de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa, que seria pago pelos proponentes. Em outro trecho do depoimento, a recompensa seria de Cr\$40.000,00, pagos pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná e mais a mesma quantia, paga pela família Bonesso e por Maria Lorena. O documento narra que o valor serviria “para o sustento de sua numerosa família” e “como não andasse bem de finanças, sem recursos, pois era trabalhador na lavoura, o declarante, achou mirabolante a proposta, e, não titubeou em aceitar”, mas “que para tal teria o declarante que se converter num dêles, isto é, um COMUNISTA” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 90, grifo no documento). Teria recebido o pagamento até outubro de 1963, quando rompeu com os irmãos Bonesso e com Maria Lorena Campos e Silva, “fato êste, que relatará posteriormente”. E, quando perguntado se poderia comprovar o pagamento recebido, teria respondido que não possuía documentos, mas sim, que Pedro Lopes da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, poderia confirmar a versão.

Após, foi perguntado se naquele período Cabral possuía a inteira confiança dos comunistas e:

RESPONDEU que, sim, a pondo, digo, ponto de ter sido escolhido por EDMUNDO BONESSO para ir apreender em CUBA OS MÉTODOS E PROCESSOS UTILIZADOS PARA ORGANIZAR GRUPOS DE LAVRADORES, afim de [?] com eles, aplicar êsses métodos à REVOLUÇÃO que pretendiam deflagrar no Brasil. (BNM 238 / IPM 384/64, p. 93, grifos no documento).

A viagem teria durado dois meses e sido custeada por Edmundo Bonesso. Junto com mais doze pessoas de diferentes estados, orientadas por José Leandro, que seria um importante nome do Partido Comunista no Rio de Janeiro, partiram de São Paulo em um avião para Cuba. Ao voltar para o Brasil, Cabral teria trazido material para servir de propaganda à revolução, mas não concordou com os irmãos Bonesso e rompeu com estes. “Decidiu então dedicar-se exclusivamente a Sindicalização pura do lavrador procurando com os meios que despusesse afastá-los ou impedi-los de cair nas garras dos comunistas” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 93-94).

Porém, análise do depoimento de Cabral indica que os agentes falam através do testemunho, instrumentalizando a fala do depoente, como percebemos através dos seguintes aspectos: 1) o depoimento de Cabral foi um resumo ou uma narrativa do depoimento, escrito totalmente em terceira pessoa; 2) O narrador já possuía o conhecimento das sequências de perguntas que seriam feitas; 3) Houve o emprego do vocabulário repressivo e a inclusão de informações completas e com exatidão de datas e nomes completos. Por isso, no depoimento de Cabral nota-se que a fala deste é muito próxima da forma como um agente da repressão discursaria. Aliado aos jargões policiais usados pelo escrivão, havia uma tentativa de não enquadrar o investigado como comunista, mas sim, como um infiltrado, uma vez que houve uma ruptura com os “comunistas”, que seriam os irmãos Bonesso e Maria Lorena.

Sobre os fatos narrados, o documento porta muitas incoerências, como a variação do valor do pagamento pelo cargo de presidente e a ida para Cuba. O valor pago pela função de presidente do Sindicato seria de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa e em outro momento, consta no depoimento que seria de Cr\$40.000,00 e vale mencionarmos que o salário mínimo na época era de Cr\$6.650,00, maior do que o salário recebido por Cabral no ano de 1963, como vimos no início deste texto. Nesse sentido, a incoerência se dá devido ao valor pago pelo cargo de presidente ser

demasiado alto, em que, se houvesse mesmo ocorrido os pagamentos, possivelmente Cabral não precisaria mais trabalhar naquele período, o que não ocorreu. Ainda, há as muitas citações às figuras de renome nacional e a atuação política de Cabral sendo descrita com uma dimensão grande, como se Cabral tivesse ligações e posições semelhantes às de um dirigente do PCB nacional. Ademais, as informações que constam no depoimento transportam as organizações locais e o sindicato para uma abrangência nacional. Acreditamos que essas sejam incoerências que mais denotam a delírio dos policiais do que a veracidade das informações.

Além disso, nos momentos em que Cabral estereotipa os militantes como comunistas, se isenta do protagonismo das ações, conta que rompeu com os “comunistas” e narra situações que claramente seriam de interesse dos interrogadores. A aproximação com os interlocutores é um elemento discursivo que pode ser lido como uma estratégia ao lidar com os interrogadores, servindo-se de determinadas posições para diminuir a distância e a “desumanização” que os separava. O depoimento de 1964 prestado por Cabral foi utilizado em dois processos, no BNM 238 / IPM 384 e no BNM 139 / IPM 406. O primeiro processo (BNM 238/ IPM 384) foi aberto em 05 de julho de 1966, a partir dos desdobramentos dos interrogatórios e da coleta de materiais considerados subversivos, na operação limpeza que se seguiu nos primeiros dias após o golpe. Esse processo foi julgado pela *Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (5ª CJM)*, em *Curitiba/PR*, tendo como acusados Edmundo Bonesso, Alcides Bonesso e Alexis Bonesso. O segundo processo (BNM 139 / IPM 406) foi aberto em 02 de dezembro de 1966 e teve como órgão responsável pela condução a *Auditoria da 5ª CJM*, em *Curitiba*, que julgaria os acusados Miguel Dinizo, Edson Campos Silva, Maria Lorena Campos Silva e Sebastião Machado de Oliveira.

Finalizadas as buscas policiais, o encarregado do IPM, André Luiz dos Santos, em 29 de julho de 1964, escreveu o relatório terminativo do caso de Andirá. Salienta que, Francisco Cabral, homem simples, pobre, passando privações, ante as propostas de remuneração, moradia e suprimento feitas pelos Bonesso, aceitou assumir a presidência da União Geral de Trabalhadores de Andirá, se tornando o “testa de ferro” dos Bonesso. Para o capitão, Cabral se envolveu nas ações da União movido por questões econômicas e por simples persuasão dos Bonesso que o manobraram rumo a objetivos subversivos que desconhecia. Mas como ali depunha, “desviou-se

a tempo do erro e da subversão”. Posto isto, a comissão de IPM afirma que Cabral seria uma preciosa testemunha não devendo ser arrolado como indiciado.

Nesse momento, podemos traçar duas possibilidades de interpretação sobre esse depoimento de Cabral. A primeira é que o depoimento tenha sido forjado pela polícia, escrito conforme seus interesses e entregue para Cabral assinar, sob ameaça ou demais violências, conforme prática utilizada em outros momentos. A segunda possibilidade é que, para evitar a violência, Cabral tenha usado como estratégia aproximar as informações prestadas do que seriam os interesses do agente repressivo, buscando manter a sua integridade e de seus familiares. Ambos os cenários nos remetem às intencionalidades do agente repressor e constata práticas de terror e intimidação. Cabral foi solto em 16 de junho de 1964. Ele reapareceria nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967.

Diversas informações que teriam sido prestadas por Cabral aparecem em boletins da repressão no Paraná, como na Pasta 19, datada de 27 de novembro de 1964, mas não elencam nenhuma atividade de Francisco Alves Cabral. Ele reaparece, no entanto, nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967. Inferimos que, a partir de sua soltura, Cabral passou a ser uma fonte de informação aos policiais e que os depoimentos de Cabral auxiliaram como fonte na montagem de relatórios sobre o PCB e o PCdoB no Paraná. Nos interrogatórios, os policiais teciam as perguntas considerando as necessidades informacionais, que eram requeridas através dos ofícios do SNI e da DOPS.

Em 11 de abril de 1967, Francisco Alves Cabral assinou uma declaração afirmando que esteve na reunião narrada num “relatório”, no qual relatavam ações do sindicato rural, e a declaração teve firma reconhecida no cartório do vereador Olavo Arieta Negrão. Consta na declaração que a reunião terminou por “motivo de passar-ser mais de Onze horas da noite”, horário em que o cartório já estaria fechado. Tal fato denota a existência de uma colaboração entre o cartório do vereador Negrão e o sistema repressor do período ou a antecipação da necessidade de comprovar em cartório a fidedignidade do encontro, devido alguma pressão do agente repressor. As declarações, relatórios e um envelope contendo uma fita magnética de áudio, supostamente entregue por Francisco Alves Cabral, foram enviadas ao promotor público em Curitiba, no dia 28 de abril daquele ano.

No período em estudo, a Doutrina de Segurança Nacional, aliada ao terrorismo de Estado, a lógica da suspeição, as violências estruturais e aos interesses militares e privados dos proprietários rurais, por um lado, faziam com que o processo de coleta de depoimentos fosse embrenhado por ações de violência, de maneira que as ferramentas utilizadas na apreensão de informações também produzissem narrativas e informações conforme as preocupações e interesses desses agentes. Por outro lado, a verificação da legitimidade e acurácia também se fazia muitas vezes sob meios autoritários e violentos. Em entrevista coletada por Angélica Alvares com Edmundo Bonesso, este relata que:

O Cabral foi escolhido por nós porque ele era um [...] participante da classe trabalhadora, mas ele pensando de agradar a classe dominante dos militares né, os governantes militares, ele acabou se tornando nosso inimigo e inventando as maiores mentiras contra nós. E os militares acharam que ele era uma grande fonte de informações e começaram a torturar pra conquistar, pra conseguir mais informações e acabaram até destruindo a vida dele. (Alvares, 2017, p. 141).

Embora não tenhamos como dimensionar o terror causado pela tortura, de acordo com Janaína Teles (2011), este era tamanho que havia recorrência que alguns militantes se antecipassem às torturas e fornecessem informações sobre localização e pontos de encontros, mesmo quando não eram diretamente interrogados a respeito. Segundo a autora, o próprio corpo dos indivíduos passou a ser um “meio”, onde a tortura “configurou-se como a exceção política originária na qual a vida exposta ao terrorismo de Estado foi incluída no ordenamento social e político” (Teles, 2007 *apud* Teles, 2011, p. 76). É preciso lembrar, no entanto, que muitos torturados como Cabral já viviam em um sistema social excludente e desigual que, de outras maneiras, lhes ameaçava constantemente a vida.

De acordo com o estudo realizado sobre os documentos BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, percebemos que Cabral não havia figurado como investigado em nenhum inquérito ou indiciado em algum processo, tendo sido somente testemunha nesses processos pelos quais foi preso para ser levado a “interrogatório”. Ao longo de 1964 até o início do ano de 1965, ele havia sido preso pela polícia ao menos três vezes. A primeira prisão foi entre os dias 04 e 05 de abril de 1964 e foi mantido no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, momento em, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Os documentos dessa prisão e das investigações

contra Francisco Cabral não constam nos arquivos das Delegacias de Andirá ou de Jacarezinho, somente em narrativas de outros. A exemplo, a prisão aparece descrita nas falas do Delegado Albino Pontara, de Edmundo Bonesso e no testemunho de Nilson Bachiega. Já no fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho de 1964. Antes de ser libertado, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho de 1964, que consta no BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, como testemunho. Em um termo de interrogatório do IPM 384/64, de 04 de novembro de 1965, do Juiz de Direito da Vara Criminal de Andirá, Cabral afirmava que nunca tinha sido processado.

Dessa forma, as prisões pelas quais Cabral passou durante os anos de 1964 a 1965, foram realizadas sem qualquer formalidade legal ou controle judicial, pois embora levado a depor na DOPS e no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, não houve justificativa para as detenções. Além disso, nas Delegacias locais não houve nem mesmo os registros nos inquéritos que estavam sendo conduzidos para apurar atos de Cabral considerados subversivos. Logo, as prisões pelas quais passou podem ser caracterizadas como sequestros. Nestes momentos, Cabral já não era mais reconhecido como militante por seus pares e era visto como informante pela polícia. Assim, os traumas e a sua posição perante os demais militantes e os militares conferiram um outro tempo a sua condição social, passando a estar em uma espécie de não-lugar absoluto.

### *De preso político a informante*

De acordo com a Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega, constante no processo 303/96, encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o trabalho de informante realizado por Francisco Alves Cabral e Nilson Bachiega foi comandado pelo major Dinalberto Cardoso Moreira e o tenente ou sargento José Marinho da Silva, ambos da Delegacia de Polícia de Jacarezinho. Estes pretendiam que Francisco e Nilson colaborassem na delação de militantes comunistas, “em troca, Cabral que fora detido por alguma razão, ficaria em liberdade; que Cabral cumpriu o acordo e denunciou algumas pessoas”. Pouco tempo depois, Nilson mudou-se para Taguatinga/DF e para lá Cabral fora

mandado e ambos passaram a prestar informações a Polícia Federal. Nisso, Nilson “soube através do policial conhecido por Índio, que Cabral estava se complicando em contradições e que seria “apertado” para esclarecer de vez suas atividades”. Sobre o termo “apertado”, este é uma maneira informal e enganosa de se referir a tortura e essas maneiras implícitas de falar sobre essa prática são comuns nos espaços de fala dos perpetradores. Pois, como nos explica Martha K. Huggins no texto “Tortura em Dez Lições” (2014), a denominação enganosa acerca da tortura é um dos aspectos dos elementos que auxiliariam na promoção, ocultação e justificativa da prática. Os agentes citados por Nilson Bachiega são Deusdeth Cruz Sampaio, delegado da Polícia Federal de Brasília, que em 16 de abril de 1971 iria fazer um curso especializado nos Estados Unidos da América; Geraldo Porci Araújo, agente também da Polícia Federal de Brasília; Índio Bugre Machado, agente da Polícia Federal de Minas Gerais.

Convém destacar que entre as informações verídicas que Cabral havia apresentado, também estavam as informações inventivas e circenses, como a sua ida a Cuba, a ligação com Francisco Julião, o fato de ser membro da guarda de Stroessner, sendo essas informações falseadas uma maneira de resistir aos agentes repressivos. Alex Polari, mencionado no trabalho de Janaína Teles (2011, p. 166), aponta que havia basicamente dois tipos de resistência em tortura, sendo o “método turco”, que consistiria em negar sempre e dizer o mínimo possível, e o “método francês”, que se pautava na contação de muitas histórias, contra-informações, pontos frios, disfarces e simulação de colaboração”.

Considerando que o risco de contra-informação é um dos possíveis problemas de gerenciamento no sistema de inteligência, pois as próprias fontes podem tender a preencher certos vácuos informacionais com informações fabricadas, existia um *modus operandi* do que fazer nesses casos. Nesse sentido, a forma de verificação das informações, utilizada na Polícia Federal em Taguatinga, segundo consta na declaração de Nilson Bachiega, enviada à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, foi a tortura e as atenções dos agentes repressivos recaíam sobre as informações acerca da ida de Cabral a Cuba. Havia lacunas com relação ao financiamento utilizado por Cabral, à finalidade da viagem e à utilização dos conhecimentos aprendidos no país caribenho. Durante o período em que Cabral passava pelas sessões de tortura no Distrito Federal, o mesmo conseguiu fugir e voltou para Andirá. Ou seja, depois de ele ter sido informante, ainda foi preso e torturado.



Já em 17 de novembro de 1967, no prontuário individual sobre Cabral, a DOPS/PR, salienta que ele era atuante na área compreendida entre Londrina e Jacarezinho, agitador, doutrinador, afeito da tática marxista e mestre em difusão de boatos. No prontuário, afirma-se ainda que estava “arrepentido [...] faz-se passar por informante de confiança do SNI e Exército Nacional”, “Aparentando humildade procura insinuar-se entre as autoridades civis e militares da região objetivando conquistar-lhes a confiança”. No mês de maio de 1968 foi preso novamente, agora figurando como réu, acusado de roubo. De acordo com relato de familiares no processo encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, “ele foi arrancado de sua casa na frente de sua esposa e de seus filhos menores, os mais velhos estavam na roça” e foi condenado a dois anos de reclusão, na Colônia Penal de Piraquara, em Curitiba/PR.

### *Desaparecimento*

Em 1996, Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco, requereu à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos o reconhecimento da morte do marido na prisão de Curitiba, visto ser ele sindicalista e tido como comunista pela DOPS. Segundo os relatores João Grandino Rodas e Belisário dos Santos Júnior, o

Documento datado de 3/11/1969, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, declara que Cabral fugiu enquanto cumpria pena de reclusão de dois anos na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas. Segundo o relator, mesmo tendo sido provada a militância política de Cabral, nada leva a firmar a convicção de que, realmente, Francisco tenha sido morto na prisão. (Processo 162/04, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 71).

Assim, através do relator, a família recebeu a informação do Estado, que ilustra o último tempo de Cabral, sendo outra vertente de seu não-lugar absoluto produzido após a tortura. Agora, era alguém cuja existência está suspensa pois não está vivo, embora não seja reconhecido como morto, pelo Estado.

No momento das perseguições de Cabral e em seu desaparecimento, também se exerce o que Álvaro Abos (1979) denomina de violência “radial”, sendo a que expande o objeto da punição à família, aos amigos e às pessoas próximas. As dificuldades e violências derivadas à família de Francisco Alves Cabral são temas tratados nas cartas dos filhos, presentes no processo de indenização movido pela senhora Maria



Nazaré e na matéria do dia 06 de agosto de 2004, da *Folha de Andirá*. Esta retrata que a esposa de Francisco Cabral, após a prisão do marido, perdeu o emprego e passou a sofrer preconceito e até na escola as crianças eram muito discriminadas. Conforme a narrativa de Maria Nazaré no Jornal, “diziam que a família era comunista”.

Nessa forma de política do medo, havia uma abrangência, sobre a qual foram atingidos “Cabrais”, “Nazarés” e “Euclides Cassemiros”, não havendo imunidade. Houve um prolongamento dessas políticas, tendo duração por toda a existência da ditadura no país e com sequelas que se projetaram para períodos posteriores. Além de que suas práticas serviram de modelo e colaboração para ditaduras em outros países, sendo extraterritorial, através de cooperações, manuais e informações que giravam numa rede de terror não delimitada por fronteiras físicas. Um exemplo da criação de manuais foi o manual de técnicas de interrogação produzido pelo gabinete central do Ministério do Exército e seu respectivo Centro de Informações (CIEIX) em 1971, descoberto mais tarde em um arquivo de segurança da polícia no Estado do Paraná. O emprego da tortura pelas forças de segurança era política oficial aprovada e, como tal, sua prática tornou-se institucionalizada.

Havia a indiscriminada escolha de alvos, que independia de limites ideológicos, religiosos, de classe, idade ou outros marcadores sociais. Ainda, as ações das políticas do terror eram retroativas, pois havia a prática de vasculhar no passado e no presente nas pessoas aspectos que seriam cabíveis de punição ou desconfiança. Exemplos disso foram o processo contra os irmãos Bonesso, reaberto em 1967, e a trajetória do jovem Mário Stasiak, de Santo Antônio da Platina, que foi impedido de assumir um concurso público em 1992, devido ter antecedentes como “esquerdista”<sup>3</sup>. Por fim, tais políticas são caracterizadas como preventivas (Padros, 2008), pois um de seus principais objetivos era gerar a “cultura do medo”, que isolaria as vítimas e combateria as redes de solidariedade. Compondo essa cultura do medo, “hay tambien el rumor, el dato incierto, la sorpresa, el desconicimiento de las formas de dolor y sufrimientos posibles” (Garraton, 1988, p. 316).

No período, frente a essa esmagadora engrenagem, o silêncio se fazia como autodefesa. Ocultava-se assim o assassinato, ocultavam o assassino impune, se ocultava o que era sabido sobre o assassinato e ocultava-se o corpo de Cabral e de

---

3 Informações sobre Mário Stasiak podem ser encontradas em: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Mário Stasiak. In: Informe 02/90 / ARQ / ACT / 75. Difusão AMA/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1975. p.01-26.

outros desaparecidos. Entretanto, naquele momento, o silêncio era uma estratégia de sobrevivência na sociedade repressiva que conjugava ameaças estruturais, sistêmicas e cardiais de morte. “O silêncio, tão opaco como expressivo, não é fácil de escutar. Pode expressar um desejo de esquecimento, ou então a incomunicação pura e simples” (Barraza, 1980, p. 155). No desejo de esquecer as atrocidades cometidas pelo Estado e por microdespostismos (Solis, 2006, p. 79), contribuindo em zonas cinzentas ou se alienando delas, o corpo social criava formas de conviver com tais violências. O mundo afetivo da solidariedade passava a existir num setor geográfico e não mais territorial, onde “o que foi um dia foi uma experiência social, agora é uma experiência habitacional” (Barraza, 1980, 156) e a realidade das experiências coletivas passaram a ter a validade do que os conhecidos próximos ou os próprios olhos pudessem ver. O “ouvir dizer” e as experiências narradas por outros passavam a ser alvo de suspeição.

Nesse sentido, silêncios, silenciamentos e suspeições também se inseriram na construção das memórias coletivas sobre o período, apagando os relatos e as lembranças. Para o presente texto, observamos a trajetória de Cabral, mas na conjugação da repressão e da resistência no período poderíamos ter muitas outras pessoas como Maria Nazaré, Maria Lorena, Edson Campos, Edmundo, Alexis, Alcides, Vicente, Jaime, Dário, entre diversos outros que atuaram em sindicatos e em resistências de movimentos sociais na divisa do Paraná com o Estado de São Paulo. No peso desse país e dessas cidades onde há poderes que até hoje se veem como impunes, onde o temor parece paralisador, vimos resistências com projetos políticos ligados ao PCB que Cabral ajudava na circulação, com suas interpretações e reformulações, através das atividades da ULTGA, com projetos de melhoria das condições de vida e de trabalho, levados a cabo em reivindicações e em processos da Justiça do Trabalho. Vimos resistências do cotidiano, nas manobras para conseguir conciliar discursos em falsos jogos de colaboração. Ainda, havia resistências nas maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar e dos militares, num reemprego que substituiu as formas e os métodos dos usos dos discursos hegemônicos, seja para fugir as ameaças, seja para resistir mais um dia ou para que a vida em tortura durasse mais uns minutos.

## Fontes

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64.

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64;

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004.

BONESSO, Edmundo Dantês. Entrevista concedida a autora Angélica Ramos Alvares. Londrina (PR), 24 de abril de 2015. In: ALVARES, Angélica Ramos. **Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR**. Dissertação (Mestrado em História). 190f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Maringá (PR), 2017.

DEAP. BR Prontuário individual PI 1226.342. Francisco Alves Cabral. Fundo DOPS/PR, 1967.

DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR.

DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Termo de Declarações prestadas por Albino Pontara em 1969 ao Departamento de Polícia Federal. Fundo DOPS/PR, 1969.

JORNAL DO BRASIL. Brasil já começou o ensaio da guerra revolucionária. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1960, p. 10.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Interrogatório**. Brasília: Ministério do Exército, 1971.

PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.

TERRA LIVRE, Dezembro de 1962, n. 17, ano XIII. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, março de 1963, ano XIV, n. 120, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

## REFERÊNCIAS

ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, Barcelona, n. 39, dic. 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/ São Paulo: Edusc, 2005.

BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: MAIRA, Luís et al. **América Latina: novas estratégias de dominação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). (**Dissertação de doutorado**). Universidade de São Paulo (USP). 2008.

JOFFILY, Mariana. Mecânica do Interrogatório Político. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). **Tortura na Era dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (Org.). **Ditadura e**

**democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PRIORI, Ângelo Aparecido. POMARI, Luciana Regina. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, nº128. Janeiro p.102-109, 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **A revolta camponesa de Porecatu**. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Acesso em 30 de nov. 2024. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>>.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997.

SILVA, Juliana Carolina da. **Controle, violência e política:** um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá. 2019.

SILVA, Juliana Carolina da. **Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura:** trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969). 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SOLIS, Ana Carol. **Los usos del miedo en torno a la última dictadura en Argentina**. In: Seminario Internacional Miedos y Memorias en Las Sociedades Contemporáneas: Vaquerías, 23-24 de Octubre de 2003: Documentos de Trabajo. Política y violencia Universidad Nacional de Córdoba. Programa de Estudios sobre la Memoria, Núcleo Memoria (IDES) Programa de Estudios Sobre la Memoria, Universidad Nacional de Córdoba, 2006.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura:** os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2007.

# SAPÉ-PB: ENTRE A EMERGÊNCIA DAS PRIMEIRAS LIGAS CAMPONESAS DO CAMPO E A IMPOSSIBILIDADE DO ENCONTRO COM JOÃO PEDRO TEIXEIRA COMO O HERÓI CAMPONÊS

Roberto Silva Muniz<sup>1</sup>

**E**ra dois de abril de mil novecentos e sessenta e dois, quando nas proximidades de Sapé houve um crime que ficou conhecido por meio da imprensa paraibana como um bárbaro trucidamento. Crime esse perpetrado contra um camponês, e que aconteceu em plena efervescência das Ligas Camponesas. Assim, podemos começar a história desse camponês que teve sua memória apropriada por diversos veículos da imprensa no início da década de sessenta. Dessa forma, Jornais, como “A União” começam a produzir uma série de discursos que começam aos poucos construir a figura de um herói tido como exemplar, mediante aos signos que vão ser escritos sobre o seu corpo.

Nunca mais podemos esquecer os seus olhos. Os olhos dos mortos não choram. Eles nos deixou no transe derradeiro de vida, a dignidade final da sua morte. Sigamos o seu último exemplo. Ninguém derramara mais lágrimas. Os seus olhos queriam dizer que os camponeses, de tanto verterem suor, não tem, sequer, mais pranto para derramar outras lágrimas. (Jornal A União, 1962)

A apropriação da sua memória uma vez que ela será o artefato principal para uma construção póstuma, que o inventará como um personagem a ser imortalizado como um monumento para lembrar e promover a união dos camponeses por meio de uma imagem discursiva de herói, que será publicizada naquele momento e por isso ela vai ser espetacularizada em grande medida ao início da sua morte em contexto próximo ao golpe militar e depois do golpe de 1964 será imposto um silêncio que será rompido durante a década de 1980 com o processo de democratização do Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Leciona no departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus 1.

A ação dos discursos que colonizam o corpo de João Pedro Teixeira pela imprensa da Paraíba tem a função de criar a imagem de heroísmo para servir de símbolo para outros camponeses em um momentos grandes tensões políticas devido à emergência das Ligas Camponesas<sup>2</sup>. Sendo importante notar que uma das características marcantes dos textos das notícias publicadas nos jornais impressos da imprensa paraibana e sua proximidade do discurso do drama, um gênero literário orientado para uma situação de comunicação que coloca, face a face, atores e expectadores, num espaço-tempo comum. Pois, Dines afirma com relação às estratégias de leituras seguidas pela imprensa, que o tempo é pensado como forma de atrair o leitor, uma vez que o presente de cada leitor deve ser tratado como se estivesse tomado conhecimento do assunto naquele instante ou a concentração da ação em torno de um pequeno núcleo de personagens que estabelecem entre si uma relação tensa e conflituosa para os outros. (DINES, 1986, p. 17). Como aconteceu ao início com as primeiras matérias que começam a escrever sobre o personagem a ser heroificado para colocar o leitor em contato com a sua história de vida e, sobretudo, com as causas que o motivaram a sua luta política.

Dessa forma, podemos entender a finalidade com que esse corpo foi apropriado e as estratégias colocadas em ação para produzi-lo como um texto póstumo. Que vai conferir a João Pedro Teixeira através dos signos uma imagem herói, por uma trama tecida pela ação de um grupo de diversos de narradores que colonizam o seu corpo ao contarem as suas memórias ou quando mesmo ao produzirem uma memória para ele. Sendo importante colocar que João Pedro Teixeira durante a sua vida não reuniu nenhum arquivo e nem tão pouco ordenou seus objetos pessoais, ou seja, uma sequência de suas fotos organizadas por meio de um álbum de retratos, cartas e anotações do qual fosse possível mostrar a maneira como ele organizava e mostrava a sua trajetória de vida em função de se tornar um ícone na história, mostrando dessa maneira uma vontade de se auto – monumentalizar e se perpetuar na história das Ligas Camponesas para ser visto e admirado pelas gerações futuras.

Mas mesmo ele não tendo reunido esse conjunto de objetos pessoais ou deixado de herança para os seus herdeiros, para que outra pessoa pudesse reunir.

---

2 As Ligas Camponesas foram movimentos sociais que tiveram uma grande atuação política na defesa dos direitos camponeses entre as décadas de 1950 e 1960.



Mesmo assim ele teve o seu corpo heroificado e sacralizado após a sua morte ainda durante o ano de 1962. Mas, a partir de que materiais foi possível construir a sua imagem e herói? Uma vez que não existem matérias pessoais dele para se escrever uma história ou mesmo discursos que foram recolhidas dele por meio de entrevistas ou matérias que cobriam a sua atuação a frente das Ligas Camponesas de Sapé na Paraíba durante os anos de atuação entre o ano de 1958 e 1962. A inexistência desse material não foi barreira para que ele passasse ser colonizado, uma vez os seus narradores, se voltaram logo após a sua morte para informar aos seus leitores que era João Pedro Teixeira é como havia morrido o “bravo” camponês, e assim dão início a composição de uma memória de heroísmo para ele. E partir desse movimento de informar aos seus leitores quem era esse camponês, e que a sua vida que começou a ser colonizado no início da década dos anos sessenta.

Uma vez que os anos da sua luta, a frente das Ligas Camponesas na Paraíba não há registros. E dessa maneira não temos acesso às matérias que reportem a sua luta, é que havia sido escrito antes da sua morte e que pudesse trazer um pouco de informação sobre ele antes da sua espetacularização que foi promovida através da imprensa na Paraíba ao escrever sobre a sua morte no ano de 1962. Pois, só temos registros sobre João Pedro Teixeira por meio de uma fonte que remonta a fundação de uma associação de lavradores de Sapé é que foi possível romper um pouco o silêncio entorno dele. E que começam a fazer sentido diante dos primeiros registros, logo após a sua morte, e que nos informam quem era João Pedro Teixeira e que constrói uma memória para ele. A partir dessa memória, Pedro Teixeira é escrito como o homem que havia colocado a sua vida a serviço de cuidar dos outros camponeses, colocando dessa maneira em cena a sua atuação como líder camponês em Sapé. E a partir desse cuidado com os outros e Malaquias Batista escreve sobre ele,

O médico lembrou às vezes que o recebia... em sua casa, em busca de remédios, de amostras grátis para os camponeses que não tem dinheiro para comprar medicamentos.

E falou sempre o problema de saúde pública na zona rural, onde os filhos de camponeses – “órfãos de pais vivos” - carecem de maior empenho dos poderes públicos em todos os recantos do país. (Jornal A União, 1962)

Através dessa escrita que teve como primeira função de informar aos leitores como atuava João Pedro Teixeira. É que podemos observar que começa a se cristalizar como a história de um personagem a ser imortalizado como herói, e que também foi produzida para fazer dele um exemplo de vida, configurando um tipo de narrativa que segundo o historiador Jacques Le Goff em sua obra “São Luís”<sup>3</sup>, nos lembram uma hagiografia. Narrativas que, assim como a vida dos santos, são escritas para servir de exemplo e modelo a ser seguido pelos outros. João Pedro Teixeira passar a ter existência através desse poliedro de narrativas que se escreve sobre o seu corpo dando uma forma e existência, onde também nele se inscreve o desejo de torná-lo modelo, exemplo, imagem da perfeição. E a partir dessa vontade de dizê-lo é que será produzida para ele uma memória póstuma e através desse arquivo de memórias que ele vai (res)surgir outras vezes sob o signo de herói.

Como mencionei anteriormente nesse texto, o primeiro registro que consegui localizar nos jornais sobre João Pedro Teixeira, e que narrava ou reportava minimamente ao seu nome durante a fundação de uma associação. Através dessa fonte é possível imaginar um pouco dentro limites da história e termos através dessa narrativa “um pouco da sua história ou um breve acontecimento” de sua vida quando ele se encontrava em uma sala apertada localizada no Grupo Escolar Gentil Lins na cidade de Sapé na Paraíba por ocasião da fundação da “Associação dos Trabalhadores de Sapé”. Também ficamos sabendo através do “Jornal A União” que havia comparecido na ocasião dessa fundação cerca de mais quinhentos trabalhadores rurais para assistir à conferência do Deputado Federal Jacob Frantz e da participação de outros ruralistas durante esse dia para compor a diretoria dessa associação que tentou incomodou os latifundiários da época. (Jornal A União, 1958, p. 2 e 5)

Essa mesma fonte de jornal nos conta que o conferencista Jacob Frantz foi vivamente aplaudido no Grupo Escolar Gentil Lins em Sapé e num misto de vaidade diante dos aplausos do grande número de trabalhadores, ele termina por conclamar os trabalhadores rurais para se organizarem e empreenderem uma luta constante em favor da concretização dos interesses em comum daqueles que seriam o proletariado rural da época. E assim, o então deputado começa a colocar em

---

3 Cf: “a vida hagiográfica é uma história, ainda que narrativa se organize em torno de manifestações de virtude e de piedade, e comporte, em geral à parte, um catálogo de milagres”. In: Le Goff, Jacques. *São Luís – Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23.

prática a sua erudição para que os trabalhadores vissem por meio dela a força de que eles dispunham.

É importante destacar que no momento da escrita dessa matéria pelo “Jornal A União”, estávamos no final da década de cinquenta, período de efervescência do paradigma marxista, é que por isso era comum chamar os trabalhadores de proletários. É comum perceber o uso dessa linguagem por jornalista no período das décadas de 50 e 60 do século passado, como uma forma deles também fazer uma crítica a sociedade da época, uma vez que eles enfatizavam que esses proletários seriam responsáveis por uma revolução que provocaria uma mudança na sociedade para uma nova ordem quer seja socialista ou comunista<sup>4</sup>.

Sobretudo, porque neste período circulava na Paraíba ideia vinculada ao pensamento marxista neste período através da imprensa paraibana, sobretudo pelo Jornal de maior circulação da época que era um órgão da imprensa oficial do estado chamado “A União”. Outro fator que contribuiu para a circulação dessas ideias aconteceu porque a política administrativa do governador Pedro Gondim teve um grande apelo e identificação com os populares, o que fez com esse período do governo de Gondim ficasse conhecido como populista na Paraíba. Por isso, no ano de 1958, destacou-se na imprensa paraibana a publicação de matérias de ordem social ou de forte identificação com os problemas dos populares, como aponta estudos recentes da história da Paraíba, como no caso do trabalho da historiadora Railane Martins de Araújo.

Os estudos dessa historiadora (Araújo, 2009. p. 33.) apontam que, o editorial “A União” e, assim como “todo” o seu conteúdo, era usado como uma estratégia política do governo Gondinista, para construir uma identificação dos populares com a política do governador. Dessa maneira, a imprensa, no que se refere ao jornal estatal “A União” era usado como uma engrenagem a mais para consolidar a essa política adotada por Pedro Gondim, onde a linha “editorial” desempenhava a função explícita de ser uma ponte de identificação entre o poder público e a sociedade. O principal empreendimento ao longo de desse caminho colocado pelo jornal “A União” é forjar uma identificação entre o governador e o povo. Diariamente com a publicação e com as enunciações da imprensa por meio dessas matérias foi moldando

---

4 KONDER, Leandro. **História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta**. In: Freitas, Marcos Cezar. (Orgs.). 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 355-375.

a imagem do governo de Pedro Gondim na Paraíba como populista, como aquele que entende e se sensibiliza com os problemas da população. Em torno do nome de Pedro Gondim se construiu um emblema de político popular, que, através de suas práticas de governo, conseguia a cada dia angariar adeptos para junto de si, além de também imprimir a sua marca, que ficou conhecida como uma administração dinâmica a frente do governo da Paraíba.

Dessa maneira, diante desse clima construído pela política de Pedro Gondim de identificação dos populares e também de sinonímia com o seu governo. O deputado Jacob Frantz, durante a ocasião da fundação da associação dos trabalhadores de Sapé, continuou através do seu discurso a enfatizar a necessidade de se esclarecer às massas a fim de que elas lutassem por melhores condições de vida. Como forma de conscientizar os camponeses da época do seu papel na história, e para eles desempenharem a missão que lhes reservava naquele momento atual: a conquista de melhores condições de trabalho e também de vida, poderia ser conquistada mediante uma revolução ou mesmo por uma reforma.

O “cerimonial” de inauguração da primeira associação em Sapé se encerra logo após o caloroso discurso de encerramento do deputado Jacob Frantz, onde o editorial do Jornal “A União” registra da seguinte maneira a reação das pessoas ao escutar o deputado na ocasião,

...a grande massa trabalhadora mostrou-se vivamente empenhada nos seus interesses mais urgentes evidenciando-se um entusiasmo geral do proletariado, num exemplo de unidade e coesão da classe. (Jornal A União, 1958, p. 2 e 5)

A cerimônia da fundação da Associação dos Trabalhadores de Sapé enfatizou que o seu caráter inicial de assistencialismo. Mas, que posteriormente adotou uma nova política no tocante a conquista tanto de direito de melhores condições de trabalho ou de até mesmo pela posse da terra passando a ser conhecida como Liga Camponesa de Sapé, demarcando-se dessa maneira outro momento político: aí dar-se o início dos movimentos com finalidade de se lutar pela terra posse da terra.

Mas, que no momento nos reportemos à associação dos trabalhadores onde estavam presentes, o professor Joaquim Ferreira Filho, o representante do Governador do Estado da Paraíba Pedro Gondim, o Deputado Ramiro Fernandes do PSD, os advogados João Santa Cruz e José Gomes da Silva e os líderes do PSD local, como Joça Vitorino e Luís Gonzaga, o agrônomo Assis Lemos, o dentista Leonardo Leal e

como não poderia faltar em meio a esta solenidade escrita com a presença de tantas autoridades pelo jornal da imprensa paraibana, a presença do pároco da cidade de Sapé Eurivaldo Caldas Tavares. Assim, logo podemos acompanhar o resultado da escolha dos membros que foram nomeados para compor a diretoria da associação dos trabalhadores, pela imprensa paraibana que, em sua escrita vultualista, não temos acesso ao processo de composição dos membros, se foi por eleições ou auto – indicação; ficando à disposição do leitor apenas seu resultado: a diretoria passa a ser composta por Severino Alves Barbosa - presidente, João Pedro Teixeira como vice-presidente, Pedro Inácio Araújo como primeiro secretário, Walter Acioly como orador e Severino José da Silva com a função de tesoureiro.

Depois dessa solenidade na cidade de Sapé se instaura um silêncio entorno do nome de João Pedro Teixeira, uma vez em que não encontramos nenhuma matéria da imprensa paraibana que nos conte um pouco da sua luta. E que por isso quando acompanhamos as páginas esmaecidas dos jornais, observamos que se instaura por longo dois anos um silêncio entorno de matérias que poderiam trazer um pouco da luta de Pedro Teixeira. Mas ficamos sabendo através dos jornais como o Jornal “A União” que essa associação cresce e que segundo a imprensa paraibana havia se expandido por toda região da várzea paraibana, como é conhecido essa parte do brejo paraibano. O futuro herói João Pedro Teixeira já foi citado e compõe a diretoria da associação como vice-presidente.

Na inexistência de encontrar alguma matéria da imprensa paraibana que comente algo sobre João Pedro Teixeira para além daquela menção ao seu nome como vice – presidente da Associação dos Trabalhadores de Sapé. Mas, que podemos acompanhar através do Jornal “A União” que no dia dois de setembro do ano de mil e novecentos e sessenta o deputado Francisco Julião se encontrava na Paraíba fundando a Liga Camponesa de Santa Rita. A matéria que escreve sobre esse acontecimento, nos é mencionada por meio de letras destacadas em negrito, com o seguinte título “Julião vai fundar liga camponesa em Santa Rita”, dessa maneira a matéria de Jornal comenta a visita do deputado.

O deputado Francisco Julião deverá visitar João Pessoa dentro dos próximos dias, a fim de fundar na vizinha cidade de Santa Rita, mais um núcleo das Ligas Camponesas.

O ilustre parlamentar que ultimamente vem elastecendo através do Nordeste, o âmbito se sua atividade em favor do camponês, esta estreitando vinculando ao plano de trabalho do movimento nacionalista, secção da Paraíba, órgão que, em nosso Estado sob a inspiração, do jornalista Joaquim Ferreira Filho, vem patrocinando o movimento dos camponeses.

O deputado José Joffily será o presidente de honra das Ligas Camponesas de Santa Rita numa homenagem dos nacionalistas a atuação destemida e ilustre parlamentar pela libertação econômica do Brasil. (Jornal A União, 1960)

O Deputado Francisco Julião aparece nesta solenidade devido a sua atuação nas Ligas Camponesas de Pernambuco, onde ele aos poucos alcança a frente desse movimento um grande destaque no cenário político para além das fronteiras regionais. Uma vez que sua figura se confunde com início da fundação de Liga Camponesa do Engenho Galileia. A historiadora Maria do Socorro Rangel justifica que é a partir de 1959, que Francisco Julião começa a fazer parte deste cenário político devido a sua forte atuação quando o Engenho Galileia foi desativado, a “Liga – Mãe” passando dessa maneira a ser um exemplo vitorioso da luta dos “camponeses” – como passaram a serem chamados todos os trabalhadores agrícolas filiados às Ligas Camponesas – pelo direito a terra. Se constituindo como figura marcante neste movimento, Francisco Julião teve em grande medida sua imagem associada ao exemplo do Galileia, fazendo com que ele fosse convidado como presidente de honra da Liga de Sapé e como fundador da Liga Camponesa de Santa Rita na Paraíba. (Rangel, 2006, p. 470-471)

Também para entender melhor a circulação das ideias entorno desse movimento na Paraíba é importante notarmos a influência das Ligas Camponesas de Pernambuco sobre as demais regiões como a Paraíba e particular em Sapé. Uma vez, que Maria do Socorro Rangel enfatiza que um elemento importante nesse contexto, foi às notícias que chegavam do Recife, sobre a luta dos foreiros do Engenho Galileia. Pois em 1955 esses foreiros haviam criados uma associação de ajuda – mútua para amparar os doentes, enterrar os mortos e para o pagamento das dívidas dos foreiros. Através da atuação do advogado Francisco Julião que os representava a frente da assembleia legislativa de Pernambuco. E também a pedido dos foreiros do Galileia, Julião havia registrado em cartório a associação, com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Além disso, havia acionado a justiça para defender, com base na lei do inquilinato e do direito de permanência dos foreiros

no engenho; promovia na Assembleia Legislativa o debate sobre a necessidade da reforma agrária; e organizava passeatas pelas ruas do Recife, com camponeses daqueles e de outros engenhos, entre outras iniciativas que tinham a intenção de dar visibilidade aos conflitos que disseminam na zona canavieira a angariar apoios para as reivindicações dos foreiros. (Rangel, 2006, p. 470-471)

Por isso Francisco Julião se encontrava na solenidade da Fundação da Liga Camponesa de Santa Rita no brejo paraibano, devido em grande medida a repercussão ao auxílio que ele havia dado aos foreiros do Engenho Galileia pela imprensa naquele período fazendo que ele fosse convidado a ser presidente de honra da Liga Camponesa de Santa Rita. Mas, que entre tantas falas sobre esse movimento não encontramos nenhuma nota que mencione nome de João Pedro Teixeira e registre os seus atos e gestos que afirme então a sua atuação e presença, assim como também uma declaração dele ou uma frase de apoio aos camponeses da Liga Camponesa de Santa Rita. *Mas, o que justifica tamanho silêncio em torno de João Pedro Teixeira neste momento?* Uma vez, que tentei fazer uma pequena cartografia sobre a sua atuação antes da sua morte, por meio das matérias que poderia nos contar um pouco da sua atuação. E do qual poderíamos nomear o começo da sua história como herói camponês dentro da história das Ligas Camponesas. O silêncio que se instaurou entorno da atuação de João Pedro Teixeira neste período se justifica pelo fato, dele não ter ganhado visibilidade, que só ocorrerá depois da sua morte e por não ser ainda capturado por nenhuma maquinaria discursiva, pois ele não havia sido inventado como herói e também não havia sido colonizado para ser herói. Mas enquanto não acontece a sua captura pelos discursos, as Ligas Camponesas continuam a crescer na Paraíba como podemos acompanhar através do “Jornal A União”.

Pois no dia dez de setembro do ano de mil e novecentos e sessenta, o “Jornal A União” registra que em meio a um clima euforia, que estava tomando “vulto” no Estado da Paraíba, o trabalho organizado dos camponeses, através das associações cuja finalidade seria prestar assistência Jurídica para defesa dos pequenos lavradores como já estava acontecendo em algumas localidades de Pernambuco, em face das suas difíceis condições e de relações de trabalho no campo. Como podemos observar por meio de uma informação sobre a Liga Camponesa de Sapé no ano de 1960,



A organização camponesa pioneira e a de Sapé fundada em agosto de 1958. Conta hoje com 2000 associados vem mantendo intensa atividade arregimentação e assistência aos seus integrantes tendo obtido já expressivas vitórias nas lideranças em defesa dos assalariados rendeiros, sitiantes e pequenos proprietários. (Jornal A União, 1960)

A fonte nos informa sobre a Liga Camponesa de Sapé, o seu número expressivo de pessoas que aderiram ao movimento e, sobretudo, ao seu caráter político de organização e as suas conquistas em defesa dos trabalhadores. No entanto, pouco nos informa sobre João Pedro Teixeira e da sua luta e dessa maneira não obtivemos notícias do “nosso herói”, as matérias do Jornal “A União” escrevem sobre as Ligas Camponesas de Sapé, não menciona nada sobre ele. Dessa maneira, não conseguimos obter uma informação sobre João Pedro Teixeira, pois não conseguimos nem saber se ele ainda é o vice-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais que no momento já estava sendo chamada de Liga Camponesa de Sapé. Sendo assim, não podemos saber da sua luta ou das suas conversas e poucos menos dos seus projetos e das suas negociações entre os espaços de poder.

Portanto, mais uma possibilidade de encontrar com João Pedro Teixeira através das matérias de jornais não aconteceram, uma vez que nesse momento ele não havia sido capturado pelas por uma rede discursiva e tão pouco seu corpo havia sido tomado por signos que conferia a ele formas e sentidos. O “nosso herói camponês” ainda não foi colonizado pela escrita dos jornais e nem tão pouco teve o seu tornado um corpo manifesto em função da luta no campo. Assim, passando alguns meses chegamos a partir do “Jornal A União” finalmente ao dia doze de dezembro de 1960 nos deparamos com uma matéria que narra mais um conflito no campo e que, sobretudo, ele acontece na cidade de Sapé. Através dessa matéria, mais uma vez se instaura a possibilidade de encontrarmos com ele, através das palavras que foram escritas sobre ele.

Essa matéria foi escrita para destacar os conflitos de trabalhadores rurais na cidade de Sapé é coloca para os leitores com o seguinte título de destaque “Em Sapé, ‘O direito é pau’ – os lavradores resistem à pressão dos donos da terra” (Jornal A União, 1962). A tônica desta matéria era fazer uma denúncia que, ao mesmo tempo, ironizava o “estilo violento” dos latifundiários de Sapé como colocou a matéria, em particular os “feudos” dos Ribeiro, como eles chamavam na linguagem da época. Pois a palavra feudo e acionada nos textos durante esse período, não apenas no



sentido de nomear uma grande extensão de terra, mas também colocar como um espaço atrasado quando as relações de trabalho em que o latifundiário era colocado como um “senhor absoluto” que exercia todo o poder na região.

Segundo, a mesma matéria havia ocorrido naquele “feudo”, uma nova vítima do conflito entre camponeses e latifundiários. A vítima tratava-se do agricultor João Inácio Pereira, que sob ameaça de armas, havia sido obrigado a assinar os recibos de venda das suas benfeitorias por uma indenização que seria quatro vezes inferior ao preço real da lavoura. Essa matéria de jornal registrou também a passagem, em na sua redação, de quatro lavradores de Sapé, José Hirgino da Silva, Severino Joaquim de Santana, Antonio Estevão Borges e a vítima. Onde nesta ocasião se encontravam na redação do jornal “A União” as autoridades para escutar as reclamações e tomar as providências. Essa fonte também nos conta que os lavradores estavam sob a orientação do jornalista e advogado Joaquim Ferreira Filho. No entanto, podemos perceber que João Pedro Teixeira não foi citado e nem estava presente nesta redação, dessa maneira o seu corpo ainda não apropriado e dado sentido pelas palavras para ser um herói camponês. Como não estava presente, não se registrou nenhuma fala e nenhum gesto produzido por ele. Onde estaria o futuro “herói”? E mais uma vez, um encontro com João Pedro Teixeira não aconteceu através da documentação da imprensa na Paraíba.

Na impossibilidade de um encontro com João Pedro Teixeira pelas matérias dos jornais da época, podemos notar que o movimento do qual fazia e era chamado naquele momento de Ligas Camponesas ainda não se constituía na Paraíba inicialmente como um problema, mas que um curto período vão ser percebidas como uma ameaça a ordem e por isso foram duramente atacadas no início da década de 1960. Por isso notamos que esse movimento na Paraíba durante os finais da década de 50 do século, ainda não era um problema para o governo do Estado da Paraíba e, sobretudo o seu discurso não privilegiava a questão agrária no Estado, pois o problema era a seca, sendo esse mesmo problema explorado pelo governador da época.

Como nos esclarece Araújo, quando afirma em seu trabalho que os anos de 1958 e 1959 havia sido marcado por uma forte estiagem na Paraíba, o que acabou por tornar o cenário propenso às engenhosidades do poder administrativo do governo de Pedro Gondim, devido à prática da promoção política à custa das necessidades da população, recorrente na cultura local. Sendo nesse período que o governador

Pedro Gondim começa a construir uma imagem de grande benfeitor encarnando a imagem que forjara para si como governador populista na Paraíba, com um discurso assertivo voltado para os mais humildes, o que tornou nesse período uma fértil opção para obter apoio e votos populares, possibilitando assim, a sedimentação de campanhas e carreiras políticas sobre tais enunciações e práticas. A massificação desse discurso sobre a seca e pobreza nesse período da região Nordeste, acabou por contribuir para a da criação da SUDENE, ano de 1959. (Araújo, 2009, p. 30)

Dessa maneira se justifica a grande abertura que os movimentos do campo tiveram nesse período na imprensa paraibana, sobretudo em um órgão estatal que foi nesse período o Jornal “A União”. Que era usado como parte de uma engenhosa maquinaria a fim de produzir uma imagem populista do governo durante esse período, pois podemos notar que mesmo esse jornal sendo um órgão da imprensa estatal dá uma ampla cobertura aos problemas da população em geral nesse período e, sobretudo os camponeses como no caso que vimos anteriormente do agricultor João Inácio Pereira.

E, sobretudo porque a cobertura do caso do agricultor João Inácio Pereira não parou naquela matéria, acompanhamos a sua história através da coluna “Mais Uma”, onde colocam algumas indagações como “o que havia ocorrido com o modesto camponês casado?” e que ainda mantinha sua mãe de oitenta e oito anos. O jornal “A União” justificava essas matérias no sentido que a cobertura dos conflitos no campo de grande repercussão não era apenas um testemunho dos companheiros do campo das arbitrariedades rotineiras que ocorriam na área da Várzea sob o jugo da aristocracia Ribeirinha, era também uma forma de denunciar as injustiças e cobrar medidas das autoridades. Dessa forma temos acesso à matéria que cobre o conflito com João Inácio, colocado pelo Jornal “A União” da seguinte maneira:

João Inácio trabalha há tempo na usina santa Helena. Para seu sustento, cultivou aproveitando o bom inverno deste ano... Agora quando a lavoura está no ponto de ser colhida, João Inácio é intimada a vendê-la por 3 contos de reis. Só o cara vale isso, afirma. A roça toda ficaria bem vendida por 12 contos. Mas o pobre não tem direito na Várzea. A “casa grande” já fixaria a indenização 3 contos. Nem um tostão a mais. O caboclo, inspirado na reação dos outros camponeses através da associação dos lavradores de sapé, resolveu resistir. De surpresa, viu sua casa assaltada. O Dr. Aluísio, o capitão (de mato) Otacílio e João Honório, armados de revólveres, levaram no prezo até a usina. Ali o

“recibo” foi batido e assinado. Estava encerrado a “operação”. (Jornal A União, 1960)

A cobertura do caso de João Inácio teve um grande destaque juntamente como a de outros camponeses no caso de João Honório. Uma vez que essas matérias foram veiculadas amplamente em matérias semelhantes, como podemos observar na escrita do caso de João Honório que é veiculada a partir do seguinte título o “Direito é Pau”:

João Honório prometeu reagir contra o espólio. Mas o feitor da usina, Severino Barbosa, ameaçou-lhe com novas violências: “pode procurar suas associações, seus advogados, seus protetores. O direito aqui é pau; estou acostumado em dar em homens”.

Joaquim Ferreira levou os camponeses até a assembléia, relatando o caso ao Presidente do Legislativo. O secretário do interior também foi visitado pelos lavradores, bem com o chefe de polícia... Depois de espoliado só lhes “restam os calos na mão e o testemunho dos vizinhos para dizer que o meu trabalho vale mais de 3 contos. (Jornal A União, 1960)

Entre tantas matérias que cobrem os conflitos entre latifundiários e camponeses no campo, não conseguimos encontrar com João Pedro Teixeira. Saímos em busca da sua atuação como líder camponês por meio de uma documentação, e nela percorremos os anos 59, 60 e 61 para nos encontrarmos com um gesto da sua atuação que nos fosse visível. Mas o que encontramos até agora são notícias das solenidades e confrontos de camponeses que em alguns momentos são denominados camponeses, lavradores e trabalhadores. No entanto, é possível perceber que essas matérias da imprensa paraibana não estão apenas relatando o dia ou denunciando violências praticadas por latifundiários contra seus trabalhadores. Tais matérias funcionam como uma maquinaria desejante a produzir territórios de confronto, que se constituíram na década de sessenta como um problema a ser resolvido ou mesmo a ser combatido, como nos coloca o sociólogo Cezar Benevides na década de 80,

Nesse processo de participariam políticos, intelectuais, jornalistas e outras lideranças. Com um trabalho de doutrinação sistemático, os camponeses passaram a ter outra visão da realidade política e se situaram com o realismo na hierarquia do processo produtivo. Igualmente compreenderam que constituíam a sobra do corpo político do Estado. Sobra equivalente à verdadeira massa da manobra a serviço da classe dominante, sem maior sensibilidade

para sentir os seus problemas, nem perspectivas para compreender a dinâmica das transformações daquele momento histórico. (Benedives, 1985, p. 44)

Como colocou Benevides, a participação ativa desses participantes enquanto eles divulgavam tanto os problemas do campo quanto as soluções para esse problema, e com isso acabavam por promover duas leituras quanto ao movimento naquele período. Uma, marcada pela luta dicotômica entre camponeses e latifundiários e pelas notícias de violência entre os dois. E, outra que se escreve ao mesmo tempo, e mostra esse mesmo tempo como o lugar de possibilidades futuras, como uma abertura para um novo mundo regulado pelo direito.

Sendo que, para isso, os camponeses deveriam ser educados para olhar para futuro, enxergando nele a promessa de uma vida melhor. Por isso, a escrita que traz o camponês como temática nessa época tem como função servir de agenciamento a produzir confrontos e desejos, uma vez que essa escrita também tem como função constituir ou mesmo tentar produzir outra sociedade, indicando os caminhos a serem seguidos como forma de se chegar a esta outra sociedade mais igualitária.

Por isso, notamos, que ao falar sobre essas associações do campo faz parte de uma estratégia política, para repensar ou mesmo produzir outra sociedade durante o final da década de cinquenta e início dos anos sessenta e por isso era necessário expor a exploração e a violência no campo.

Dessa maneira podemos continuar a nossa insólita viagem em busca do camponês a ser heroificado. Partimos então, em direção ao dia treze de janeiro de mil e novecentos e sessenta e um, e através dessa matéria que havia sido publicada nesse dia temos acesso a mais uma notícia da cidade Sapé, ou seja, nas terras do “nosso herói” camponês e com isso se instaura mais uma possibilidade de encontrarmos com João Pedro Teixeira através dessas matérias dos jornais. A possibilidade desse encontro se instaura faz por meio de uma matéria que anunciada com letras em negrito e continha em sua primeira página, os seguintes títulos “Camponeses Espoliados em Sapé”, juntamente com uma sequência de sub - título “Derrubada de fruteira e residências – Impera a lei do latifúndio – Protesto das Ligas Camponesas”. (Jornal A União, 1961).

Através dessa matéria podemos acompanhar em síntese a narrativa de mais um protesto feito pela Liga Camponesa do município de Sapé através do Jornal “A União”, ao denunciar através desse jornal que na Fazenda Nossa Senhora de

Lourdes trabalhadores e moradores até com 14 anos de serviços teriam tido seus direitos espoliados pelo administrador José Carlos que a mando das ordens dos seus “superiores” comandou a depredação das fruteiras das 34 famílias em pleno período de sua safra. Essa matéria nos informar que esses moradores também tiveram parte de suas residências destruídas, e que ao fim o administrador exigiu a imediata retirada dos rendeiros da terra sem nenhuma indenização.

Logo após essa matéria nos deparamos com outra, um pouco semelhante à anterior, que foi escrita também pelo Jornal A União. Essa matéria denuncia que mais uma violência havia ocorrido contra camponeses, onde o fato se deu nas terras do açude da mata próximo de Sapé, onde cerca de cem homens as vésperas de “um novo” e possível inverno ficaram impossibilitados de plantar, passando a serem exclusivamente trabalhadores assalariados, uma vez que iriam ficar sem as suas colheitas que eram uma fonte de economia a parte. A mesma fonte ainda nos informa que na fazenda de dona Raimunda, mais sessenta foreiros estavam ameaçados de serem expulsos da terra por não concordarem em assinar um documento imposto pela proprietária do latifúndio. Depois desse caso, chegamos à última denúncia registrada pela Liga Camponesa de Sapé na imprensa. Tratava-se de “Seu Joaquim Manuel Alves” que havia prestado ao Sr. Renato Ribeiro cerca de 30 anos de trabalho, e que, no entanto, acabara de ser dispensado de suas funções sem receber nenhuma indenização pelos longos anos de trabalho prestado a esse latifundiário. A matéria é concluída com seguinte justificativa para os protestos:

Os camponeses não querem a terra de ninguém. Desejam somente o que o direito lhes dá: plantar pagando honestamente, ser monetarizado quando suas benfeitorias forem destruídas. Querem apenas o direito de viver – concluem os camponês. (Jornal A União, 1961)

Ao fim dessa matéria uma pergunta se impõe: A onde estava João Pedro Teixeira que no momento desses acontecimentos não estava presente e nem tão pouco teve a sua opinião capturada pela imprensa no momento da escrita dessa matéria. Como não conseguimos encontrá-lo com o fim desta matéria só nos resta à insatisfação por mais um encontro perdido com João Pedro Teixeira e pelo fato de não termos chegado a nenhuma informação sobre ele, uma vez que tivemos acesso não tivemos acesso um resmungo ou um tis seu que coubesse um registro sobre esse camponês.

Depois desse encontro frustrado, passei inúmeras páginas e consequentemente alguns meses também, mas até que fim uma nova possibilidade de encontrarmos com João Pedro Teixeira por meio alguma matéria que comente algo sobre ele, durante a sua vida. Então, após passarmos alguns meses entre páginas e matérias de jornais, chegamos a mais uma notícia sobre a cidade de Sapé e uma nova tentativa de encontrá-lo se constitui perante os meus olhos. Dessa vez, mediante uma matéria escrita pelo jornal “A União” no dia vinte de novembro de mil e novecentos e sessenta e um, e que informar aos leitores desse jornal que Damásio França havia levado as Ligas Camponesas para o cinema mediante uma matéria escrita com o seguinte título “Damásio levou ao cinema as Ligas Camponesas”. (Jornal Correio da Paraíba, 1961)

Essa matéria é escrita pelo Jornal A União de forma eufórica, para nos contar sobre a estreia de Damásio França como cinegrafista e que, no entanto, já era um fotógrafo consagrado. E que havia trazido para as telas o mais palpitante problema do nordeste, as Ligas Camponesas, tendo como foco o município de *Sapé*, onde morava João Pedro Teixeira, o camponês que iria a ser o herói camponês. O filme é então descrito pela “A União” como um breve e expressivo documentário por apresentar um grupo de camponeses que estavam empenhados em reconstruir a cerca do roçado de um companheiro que há dias antes havia sido derrubada a mando dos donos da terra; além desse registro há segundo a fonte cenas em “close-up” da invasão de um capanga a casa do camponês, como uma forma também de registrar o que estava se passando no nordeste naquele período diante da emergência das Ligas Camponesas.

O resultado foi tão bem-sucedido que o Sr. Damásio França pretendia depois desta primeira tentativa. Fazer outro filme de curta-metragem sobre as Ligas Camponesas, como forma de ampliar a exploração do tema pelo cinema, como nos informa o próprio “Jornal A União” sobre a produção de um filme sobre as Ligas Camponesas. E ao final da matéria ele deixa um aviso ao público: em brevemente o “Short” (curta-metragem) de Damásio será exibido na cidade de Sapé e nas cidades sedes das Ligas Camponesas. (Jornal Correio da Paraíba, 1961)

Certamente não podemos atender os apelos do jornal e aguardar a exibição deste pequeno documentário, pois já se passaram longos quarenta e nove anos, e

podemos até levantar à hipótese de que ele nem exista mais.<sup>5</sup> E mais uma vez, só nos resta à impossibilidade de não encontrarmos João Pedro Teixeira mais outra vez. Mas, podemos observar que o pequeno filme foi produzido em Sapé e que, no entanto, não há também aí nenhum registro ele quanto há um gesto ou mesmo uma ação da sua luta.

Em busca do início da história de João Pedro Teixeira como um camponês a ser heroificado, fixei como primeiro ponto o dia 03 de abril de 1962, ano da morte do líder camponês como também é começo da sua fabricação como o herói camponês, uma vez que o seu corpo começou a ser escrito a partir deste momento. Mas, na tentativa de construir uma cartografia desse herói, parti então em busca das “raízes” da sua história e voltei para o ano 1958 quando uma fonte mencionou o seu nome quando João Pedro foi nomeado como vice – presidente da associação dos trabalhadores de Sapé, e nesta fonte obtive acesso apenas a sua aparição infame e muda nesta fonte de Jornal.

Depois desse encontro fugaz ao ano de 1958, logo fui para o ano de 1959 em Sapé, que se instaurou como uma tentativa de um novo encontro com João Pedro Teixeira. Mas, que logo após percorrermos as fontes desse ano, não o encontramos. É mais uma vez não conseguimos encontrá-lo, dessa maneira passamos muitas linhas desse texto na busca incessante por um encontro. Mas, com o ano de 1960 um novo caminho se fez e uma possibilidade de encontrá-lo se instaurou. E assim, chegamos à notícia de um conflito em 1960 e mais uma vez não encontramos com o futuro herói camponês. E por fim na tentativa de construir uma cartografia de heroísmo de João Pedro Teixeira chegamos a uma matéria sobre a vinda de Damásio França na ocasião em que fez um filme de curta-metragem sobre as Ligas Camponesas em Sapé, que anunciava o lançamento de um pequeno filme poderia ter sido a possibilidade de um encontro João Pedro Teixeira, mas que, no entanto, não aconteceu. E o silêncio se edificou diante do seu nome se fez presente como também aos feitos da sua luta entre os anos cinquenta e ao início da década de sessenta.

Mas, por que a busca desse encontro com João Pedro Teixeira? Este movimento que foi feito em busca de João Pedro Teixeira, sobretudo em busca de alguns contornos de uma escrita que poderia o configurar como um herói antes do

---

5 Durante as pesquisas que realizei nos inúmeros arquivos na Paraíba, não encontrei mais detalhes sobre esse filme e nem tão pouco uma cópia desse pequeno documentário.

ano de 1962, mas que, no entanto, o efeito foi ao contrário acabou por delinear uma pequena cartografia não de encontros com ele, mas de desencontros com o próprio, ou melhor, com as fontes que falavam sobre ele. Sobretudo, porque o fato de não encontrarmos com João Pedro Teixeira por meio das matérias da imprensa, significa que a sua existência como herói camponês começa após a sua morte quando foi assassinado ao ano de 1962, quando acompanhamos através da imprensa na Paraíba em grande medida o surgimento de uma memória de luta, que nos passa a ideia de uma memória anterior a sua morte quanto aos seus feitos, mas que após uma incursão entre as fontes não há encontramos.

Esses desencontros com João Pedro Teixeira foram experienciados e vividos por mim no decorrer da pesquisa nos tempos em que eu era um historiador do supra-histórico, aquele como diria Michel Foucault, que tenta chegar a uma origem primeira e não ao começo da sua invenção. A busca pelas origens, ou seja, na busca pelos seus fundamentos, faz parte de uma tradição de se escrever a história que nas últimas décadas está sendo posta xeque quando assistimos aberturas para se pensar uma história que não é construída a partir das causas mais dos começos. E nisso se insere a lógica da escritura desse trabalho a partir do seu começo e não da sua origem. E dessa maneira superei os momentos das primeiras decepções com a pesquisa e fiz dela uma arqueologia do silêncio entorno do corpo de João Pedro Teixeira, onde eu tive acesso ao contexto de emergência da sua história de herói que foi de forte acirramento no campo porque as Ligas Camponesas movimentaram um grande debate e também provocou uma forte contestação da ordem e por isso foram duramente combatidas tanto antes do golpe militar como também depois.

Assim superadas as primeiras formas de pensamento de uma história sobre João Pedro Teixeira, marcada pela busca restituir uma origem primeira para as suas lutas, já que eu buscava neste momento a origem da sua história. E, sobretudo, buscava saber seus conflitos ou mesmo a hipótese de um resgate de uma história desse camponês que o colocava como um protagonista, ou seja, as lutas diante do que a vida o impunha e de como ele jogava com mil maneiras no território dos latifundiários como nos inspirou a pensar o historiador Michel de Certeau a cerca das astúcias em sua obra a “Invenção do Cotidiano”.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Um pouco sob as artes de trampolinagem e astúcias anônimas dos heróis comuns. Cf.: Certeau, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 7ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 37-53.



## Referências

### Periódicos

- Jornal A União
- Jornal Correio da Paraíba.

### Livros e dissertações

ARAÚJO, Railane Martins. **O Governo de Pedro Gondim e o Teatro de Poder na Paraíba**: imprensa, imaginário e representações (1958-1965). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História: UFPB, 2009.

AUED, Bernadeth Wrublewski. **A Vitória dos Vencidos**: Partidos Comunistas e as Ligas Camponesas 1955 – 1964. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1986.

BENEVIDES, CEZAR. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1985.

BURKE, Peter. A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XVI. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 7ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal**: uma releitura. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Sumus, 1986. FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 8ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Loyola. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

LE GOFF, Jacques. **São Luis** – Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KONDER, Leandro. **História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta**. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Orgs.). 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de Confronto: Uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Mendonça. **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2006.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a escrita da história. 4ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

# O PADRE IBIAPINA E A EMERGÊNCIA DA OPÇÃO PELOS POBRES NA IGREJA CATÓLICA ANTES DA DITADURA CIVIL-MILITAR – NOTAS DE PESQUISA

Noemia Dayana de Oliveira<sup>1</sup>

Em fevereiro de 1983 por ocasião do centenário de morte do padre José Antônio de Maria Ibiapina, foi realizado um simpósio no convento Ipuarana, localizado na cidade de Lagoa Seca/Paraíba. Naquela ocasião, a Igreja do Nordeste vivia a emergência da opção pelos pobres e buscava resgatar expoentes dessa prática social e historicamente. A reunião de pastoralistas e estudiosos transformou-se em livro organizado e editado pela Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina, o CEHILA, um ano depois<sup>2</sup>.

Com o passar dos anos, surgiu a necessidade de um segundo encontro acerca da vida e obra do padre Ibiapina, sendo este realizado em 2015, na cidade de Crato/Ceará, o qual teve como lema a discussão dos 150 anos das andanças do missionário no cariri cearense. Nessa ocasião e sob outras perspectivas sociais, o evento reuniu estudiosos para analisar os benefícios que o reverendo deixou para o estado do Ceará, especialmente sob a luz da institucionalização católica. Entretanto, esqueciam-se os palestrantes que foram os homens da Igreja oficial daquele estado os responsáveis, cem anos antes, em expulsar e condenar as práticas sociais desenvolvidas por ele em conjunto com os pobres, seus seguidores.

Atualmente, há mais de quarenta anos do primeiro encontro realizado em Lagoa Seca, a ordem do dia novamente se aproxima da mobilização social contra os fins da Ditadura Civil-Militar, cujo contexto político e cultural era amordaçado pela violabilidade da dinâmica democrática e jurídica, diretamente atrelado à ameaça de grupos fascistas que conquistaram o poder por meio da adesão de uma

---

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora substituta do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *campus* Campina Grande. Membro do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC). E-mail: noemia.oliveira@servidor.uepb.edu.br

2 O livro intitula-se *O Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres* com organização de Eduardo Hoornaert e Georgette Desrochers.

pequena parcela da população, interessada em manter seus interesses e benefícios frente às questões sociais. Em consequência disso, a resistência foi oriunda de vários segmentos da sociedade, dentre os quais estavam os moradores rurais, os trabalhadores urbanos, os estudantes, enfim, as chamadas “minorias”.

Dito isso, acreditamos que as motivações que fortaleceram as lutas por direitos políticos, sociais e culturais em fins da década de 1980, voltam à tona nos dias de hoje, evidentemente, com as devidas ressalvas. Para tanto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que começou a se estruturar naquele momento, nos dias de hoje representa o maior órgão de resistência rural do país. Em diálogo com os setores mais progressistas da Igreja Católica, o MST corresponde hoje a continuidade das experiências vivenciadas há mais de cem anos atrás por sertanejos seguidores do padre Ibiapina no Nordeste brasileiro.

Para melhor compreendermos a emergência da opção pelos pobres na Igreja Católica, é preciso que façamos um pequeno resgate dos traços biográficos de José Antônio de Pereira Ibiapina, que se transformou em referência nacional da opção pelos pobres frente a igreja oficial do século XIX. De naturalidade cearense, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, logo se tornou professor, deputado federal e advogado, atividades que desempenhou antes de ordenar-se padre em 1853. Depois disso, tornou-se vigário geral da Diocese de Recife e Olinda, onde atuou pouco menos de três anos, quando resolveu dedicar-se as missões religiosas no Nordeste rural, mais especificamente, a construção de obras sociais, em conjunto com os homens e mulheres carentes, que passaram a atuar diretamente na erradicação da própria necessidade material e econômica.

Num período em que a Igreja brasileira passava pelo processo de romanização, cuja participação de “leigos(as)” era estritamente proibida – movimento institucional da Igreja Católica que ficou conhecido como *Ultramontanismo*<sup>3</sup> –, as feitura do padre Ibiapina iam de encontro com o estabelecido, acreditando na capacidade do trabalho nordestino, de modo a torná-lo autor da própria história e do próprio sustento. Não é a toa que a transformação dessas realidades foi resultado dos mutirões

---

3 O ultramontanismo apesar de ser uma palavra polissêmica, aqui o utilizamos como sinônimo de movimento católico que defendia maior autoridade do papa sobre as igrejas em um período em que as monarquias possuíam o poder do padroado. Este, por sua vez, pode ser entendido como o poder do Estado para nomear bispos e padres. De forma mais ampla, os ultramontanos estavam em desacordo com movimentos que defendiam a maior autonomia dos bispos e dos Concílios em contrapartida ao papa, sem falar que desprezavam as ideias liberais e socialistas. Para mais informações ver Santirocchi (2017).

entre os pobres, que agiam diretamente sobre a miséria dos sertões nordestinos, um projeto em que teve considerada parcela de Ibiapina. Com isso, a seca passou a ser percebida pelos pobres não mais como causa da pobreza do Nordeste e a capacidade do sertanejo passou a ser força motriz para a sua mudança social.

Para isso, a emergência pelos pobres na Igreja, pioneiramente vivida nos sertões nordestinos, preservou as particularidades dos sertanejos, valorizando os hábitos e as atitudes dos oprimidos, de modo que a sua interferência se deu primordialmente na organização e potencialização de grupos sociais, num sistema de autogestão, distante da tutela do Estado Imperial, que visava à dizimação das camadas populares, vide a experiência ocorrida no arraial de Canudos, anos após a morte de Ibiapina.

Capacitando os beatos e as beatas ao trabalho manual e intelectual (muitas irmãs tornavam-se professoras de primeiras letras nas instituições educacionais, Casas de Caridade) e na educação, o missionário tornava os “desclassificados do sistema” em trabalhadores, em contrapartida ao sistema de escravidão, que submetia os seres humanos a desumanização, tornando-os mercadorias. Além disso, Ibiapina fortalecia o letramento entre os pobres, em detrimento do analfabetismo que se abatia sobre essa população. Entretanto, este modo de vida nunca obteve a aprovação dos cânones católicos, uma vez que ameaçava a hierarquia da Igreja e não estava a serviço da acumulação de bens (prática comum entre os padres do século XIX, possuidores de escravos e de terras).

Tendo em vista o caráter eminentemente prático da mensagem deixada pelo padre Ibiapina, reconhecemos que este foi o primeiro, em termos sociais e contestatórios, a trazer a emergência da opção pelos pobres para o interior da Igreja Católica no Brasil. As iniciativas anteriores que remontam a história do Brasil colonial e imperial dos padres Gabriel Malagrida, frei Caetano de Messina, Manuel José Fernandes e frei Serafim de Catina, além dos sucessores Antônio Conselheiro e padre Cícero, não concentram a mesma capacidade, nem tão pouco a mesma sistematização que as Casas de Caridade, os hospitais, as escolas, os cemitérios e, o mais importante, a organização dos sertanejos oprimidos em prol de transformação social, a partir da segunda metade do século XIX.

Partindo disso, não é possível entender a prática dos pobres católicos sistematizada durante a Ditadura Civil-Militar sem levar em consideração o lugar

do catolicismo rural na luta de classes, o qual a partir das ações do padre Ibiapina juntamente com seus seguidores, ganhou ares de resistência à opressão estabelecida pelo sistema imperial de escravidão e a propriedade privada de terras. Antes mesmo da guinada da Igreja Católica oficial pelos pobres, ocorrida através do Concílio Vaticano II em 1968, Ibiapina atuou na sociedade oitocentista em conjunto com os pobres, denunciando os abusos dessa sociedade, seja da cúpula do governo, da Igreja oficial e dos senhores proprietários de terras.

Diferentemente do que aponta os estudos sobre o cristianismo da libertação, os quais elegem como o marco inicial dessa opção pelos pobres no Brasil e na América Latina a segunda metade do século XX, mais especificamente, depois da Segunda Guerra Mundial e o avanço da industrialização na sociedade capitalista, levantamos o argumento, com base na análise histórica e social da prática ibiapiniana, que essa opção teve seu início cem anos antes, em 1860, no interior do Nordeste, mais especificamente na Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, localidades que foram palco das transformações religiosas, materiais e econômicas do missionário.

Para entender o impacto do cristianismo da libertação, termo cunhado por Michael Löwy, é necessário entender sua gênese. Como foi dito anteriormente, discordamos da afirmação em que ele considera que as “mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 1950, e que se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição” (Löwy, 2000, p.69), sejam o marco inicial da emergência da opção pelos pobres da Igreja Católica no Brasil e, conseqüentemente, na América do Sul. Ao contrário, acreditamos que esta tem origem ainda no período escravocrata, sistema cujo império sustentava-se e alicerçava as suas forças de dominação sobre os pobres. Isto porque as várias áreas de afinidades da Igreja, ressaltadas também por Löwy a partir da categoria de afinidades eletivas de Max Weber, apareceu ainda no catolicismo rural do século XIX, vivenciado pelos pobres e por leigos, as quais são a libertação dos escravos e oprimidos; a valorização do pobre (pobre e proletário); universalismo; crítica ao individualismo; valorização da comunidade; anti-capitalismo; esperança de um futuro reino de justiça e liberdade, de paz e fraternidade (Löwy, 1989).

O contexto que originou essa guinada de religiosos para a realidade miserável dos sertanejos está ligado também ao processo de romanização e endurecimento

das práticas clericais no Brasil. O confronto com ideias como o liberalismo, o cientificismo e o positivismo resultou na produção e divulgação da bula papal *Syllabus*, a qual assinalou mais de oitenta atitudes consideradas equivocadas pelas autoridades católicas. Esse era o período da aproximação de padres com a Maçonaria e da descaracterização do clero, isto é, muitos religiosos estavam inseridos na política imperial, o que paralelamente contribuiu para a forte presença de leigos nas liturgias católicas. Não é a toa que a criação das primeiras dioceses no interior do país, impactou na exclusão de leigos e leigos desses espaços, como também de padres que aderiram à opção pelos pobres. Ibiapina foi um deles.

Baseando-se nisso, e levando em consideração que a Teologia da Libertação é a compilação das ideias que precederam práticas da opção pelos pobres na Igreja, objetivamos analisar a emergência dessa prática (a opção pelos pobres) no Nordeste rural, reivindicando o seu lugar nessa parcela católica progressista do século XIX. Realizaremos isso a partir do levantamento de dados históricos, sociais e evangélicos das missões feitas pelo padre Ibiapina, através das *Crônicas das Casas de Caridade*<sup>4</sup>, textos escritos e compilados pelos seguidores e seguidores dele durante os anos de 1866 a 1883.

Com isso, temos a pretensão de evidenciar a participação que o padre Ibiapina teve no cristianismo da libertação do Brasil e da América Latina, cujo papel deve ser entendido como precursor da opção pelos pobres no Nordeste, verdadeiro cenário político e social de inspiração do que se convencionou chamar, posteriormente, de Teologia da Libertação. Para tanto, mais do que os cenários autoritários da América Latina das décadas de 1960 e 1970, essa opção católica se encontra na prática dos seguidores do padre Ibiapina, razão pela qual essa experiência e a sua figura de “padre-mestre” é retomada constantemente entre os católicos progressistas do Brasil e do continente latino-americano como símbolo de emancipação e libertação do capitalismo<sup>5</sup>.

### *O que sugerem os estudiosos sobre a Igreja dos Pobres?*

Os estudos sobre o cristianismo da libertação se voltam em sua totalidade para a defesa do argumento que esse movimento teve seu marco temporal na

---

<sup>4</sup> Ver Hoornaert (2006).

<sup>5</sup> Ver os ícones atuais do movimento de base da Igreja Católica em <https://teologianordeste.net/>, que são Padre Ibiapina, Padre José Comblim, Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara.

década de 1960 e marco geográfico na América Latina, mais especificamente nas cidades com grandes centros urbanos. Perante essas afirmações, nota-se a posição de segundo plano do Brasil, embora os principais teólogos dessa expressão sejam de origem brasileira, e mais, da região Sudeste, o que colabora para a desconsideração do Nordeste e das zonas rurais como precursores da opção pelos pobres na Igreja Católica,

Os teólogos da libertação como Leonardo Boff (1985), Clodovis Boff (1989) e outros, tomaram como ponto inicial desse movimento os regimes autoritários que estiveram no poder a partir da década de 1960 nos países latino-americanos. Estas expressões políticas, por sua vez, representantes da opressão e da exploração, passaram a ser contestados pelos movimentos da esquerda católica, a exemplo da Juventude Católica Universitária (JUC) e outros movimentos de mesma ascendência política.

Apesar desse marco, a formulação sugerida pelos teólogos da libertação, na sua gênese, defendia que a “opção pelos pobres” ocorreu antes na prática do que na teoria, isto é, existiam práticas anteriores ao momento de sua sistematização escrita, o que nos dá margem para afirmar e perseguir que essas práticas tiveram início no século XIX, mais propriamente no sertão nordestino. Essa origem remonta os primeiros movimentos sociais no Brasil, os quais tinham o caráter expressivamente católico, de cunho “popular” e reivindicatório, ou como quis chamar Eric Hobsbawn, movimentos pré-políticos<sup>6</sup>. Os cenários de opressão e autoritarismo vivenciados no século XX, com as Ditaduras Civil-Militar, perdem o lugar para a escravidão e o poder monárquico do imperador D. Pedro II.

Nesse sentido, a importância de retomarmos histórica e sociologicamente a origem desses movimentos rurais sob a perspectiva da emergência da opção pelos pobres, contribuiu para entendermos que essa dinâmica ainda se projeta no país, cuja experiência atual aponta para a continuidade de práticas e concepções libertadoras nos Centros Eclesiais de Base (CEB's), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no MST. A presença de católicos progressistas entre esses movimentos constitui expressivo grupo, quicá podendo ser o mais dominante ideologicamente e politicamente.

---

<sup>6</sup> Ver Hobsbawn (1970).



Além disso, a relevância de entendermos essa dinâmica em sua gênese (no século XIX) contribui para o alargamento das noções de resistência no Nordeste, bem como de enfrentamento contra a classe dominante, a qual só tem lugar, atualmente, tanto na sociologia quanto na história, a partir dos movimentos sociais do eixo centro-sul e do espaço dos centros urbanos e industrializados. Ao contrário do pretendido pelos teólogos da libertação, o nosso estudo buscou subsídios sociológicos e históricos, especialmente, os registros escritos realizados pelos seguidores e pelas seguidoras do padre Ibiapina para afirmar que o surgimento da emancipação subalterna no espaço rural, com fortes influências religiosas, começou nas Casas de Caridade e nas missões ibiapianas.

Por essa razão, a primordialidade desse estudo reside na atualização das discussões sobre a opção pelos pobres feita pela Igreja Católica na década de 1960, considerando novas proposituras para a observação das práticas desses sujeitos, deslocando o marco temporal e o regime político tido como marco para essa opção, assim como outros espaços e outros sujeitos.

### *O Padre Ibiapina e o pioneirismo da opção pelos pobres<sup>7</sup>*

Esse estudo tem como problemática as condições sociais e históricas que despontaram para a emergência da opção pelos pobres no interior da Igreja Católica, considerando especialmente a experiência dos camponeses nordestinos no século XIX. A partir disso demarcaremos o lugar dos movimentos rurais no Nordeste e a presença do componente religioso na prática contestatória, crítica e até revolucionária desse século. Para isso, ressaltamos a precisão da perspectiva do materialismo histórico, que acentua as contradições sociais na totalidade, cuja percepção da realidade está atravessada pela compreensão de um todo orgânico.

Partimos da consideração que a sociedade brasileira do século XIX acomodou condições de trabalho como a escravidão, a larga concentração fundiária e as relações entre Igreja e Estado como aspectos inerentes a estrutura política e econômica do país. Os movimentos sociais atuantes nesse período concentraram-se no espaço rural, o qual representava a maior concentração populacional daquela

---

<sup>7</sup> A discussão sobre o padre Ibiapina ser o pioneiro da “opção pelos pobres” no interior da Igreja Católica não é algo novo, ela já foi alvo de investigações em Pinto Júnior (2002) e Carvalho (1983), no entanto, diferencia-se da investigação que aqui realizamos por terem tomado o sujeito pré-determinado ao fim que desenvolveu: as missões católicas nos sertões do Nordeste na segunda metade do século XIX. Ou seja, ambos os biógrafos escorregam no erro da “ilusão biográfica”.

época, em detrimento dos pequenos centros urbanos que começavam a se estruturar com os investimentos da elite agrária.

As mobilizações possuíam diferenciadas reivindicações – autonomia administrativa, libertação da escravidão, fim do sistema monárquico, entre outros –, embora os mobilizados possuíssem pautas políticas em comum, como a profunda desigualdade social do sistema imperial. Além disso, o forte conteúdo católico que estava presente nessas mobilizações representava a linguagem comum que dominava o diálogo entre os homens e as mulheres pobres do Brasil profundo. No entanto, esse componente mobilizador foi rejeitado pela oficialidade da Igreja Católica em 1864, validado e publicado na carta papal conhecida como *Syllabus*.

Diante desse cenário, os padres e leigos motivados pelo catolicismo que se convencionou chamar de “popular” eram os representantes da exclusão e da perseguição operada pelos poderes públicos. Sobre isso, Friedrich Engels (1977) nos ajuda a pensar na semelhança que existia entre esses dois grupos (religiosos e subalternos), tanto em questões de opressão, quanto de perseguição, uma vez que contestavam em um só coro a ordem social vigente.

Para entendermos a dinâmica desses sujeitos, no que diz respeito à transformação da realidade alcançada na origem desses movimentos rurais, é preciso entender como os agentes mobilizados contra a ordem vigente se atentaram para a sua condição de subalternos – homens e mulheres desconsiderados pelo sistema escravocrata por serem iletrados e fanáticos. Desprezados pelos poderes públicos como incapazes, o papel do catolicismo “popular”, mais especificamente, da emergência da opção pelos pobres no interior da Igreja Católica atuou na emancipação desses subalternos:

A expressão “grupos subalternos” refere-se também a camadas sociais que não podem ser definidas como classe propriamente dita, como o caso de grupos intelectuais ou mesmo de classes que não se formaram ainda como tal (e não se pode fazer uma história dos grupos subalternos dissociada das classes dirigentes). As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem unificar-se até que não possam vir a ser ‘Estado’: a sua história, portanto, é entrelaçada com a da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por esse trâmite, da história dos Estados e dos grupos de Estados (Roio, 2007, p. 74).

Interpretar os sertanejos nordestinos a partir da noção de “grupos subalternos” pode ser importante a partir das considerações feitas por Antônio Gramsci, isto é, considerando-os sujeitos com a mesma capacidade reivindicatória que os camponeses italianos, de modo que eles possam ser pensados mais autonomamente e de maneira revolucionária na dinâmica social do Brasil, marcada pelas contradições de classe desde o período de dominação portuguesa.

Arelado a isso, a emergência da opção pelos pobres no interior da Igreja Católica aparece não como um movimento pré-político, mas como um movimento social de caráter contestatário, o que faz o interior do Brasil ser considerado como marco inicial da Teologia da Libertação, mais especificamente, o Nordeste. Com isso, emerge a compreensão sobre a gênese de contestação da ordem desde muito antes dos complexos urbanos do Brasil, bem como dos movimentos operários originários do centro-sul do país. Por isso, o conceito de “grupos subalternos” de Gramsci se amplia para entendermos que os sujeitos religiosos do interior do Nordeste eram os desclassificados de um sistema pautado na contradição e na exploração.

No entanto, os “grupos subalternos” observados por Gramsci quando ele estava no cárcere, assim como os que vamos analisar aqui, constituíam um universo muito amplo e complexo. “Dar-se conta dessa realidade era imprescindível a fim de se realizar uma política revolucionária capaz de unificar esses grupos e elevá-los culturalmente a um nível superior de consciência crítica” (Roio, 2007, p. 74). Mas como a observação de um intelectual orgânico (padre Ibiapina) pode ser articulada com a concepção da realidade dos “grupos subalternos” na transformação social?

Embora “a história das classes subalternas [seja] necessariamente desagregada e episódica, há na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em planos provisórios” (Gramsci *apud* Roio, 2007, p. 68), ou seja, na experiência dos sertanejos nordestinos seguidores do padre Ibiapina ocorreu essa unificação em torno de uma perspectiva autônoma, propondo uma nova ordem social em que os pobres pudessem se sustentar e ter acesso ao letramento, por exemplo. Para tanto, entender o novo plano hegemônico sugerido por esses sujeitos se associa a auto-atividade das massas, a auto-organização e o autogoverno. Sobre isso, não devemos perder de vista como essas atividades autônomas e essa unificação incidiram sobre a realidade desses “espíritos de cisão”.

Essas atividades autônomas são resultantes do processo de emancipação do subalterno, da qual Gramsci entendia como unificação, que passava pela

[...] emancipação cultural, pela percepção de que o econômico e o político (e o filosófico) são expressões de uma mesma realidade em movimento: a emancipação do subalterno passa pela construção de um novo bloco histórico e, como constitutivo desse processo, de uma reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas). Eis a razão da grande importância do estudo do folclore, da religiosidade, do senso comum, das formas de organização das classes subalternas. É o socrático “conhece-te a ti mesmo” como condição da transformação (Roio, 2007, p. 69).

A operação de rompimento, no caso aqui estudado e naquele estudado por Gramsci, se deu pela auto-organização, que é consequência da contestação da dominação e, portanto, da superação da subalternidade. Entretanto, não é suficiente apenas a negação radical da ordem, é preciso também e ao mesmo tempo em que esse movimento se materialize, o que implica organizar a vida material e cultural sobre novas bases. A negação da velha ordem significa também elaboração teórico-prática de um projeto de vida nova, cuja construção se dá pelo movimento do real em acordo com as vontades associadas.

Nesse sentido, esse projeto parte necessariamente das condições reais existentes, das contradições do real, dos fragmentos que compõem a ideologia subalterna, dos impulsos de rebeldia dos dominados. A recomposição dos fragmentos culturais e ideológicos imerso da rebeldia dos dominados, na perspectiva de negação da subalternidade, está associada a reforma moral e intelectual, que dá sentido a recomposição de toda a vida material e cultural. Esse movimento histórico só se torna possível desde que as classes subalternas gerem um grupo de intelectuais orgânicos.

Os “intelectuais orgânicos”, termo cunhado por Gramsci, foram entendidos como aqueles sujeitos que oriundos do seio da própria classe, atuavam historicamente em razão dos interesses da classe da qual se originaram. Sob essa perspectiva, retomamos a indagação feita mais acima acerca da proximidade do padre Ibiapina com as reivindicações dos sertanejos nordestinos, o que é fruto da condição de classe de Ibiapina, já que ele emergiu dessa classe e passou a agir em prol dela. Para isso, a contestação subalterna dos sertanejos, entre eles Ibiapina, foi traduzida em ações que reagiram sobre a realidade e, conseqüentemente, sobre a consciência dos sujeitos envolvidos.

Não se pode pensar, portanto, na emancipação dos subalternos sem que se pense no vínculo com os intelectuais. Os intelectuais brasileiros do século XIX, em grande medida, originários da Igreja Católica, preservavam e mantinham os interesses da classe dominante do império no Brasil. Contudo, houve intelectuais que romperam com a vontade dominante, agindo em conjunto com a vontade dos subalternos de emancipar-se e tornar-se hegemonia social. Portanto, negar a condição de subalterno é investir na constituição de um projeto que rompa com os interesses da classe dominante, movimentando assim concepções novas sobre a cultura, a religião, a intelectualidade, a educação e os diversos setores sociais, assim como fizeram os homens e as mulheres envolvidos no projeto das Casas de Caridade e nas missões ibiapianas.

No entanto, o empenho do Estado e da classe dominante foi e ainda é submeter à autonomia dos pobres, bloqueando as ações reivindicatórias desse grupo, de modo que desestabilize qualquer ação que venha a surgir dessa classe. Gramsci acreditava que as classes subalternas poderiam compor um novo Estado, uma nova totalidade, a partir do momento em que negassem a subalternidade, mas para isso era preciso conhecer e transformar a realidade, o que constitui o cerne da filosofia da práxis de Karl Marx.

Ao conhecer a realidade, a transformação surge a partir da

“[...] canalização da rebeldia camponesa em direção à ação política transformadora de suas condições sociais só poderia ocorrer em caso de fratura na burocracia estatal e no bloco intelectual que dava sustentação àquela ordem social” (Roio, 2007, p. 66).

A origem dessa fratura surge da tendência subversiva-popular-elementar, existente entre os camponeses subalternizados pelo abstencionismo político. Em decorrência disso, afirmou Gramsci, procuravam-se dirigentes locais que emergissem da própria massa, cujo vocabulário político era organizado através da religião e até do fanatismo religioso, em concordância com um conjunto de reivindicações que de forma elementar fermentavam nos campos.

Empenhados na transformação social, que significava a ruptura da burocracia estatal e do bloco intelectual dominante no século XIX, os sertanejos pobres elegeram o padre Ibiapina como seu dirigente, de modo que as reivindicações pudessem se solidificar através de práticas que operassem como uma força social

propulsora de mudanças indispensáveis a classe subalterna, além de romper com a ordem exploradora dos dirigentes. Mas para isso, era necessário findar com o estado escravocrata e latifundiário, forças motoras para a exploração dos seguidores de Ibiapina.

Dito isto, o conceito de afinidade eletiva presente em Max Weber (2004), contribui para pensarmos a origem da opção pelos pobres na Igreja católica entendida aqui como as práticas libertadoras da condição de subalternidade no Nordeste durante o século XIX. Isto porque associamos a emancipação dos pobres sertanejos, entendida por nós como sendo em 1860 e a crise da Igreja Oficial, cuja publicação do *Syllabus*<sup>8</sup> em 1864 marca essa data, associaram-se e verteram-se na origem dos movimentos rurais de cunho religioso e emancipatório nesta região.

Sobre afinidades eletivas, Michael Löwy faz as seguintes considerações:

A partir de certas analogias, de certas afinidades, de certas correspondências, duas figuras culturais podem – em determinadas circunstâncias históricas – entrar em uma relação de atração, de escolha, de seleção, de eleição mútua. Não se trata de um processo unilateral de influência, mas de um movimento dinâmico, ativo, de interação dialética, conduzindo, em alguns casos, à simbiose ou mesmo fusão das duas estruturas significativas (Löwy, 1989, p. 8).

Partindo dessas considerações, rebatemos a tese do mesmo autor acerca da origem do cristianismo da libertação, pois acreditamos que a origem da emergência da opção pelos pobres não aconteceu na década de 1960, sob o julgo do autoritarismo e o vazio de significações morais, que vislumbraram nas discussões marxistas a significação, e mais do que isso, a emancipação dos oprimidos. Assim como defende Clodovis Boff, se a teologia da libertação é o resultado de práticas anteriores, então, defendemos aqui que estas tiveram sua gênese no espaço rural do Brasil, no século XIX, sob as condições do escravismo e da exploração latifundiária.

A mudança teológica oriunda dessa emergência da opção pelos pobres, institucionalizada em 1960, teve no padre Ibiapina e seus seguidores a sua primeira manifestação, uma vez que o método da transformação da realidade, que evidentemente não perdeu de vista os elementos religiosos, estruturou-se a partir das primeiras obras realizadas por ele. A nova perspectiva de “caridade” ganhou

---

8 Foi uma encíclica promulgada pelo Papa Pio IX com instruções sobre o liberalismo e outros movimentos sociais do século XIX, considerados pelas autoridades eclesiásticas incompatíveis com o catolicismo na época.

a conotação nesse movimento rural de “emancipação”, o qual ver, julga e age transformando as questões sociais e econômicas, a partir das afinidades reconhecidas entre o líder (Ibiapina) e seus seguidores (os sertanejos).

Logo, defendemos que há possibilidade de uma revolução camponesa sem necessariamente forjar uma aliança com a classe operária, já que entre eles surgem intelectuais capazes de romper com o bloco intelectual dominante e lutar contra o escravismo e/ou o capitalismo. Para isso, investigar a experiência dos sertanejos seguidores do padre Ibiapina, pioneiros da opção pelos pobres na Igreja católica no Brasil, contribui para entendermos o cerne dos movimentos rurais contestatórios, quiçá o início das reivindicações sociais no Brasil e na América Latina.

## Considerações finais

O padre Ibiapina antecipou a opção pelos pobres oficializada nas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla pela Igreja Católica na década de 1960. Ainda no século XIX, ele praticou um catolicismo de uma maneira diferente daquelas vivenciadas, cujas práticas estavam distantes da realidade material da maioria dos fiéis, isto é, com missas celebradas em Latim, ostentação material e física dos templos, obrigações de comportamento e de indumentária, entre outras obrigações. Ao contrário disso, Ibiapina praticou um catolicismo itinerante, de caráter simplista e híbrido, o qual foi registrado em fragmentos escritos como as *Crônicas das Casas de Caridade* e as *Instruções Espirituais do Padre Ibiapina*<sup>9</sup>, ambos publicados na década de 1980, em formato de livro, quando o movimento pela Igreja dos Pobres estava se fortalecendo através das Comunidades Eclesiais de Base e de outras ações sociais no Brasil.

Diferente de Pinto Júnior (2002), que confirma o pioneirismo de Ibiapina na opção pelos pobres no interior da Igreja Católica, mas que ainda não existia a dimensão política nas suas ações, acreditamos que nas suas obras já existia a dimensão política para detectar as raízes da pobreza, uma vez que ele questionou as estruturas sociais do império, bem como lutou para arregimentar e conscientizar os sertanejos pobres, e sofreu retaliações por isso, como foi possível confirmar com a sua expulsão da província do Ceará feita pelo bispo Dom Luís Antônio dos Santos

---

<sup>9</sup> Ver Comblim (1984).

em 1870, e pela perseguição policial que viveu na Paraíba ao ser indicado como um dos líderes do movimento do quebra-quilos em 1875<sup>10</sup>.

Em todos os registros oriundos das missões ibiapianas, que ocorreram entre os anos de 1856 e 1875<sup>11</sup>, a pobreza tornou-se o conteúdo norteador das ações, o que gerava a adesão e legitimação popular das propostas vinculadas ao nome do padre-mestre. Vale ressaltar que o discurso sobre a pobreza e em favor dela foi repetido pelas irmãs de caridade, mulheres que seguiram Ibiapina até a sua morte e, que na maioria das vezes, eram as verdadeiras autoras dos manuscritos, embora o crédito das autorias seja endereçado à Ibiapina. Essa pobreza imprimia uma prática ao catolicismo do oitocentos que contribuiu para a formulação de uma “igreja para os pobres” ou “igreja pobre” nas últimas décadas do século XIX. No discurso assistencialista do padre Ibiapina, essa opção pela pobreza e por uma *práxis* católica sem ostentação material criava imagens que deveriam ser repudiadas, como a soberba, a vingança, a avareza e a preguiça.

Nas *Instruções Espirituais do Padre Ibiapina* o caráter prático das suas pregações vinham à tona, através de exigências de uma confissão espiritual que era, sobretudo, o conhecimento dos pecados, ficar de joelhos e fazer o sinal da cruz, uma ação que poderia ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento, sem a necessidade de um confessor ou de um padre. Tal prática aprofundava a distância com o catolicismo oficial ao mesmo tempo em que fortalecia a ideologia católica, já que a vigilância e a constância da confissão espiritual controlava os fiéis. Por isso, a confissão espiritual era realizada sem a presença de um padre, algo recorrente nos sertões, uma vez que não existiam sacerdotes fixos em paróquias distantes e/ou do interior do país.

Diferentemente do catolicismo oficial, que sugere a comunhão apenas uma vez por dia, a comunhão espiritual proposta por Ibiapina poderia ser feita “quantas vezes se quiser”. A exigência era apenas a da confissão espiritual e do horário concomitante ao da missa para que os fiéis tivessem “proveito” efetivamente da comunhão. Essa proposta de tornar a comunhão algo imaterial, isto é, sem atrelar a ingestão de hóstias, pode apontar não só para a experiência diferenciada desse

---

10 Ver Oliveira (2017).

11 Em 1875, o Padre Ibiapina foi acometido por uma doença nas pernas que o impossibilitou de permanecer andando e peregrinando pelos sertões do Nordeste. A partir disso até a sua morte, em 1883, ele ficou preso a uma cadeira de rodas e em cima de uma cama. Ver Mariz (1980).



sacerdote nos sertões, como também para a história ainda não feita sobre a produção de hóstias e de outros produtos utilizados durante as cerimônias católicas. Como os produtos utilizados na missa do catolicismo oficial são muitos, a exemplo das velas, hóstias, incensos e vinho, isso implica que existe uma produção industrial desses utensílios que ainda não foi historicizada no Brasil, e que vai de encontro a história de uma igreja pobre como a que construiu as missões de Ibiapina.

Portanto, essa igreja pobre que ainda precisa ser rigorosamente historicizada no Brasil pode ampliar os horizontes dessa opção teológica, considerando não só o padre Ibiapina como um dos seus precursores, mas outros sujeitos católicos brasileiros como Antônio Conselheiro (Canudos) e o Beato José Maria (Contestado), ambos os personagens lideranças de populações vulneráveis e engajadas com a luta pela terra no final do século XIX e início do XX. Para tanto, eles e Ibiapina anteciparam o “ideal evangélico” proposto por Medellín e Puebla, reconhecendo-se enquanto pessoas das classes privilegiadas, desprendendo-se do privilégio e embrenhando-se no mundo ainda não organizado politicamente, não estável e recorrentemente ameaçado da pobreza e dos sertões do país. Ademais, eles superaram a média da ação social de suas épocas fundando iniciativas em que pobres se associavam e se ajudavam mutuamente.

## Referências

BOFF, Clodovis. **Cartas teológicas sobre o socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. O padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 43, fasc. 169, março de 1983.

COMBLIN, José (Org.). **Instruções espirituais do Padre Ibiapina**. São Paulo: Edições Paulinas, Coleção “Oração dos Pobres”, 1984.

DESROCHERS, Georgette; HOORNAET, Eduardo (orgs.). **Padre Ibiapina e a igreja dos pobres**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas da Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. **Rebeldes primitivos**. Trad. Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOORNAERT, Eduardo (Org). **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 2ª ed. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Busca Vida. 1987.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. In: **Revista Lua Nova**, nº 43, 1998. 157-170.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. In: **Lua Nova**, nº 9. São Paulo, Nov. 89. p. 5-21.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARIZ, Celso. **Ibiapina, um apóstolo do Nordeste**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

OLIVEIRA, Noemia Dayana de. Um missionário subversivo: o padre na revolta do quebra-quilos. **Trilhas da História**, v. 6, nº 12, jan.-jun., 2017.

PINTO JÚNIOR, Luis Araujo. O Padre Ibiapina, precursor da opção pelos pobres na Igreja do Brasil. In: **Perspectiva Teológica**, nº 34, 2002. p. 197-222.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 29, nov. 2007, p. 63-78.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Revista Reflexão**, vol. 42, n. 2. Campinas: julho-dezembro, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



# SENTIDOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE: DISCURSOS, DENÚNCIAS E DISPUTAS POLÍTICAS ENTRE 1968-1978

Mário Francisco de Melo Júnior<sup>1</sup>

## Introdução

No primeiro semestre do ano de 2024, fui convidado pelo Instituto Histórico e Geográfico Santa-cruzensense (IHGS) para compor uma mesa-redonda como palestrante. Este momento que me refiro, se tratou de um projeto maior promovido pelo Instituto nomeado como “Brasil Nunca Mais: os 60 anos do golpe militar”. No mês de abril, lá estava ao lado dos professores José Adilson Filho<sup>2</sup> e Fred Santiago<sup>3</sup>. Porém, nos dias que antecederam o evento me dediquei a divulgá-lo e durante um programa de rádio fui confrontado com a realidade incômoda sobre meu pouco conhecimento com relação a atuação, as experiências políticas e usos simbólicos que foram atribuídos em Santa Cruz do Capibaribe ao *Regime Ditatorial* que governou o país por 21 anos.

Como professor há mais de 20 anos desenvolvi larga experiência em lecionar sobre esse assunto para adolescentes e jovens, mas me percebi incapaz de discutir e debatê-lo a partir da realidade de minha localidade. Estabeleço essas experiências como problema, como inquietações que atravessam meu texto. Como discutir o regime militar a partir de algo que faça sentido e que tenha alguma proximidade com Santa Cruz do Capibaribe?

O tema do *Regime Ditatorial* em Santa Cruz do Capibaribe é envolto em um manto de silêncio da sociedade e de letargia dos historiadores profissionais da

---

1 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2011). Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2018). Professor Efetivo do Estado de Pernambuco. Agradeço aqui a minha esposa, Maria Vaniara, pelo apoio, compreensão e amor e ao meu filho Mário Neto, por ser o melhor de mim. Também agradecer ao amigo Everton Aragão por ter dedicado seu tempo para leitura, análise e considerações valiosas sobre esse trabalho e IHGS, do qual tenho muito orgulho em ser membro. Endereço de e-mail: mariojuniorfawkes@gmail.com.

2 Graduado em História (FBJ) especialização em História Econômica (FAFICA), mestre em História (UFPE), mestrado em Sociologia (UFPB). Professor no departamento de História da UEPB,

3 Graduado em História (FAFICA), mestre em Educação Contemporânea (UFPE) membro do Grupo de Pesquisa Ditadura, Resistência e Memória.

cidade, bem como os diletantes amantes da história local. Correm na cidade relatos anedóticos sobre personagens locais no período, constituindo uma memória que parece mais ligada aos dilemas locais, como se a cidade estivesse desligada das questões mais gerais da vida nacional.

As publicações de escritores locais, com suas memórias sobre o passado da cidade, não citam elementos que estabeleçam uma vinculação com a realidade política no Brasil dos anos 1960-1970. Mesmo a historiografia profissional no município, ou sobre ele, jamais se detiveram a um estudo mais pormenorizado<sup>4</sup> sobre a atuação do Regime Civil-Militar na cidade, dos sentidos que lhe foram atribuídos, das acomodações, resistências ou mesmo das adesões mais enfáticas e laudatórias ao regime de exceção.

Durante o evento do IHGS essa questão foi suscitada pelo professor José Adilson Filho, que em uma provocação aos historiadores presentes nos mostrou uma série de documentos produzidos por órgãos do Regime Civil-Militar sobre Santa Cruz do Capibaribe e Brejo da Madre de Deus, os quais também o professor explicou como poderíamos ter acesso a essas fontes: hoje, disponíveis para consulta no Arquivo Nacional através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

A reação dos presentes foi de visível empolgação, a minha foi de certo constrangimento. Acostumado a ministrar longas aulas sobre o tema para jovens do Ensino Médio, trazendo elementos variados que contribuem para o entendimento do período, como a música popular, o cinema, as novelas, os jornais, entre outros, percebi novamente minha incapacidade de tratar disso a partir da realidade da cidade; sentimento esse agravado pela constrangedora constatação de que as possibilidades de iniciar uma pesquisa sobre o tema era relativamente fáceis, tendo em vista que já haviam fontes digitalizadas e disponíveis na internet.

Esse véu de silêncio sobre o tema em Santa Cruz do Capibaribe pode ter incontáveis razões que lhe expliquem; de nossa parte, conjecturamos que a adesão imediata dos principais grupos políticos ao regime seja uma das possíveis causas desse fenômeno. O consenso sobre as questões nacionais por parte das forças políticas locais terminaria por esconder as dinâmicas e tensões relativas a elas.

---

4 Trabalhos de historiadores já abordaram aspectos regime civil-militar embora esse não fosse o tema principal de sua pesquisa. Destacamos aqui a dissertação de mestrado de Flávia Danielly de Siqueira Moura, "Cenas de uma cidade sensível: o cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe-PE", publicada em 2014.

## *Um historiador no meio da “ilha bolsonarista”: fontes, análises e limites historiográficos*

Entre os documentos apresentados pelo professor José Adilson Filho, um deles chamou especialmente a atenção dos presentes: um documento confidencial de 16 páginas, produzido em abril de 1977 pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), contendo acusações contra José Pereira de Assunção, o Padre Zuzinha, um dos principais líderes políticos da história da cidade e que naquele momento estava recém-empossado ao seu segundo mandato como prefeito do município. As acusações vão desde fraude documental, perseguição política, depreciação do patrimônio municipal e má aplicação do dinheiro público e até de que o pároco-prefeito seria supostamente um elemento de ideias “exóticas” e “visceralmente contra o regime capitalista”.

Esse documento veio demonstrar que havia na realidade de Santa Cruz do Capibaribe na época uma relação mais profunda no cotidiano local com o regime civil-militar, para além da simples adesão e da postura laudatória ao autoritarismo.

Mais recentemente, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe ganhou notoriedade na cena política estadual e nacional por ter sido a única cidade de Pernambuco onde o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi vencedor nas urnas em ambos os turnos, tanto em 2018 quanto em 2022, o que rendeu para a cidade os epítetos de “Ilha bolsonarista”<sup>5</sup> por parte da imprensa estadual e nacional e de “coração da direita em Pernambuco” por parte dos apoiadores do ex-presidente. A figura de Jair Bolsonaro tornou-se presente na política municipal como nenhum outro presidente jamais foi.<sup>6</sup>

Compreendemos que esse fenômeno dialoga em grande parte, embora, obviamente, não somente, com o conservadorismo que caracteriza os grupos políticos da cidade, que durante o regime militar se abrigaram na legenda da ARENA. O bolsonarismo é em grande parte também fruto de nosso problema com a memória sobre o regime ditatorial e isso também se reflete em Santa Cruz do Capibaribe com o silêncio ao qual é relegado o tema.

---

5 **Folha de São Paulo.** Ilha bolsonarista em PE ignora presidente e foca eleição em conflitos sobre polo de confecções, publicado em 2020.

6 A popularidade de Jair Bolsonaro em Santa Cruz do Capibaribe pode ser medida tanto pela própria vinda do então presidente em duas ocasiões, 4 de setembro de 2021 e 17 de setembro de 2022, para a promoção de suas “motociatas”. Nas eleições municipais de 2020 nenhum dos postulantes ao executivo municipal teceu críticas ao então presidente apesar do momento de crise sanitária e escalada de mortes no Brasil pela pandemia de Covid-19.

Mas os silêncios são produzidos. O esquecimento é também uma produção voluntária ou involuntária das diferentes forças que compõem a sociedade. O silêncio sobre o regime militar nasce muito da adesão das forças políticas locais que aderiram ao regime quase como se esse lhes fosse um caminho natural.

Para além de discutir os motivos e razões que levaram as famílias políticas locais que lideravam os grupos políticos a aderir ao regime de exceção, o que seria uma contribuição também muito importante, vamos aqui dividir esse trabalho em duas partes: em uma vamos trabalhar como a Câmara Municipal de Vereadores foi um espaço de legitimação política do regime de exceção no município através da leitura das atas de suas reuniões no período de 1968-1978, período onde um dos grupos políticos locais, popularmente denominado como grupo “Boca-Preta”, consolidou-se no comando do município e o Padre Zuzinha converteu-se em principal líder político local, sendo eleito prefeito duas vezes no período, bem como é esse o período em que a própria ditadura civil-militar passa por momentos de especial relevo.

Num segundo momento analisaremos o já citado documento produzido para o Serviço Nacional de Informações sobre Padre Zuzinha, procurando indicar seus significados e as condições nas quais ele foi forjado, e assim através dele detectar algum outro aspecto sobre os sentidos que se desenvolveram na cidade sobre aquele momento histórico.

Iniciamos isso cientes também de nossa condição como historiadores e como habitantes dessa Santa Cruz do Capibaribe que nos atravessa. O pouco destaque do tema na historiografia local é um elemento que nos impõe limites, mas que também nos enche de motivação e coragem, ciente de que esse exíguo artigo poderá ser ampliado, discutido, questionado; tudo isso dentro dessa dinâmica de aproximação e distanciamento que compõe o ofício do historiador que se aventura a escrever sobre seu lugar.

*A casa do povo: construção de espaços políticos e identidades na câmara municipal de vereadores*

Santa Cruz do Capibaribe foi emancipada em 1953 e a partir de 1955 passou a ter eleições regulares para prefeito e vereador. Consolidaram-se dois grupos políticos na cidade a partir de então. A primeira hegemonia política na cidade por



parte de um desses grupos políticos se iniciou justamente na primeira eleição. O grupo denominado “Cabeção” venceu a primeira eleição na cidade sob a liderança de Raimundo Aragão. O domínio desse grupo político se estendeu por 13 anos. Após seu primeiro mandato, elege-se seu aliado político Pedro da Silva Neves. Raimundo voltou ao comando do município em 1964.

O outro grupo político do município, denominado de “Boca-Preta”, chegou ao poder em 1968 com a candidatura do pároco-político José Pereira de Assunção, conhecido como Padre Zuzinha. A vitória do pároco iniciou um domínio político de seu grupo por 24 anos seguidos. Neste período se firmou a figura do padre Zuzinha como principal liderança política do município e coincide com a saída do palco eleitoral por parte de Raimundo Aragão.

No plano nacional o grupo Boca-Preta era ligado à tradicional União Democrática Nacional (UDN) e o grupo de Raimundo Aragão a agremiações como o Partido Republicano (PR) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Após a instauração do bipartidarismo pelo regime ditatorial, ambos os grupos se abrigaram na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação ao regime.

Por sua vez, a Câmara de Vereadores de Santa Cruz, criada em 1955, também se constituiu um palco privilegiado na política municipal. Inicialmente composta por nove vereadores eleitos e não remunerados, a Câmara vai se constituindo em um espaço político de importância para uma cidade ainda muito pequena<sup>7</sup>.

As atas das reuniões da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, terminam compondo uma rica fonte de documentação sobre o desenvolvimento da cidade. Reunindo-se regularmente para tratar dos mais diversos temas relativos ao município, é possível encontrar nesses registros toda uma série de informações que ajudam a traçar um panorama parcial sobre o cotidiano da municipalidade.

Atualmente a possibilidade de gravação das reuniões em vídeo e áudio e as enormes capacidades de armazenamento de informações propiciadas pelas tecnologias digitais, permitem que as atas mais recentes da Câmara sejam muito pormenorizadas, com as falas dos vereadores sendo descrita em detalhes e todas as discussões. Durante as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 essas atas da Câmara se constituíam de resumos das falas e dos temas tratados pelos vereadores. É

---

<sup>7</sup> Segundo o Anuário Estatístico de Pernambuco elaborado pela Fundação de Informação para o Desenvolvimento de Pernambuco (FIDEPE) em 1980, a população de Santa Cruz por volta de 1960 era de 7.561 habitantes.

justamente nessa aparente limitação que encontramos nesses documentos que podemos perceber a relevância que eram dadas a certos temas, pois a menção em ata significava que os vereadores dedicaram tempo e energia ao tema citado ou mesmo que exigiram a presença dele nas atas.

A Câmara se constitui num espaço com a devida respeitabilidade na cidade não apenas pela simples investidura do cargo, ou por lá haver se tornado o espaço em que os grupos políticos supostamente duelavam e se faziam representar. Há situações mencionadas em ata que indicam que a Câmara era também um espaço ao qual a população recorria diante de situações em que se sentiam desamparados pelos demais poderes constituídos.

Exemplificamos isso a partir de dois casos. O primeiro é relatado na ata da sessão extraordinária do dia 19 de junho de 1969, onde é lido o ofício do senhor Gregório Pereira Pontes onde ele solicita auxílio da Câmara junto as autoridades competentes por ter sido, segundo ele, preso sem motivo, além de denunciar ter sido ameaçado “de revolver em punho” por um guarda após ir à sede da Companhia Elétrica de Pernambuco, a CELPE, reclamar do que seria uma cobrança indevida em sua conta. Como resposta a câmara aprova um requerimento apelando ao Juiz da comarca e ao Promotor Público garantias para a liberdade de Gregório Pereira Pontes em vista das arbitrariedades que havia sofrido e solicitando informações sobre o delegado municipal.

Outro caso relatado se encontra na reunião ordinária do dia 01 de outubro de 1971, quando:

Apresentou-se ao plenário desta Câmara o Sr. João Gomes de Souza, acompanhado de sua esposa, dona Maria Eulália da Silva, apelando para este poder legislativo interceder às autoridades de direito, a fim de amenisar (sic) a situação de seu filho de menos de dez anos, Reginaldo Gomes de Souza, que encontra-se preso na delegacia de Polícia dessa cidade, e o mesmo no dia de hoje foi assistido pela população dessa cidade amarrado de cordas pelas ruas, recapitulando a crimes que não praticou. **Seção ordinária de 01 de outubro de 1971.**

Como providência a Câmara oficiou o delegado e exigiu informações sobre as alegações feitas pelos cidadãos quanto a prisão de seu filho menor de idade, além de se comprometer a “levar o caso ao conhecimento do Juiz de direito da comarca

de Taquaritinga do Norte, da qual esse município é termo e subordinado”. Não se encontram nas atas seguintes nenhuma informação sobre como se procedeu o caso.

Esses relatos servem para demonstrar como a Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe tinha um papel de evidente relevância na relação sociedade-política-justiça dentro da realidade do município. Mesmo sem remuneração e em uma cidade então pouco importante para além de seu limite e regiões circunvizinhas, os vereadores da cidade procuravam se mostrar como partícipes de temas mais gerais, de relevância nacional e mundial, gerando curiosos votos de aplausos aos “Astronautas que pousaram na Lua”<sup>8</sup>, ao acordo de paz da Guerra do Vietnã<sup>9</sup> ou mesmo congratulações de conquistas esportivas como a conquista da Copa Rocca pela seleção brasileira em 1971<sup>10</sup> ou da classificação do Santa Cruz Futebol Clube no Campeonato Brasileiro de 1977<sup>11</sup>.

Esses atos, aparentemente protocolares e pouco ligados à realidade imediata do município, parecem ser artifícios dos vereadores para construir um capital político mais consistente na cidade. Nesse contexto é que compreendemos que a Câmara de Vereadores foi uma das instituições que mais atuou pela legitimação do regime de exceção na cidade, referendando e naturalizando os atos e ditames políticos do regime, através da exaltação dos governantes e ministros militares e das celebrações ao aniversário do golpe civil-militar de 1964.

As menções ao regime civil-militar não aparecem de imediato nas atas analisadas para esse trabalho. Acontecimentos de inegável importância histórico-social, como a decretação do AI-5, são ignorados pela Câmara de Vereadores. A primeira menção ao regime militar nas atas se encontra na reunião do dia 5 de janeiro de 1971, a segunda reunião daquele ano, onde o vereador Inocêncio Moraes, que se mostrará grande entusiasta do regime ditatorial civil-militar, solicita voto de aplauso ao general Emílio Garrastazu Médici pelo discurso em proferido em cadeia nacional em 31 de dezembro de 1970.

Em 1º de abril de 1971, o mesmo vereador solicita a aprovação de voto de aplauso em homenagem ao sétimo aniversário do que ele definiu como “Revolução Democrática de Março de 1964”, no que recebeu aprovação unânime de todos os

---

8 Sessão ordinária de 21 de julho de 1969.

9 Sessão ordinária de 24 janeiro de 1973.

10 Sessão ordinária de 01 de agosto de 1971.

11 Sessão ordinária de 26 de novembro de 1977.

demais vereadores presentes. No ano seguinte, na segunda sessão ordinária do dia 1º de abril de 1972, o mesmo vereador repete a solicitação de votos de aplauso pelo aniversário do golpe civil-militar de 1964, dessa vez também assinado por todos os vereadores. Aprovação foi registrada em ata acompanhada de um discurso ufanista que não é creditado especificamente a nenhum dos vereadores, podendo ser assim entendido como um registro oficial do posicionamento da casa legislativa sobre o tema:

... logo em seguida foi apresentado e aprovado por unanimidade o requerimento de número 14 de autoria do vereador Inocêncio Moraes da Silva e assinado por todos os vereadores presentes, solicitando um voto de aplauso ao transcurso do 8º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964 que salvou milhões de brasileiros de um regime que não agradava aos filhos dessa gloriosa pátria. No mesmo requerimento solicita que seja comunicado aos Exmos srs. Presidente da República, ministros do Exército, Marinha e Aeronautica, Justiça, governador desse Estado, comandantes do 4º Exército, 3º Distrito Naval, 2ª Zona Aérea, comandante da 22ª C.S.M. em Caruaru, e ao Sr. Prefeito desse município e Dr. Juiz de Direito dessa comarca. **Sessão ordinária de 1 de abril de 1971.**

Ainda se propôs voto de aplauso direcionado especificamente ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, proposto pelo vereador José Bezerra de Araujo e assinado por todos os demais vereadores. O vereador Inocêncio Moraes ainda fez uso da palavra para enaltecer o que chamou de “regime democrático” que teria “assegurado à nossa pátria um regime de ordem e democracia”.

A partir de 1973 a Câmara começa a realizar sessões solenes em homenagem ao golpe civil-militar no dia 31 de março. Esse rito se repetirá em 1975, 1977, 1978, não tendo sido realizado em 1974 por falta de quórum, provavelmente pela data ter sido comemorada num domingo, e em 1976 não há registro nas atas da Câmara sobre.

Essas sessões solenes serviam para cumprir uma espécie de rito de fidelidade daqueles vereadores para com o regime militar, onde o discurso oficial do governo era repetido e reforçado. Na primeira sessão solene, de 1973 a ata, a mais longa e detalhada entre as relativas as sessões solenes, registra a fala dos vereadores:

tendo o vereador Josefa Eloina Mendes feito uso da mesma para fazer um breve histórico sobre os acontecimentos que resultaram na Revolução Democrática de 31 de Março, lembrando os personagens que comandaram o grande

movimento democrático. Em seguida o presidente fez também uso da palavra para num eloquente discurso, rememorando fatos que causaram a Revolução Democrática de 1964 enaltecendo os grandes vultos da história da grande revolução pacífica que salvou o Brasil do poder daqueles que estavam levando nossa pátria para o caos. **Sessão solene de 31 de março de 1973.**

O mesmo perfil das falas se encontra na sessão solene de 31 de março de 1975, 1977 e 1978. Rodrigo Patto Sá Motta em “Passados Presentes”, ao dissertar sobre as mobilizações públicas pelo golpe e as festividades públicas como estratégia de legitimação do regime, comenta como a data de 31 de março não se converteu numa efeméride de real vulto social ou político:

Ao longo dos anos seguintes as comemorações do 31 de março realizadas em diferentes localidades do Brasil, em geral as autoridades se limitaram a atos fechados em quarteis, clubes ou igrejas, e a programas transmitidos pelos meios de comunicação, até porque os protestos públicos contra a ditadura aumentaram em 1967-8. (...) É significativo que a ditadura não tenha cogitado tornar feriado o 31 de março, ao contrário do Chile, em que o ditador Augusto Pinochet transformou em feriado nacional a data do golpe que derrubou Salvador Allende (11 de setembro). (Motta, 2021, p. 144).

Mesmo não tendo o dia 31 de março se convertido em uma data de revelo ao regime Civil-Militar durante o tempo que esteve vigente, ele se converteu em Santa Cruz do Capibaribe, através de sua Câmara de Vereadores em um instrumento de legitimação da ordem política na qual se abrigavam os dois grupos políticos no município. Esse tipo de narrativa construída pela Câmara pode soar como algo pedante, ingênuo ou caricato, mas revestida da legitimidade social que se encontrava termina se convertendo naquilo que Michael Foucault definia como “aquilo que cada sociedade acolhe como sua política geral de verdade; ou seja; os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que distinguem os enunciados verdadeiros dos falsos”. (Foucault, 1979).

Quando olhamos para a política de Santa Cruz do Capibaribe do passado e do presente é possível perceber que enquanto a cidade passava por enormes mudanças sociais e econômicas, os grupos políticos tradicionais sobreviviam, se reinventavam enquanto permaneciam os mesmos e jamais se viram forçados a rever sua postura adesista ao regime militar, adaptando-se ao jogo político democrático com a mesma naturalidade com a qual apoiaram ao regime de exceção no Brasil.

## *Padre Zuzinha: um homem de “ideias exóticas”*

José Pereira de Assunção, conhecido como Padre Zuzinha, nasceu no sítio Várzea Grande, zona rural de Taquaritinga do Norte, Pernambuco, em 07 de abril de 1905. Entrou para o seminário de Olinda aos 16 anos, foi ordenado padre em 1933.

Zuzinha teve sua primeira passagem como pároco da cidade entre 1938 e 1941, onde vai se consolidando como figura referencial. Foi o primeiro presidente do clube Ypiranga<sup>12</sup> e também, posteriormente, presidente da Sociedade Musical Novo Século.<sup>13</sup> Em 1946 retorna para assumir definitivamente a paróquia de Santa Cruz do Capibaribe até a data de seu falecimento.

A entrada de Padre Zuzinha no palco principal dos embates políticos em Santa Cruz do Capibaribe se dá em 1968, com sua vitória no pleito eleitoral, tornando-se o primeiro prefeito do grupo “Boca Preta” em Santa Cruz do Capibaribe e dando início a um longo período de hegemonia política de sua agremiação.

Logo após a vitória eleitoral, o padre é vítima de uma tentativa de homicídio em 07 de janeiro de 1969. O jornal Diário de Pernambuco, em 09 de janeiro de 1969, noticia o acontecido:

Padre Zuzinha, prefeito eleito de Santa Cruz do Capibaribe, foi alvejado anteontem com seis tiros de revólver pela mulher Maria de Barros, sexagenária, casada, residente na localidade do Pará, naquele município. A causa do crime seria uma antiga paixão não correspondida pelo sacerdote. (...) Após o interrogatório, o delegado especial acha que o revólver com que Maria Barros baleou o padre Zuzinha, lhe foi dado por terceiros. Na verdade, essa hipótese do capitão Abelardo Calumbi vem confirmar as impressões do Sr. Clovis Pacas de que os acontecimentos de anteontem tem relação com alguns fatos registrados na campanha política. **Jornal Página Livre, janeiro de 2009, em transcrição da matéria do Diário de Pernambuco de 09/01/1969.**

Despojado das pompas do cargo, vivendo humildemente e reconhecido como uma figura de benfeitor caridoso, sempre disposto a atender os pedidos dos desvalidos, o Padre Zuzinha vai converter-se num ícone político cuja importância transcende a sua própria vida. Hoje o nome do padre está na principal avenida da cidade, no colégio mais tradicional, a Escola Padre Zuzinha que antes se chamava “Colégio 31 de Março”; batiza a principal comanda ofertada pelo legislativo

---

<sup>12</sup> Clube recreativo e esportivo local. Fundado em 1924.

<sup>13</sup> Escola de música municipal, fundada em 1900.

municipal; a data de seu falecimento, 05 de outubro, é feriado municipal e o mausoléu construído para guardar seus restos mortais é ainda ponto de peregrinação.

A documentação produzida sob difusão do SNI, Agência Recife, acerca do Padre Zuzinha recebeu a classificação de “Confidencial” e teve origem no 14º Batalhão de Infantaria Motorizado, base militar situada em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, e é datada de 27 de abril de 1977.

**Imagem 1** – cabeçalho do documento confidencial sob difusão do Serviço Nacional de Informações, Área Recife, sobre Padre Zuzinha

The image shows the header of a confidential document. At the top right, the number '2174/81' is handwritten. Below it, the word 'Confidencial' is printed inside a rectangular box. To the left of this box, the text 'MINISTÉRIO DO EXÉRCITO' is printed, followed by 'IV EXÉRCITO' and 'EM - 2ª SEÇÃO'. To the right of the box, the date 'Recife - PE, 27 / Abr / 77' is handwritten. Below the date, the text 'Ao SNI/ARE' is printed. To the right of this, there is a circular stamp that reads 'SNI AGÊNCIA RECIFE' and '28 ABR 77 002199'. Below the date, the text 'Assunto: PADRE JOSÉ PEREIRA DE ASSUNÇÃO' is printed. To the right of this, the text 'Origem: 14º BI MTZ' is printed. Below the subject, the text 'Avaliação: - - -' is printed. To the right of this, the text 'Difusão: SNI/ARE - SOGI/PE' is printed. Below the origin, the text 'Dist. Ant. - - -' is printed. To the right of this, the text 'Ref. - - -' is printed. Below the distribution, the text 'Anexo: Xerox de onze Certidões de Batismo.' is printed. To the right of this, there is a circular stamp that reads 'IV EXÉRCITO' and 'EM 2ª SEÇÃO'. At the bottom center, the text '= INFORMAÇÃO Nº 737 B/E-2 =' is printed.

**Fonte:** Arquivo Nacional - SIAN

Inicialmente acreditávamos que se tratava de um dossiê cuja apuração haveria sido levada à cabo pelo regime civil-militar sobre o pároco-prefeito, mas uma série de elementos nos levou a outra interpretação. O documento é composto por dezesseis páginas, sendo onze de anexos de fotocópias de certidões de batismo assinadas pelo padre. O pouco detalhamento nas acusações e a falta de elementos que agreguem evidências mais sólidas às alegações elencadas contra o pároco, também nos serviram de evidência de que não se tratava de um dossiê investigativo produzido a partir de apurações de órgãos de informação do regime. A própria ausência de avaliação no documento indica impossibilidade de reconhecer o grau de veracidade dos depoimentos e dos anexos por parte de quem o redigiu.



Por último, o decreto presidencial nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977 define como: “O grau de sigilo CONFIDENCIAL será atribuído aos assuntos cujo conhecimento por pessoa não autorizada possa ser prejudicial aos interesses nacionais, a indivíduos ou entidades ou criar embaraço administrativo”. O terceiro parágrafo do artigo quinto do referido decreto detalha:

3º São assuntos normalmente classificados como CONFIDENCIAL os referentes a pessoal, material, finanças etc., cujo sigilo deva ser mantido por interesse do Governo e das partes, tais como:

- Informes e Informações sobre atividades de pessoas e entidades; (...) Decreto 79.099 de 06 de janeiro de 1977.

Assim, se percebe que a classificação de “Confidencial” visava evitar transtornos políticos não apenas ao governo, mas também para as partes citadas no documento, como uma proteção diante de eventuais constrangimentos.

O documento elenca uma série de acusações de abusos de poder, fraudes e crimes supostamente cometidos pelo Padre Zuzinha visando ganhos políticos e financeiros tanto no exercício de seu primeiro mandato como prefeito do município, tanto em sua atuação como pároco local. Pouco mais de 5 meses antes, o padre Zuzinha havia vencido as eleições municipais que o reconduziram ao comando do executivo municipal. O documento, dividido em 5 itens, mais os anexos, elenca 4 acusações contra o padre. Na primeira acusação se lê:

O prefeito eleito em 15 Nov 76 em SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, PE, o Padre JOSÉ PEREIRA DE ASSUNÇÃO (Padre Zuzinha), concedeu à época. da campanha eleitoral de 1976, mais de 100 certidões de batismo, conforme fotocópias anexas, que deviam ser fornecidas pelo pároco de TAQUARITINGA DO NORTE/PE. Forneceu, também, para as cidades de SURUBIM, BELO JARDIM, BREJO DA MADRE DE DEUS e outras. Essas certidões permitem o registro em cartório de pessoas, facilitando a aposentadoria das mesmas através do FUNRURAL.

As cópias certidões de batismo firmadas pelo Padre Zuzinha datam do ano de 1976, expedidas entre os meses de janeiro e outubro, e atestam batismos realizados entre 1887 e 1906, período situado na época em que Santa Cruz do Capibaribe saiu da designação de vila para distrito municipal de Taquaritinga do Norte mas que ainda não tinha paróquia constituída, sendo então as atividades da comunidade religiosa registradas em livros que estariam assim sob responsabilidade da paróquia



de Taquaritinga do Norte; dessa forma Padre Zuzinha não teria como atestar os tais batismos.

Nessas cópias percebemos incongruências nas informações firmadas pelo Padre Zuzinha. Todos as certidões são atribuídas ao livro 11-A, mas a ordem informada das folhas e os números de registro atribuído ao batismo não se estabelecem uma ordem cronológica. Outro elemento que é elencado na acusação é justamente o fato de que o livro deveria então estar de posse do pároco de Taquaritinga do Norte, que deveria ele então atestar as informações das certidões.

A emissão de tais certificado em ano eleitoral induz a interpretação que seria a execução de uma fraude documental que também visaria ganhos eleitorais ao padre-político. A segunda acusação remete ao primeiro mandato do pároco como prefeito:

2. O nominado, na época em que era prefeito (1969 a 1973) quando recebia. “Alimentos para a Paz”, os vendia, conforme declararam alguns compradores, tais como;

a. HERCILIO PEREIRA DA SILVA, estabelecido com padaria, comprava farinha de trigo. Reside à Rua dr. Manoel Borba, 286, em SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE.

b. PAULO ARRUDA ARAGÃO, residente à Rua Otávio Aragão, 310, na mesma cidade, declarou que quando era comerciante com o rumo de padaria e o Padre JOSÉ PEREIRA recebia “Alimentos para a Paz”, comprava trigo e óleo de soja. Afirmou que todos os que tinham padaria compravam dos meemos alimentos.

c. ARTUR CLEMENTE DA SILVA, residente à Rua Rr. José Bezerra, comerciante, declarou que também comprou óleo do soja do referido padre que era recebido de “Alimentos para a Paz” e deveria ser distribuído gratuitamente. Afirmou que muitos comerciantes também compravam.

d. LAUDENOR PONTES DA SILVA, brasileiro, casado, residente rua Dr José Mariano, 76, mesma cidade, declarou que comprava semanalmente do Padre JOSÉ FERREIRA, então prefeito e vigário da cidade, mercadorias de “Alimentos para a Paz”, utilizando-as para ceva de porcos. Declarou ainda que muitas outras pessoas também compravam dessas mercadorias e que faziam filas para tais compras.

O programa “Alimentos Para a Paz” foi uma iniciativa dos EUA para distribuição de seus excedentes de produção agroindustrial para outros países, dentro da lógica política da Guerra-Fria, onde a presença da ação estadunidense servisse como instrumento de

combates às influências socialistas no continente (Silva, 2022). O período da primeira gestão do padre Zuzinha à frente da prefeitura municipal coincide com o ocaso do programa no Brasil.

Na acusação, quatro cidadãos santa-cruzeses, devidamente estabelecidos na cidade com residência fixa informada, acusam o padre de vender os alimentos que deveriam ser doados e assim estabelecendo ganhos financeiros.

Hercílio Pereira da Silva, Paulo Arruda Aragão, Artur Clemente da Silva e Laudenor Pontes admitem ter comprado óleo e farinha de trigo ao padre dos alimentos que deveriam ser doados aos mais humildes e afirmam que outros comerciantes, especialmente todos os ligados ao ramo de padarias, também compravam.

Hercílio Pereira da Silva era popularmente conhecido pelo apelido de “Seu Sinota” e tinha ligações políticas com o grupo de oposição ao Padre Zuzinha. Sua família desenvolveu nos anos seguintes uma constante atuação política na cidade, com um de seus genros, Hélio Aragão tendo se lançado duas vezes candidato a vereador, e seu neto, Hélio Aragão Filho tendo sido eleito duas vezes vereador e atual vice-prefeito do município. Paulo Arruda Aragão, que também denuncia o padre, era seu genro.

Artur Clemente da Silva foi um próspero comerciante local que se elegeu vereador em 1960 pelo grupo denominado “Cabeção”, e sobre Laudenor Pontes da Silva a pesquisa não encontrou informações consistentes. É de se chamar a atenção a coerência entre as denúncias vindas de personagens, pelo menos 3 deles, com fortes ligações com o grupo político opositor ao padre Zuzinha e que, curiosamente, ao acusarem o padre também se incriminam. A relativa proximidade entre Santa Cruz do Capibaribe e o 14º Batalhão de Infantaria Motorizada em Jaboatão dos Guararapes, 180 quilômetros, serve de indicativo que a denúncia teria sido encaminhada pelos quatro nominados.

O terceiro item reforça que o documento seria fruto de uma denúncia dos citados e não uma investigação promovida por órgãos de inteligência ou repressão do regime:

3. A Prefeitura na época em que o epígrafe a dirigia (1969-1973) possuía uma ambulância e uma Rural Willys, as quais serviam de lotação e, até mesmo, para o transporte de mercadorias para o comércio local. Esses veículos eram entregues aos seus correligionários que os utilizavam em proveito próprio. Vendeu as ações da PETROBRÁS pertencentes à prefeitura, sem se saber para

que finalidade. Demitiu funcionários exclusivamente por motivos políticos. Só admitia no serviço público simpatizantes de sua política administrativa.

A falta de elementos probatórios que fundamentem o item 3 do documento evidenciam se tratar de uma denúncia motivada por questões político-partidárias locais. A quarta acusação apela para a para questões ideológicas:

4. O Padre “ZUZINHA” possui idéias exóticas. É visceralmente contra o regime capitalista. Combate a propriedade e é defensor da estatização absoluta dos bens.

5. O Prefeito em questão tem antecedentes registrados na AI/7ª RM.

O intento desse artigo passa longe de ser uma defesa do Padre Zuzinha contra as acusações elencadas nos documentos; sequer teríamos condições para tal. Mas a quarta acusação ao Padre carece de lastro factual. O grupo político ao qual o padre pertencia era contumaz eleitor de forças conservadoras no estado de Pernambuco, sendo o ex-deputado José Mendonça Bezerra<sup>14</sup> um aliado político do padre, estabelecendo a partir da liderança do pároco um importante reduto eleitoral em Santa Cruz do Capibaribe. A alegada visceralidade na oposição ao capitalismo também se configura em evidente exagero retórico. A figura de um padre caridoso, atencioso para com os pobres, despido das pompas do cargo, podem até gerar interpretações ambivalentes, mas passam longe de estabelecer um direcionamento ideológico ao Padre Zuzinha.

O quinto item do documento serve de indício de que não seria a primeira vez que o padre era denunciado, tendo antecedentes registrados na 7ª Região Militar situada em Recife.

## Considerações finais

Analizados em conjunto, a leitura das atas da Câmara Municipal de Vereadores entre 1968-1978 e o documento com acusações ao Padre Zuzinha feitas por concidadãos que eram seus opositores políticos nos permite perceber alguns aspectos de como a política municipal e como a própria sociedade santa-cruzense lidaram de maneira ambivalente com o regime militar.

---

14 Advogado e político pernambucano, nascido em Belo Jardim-PE. Deputado Estadual entre 1967 e 1979, Deputado Federal por 8 mandatos consecutivos entre 1979 e 2011. Falecido em 24 de abril de 2011.

Ambos os grupos políticos locais se estabeleceram sob a cobertura política do regime; no teatro da Câmara dos Vereadores as solenidades reforçavam e legitimavam dentro do município toda a narrativa do regime ditatorial inclusive adotando sem ressalvas o léxico do discurso oficial. Em outra direção, o documento produzido no 14º Batalhão de Infantaria Motorizado nos permite conjecturar que os cidadãos citados, que mantinham militância política local, um deles inclusive tendo antes ocupado o cargo de vereador no município, reconheciam também o regime como um regime autoritário; recorrendo diretamente a ele, e não ao devido foro judicial, na intenção de achacar politicamente adversários.

A política atual de Santa Cruz do Capibaribe é tributária do passado. Sobrenomes e linhagens familiares se revezam na ocupação de espaços de poder<sup>15</sup>, por vezes trocando de agremiação política, mas mantendo um senso de continuidade na política mesmo com a cidade passando por transformações intensas em sua economia, população e *modus vivendi*. Fenômenos políticos atuais, como, por exemplo, o impressionante êxito eleitoral do bolsonarismo na cidade, parecem refletir todo um “sistema de verdade” construído muito antes.

Os silêncios construídos cerca desse tema e período em Santa Cruz do Capibaribe nos impõe limites. Há muito para investigar, para se conhecer sobre toda a construção institucional e simbólica erigida na cidade sobre o período ditatorial no Brasil e sobre como isso se reflete nos sentidos que damos aqui ao passado e ao presente na cidade.

Humildemente, damos aqui um pequeno passo.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE – período de 1968 até 1978

---

<sup>15</sup> O atual prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Fábio Aragão compõe a terceira geração de sua família a ocupar o cargo de prefeito municipal, antes dele, Raimundo Aragão Filho, o Aragãozinho, foi prefeito entre 1993-1996, e é filho de Raimundo Aragão. O antecessor do atual prefeito, Edson de Souza Vieira, foi prefeito entre 2012-2020, tendo sua família e seu sobrenome ligados a vida política local desde 1972 com seu tio José Vieira de Araújo tendo sido eleito vereador. Sua esposa, Alessandra Vieira, foi deputada estadual entre 2018-2022.

Arquivo Nacional – SIAN. Fundo: Serviço Nacional de Informação (BR DFANBSB V8). BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002174 - padre jose pereira de assunção.  
- Dossiê

JORNAL PÁGINA LIVRE – Santa Cruz do Capibaribe - janeiro de 2009  
(Exemplares avulsos e sem numeração digitalizados pelo Sr. José Icizenildo Meires da Silva).

DECRETO PRESIDENCIAL 79.099 – janeiro de 1977 (disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D79099.htm#art4](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79099.htm#art4))

## Bibliografia

MELO JÚNIOR, Mario Francisco de, SILVA, Romenyck Stiffen Barbosa da.  
**Cidade, cultura política e eleições em Santa Cruz do Capibaribe-Pe (1982-1988)**. Monografia de Especialização de História do Brasil. FAFICA Caruaru – PE.

SILVA, João Paulo de Lima. Implantação da Aliança para o Progresso, o Programa Alimentos para a Paz e as Frentes de Trabalho no sertão do Seridó Potiguar (1961-1978). **Dissertação** (Mestrado em História dos Sertões) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2022.

MOURA, Flávia Danielly de Siqueira Silva. **Cenas de uma cidade sensível: O Cine Bandeirante como espaço de lazer e sociabilidades em Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. São Paulo: Graal, 1979.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

JULIÃO, Gilson José. **Cultura Política em torno da figura de Padre Zuzinha em Santa Cruz do Capibaribe**. Campina Grande, 2010.



## ALÉM DAS MURALHAS DA PERCEPÇÃO:

### NOVA JERUSALÉM PINTADA COM AS CORES DA PSICODELIA

Alan Marcionilo do Nascimento<sup>1</sup>

Onze de novembro de 1972. A paisagem agreste do interior de Pernambuco ganhou novos tons e cores; jovens saindo da Capital, Recife, e de outras cidades interioranas da região nordeste, tinham como destino o teatro ao céu aberto de Fazenda Nova, distrito do município de Brejo da Madre de Deus, onde ocorreria a I feira experimental de música. O festival organizado pelos diretórios acadêmicos dos cursos de medicina, arquitetura, engenharia e geologia, da universidade federal de Pernambuco, junto com a sociedade teatral de Fazenda Nova- Nova Jerusalém, propunham um encontro para confraternização da juventude, através da música e de festivais inspirados no que vinha ocorrendo ao redor do mundo, como é o caso de woodstock, ocorrido no final da década anterior, reunindo diversos jovens que através da música e de outras expressões artísticas, contestavam a ordem social vigente até então. Portanto, encontros como esse de Nova Jerusalém, e os que vinham acontecendo em outros países e regiões do Brasil, ocorriam sob os valores de movimentos contraculturais, movimento hippie, desbunde e liberdade; assim sendo, o teatro que viria a tornar-se referência com a encenação da paixão de cristo, incorporando-se ao calendário turístico cristão, foi, nos idos da década de 1970, um espaço de possibilidades outras, paixões livres, contraculturais, disruptivas e alternativas.

Talvez aqueles jovens não imaginassem, porém, dos experimentos da feira, uma nova cena cultural ganharia forma em Pernambuco, já estava em gestação, é bem verdade, porém foi naquele festival que a psicodelia pernambucana passou a existir de uma maneira mais evidente, mesmo que ainda não fosse chamada assim a época, pois os jornais geralmente utilizavam termos como “música experimental”,

---

<sup>1</sup> Professor da rede estadual de Pernambuco. Graduado em História pela faculdade de filosofia, ciências e letras de Caruaru (FAFICA) Especialista em História do Brasil também pela FAFICA. Mestre em Direitos Humanos pela UFPE.

como é o caso do próprio nome que batiza o festival, ou “música pop”, ou ainda conceituando-os como artistas que estão fora do circuito comercial.

Muitos dos artistas que se apresentaram durante a feira, ou que estiveram presentes acompanhando as apresentações, terminaram por tomar diferentes caminhos na música, tanto em carreiras individuais de sucesso nacional, como é o caso de Zé Ramalho, até carreiras que foram interrompidas por conta da censura empreendida pela ditadura militar, como é o caso da banda Ave Sangria, que em 1972 apresentava-se com o nome Tamarineira Village. Porém, apesar das diferenças e da futura carreira de cada um, o espírito de contestação do momento, as influências do rock, e um novo jeito de fazer música; experimental, antropofagiando influências externas, misturadas a elementos da cultura regional, uniam os músicos em uma nova cena artística, que agitou Pernambuco ao seu tempo.

Apesar de muitos desses músicos produzirem um som parecido, e terem as mesmas influências, até então não tinham tido um maior contato direto para produção em grupo, como é o caso de Lula Côrtes e Zé Ramalho, que após se conhecerem no festival, engendraram-se nas trilhas do caminho de Sumé, até a pedra do Ingá na Paraíba, onde produziram em parceria o álbum Paêbirú, (1975) que viria a tornar-se outra referência da psicodelia nordestina.

Um espaço no interior de Pernambuco; Fazenda Nova, distrito pertencente ao município de Brejo da Madre de Deus, em meio a ditadura militar, no teatro a céu aberto que tinha como ambição realizar a encenação da morte e ressurreição de Cristo, em um espetáculo com proporções gigantescas, a ponto de ser este o maior teatro ao ar livre do mundo, foi durante uma noite, o palco principal da psicodelia no estado.

A paixão de Cristo já ocorria em Fazenda Nova, antes mesmo da construção do teatro, e tinha como organizador Epaminondas Mendonça, que viria a ser sogro de Plínio Pacheco, quando este casou-se com Diva Pacheco, filha do líder político local. O espetáculo ocorria nas ruas da pequena vila de Fazenda Nova, porém mesmo longe de ter a estrutura grandiosa que veio a ser construída, já era uma importante atração que começava a ganhar destaque no calendário turístico do estado desde o início da década de 1950. Entretanto, Epaminondas Mendonça já buscava explorar o lado turístico do espetáculo, para estimular o comércio local, principalmente buscando fazer dos seus contatos políticos uma ponte para atrair



visitantes da capital durante as festividades da semana santa. Portanto, junto com a festividade cristã, objetivos outros já eram postos na hora de organizar o evento, que nunca foi uma festa oficial da Igreja Católica, mas sim o empreendimento de uma família, no agreste de Pernambuco.

Plínio Pacheco chegou em Fazenda Nova durante o carnaval de 1956, a convite de um dos filhos de Epaminondas Mendonça, ao chegar lá conheceu Diva, a filha mais nova do político local e responsável até então pelas encenações da Paixão de Cristo nas ruas da vila. A partir do encontro com Diva, que viria a ser sua futura companheira, Plínio passou a aproximar-se da organização da paixão de cristo, e deu seguimento a ideia do seu futuro sogro, criando o Teatro de Nova Jerusalém, em uma luta que durou vários anos e o esforço de toda uma vida para manter o local em plena atividade.

Antes de envolver-se diretamente com o teatro, e mais especificamente com Nova Jerusalém, fixando residência no interior de Pernambuco, Plínio vinha de uma carreira militar, na aeronáutica, que o trouxe a Pernambuco, primeiramente trabalhando em Fernando de Nornha, e depois no Recife. Na capital pernambucana Plínio também trabalhou como Jornalista, em importantes jornais da época. Tanto a aeronáutica quanto a atividade de jornalista, renderam a Plínio bons contatos, que iam desde autoridades e políticos, até artistas da capital, contatos esses que foram agenciados de diversas formas para construção e atividades desenvolvidas em Nova Jerusalém.

Se por um lado Plínio era um militar, o que talvez tenha influenciado cartas que escreveu a um amigo, criticando o comunismo e defendendo ações norte americanas durante a guerra fria, por outro lado sua prática constante de leitura e proximidade com a literatura, artes e escrita, também o fizeram em muitos momentos criticar o conservadorismo nacional, as decisões políticas e os costumes locais, sendo até considerado por colegas, durante a juventude, um militar melancia; verde por fora e vermelho por dentro, como relata Jamildo Melo, ao descrever fala do Jornalista José do Patrocínio, conhecido como Zé do Pato, que foi amigo de redação de Plínio Pacheco.

Certamente Plínio nunca seria preso, como Milton Coelho da graça – o chefe da última hora no Recife, conhecido pelo costume de entrar na redação dando vivas ao comunismo – mas quem conviveu com o jornalista gaúcho diz que

Plínio chegou a ter alguma tendência de esquerda. “Plínio era um daqueles militares que a gente chamava de melancia. Verde por fora e vermelho por dentro. Ele falava com as pessoas mais próximas sobre ideias marxistas, mas não se podia falar abertamente, ainda mais sendo militar. Era sim um pouco pendido pra esquerda, mas era comedido.” Contou Zé do Pato. [...] Se algum dia foi socialista, Plínio esqueceria dentro de mais alguns anos. Em 1979, com base nas cartas que deixou, pode-se dizer que ele fez uma clara opção pela economia de mercado, declarando-se capitalista e contra o comunismo. (Melo, 2005, p.88)

Alguns dos contatos que Plínio fez enquanto era militar da aeronáutica, podem ter sido importantes para que durante a construção do teatro fosse pleiteadas verbas públicas para atingir seu fim, além dos contatos com políticos, fruto da peregrinação de Plínio em busca de recursos para a construção do teatro, já desde a década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e principalmente durante a década de 1960, como por exemplo, com o ministro Paschoal Carlos Magno, que além de ter ocupado vários cargos públicos era também ator e dramaturgo.

Paschoal Carlos Magno foi o responsável por conseguir o dinheiro para a compra do terreno onde seria construído o teatro, por intermédio do conselho nacional de Cultura, o Ex-chefe de gabinete de JK, e um dos principais assessores de Darcy Ribeiro, que já desenvolvia projetos de interiorização do teatro no Brasil, tornou-se um dos principais apoiadores de Plínio, chegando inclusive a atuar no espetáculo durante o ano de 1969. Porém, ao mesmo tempo que essa aproximação trouxe para Nova Jerusalém os recursos necessários, também foi colocando o teatro no radar dos militares.

No segundo espetáculo, após a construção das muralhas de nova Jerusalém, em 1969, Paschoal Carlos Magno chegou a atuar na paixão de Cristo. Naqueles anos pós-64, não foi esquecido pelos militares. Homossexual assumido, depois do golpe de 64 foi acusado de corrupção de menores. Muito possivelmente, Carlos Magno entrou na alça de mira dos militares menos por sua orientação sexual e mais por suas ligações políticas. Foi chefe de gabinete de JK e durante o governo de João Goulart (afastado pelo golpe) tinha o apoio do ministério da educação e cultura para realizar as caravanas da cultura, que levavam exposições, balés e teatro ao interior do país. Carlos Magno foi um dos principais assessores do ministro da educação e cultura Darcy Ribeiro, um dos nomes da esquerda mais perseguidos pelos militares. (Melo, 2005, p.119)

Importante ressaltar nesse ponto a participação do poder público para que as ideias de Plínio pudessem ser concretizadas, e o mais relevante com relação ao fato do apoio do estado para empreendimentos culturais de grande monta, que tinha por objetivo a construção de um turismo cultural, ao mesmo tempo que trazia novas possibilidades para os artistas locais e nacionais, ao terem espaços para divulgação das suas produções. O apoio do poder público fez com que as dificuldades fossem menores, mesmo que em muitos momentos tenham faltado verbas para que as obras estivessem sempre em andamento, porém é de se lamentar que nos anos vindouros após o golpe militar de 1964, esses projetos foram interrompidos, ou então perderam muito das suas potencialidades iniciais. A proximidade de Plínio com artistas e políticos perseguidos pela ditadura, acabou por ser um dos motivos que levaram o estado nacional a diminuir ou negar o apoio financeiro que vinha dando.

Mesmo após o golpe militar de 1964, a levar em conta matérias de jornal da época, Plínio ainda conseguiu recursos e apoio do poder público para o seu empreendimento, seja do governo federal ou do governo do estado, Nova Jerusalém continuou a receber verbas públicas, ou então apoio logístico dos órgãos do governo para realização dos espetáculos, porém ao mesmo tempo a mão de repressão do estado ditatorial foi também descendo sobre Nova Jerusalém, fazendo com que ficasse cada vez mais restrito à encenação da paixão de Cristo, como principal finalidade do maior teatro ao céu aberto do mundo.

Segundo Jamildo Melo (Melo, 2015), quando estourou o golpe militar em 1964, Plínio Pacheco foi chamado para depor em Brasília, mesmo sendo este um militar da aeronáutica, só conseguiu sair impunemente graças a importantes contatos que havia feito enquanto jornalista, possivelmente já no primeiros anos da ditadura, Plínio e o teatro de Nova Jerusalém, entraram no radar dos militares, pelo contato próximo com pessoas ligadas aos anteriores governos democráticos, como é o caso do já citado Paschoal Carlos Magno. Porém Plínio soube utilizar dos seus contatos pessoais, como por exemplo com o governador Paulo Guerra, que também exercia a atividade de jornalista e tinha contatos políticos com a família de Diva Pacheco, Guerra assumiu o governo de Pernambuco em 1964, com apoio dos militares, após Miguel Arraes ser deposto, a princípio o governo do estado manteve o auxílio as obras de Nova Jerusalém, para que não fosse paralisada a construção.

No governo de Nilo Coelho, totalmente alinhado com a ditadura, os recursos também continuaram fluindo para Fazenda Nova, inclusive as encenações que estavam paralisadas na segunda metade da década de 1960, foram incentivadas a retornar com o apoio do governador de então, que colocou todos os recursos possíveis do estado a disposição de Plínio para que a obra pudesse evoluir e no ano de 1968 Fazenda Nova voltasse a ter a encenação da paixão de Cristo acontecendo em suas paragens. (Pacheco, 2016)

Outro aspecto importante da trama política, é que Plínio manteve-se após o golpe militar afastado da aeronáutica, porém ainda mantendo os seus rendimentos militares, na condição de cedido ao governo do estado de Pernambuco, e trabalhando em Fazenda Nova, isso só foi possível graças aos seus contatos junto ao poder político estadual, e sua constante batalha por recursos para construção do teatro.

Além de um centro cultural, com produções de teatro e cinema, também foi desejo de Plínio Pacheco construir uma escola com o objetivo de alfabetizar as crianças de Brejo da Madre de Deus e da região. A escola foi inaugurada em 1966, construída com recursos do governo do estado, e de multinacionais como a Esso, fez parte do complexo do teatro, fazendo com que houvesse atividade no local durante todo o ano, além de manter contratos com o estado para permanecer recebendo verbas, fazendo com que ao mesmo tempo em que mantinha a escola em funcionamento, também entrava dinheiro nos caixas para continuar tocando as obras do teatro. Em matéria assinada por Eduardo Ferreira, no diário de Pernambuco, no dia 6 de março de 1970, é destacado que no palácio dos Asmoneus, dentro do teatro, a escola voltada para os filhos dos agricultores estava em pleno funcionamento, e Plínio ainda tinha vários outros projetos para o local, não estando satisfeito com o que havia feito até então.

O teatro de Nova Jerusalém começou a ser idealizado já em termos da década de 1950, Plínio Pacheco, conseguiu recursos juntos ao governo federal a época, principalmente o apoio do chefe de gabinete de Juscelino Kubistchek, Paschoal Carlos Magno, um dos grandes incentivadores do teatro do Brasil e da sua interiorização, que ao conhecer o projeto de Plínio Pacheco, com já destacamos, veio a ser um dos responsáveis por parte dos recursos que foram utilizados na construção do teatro de Nova Jerusalém. Durante o governo de Cid Sampaio, em Pernambuco, também foi angariado recursos para construção do teatro, o que

mostra a participação do poder público no desenvolvimento e execução do projeto, principalmente antes do golpe militar de 1964. (Pacheco, 2016)

Com relação ao campo artístico, os contatos de Plínio com partícipes da vida cultural do Recife, através dos colegas de redação nos jornais, que gostavam de aventurar-se pelas leituras e escritas literárias, alguns destes diretamente ligados ao teatro, proporcionaram aos círculos sociais de Plínio o convívio com atrizes e atores, que foram agentes centrais dos eventos ocorridos no teatro de Nova Jerusalém, seja na tradicional encenação sacra, da paixão de Cristo, seja em outras apresentações cênicas ocorridas no local, ou nos shows de MPB e festivais inspirados em woodstock, com cabeludos outros, que ao invés da cruz nas costas, levavam instrumentos musicais e arte, transgredindo valores estéticos e morais da época.

Portanto, podemos crer que também por isso, apesar do projeto de Nova Jerusalém, ter como motivo maior a encenação da paixão de Cristo, que anos depois já com o teatro completamente construído, viria a ser a grande marca do local, não teve durante os seus primeiros anos de atividade um projeto exclusivista que impossibilita-se a realização de outros eventos, pelo contrário, as matérias publicadas em veículos de imprensa da época, nos mostram que a sociedade teatral de nova Jerusalém, responsável por administrar o teatro, tinha o interesse de manter uma agenda cultural para o espaço durante todo o ano, com a realização de festivais de música e outras apresentações cênicas. O que de certa forma expressa e até intensifica a visão inicial de Epaminondas Mendonça, que deu início a paixão de Cristo nas ruas de Fazenda Nova, também pensando em ganhos comerciais e políticos, para além do caráter religioso e festivo da encenação.

Na reinauguração do teatro, em 1968, esteve presente tanto autoridades políticas ligadas a ditadura militar, como o governador de Pernambuco na época, Nilo Coelho, e o ex-governador Paulo Guerra, ambos que haviam sido de grande importância para angariar verbas, mas também D. Hélder Câmara, que se notabilizaria por sua resistência ao governo militar, mostrando que as articulações políticas de Plínio, consistiam antes de tudo em ações pragmáticas, que visam especificamente desenvolver seu empreendimento cultural.

Além da paixão de Cristo, que já era uma encenação tradicional na região, outras peças já estavam sendo realizadas em Nova Jerusalém. No mesmo ano de 1972, havia sido encenada a obra Calígula, escrita por Alberto Camu, e que foi dirigida

pelo mesmo diretor da paixão de Cristo, com a participação do mesmo elenco, o que nos mostra o fato da sociedade teatral de Nova Jerusalém querer transformar o espaço em um local de referência em produção cultural no interior de Pernambuco.

### *As pedras sagradas de Nova Jerusalém: um novo homem contracultural e a ressurreição de uma outra era*

No caso de Nova Jerusalém a ideia central que Plínio planejou difundir era a construção de um novo homem a partir de um microcosmo, mais ou menos como a experiência que havia tido em Fernando de Noronha, agora mais maduro. “a nossa missão é unir fragmentos dispersos de personalidade humana, transformar homens artificialmente mutilados em seres humanos completos, colocar o homem em face do seu ego mais profundo, ligado a imagens de nutrição e amor humano”, ensinava. (Melo, 2005, p.140)

A frase anterior, proferida por Plínio Pacheco, e citada por Jamildo Melo, pode nos servir como um orientador no que diz respeito aos anseios de Plínio ao idealizar o teatro de Nova Jerusalém, do mesmo modo de seu sogro, Epaminondas Mendonça, que deu início as apresentações nas ruas da vila, não unicamente por uma devoção religiosa, mas também com objetivos econômicos, sociais e humanísticos. Ao deparar-se com a geografia do agreste pernambucano, as montanhas e paisagens de Brejo da Madre de Deus, com a aridez de Fazenda Nova, e a possibilidade de fugir da vida nas grandes cidades, um oásis prostrou-se diante da visão de Plínio, como uma nova terra prometida, para viver sob uma nova lógica, longe do caos urbano, próximo da natureza e da produção artística e cultural, ou seja, uma forma comunitária, inspirada na Jerusalém da antiguidade, um paraíso perdido, mas achado na região agreste.

A ideia central da obra de Lewis Mumford era que a cidade deve ser um órgão de amor e que a melhor economia das cidades era o cuidado e a cultura dos homens. Nas suas cartas, Plínio reproduz fielmente este ideário, “a parte mais importante que vejo no funcionamento de Nova Jerusalém é a obtenção de toda uma corrente, vivendo um ideal de trabalho e arte, de ócio e prazer”, definia. “Neste momento, só me foge a certeza de atingir” no restante, um artesanato externo e interno, um comércio próprio”, explicava Plínio, que desde outubro de 1966 já dava a finalização das construções como certa. (Melo, 2005. p. 139)

Com isso podemos refletir, que aparentemente, os ideais pós segunda guerra mundial, de crítica aos valores sociais e aos modos de vida da época, faziam parte

das inspirações de Plínio, animando-o como uma característica do seu momento histórico, da busca por construir lugares utópicos, lugares e comunidade de desenvolvimento pessoal e coletivo, onde pudessem construir formas outras de sociabilidade, que não apenas reproduzissem as sociabilidades hegemônicas de então.

Além das peças de teatro, Nova Jerusalém também teve como projeto no início da década de 1970, ser um espaço de produção cinematográfico, principalmente do cinema novo, sendo utilizado para locações que tivessem como enredo e cenário a região nordeste. Antes disso, ainda na década de 1960, no ano de 1963, o teatro de Nova Jerusalém já havia sido cenário para a gravação do curta metragem *terra sem Deus*, dirigido por Valença Filho, durante a mesma década teve maior destaque a filmagem do *auto da compadecida*, em 1968, sob a direção do cineasta George Jonas, este último filme contando com o apoio do governo do estado, durante a gestão de Nilo Coelho.

Após a experiência das filmagens do *auto da compadecida*, já durante a década de 1970, mais uma vez Nova Jerusalém foi cenário para gravações cinematográficas, desta vez fruto da parceria de Plínio com importantes cineastas da época, ligados ao cinema novo, como Eduardo Coutinho, Léo Herzmann e Marco Faria, que utilizaram a estrutura de Fazenda Nova para gravações, tendo Plínio Pacheco como participante direto das produções.

Em 25 de janeiro de 1970, o diário de Pernambuco trouxe uma matéria sobre o cinema novo, seguido de uma entrevista com o produtor Marco Faria, da Saga Filme. Na entrevista era ressaltado a importância estratégica de Nova Jerusalém para produção de filmes no Nordeste, aproveitando a estrutura do teatro para as locações, tanto na própria fazenda nova, como também em outras cidades vizinhas, de Pernambuco, mas também da Paraíba.

O auge do cinema em Nova Jerusalém veio com *A noite do espantalho*, filme dirigido por Sérgio Ricardo, que contou com Alceu Valença e Geraldo Azevedo no elenco, filme este rodado no ano de 1974. A trilha sonora do filme foi composta pelo próprio diretor, que também era músico, e havia a convite de Glauber Rocha, feito também a trilha sonora do filme *deus e o diabo na terra do sol*. *A noite do espantalho* tornou-se um clássico do cinema nacional, ganhando vários prêmios, como o de melhor música na França, no festival de cinema jovem de Toulon; foi



também escolhido um dos 15 melhores filmes do festival de New York, em 1974, e foi escolhido como representante brasileiro para o Oscar de 1975, na categoria de melhor filme estrangeiro, porém não chegou a ser indicado ao prêmio.

Ou seja, o que as matérias jornalísticas de então nos apontam, é que o projeto de Plínio Pacheco para Nova Jerusalém, era antes de tudo um projeto artístico cultural e educacional, um projeto para que a partir da tradição da encenação da paixão de Cristo em Nova Jerusalém, novas possibilidades culturais e turísticas fossem criadas.

É importante pontuarmos também, que Plínio Pacheco, além de manter contato com diferentes grupos artísticos, como é o caso do grupo do cinema novo, já pontuado por nós, também mantinha diálogos com outros grupos de teatro, como o Teatro Popular do Nordeste (TPN), o que nos mostra que a idealização e construção de Nova Jerusalém, não foi um empreendimento isolado, de um grupo de atores do interior de Pernambuco, ou muito menos apenas um projeto de inspiração cristã, mas sim um empreendimento que mantinha relação direta com outras produções culturais da época.

A década de 1970 foi marcada por um aumento dos movimentos de juventude contrários a ordem mundial de então, seguindo os passos do movimento hippie nos EUA, e dos protestos da juventude parisiense no ano de 1968, (Fléchet, 2011) mesmo o Brasil estando em uma ditadura militar, e no seu período mais repressivo, após o AI-5, a juventude brasileira também cultivou os ideais da contracultura; o desbunde, o Rock and Roll, as drogas psicodélicas, roupas coloridas, cabelos longos, a vida em comunidade, a contestação ao consumismo e a vida urbana com seus trabalhadores explorados em fábricas e canteiros de obra, ou entediados dentro de escritórios. Um regresso ao interior, a vida rural, ao ritmo da existência marcado pelo próprio ritmo da natureza e não dos movimentos e caos urbano, este foi o ideal de muitos jovens durante a década de 1970 no Brasil. Nesse contexto, a música foi um importante meio de expressão dessas juventudes, sendo as letras, coreografias e figurinos, elementos pelos quais os jovens mostravam suas ideias, seus anseios pelo futuro e suas insatisfações com o presente.

As letras relacionadas às experiências psicodélicas, atração física e sexo, as roupas coloridas, a teatralização das apresentações, a incorporação de novos instrumentos às composições, a livre improvisação e experimentos



que ocasionaram em músicas muito mais longas que o padrão pop existente até então, entre outros fatores, eram elementos que diferenciavam esta nova música de tudo que havia sido feito até o momento. (Pinheiro, 2019, p. 250)

Podemos dizer que o movimento psicodélico teve diferentes formas de manifestação ao redor do mundo, unindo as características gerais do movimento, com questões locais, como num amálgama, em 11 de novembro de 1972, o distrito de uma cidade do interior Pernambucano, foi o lugar da utopia, o lugar onde os sonhos e desbunde eram maiores do que os valores da burguesia ou a mão autoritária do estado brasileiro verde oliva.

### *A feira dos hippies: Cabeludos lisérgicos. Ao invés da cruz guitarras nas mãos*

A feira experimental de música de nova Jerusalém foi responsável pelo lançamento de bandas que já estavam em processo de formação, mas que ainda não havia ocupado espaço no circuito musical de forma mais homogeneia, como é o caso da banda Tamarineira Village, que viria a mudar de nome para Ave Sangria, e que após a participação no festival de Fazenda Nova passou a ser uma referência na música alternativa de então, tendo seu trabalho interrompido devido a censura ter recolhido seus discos por acusação de que uma das suas canções teria um conteúdo homossexual, a faixa “Seu Waldir”, que segundo Marco Polo, vocalista da banda e compositor da música, em entrevista concedida a Tv Fórum, em canal no youtube, em 11 de setembro de 2021, começava a fazer sucesso e tocar nas rádios, quando os militares mandaram recolher os discos e acabaram por fazer com que a banda entrasse em um hiato de produção de mais de 40 anos, até voltar a fazer shows e gravar um novo álbum.

Sobre o festival, podemos ler o seguinte em matéria do diário de Pernambuco, do dia 9 de novembro de 1972, as vésperas de ocorrer a feira experimental de música:

A ideia – segundo os organizadores – é ouvir o som do cara que toca berimbau no mercado de são josé e também o som de Lailson, com uma guitarra que tem tanto botão que parece uma central elétrica. O objetivo é mostrar o trabalho que vários conjuntos musicais do Recife vem fazendo fora do âmbito comercial. (Diário de Pernambuco, 1972, p. 19)

Como se pode ler na matéria do diário de Pernambuco, o objetivo da feira experimental de música, não era ser mais um festival nos moldes dos anos

1960, com júri, transmissão de Tv, artistas consagrados em gravadoras nacionais e internacionais, o objetivo era reunir aqueles que produziam para além do *establishment*, abrindo espaço para os mais variados artistas. Em entrevista ao Jornal do comércio, disponível no youtube, no canal JC play, em 12 de maio de 2019, Lailson Holanda, um dos organizadores da feira, ressalta que o festival de música de Nova Jerusalém foi o marco inicial da psicodelia pernambucana, tendo outro marco o disco *paêbirú*, resultado da parceria de Zé Ramalho com Lula Côrtes, que não por coincidência deram início ao projeto do álbum a partir do festival no distrito de Brejo da Madre de Deus, em 1972.

Lailson destaca ainda que foi estudar nos Estados Unidos no final da década de 1960, onde chegou a participar de algumas bandas de rock naquele país, retornando no início da década de 1970, trazendo a influência da música norte americana e da atmosfera cultural da época para o Recife, cidade que encontrou já com grande efervescência cultural, com jovens produzindo uma nova cena musical, onde as temáticas e enredos regionalistas eram postos sob outra ótica, aberta a diferentes expressões e possibilidades de produção artística.

Na mesma entrevista Lailson de Holanda fala que foi procurado por estudantes de medicina para organizar o festival, e que tanto Diva Pacheco quanto Plínio Pacheco estavam buscando possibilidades para utilizar o teatro de Nova Jerusalém no decorrer do ano com atividades para além da semana santa, o que confluuiu com as ideias daqueles jovens recifenses de realizar no interior do estado um grande evento musical, do nascer do sol ao pôr do sol, com muita música e psicodelia.

Um outro aspecto relevante da entrevista de Lailson, é o fato de ser dito que a maior parte daqueles estudantes eram pertencentes a classe média e classe média alta do Recife, nos levando a inferir que o próprio Lailson fazia parte dessas classes sociais, levando em conta que ir estudar nos estados unidos, durante os anos 1960, era um privilegio de poucos naquela época. Mesmo não sendo o objetivo desse texto analisar a classe social dos participantes da feira de música, ou mesmo dos artistas do circuito alternativo e psicodélico de Pernambuco naquele momento, é importante dizer que a maioria era pertencente a classe média, até por serem os que tinham acesso ao tipo de som que era produzido fora do Brasil, podendo importar discos

e instrumentos musicais eletrônicos, que ainda tinham um incipiente mercado em nosso país.

O músico Zé da Flauta, em entrevista também ao jornal do comércio, em 12 de novembro de 2019, podendo ser acessada no JC Play, no youtube, confirma que muitas das ideias presentes nas bandas da época, do estilo musical às performances nos shows, foram implementadas por Lailson de Holanda, que as trouxe dos Estados Unidos, realçando a perspectiva de que os movimentos contruculturais ocorridos no Brasil, nesse caso específico em Pernambuco, não ocorreram de forma isolada, ou foram apenas um reflexo de contestação a ditadura militar existente então, mas sim a expressão de um fenômeno global, que ganhava contornos nacionais e até temáticas regionais, porém sob a batuta da rebeldia, da contestação e do desbunde.

O fato de ser um fenômeno que vinha ocorrendo nos países centrais do ocidente, como Estados Unidos da América e as nações europeias, em um contexto do qual esses estados buscavam reafirmar seus valores democráticos e a liberdade individual, fez com que em alguns momentos eventos como a feira experimental de música de Nova Jerusalém, pudesse ocorrer mesmo que em anos de cerceamento da liberdade no Brasil, o que a princípio aparenta ser contraditório, pode ser explicado se levarmos em conta que os militares brasileiros no poder, sempre buscaram passar a imagem de cultivarem os valores da democracia, então poderia ser mais viável fazer vista grossa a algumas manifestações da juventude, desde que estas não significassem uma grande ameaça ao poder político militar.

Porém isso não significa que as artes não tenham sido censuradas pela ditadura, mesmo quando não falavam de política diretamente, já que parte das juventudes durante a ditadura brasileira, fizeram do campo da arte uma trincheira de luta contra o regime, mesmo que em alguns momentos não fosse uma guerra declarada, ficando mais restrita ao campo dos costumes e comportamentos. foi Através de expressões como música, dança, teatro, artes plásticas, literatura, cinema, que eram formas de expressar os desejos e anseios da sociedade de então, que em muitos momentos levaram seus produtores a confrontos com o regime militar, e este censurando e prendendo artistas, ou proibindo apresentações.

Durante as décadas de 1960 e 1970, seguindo esta tendência dos festivais de músicas irem tornando-se referências em vários países do mundo, enquanto momentos de confraternização da juventude, e protesto contra a ordem mundial de

então, alguns festivais foram organizados no Brasil, seguindo diferentes formatos, como os festivais de música organizados por emissoras de TV, e os festivais a céu aberto, sem júri, ou vencedores, como foi o caso de Nova Jerusalém, em uma lógica contrária ao que ocorria nas TVs.

foi nessa época que começamos a realizar mais eventos culturais. Antes falávamos apenas de política, lembra o designer José Roberto Peixe, que fotografou vários momentos do festival. ‘éramos hostilizados e tidos como vagabundos, principalmente pelas pessoas que não tinham coragem de viver como nós, mas, no fundo, gostariam de fazê-lo’. Historiou o publicitário Paulo Detoni, então com 52 anos, em depoimento ao jornal do comércio de 5 de abril de 1989. (Melo, 2005, p. 185)

Foi nesse contexto que estudantes universitários do Recife, junto com artistas que vinham produzindo fora do circuito comercial das grandes gravadoras, organizaram-se para realizar a I feira de música experimental, no teatro de Nova Jerusalém em Fazenda Nova, embalados pela influência de outros festivais que também estavam ocorrendo em outros lugares do mundo, uma confraternização e ao mesmo tempo um protesto; a construção de outras subjetividades através das músicas.

Percebe-se através dessas considerações que a política brasileira dos anos 1970 ganha uma dimensão complexa pelas múltiplas atuações dos grupos diversos. Assim, é válida a impressão de que, “o milagre brasileiro e os anos de chumbo foram simultâneos” e coexistiram-se negando-se”. Dessa forma, concebe-se também que na década de 1970, apesar da ditadura, também houve representação marginal nas produções dos bens simbólicos, e mesmo estando ela condenada desde seu princípio ao silêncio pela repressão, suas manifestações estéticas experienciais subterrâneas e independentes – na produção de alguns artefatos e também nas atuações públicas – ficaram registradas não só pelo esforço artístico e audácia daqueles que os produziram, mas também por uma perspicaz persistência em fazê-los. (Luna, 2010. p.31)

Ou seja, a atmosfera política da época, tanto internamente, já que estamos falando dos anos de chumbo da ditadura militar, mas também com relação as questões externas, referentes ao contexto da guerra fria, influenciaram diretamente diversos grupos da juventude, não apenas aqui no Brasil, mas em todo o mundo. Portanto, para além de uma contestação ao regime militar, os festivais de músicas ocorridos no Brasil e em específico a feira experimental de música de Fazenda Nova,

Criticam a ênfase na questão cultural, em especial ao uso do conceito de cultura política e a não utilização do conceito de classe. No entanto, considero que boa parte da historiografia criticada não se encaixa nesta afirmação, apenas a maioria dos autores avaliados buscam uma análise mais refinada e menos ideológica do que foi o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil.

Nos dias atuais há um grande avanço na produção de historiadores na temática do golpe civil-militar e da ditadura militar, principalmente depois da abertura dos arquivos feitas recentemente. A partir de pesquisas empíricas em vários acervos e diálogos com conceitos como cultura política, campo político, representações, imaginário, hegemonia, classe social, entre vários outros, praticamente todos os temas ligados ao período da ditadura foram abordados, assim temos enfoques sobre repressão, atos institucionais, cassação de mandatos eletivos, resistências, adesões, acomodação, memória, cultura, censura, comemorações, vigilância, polícia política, tortura, luta armada, movimento estudantil, educação, reforma universitária, movimentos sociais e sindicalismo, desaparecimentos políticos, conflitos entre militares, atuação da Igreja Católica e de igrejas evangélicas, perseguição a comunidade LGBTQ+, a relação da ditadura com a imprensa, economia, questão agrária e agrícola, relações internacionais, exílio, sistema partidária, eleições, campanha da anistia, campanha das diretas, caráter do golpe e do regime - se apenas militar ou civil-militar - etc. Inicialmente boa parte dos trabalhos dos historiadores tiveram a região sudeste como espaço privilegiado, mas com o desenvolvimento da pós-graduação, nos anos recentes, em todos os estados brasileiros, surgiram muitos trabalhos de caráter regional, dando visibilidade a atores que atuaram em vários locais do território nacional.

É nesse contexto que se coloca o livro que acabamos ler *Ecos do golpe de 1964 e da ditadura militar no Brasil profundo*, que se pode dizer, é fruto de um questionamento do professor organizador do mesmo, José Adilson Filho. Ao fazer esta pergunta “Como era a minha cidade no tempo da Ditadura?” ele desenvolveu um projeto de pesquisa que gerou trabalhos de final de cursos de graduação sobre aspectos da ditadura militar em pequenos municípios brasileiros, este projeto ligado ao Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), coordenado por ele acabou gerando também o livro citado. Neste livro, estão presentes artigos de vários historiadores do Brasil que discutiram temáticas ligadas a ditadura militar

trazia uma perspectiva de contestação a um estilo de vida global, que tinha por estrutura central os valores cristãos e ocidentais.

Nesta época, os festivais de rock ganhavam visibilidade para alguns jovens artistas e expressavam o chocante e o intenso da experiência vivida. Nos anos de tempestiva ditadura militar, os jovens, cada dia mais se questionavam diante dos sistemas políticos, dos valores culturais herdados e das tradições preservadas, criando a partir de pequenos grupos, agitações vanguardistas na música, para experimentar diversos posicionamentos atuantes outros. O multiartista Lula Côrtes, na época, afirmou que é o artista que tem de “pintar a paisagem. Um quadro pode ser exatamente tudo que você queira que ele seja desde que sua mão tenha a mágica de transformar o branco mortal que ele traz anteriormente”. (Luna, 2010. p.56)

É difícil classificar a geração do desbunde de acordo com um projeto político específico, a sua lógica de atuação reside muito mais na negação do que veio antes, do que necessariamente em uma fórmula para o que vem depois, ou em uma proposta social definida, como podemos encontrar na esquerda mais tradicional, seja as que optaram por uma luta armada, seja as que ainda acreditavam no diálogo e na conciliação através da via política democrática; o que a juventude hippie, alternativa, pop, psicodélica, *underground*, *udigrudi*, ou seja qual for o termo utilizados para classificá-la, queria, era a abertura para um novo mundo, a construção de um novo ser humano, desconstruído dos modelos ocidentais de civilização, em transe, em movimento para outra possibilidade e formas de ser. Não tão diferente dos anseios de Plínio Pacheco para Nova Jerusalém, como vimos anteriormente.

Mesmo que a trajetória de Plínio Pacheco, e sua ação política e social durante a década de 1960 e 1970, não nos permita dizer que era ele um contestador do regime militar, pelo contrário, pois mesmo com as atividades artísticas em Nova Jerusalém, Plínio ainda permaneceu fazendo parte dos quadros da aeronáutica, sem desligar-se totalmente das forças armadas, além de que sua atuação nos bastidores políticos em busca de verbas para a construção do teatro, seguia uma lógica onde o mais importante não era a orientação ideológica do político, mas sim o pragmatismo do apoio ao seu empreendimento, podemos afirmar que talvez o desejo maior da construção de um novo ser humano, com Fazenda Nova sendo um espaço onde através da arte, sementes para uma nova humanidade fossem lançadas, fizeram com que Plínio Pacheco abrisse as portas de Nova Jerusalém em 1972, para realização

de um dos mais significativos festivais de música ocorrido no Brasil durante aquele período; a Feira experimental de música de nova Jerusalém.

*Apagam-se as tochas que iluminam o teatro, mas a fumaça ainda marca a atmosfera*

O projeto pra Nova Jerusalém, gestado durante a década de 1960 até os primeiros anos de 1970, iam muito além da paixão de Cristo, com produções de teatro e cinema, com a existência de uma escola com o objetivo de alfabetizar as crianças de Brejo da Madre de Deus e da região, e a realização de festivais de música e exposição de arte.

Porém, a sociedade teatral de nova Jerusalém, devido aos empréstimos que havia tomado, e a necessidade de receber recursos públicos para se manter, começou a sentir o peso da ditadura que passou a voltar seus olhos para Fazenda Nova, enxergando o local não apenas como um teatro e espaço artístico, mas também como um espaço de ameaça ao regime militar, devido a presença de artistas que eram perseguidos pelo governo, como é o caso narrado por Jamildo Melo, com relação a presença de Carlos Imperial em Nova Jerusalém no espetáculo de 1968.

Precisando se ressarcir dos investimentos, desde julho daquele ano Plínio e José Pimental, já tinham procurando Ariano Suassuna para que ele intermediasse uma ajuda financeira do conselho federal de cultura para Nova Jerusalém. Ariano encaminhou o pedido, Plínio ficou animado, mas o dinheiro nunca saiu. O conselho negou o pedido fazendo restrições a presença de Carlos Imperial no espetáculo daquele ano e alegando que nova Jerusalém não era cultura, mas turismo. O segundo argumento era questionável, mas Carlos Imperial, compositor, ator e produtor de teatro e televisão no Rio de Janeiro, de fato não era bem visto pelos militares. (Melo, 205. p.181)

Como podemos ver a partir do trecho citado acima, o projeto artístico e cultural de Plínio Pacheco, que visava a construção de uma cidade e a partir dela de um novo povo, a construção de um local que agregasse diversas linguagens artísticas, enquanto espaço de consumo e de produção cultural, esbarrou na atmosfera política de então, com os militares aumentando a vigilância sobre Fazenda Nova, que além da encenação da paixão de Cristo, era cada vez mais um local de encontro para os artistas, e muitas vezes um local de rebeldia, se não no sentido político clássico de contestação ao sistema, era uma rebeldia dos costumes, um desbunde, utilizando a linguagem da época, o qual os militares que estavam no governo não suportavam.

Portanto a perseguição engendrada pela ditadura militar interrompeu um projeto cultural que poderia vir a ganhar corpo no agreste pernambucano, tendo como centro Fazenda Nova, distrito do município de Brejo da Madre de Deus, que não ficaria unicamente restrito ao calendário cristão, como ocorre hoje, com poucas atividades durante o ano que não esteja relacionada com a Paixão de Cristo.

A violência do regime militar, com censura e perseguição a grupos que destoavam dos ideários conservadores, resultou em um freio aos processos de criação e desenvolvimento artísticos brasileiros, seja em grandes capitais, como a literatura historiográfica traz mais exemplos, seja em cidades do interior, como destacamos nesse artigo o município de Brejo da Madre de Deus. Os grupos perseguidos não precisavam ter uma militância política de forma direta, pertencendo a partidos e organizações de esquerda; as temáticas das músicas, as roupas, os costumes, o amor sem as amarras de uma sociedade tradicionalista, eram considerados uma ameaça, e toda a maquinaria de perseguição militar passava a ser operacionalizada para o silenciamento de grupos da juventude, e até a sua prisão, tortura e/ou morte.

Porém, com mais de 50 anos após a feira experimental de música, e apesar da censura que muitos dos seus participantes sofreram posteriormente, nos últimos anos vem ocorrendo um fenômeno interessante, a juventude do século XXI vem redescobrando esses artistas, principalmente a partir das redes sociais e serviços de *streaming*, reabilitando carreiras que estavam interrompidas, como é o caso citado da banda Ave Sangria, aqui em Pernambuco, e outros exemplos que podem ser encontrados por todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS

FLÉCHET, Anaïs. Por uma história transnacional dos festivais de música popular: música, contracultura e transferências culturais nas décadas de 1960 e 1970.

UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 7, n. 1, p. 257-271, jun. 2011. ISSN 1808-1967.

JC PLAY. Especial Udigrudi com Lailson de Holanda. **YouTube**, 2019. Acesso em: 10 ago. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/cphvQ16ws3A?si=v8ue1ir57Bljsx5W>.



JC PLAY. Especial Udigrudi com Zé da Flauta. **YouTube**, 2019. Acesso em: 10 ago. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/eq4cx2osrr0?si=gcUrtWE60HRvpkiF>.

LUNA, João Carlos de Oliveira. **O udigrudi da pernambucália: história e música do Recife (1968-1976)**. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

MELO, Jamildo. **A paixão de Plínio**. Recife: Bagaço, 2005.

PACHECO, Robinson Gulde Pacheco. **A formação do perfil empreendedor de Plínio Pacheco: o legado simbólico do mito fundador para a sociedade teatral de Fazenda Nova e a construção de Nova Jerusalém**. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Administração, 2016.

PINHEIRO, Igor Fernandes. **Não fale com paredes: Psicodelia e contra cultura no Brasil**. [s.l.]: Edição independente, 2019.

TV Fórum. Marco Polo conta a história da banda Ave Sangria, censurada pela ditadura militar. **YouTube**, 2021. Acesso em: 17 set. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/cHGDIlB23Fw?si=JlMUiXksxCJ-01N7>.

VIEIRA, Lucas. A história de “A noite do espantalho”, clássico da psicodelia nordestina. **Disconversa**, 2020. Acesso em: 15 set. 2024. Disponível em: <https://disconversa.com/materias/a-historia-de-a-noite-do-espantalho-classico-da-psicodelia-nordestina/.brasileira-em-pequenos-e-medios-municipios-do-interior-do-brasil-Nele,-como-vimos,-sao>



## POSFÁCIO

Carlos Fico<sup>1</sup> identifica quatro correntes que buscam fazer análises do golpe civil-militar e da ditadura militar, uma de ordem memorialística e outras três que ele considera mais sólidas: as tentativas de teorizações da Ciência Política; as análises marxistas e a valorização do papel dos militares.

As obras ligadas as memórias são representadas tanto por militares que fizeram parte da ditadura militar como por militantes de esquerda que participaram da resistência a mesma. Quanto ao que Carlos Fico chama de teorizações da Ciência Política tem-se entre outras as análises do *brasilianista* Alfred Stepan, no livro *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*; Wanderley Guilherme dos Santos, no livro *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*; Argelina Cheibub Figueiredo, no livro *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)* e Luiz Alberto Moniz Bandeira com o livro *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Com relação as análises marxistas são destacados os livros de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas* e de René Armand Dreifuss, no livro *1964: A Conquista do Estado*. Por fim, temos as interpretações que destacam o papel dos militares, representada por Gláucio Ari Dillon Soares, no livro *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas* e o livro *Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964*, de pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

Além das correntes mencionadas por Carlos Fico podemos destacar as análises de viés estruturalista e com ênfase no determinismo econômico, também de orientação marxista, como os livros de Octávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil* e de Fernando Henrique Cardoso *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Recentemente surgiu uma vertente interpretativa ligada ao marxismo, liderada em certo sentido, pelo professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marcelo Badoró, que vem considerando parte da historiografia sobre a ditadura militar de

---

<sup>1</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

reversionista e muitas vezes de reproduzir a justificativa dos militares para o golpe. Criticam a ênfase na questão cultural, em especial ao uso do conceito de cultura política e a não utilização do conceito de classe. No entanto, considero que boa parte da historiografia criticada não se encaixa nesta afirmação, apenas a maioria dos autores avaliados buscam uma análise mais refinada e menos ideológica do que foi o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil.

Nos dias atuais há um grande avanço na produção de historiadores na temática do golpe civil-militar e da ditadura militar, principalmente depois da abertura dos arquivos feitas recentemente. A partir de pesquisas empíricas em vários acervos e diálogos com conceitos como cultura política, campo político, representações, imaginário, hegemonia, classe social, entre vários outros, praticamente todos os temas ligados ao período da ditadura foram abordados, assim temos enfoques sobre repressão, atos institucionais, cassação de mandatos eletivos, resistências, adesões, acomodação, memória, cultura, censura, comemorações, vigilância, polícia política, tortura, luta armada, movimento estudantil, educação, reforma universitária, movimentos sociais e sindicalismo, desaparecimentos políticos, conflitos entre militares, atuação da Igreja Católica e de igrejas evangélicas, perseguição a comunidade LGBTQ+, a relação da ditadura com a imprensa, economia, questão agrária e agrícola, relações internacionais, exílio, sistema partidária, eleições, campanha da anistia, campanha das diretas, caráter do golpe e do regime - se apenas militar ou civil-militar - etc. Inicialmente boa parte dos trabalhos dos historiadores tiveram a região sudeste como espaço privilegiado, mas com o desenvolvimento da pós-graduação, nos anos recentes, em todos os estados brasileiros, surgiram muitos trabalhos de caráter regional, dando visibilidade a atores que atuaram em vários locais do território nacional.

É nesse contexto que se coloca o livro que acabamos de ler *Ecos da ditadura militar no Brasil profundo*, que se pode dizer, é fruto de um questionamento do professor organizador do mesmo, José Adilson Filho. Ao fazer esta pergunta “Como era a minha cidade no tempo da Ditadura?” ele desenvolveu um projeto de pesquisa que gerou trabalhos de final de cursos de graduação sobre aspectos da ditadura militar em pequenos municípios brasileiros, este projeto ligado ao Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC), coordenado por ele acabou gerando também o livro citado. Neste livro, estão presentes artigos de vários historiadores do Brasil que discutiram temáticas ligadas a ditadura militar brasileira em pequenos e médios municípios do

interior do Brasil. Nele, como vimos, são discutidas questões teórico-metodológicas, inclusive a importância de se pesquisar elementos da ditadura militar fora dos grandes centros, dando visibilidade a atores que atuaram tanto no apoio como na resistência em pequenas e médias cidades do interior, ou seja, no Brasil “profundo”; questões da implantação do bipartidarismo na cidade de Sousa-PB, e as forças envolvidas, o papel e a força do MDB nas tramas políticas da cidade de Alegrete-RS, à época; a relação da Igreja Católica com a ditadura na cidade de Tacaimbó-PE, com destaque para a implantação da “teologia da enxada”, na paróquia local e a atuação dos padres na cidade; atuação dos trabalhadores rurais de Senador Pompeu-CE, enfocando a questão do processo de modernização autoritária no campo e a luta pela aposentadoria rural; a mobilização de uma cultura histórica com viés militar na constituição do estado de Rondônia; cassação de mandatos e comemorações da “revolução”, na cidade de Juazeirinho-PB; a luta dos trabalhadores rurais de Alagamar e a resistência destes à ditadura, no conflito de terra que aconteceu nesta fazenda, localizada entre os municípios de Salgado de São Félix-PB e Itabaiana-PB; o desdobramento do golpe no norte do Piauí, em especial na cidade de Parnaíba-PI, especificamente na análise de um inquérito policial militar contra lideranças políticas e sindicais da cidade; a Diocese de Propriá-SE, analisando a adesão inicial desta à ditadura e a posterior atitude de resistência; a trajetória do sindicalista Francisco Alves Cabral, atuante na cidade de Andirá-PR, destacando sua militância como membro do Partido Comunista e posteriormente, sua possível condição de informante das forças de repressão; as Ligas Camponesas na cidade de Sapé-PB e a “construção” pela imprensa do líder assassinado pelo latifúndio, João Pedro Teixeira como herói camponês; uma discussão sobre a possibilidade do padre Ibiapina, atuante na região nordeste no final do século XIX ser um dos precursores da “opção pelos pobres”, na Igreja Católica, oficializada nos anos de 1960 e 1970 gerando a chamada Teologia da Libertação, que teve papel fundamental no enfrentamento à ditadura militar no Brasil e em outros países da América Latina; aspectos da ditadura na cidade de Santa Cruz de Capibaribe-PB, com enfoque na atuação da Câmara de Vereadores e num processo contra um padre e prefeito do município, aliado da ditadura; as atividades culturais, inclusive de viés contracultural no espaço do teatro Nova Jerusalém, na Fazenda Nova, distrito de Brejo da Madre de Deus-PE.

Boa parte dos artigos foram desdobramentos de dissertações de mestrado e teses de doutorado e apresentam uma boa discussão historiográfica sobre os temas analisados e também uma rica pesquisa empírica, com fontes variadas, seja depoimentos orais, fontes hemerográficas, processos judiciais, relatórios dos órgãos de informações etc. Enfim, terminamos o livro com a gostosa sensação de termos aprendido mais sobre a época da ditadura militar no Brasil e certos da importância de que mais pesquisas sobre esse tema nos municípios brasileiros são necessárias para compreendermos melhor o que representou estes anos sombrios para toda população brasileira.

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes  
(Departamento de História da UFPB)

## SOBRE OS AUTORES

**Adauto Guedes Neto** – Professor Adjunto de História da Universidade de Pernambuco - UPE, campus Petrolina. Doutor (2021) e Mestre (2013) em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É Graduado em História (FABEJA-2001), com Especialização em Ensino de História (UPE-2003), em História do Brasil (FAFICA-2009) e em Dimensão Social da Fé (UNICAP-2023). Foi Professor da Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE/PE entre 2002 e 2024 e da Faculdade de Belo Jardim-PE entre 2012 e 2023. Atua como pesquisador nos Grupo de Pesquisas: História e Memória (UPE/CNPq) e no Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC/UEPB). É um dos coordenadores do Grupo de Estudos de História Contemporânea e do Tempo Presente - NUNTEMPA, e desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: Brasil República com ênfase em Ditadura Militar e Igreja Católica (CEBs, CPT, Cristianismo da Libertação e Teologia da Enxada); História do Tempo Presente; História Política.

**Alan Marcionilo do Nascimento** – Possui graduação em historia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (2013) e mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, cidades, caruaru, coronelismo e sistema prisional.

**Antônio Wesley do Nascimento Martins** – Atualmente cursa o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui Graduação (Licenciatura Plena) em História pela mesma instituição. É bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

**Diego Garcia Braga** – Possui mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos (2016); especialização em História e Geografia regionais (2012) e graduação em HISTÓRIA (2010) pela Universidade da Região da Campanha, Urcamp, campus de Alegrete. Lecionou no Colégio Divino Coração (Congregação de Santa Catarina, 2011) e atualmente é professor efetivo das redes públicas do município de Alegrete (desde 2012) e do Estado do Rio Grande do Sul (desde 2013). Atua na área das ciências humanas, sendo docente no ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos componentes de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Realiza estudos sobre a política de Alegrete na segunda metade do século XX, se detendo principalmente ao regime civil-militar no citado município. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete.

**Dmitri da Silva Bichara Sobreira** – Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador vinculado à Fundação Casa de José Américo (FCJA), e desenvolve pesquisas sobre a História Política do Brasil Republicano, em especial o período da ditadura militar.

**Edmilson Alves Maia Junior** – Possui Graduação (1999) e Mestrado (2002) em História pela Universidade Federal do Ceará (2002), e Doutorado (2015) em História Universidade Federal de Minas Gerais. É professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) desde julho de 2008. Tem experiências e trabalhos escritos publicados nas temáticas: Memória, História Oral, Narrativas (Auto)Biográficas, Ensino de História, Teoria da História, História Contemporânea, História do Tempo Presente, a Ditadura de 1964 a 1985 e Mídias e Sociedade. Atua como Coordenador do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará, desde 2024.

**Francisco José Leandro Araújo de Castro** – Doutor em História (2021) pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Mestre em História (2014) pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Graduado (2011) em História pela Universidade Estadual



do Piauí-UESPI. É professor de História, do quadro permanente, da Secretaria de Educação do Ceará, SEDUC-CE. É professor do Centro Universitário Maurício de Nassau, UniNassau-Parnaíba. Tem interesse na área de História com ênfase em História contemporânea do Brasil. Em destaque os temas: Golpe Civil-Militar de 1964; Culturas Políticas e Autoritarismos; História e Relações de Poder no Regime Militar; Práticas Juvenis no Espaço Urbano; Arte e Cultura na Contemporaneidade, dentre outros.

**Gildivan Francisco das Neves** – Doutor em Educação, na Linha de Pesquisa Educação Popular, no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2022). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, na linha de Educação Popular (2014). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2011), onde atuou entre os anos 2009 e 2011 na área de Educação Inclusiva, enquanto tutor, no Programa de Tutoria Especial, prestando assistência didática e pedagógica a um aluno com necessidades educativas especiais matriculado nesta instituição de ensino superior. Atuou enquanto tutor a distância no curso de Licenciatura Plena em Computação ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba - IFPB, Campus de Cajazeiras - Paraíba. Graduando em Pedagogia pela UNINTER. Tem interesse pelas áreas de campo, movimentos sociais do campo, história local, ensino de História, Educação do Campo e História Contemporânea. Atuou como professor substituto vinculado ao Departamento de História, no Centro de Educação, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campus I.

**Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes** – Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná, doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UNESP/Assis, com investigações nas áreas de História Editorial, História da Literatura e mercados de bens simbólicos; desenvolve pesquisas que articulam Sociologia dos Intelectuais aos debates relativos à mediação cultural. Possui experiências de pesquisa nas áreas de História da Imprensa, História Imprensa Feminina, História Intelectual e Política, História dos Livros, Mercado de Bens Simbólicos, com especial atenção às dinâmicas republicanas brasileiras e aos processos de identificação mobilizados por programas nacionalistas e projetos

regionalistas. Em pesquisas recentes, investigou os processos de hibridização cultural de agentes e grupos sociais de perfil sectarista, bem como projetos de integração continental de parte da intelectualidade latino-americana.

**Jordan Queiroz Gomes** – Possui graduação em História (2009) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestrado em História (2012) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Departamento de História, Campus Rolim de Moura. Tem experiência docente na área de Teoria, filosofia e metodologia da História, História moderna e contemporânea e História do Brasil República, atuando no estudo dos seguintes temas: História e Historiografia, Cidade e Modernidade, Cultura Política, História das sensibilidades e representações, período republicano e oligarquias regionais.

**Juliana Carolina da Silva** – Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023) e professora de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) campus Parintins. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas e é pesquisadora extensionista no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

**José Adilson Filho** – Possui graduação em História pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim (PE), especialização em História Econômica (Fafica), mestrado em História (UFPE) e doutorado em Sociologia (UFPB), além de Formação em Psicanálise. Atualmente, é professor associado da UEPB, líder do Núcleo de Estudos em História e Linguagens Contemporâneas (Nuhlc-UEPB). Desenvolve estudos e pesquisas sobre temas contemporâneos, tais como autoritarismo, memórias e traumas, bolsonarismo, tramas políticas locais, estigmas e segregação socioespacial.

**Josenildo Marques da Silva** – Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Metodologia do Ensino de História (Uninter). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e atualmente é professor efetivo no Governo do Estado da Paraíba e professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Áreas de interesse: temáticas relacionadas a Cultura Política, Ditadura Militar Teoria e Ensino de História.

**Mário Francisco de Melo Júnior** – Possui graduação em História pela UEPB, especialização em História pela Fafica e é membro-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Cruz do Capibaribe (PE). É professor nas redes estadual e municipal do Ensino Médio do estado de Pernambuco. Sua área de interesse concentra-se principalmente nas tramas políticas locais.

**Noemia Dayana de Oliveira** – Professora no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba *campus* Campina Grande. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Realizou estágio pós-doutoral pela mesma universidade. Atualmente, é vice-líder do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC-UEPB).

**Osnar Gomes dos Santos** – Professor Efetivo do Centro Territorial de Educação Profissional do Estado da Bahia (Cetep-Araci). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em História concluído no ano de 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Possui graduação em História pela Universidade Tiradentes (2012) e pós-graduação em História do Brasil pela Faculdade Pio Décimo (2014). Integrou o Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER/UFAL). Tem experiência na área de História, com ênfase em Estado, Movimentos Sociais e Relações de Poder, atuando especialmente com as seguintes temáticas: política, religiosidade, marxismo, cristianismo da libertação e ditadura militar.

**Roberto Silva Muniz** – Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2007) e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2010). Suas pesquisas estiveram voltadas para o campo da história política, sobretudo para o campo da história cultural dos conceitos políticos no qual se destaca o seu estudo sobre o conceito de camponês no Brasil. Projeto esse concluído com a sua dissertação de mestrado “A fabricação de João Pedro Teixeira: Como o herói camponês”. Atualmente seus interesses estão voltados para área de Teoria da História.

**Severino Bezerra da Silva** – Professor Titular na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Centro de Educação-CE, vinculado ao Departamento de Metodologia da Educação - DME e ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPB, na Linha de Pesquisa Educação Popular. Possui Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1986), Mestrado em Sociologia Rural (Campina Grande) pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Tem experiência de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Ensino de História, Estágio Supervisionado em Ciências Sociais, Educação, Educação e Movimentos Sociais no Campo, Assentamentos Rurais, Educação Popular, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.

